



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

*Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*

**Programa de Pós-Graduação em História**

## **O BRASIL VAI À GUERRA: A INSERÇÃO BRASILEIRA EM UM CONFLITO GLOBAL**

**Victor Tempone**

**Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em História da  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro –  
UERJ como requisito à obtenção do grau de  
Mestre em História**

**Orientador:  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lená Medeiros de Menezes**

Rio de Janeiro

**Outubro de 2007**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em História**

**LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**O BRASIL VAI À GUERRA: A INSERÇÃO BRASILEIRA EM UM CONFLITO  
GLOBAL**

**Victor Tempone**

Rio de Janeiro  
**Outubro de 2007**

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/A

T288 Tempore, Victor

O Brasil vai à guerra : a inserção brasileira em um conflito global/  
Victor Tempore.- Rio de Janeiro, 2007.  
283f.

Orientador: Lená Medeiros de Menezes.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação  
em História.

1. Guerra Mundial, 1939 – 1945 – Questões territoriais – Teses.  
2. Guerra Mundial, 1939 – 1945 – Aspectos econômicos – Brasil – Teses.  
3. Guerra Mundial, 1939 – 1945 – Influências e conseqüências – Brasil – Teses.  
I. Menezes, Lená Medeiros de. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU- 981.082/.083

## RESUMO

TEMPONE, Victor. *O Brasil Vai à Guerra: a inserção brasileira em um conflito global*. 2007. 283 f. Dissertação (Mestrado em História Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Esta dissertação tem por objetivo analisar, tanto da perspectiva externa como através de um olhar interno, a inserção do Brasil na II Guerra Mundial, enfatizando, todavia, a visão sistêmica. O substrato teórico utilizado é o da Teoria Crítica das Relações Internacionais, de Robert Cox e Andrew Linklater, cuja base se encontra no pensamento de Max Horkheimer e Antonio Gramsci. As questões levantadas no trabalho dizem respeito à verticalização do sistema de poder capitalista, isto é, à hierarquização do sistema internacional, às relações econômicas e políticas desiguais entre as grandes potências centrais e as nações periféricas, à construção da hegemonia continental norte-americana como um meio para atingir o poder global a partir de uma situação de guerra total, e à inserção compulsória dos Estados periféricos no esforço de guerra, consoante os interesses geopolíticos e geo-estratégicos das potências em conflito. A análise empreendida busca transcender os parâmetros da projeção de poder político, configurando que o conflito e a competição existentes no sistema internacional são resultantes da imbricação dos processos de acumulação de capital e de poder, que se realizam em conjunto e de forma concomitante. O Brasil, nestas circunstâncias, é analisado como um caso dentre outros possíveis.

Palavras-chave: Guerra total. Hegemonia. Dependência. Poder global.

## **ABSTRACT**

The objective of this essay aims to analyze, both from a foreign perspective as well as through an inner view, the entry of Brazil in World War II, emphasizing, anyway, the systemic vision. The theoretical base used is the Critical Theory of International Relations, from Robert Cox and Andrew Linklater, which roots are the thoughts of Max Horkheimer and Antonio Gramsci. The questions upheld in this essay are connected with the constructed hierarchy in the international system, with the unequal economical and political relations among the central powers and the countries at the system periphery, with the building of American continental hegemony as a mean to reach the global power through a total war conjuncture, and with the compulsory entry of dependent countries in the war effort, according to the geopolitical and geo-strategic interests of the great powers in conflict. The analysis made here intend to transpose the parameters of the projection of political power, showing that the conflict and the competition occurring in the international system are the result of the joint of the processes of capital and power accumulation, which happens together and at the same time. Brazil, in this circumstances, is studied as a case, among possible others.

Key-words: Total war. Hegemony. Dependency. Global power.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores desta casa com quem tive o privilégio de conviver e aprender muito. Mais especificamente, agradeço à minha orientadora e amiga, Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup> Lená Menezes de Medeiros, por sua orientação sempre tão competente e estimulante. Igualmente agradeço às Professoras Márcia de Almeida Gonçalves, Maria Regina Cândido e Maria Tereza Toríbio Brites de Lemos e aos Professores Celso Thompson, Orlando de Barros, Williams da Silva Gonçalves, Antonio Edmilson Martins Rodrigues e Oswaldo Munteal Filho, pela confiança e incentivo. De forma muito especial, aos amigos e professores Edna Maria dos Santos e Luis Edmundo Tavares, a quem a palavra amizade por si só expressa o carinho, companheirismo e apoio com que sempre me agraciaram.

Gostaria, também, de estender esses agradecimentos a todos os servidores técnico-administrativos do IFCH/UERJ, em especial a Vanessa da Cruz Freitas, secretária do PPGH/UERJ, que sempre atendeu às minhas demandas e pedidos com extrema boa-vontade e simpatia.

Finalmente, quero expressar o privilégio de ter estudado com tantos colegas brilhantes, especialmente Leonardo Leônidas de Brito e João Amado, companheiros nesta jornada de Mestrado, e lembrar um colega que nos deixou, mas cuja figura humana não esqueceremos: Alexandre Pereira Caldas, o nosso saudoso “Frank”, cuja alegria e irreverência ficarão marcadas em nossa memória.

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado à minha mãe, Renée, em razão do seu constante incentivo e inestimável ajuda, além de suas lições de humildade, solidariedade, perseverança e do gosto pelos livros.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo I – A Natureza e a Geopolítica da 2ª Guerra Mundial.....</b>	<b>27</b>
1.1– As Razões do Eixo.....	30
1.2– As Razões dos Aliados.....	56
<b>Capítulo II – Centro e Periferia: as disputas econômicas centrais e seus reflexos na América do Sul e no Brasil.....</b>	<b>70</b>
2.1 – O Comércio Internacional na Década de 30.....	70
2.2 – O Brasil na política de comércio exterior alemã e norte-americana.....	77
2.3 – Comércio, Diplomacia e as Crises do Final dos Anos 1930.....	84
<b>Capítulo III – O Brasil e o Processo de Escalada do Conflito Mundial.....</b>	<b>96</b>
3.1 – A guerra na Europa e a postura dos Estados Unidos e da América Latina....	96
3.2 – A Importância Estratégica Brasileira e suas Conseqüências.....	110
3.3 – A Consolidação do Alinhamento Brasileiro.....	135
3.4 – O Contexto Latino-americano.....	149
<b>Capítulo IV – O Brasil em Guerra: aspectos políticos e militares.....</b>	<b>159</b>
4.1 – A Estratégia Alemã na Batalha do Atlântico.....	159
4.2 – A campanha submarina alemã e a declaração de guerra do Brasil.....	165
4.3 – O Brasil vai à Guerra.....	179
<b>Conclusão.....</b>	<b>207</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>244</b>
I – Carta de Góes Monteiro a Vargas de 07/07/1939.....	245
II – Carta de George Marshall a Góes Monteiro de 05/10/1939.....	248
III – Acordo de Empréstimo e Arrendamento entre Brasil e EUA.....	251
IV – Discurso de Vargas na Conferência do Rio de Janeiro.....	255
V – Convênio Político-Militar entre Brasil e EUA de 1942.....	258
VI – Decreto 10.358 de 31/08/1942.....	262
VII – Carta de Roosevelt a Vargas de 14/09/1942.....	263
VIII – Convênio político-militar entre Brasil e EUA de 1943.....	265
IX – Principais Conferências Internacionais durante a II Guerra.....	268
<b>Fontes e Bibliografia.....</b>	<b>271</b>
Fontes.....	272
Referências Bibliográficas.....	274

## INTRODUÇÃO

*Insultam-me ao repetir que quero a guerra. Serei louco? Mas a guerra nada resolveria! Só faria agravar a situação do mundo. Marcaria o fim de nossas raças que são elites, e, com o correr dos tempos, ver-se-ia a Ásia instalada no continente e o bolchevismo triunfante.*

*Adolf Hitler*

A pesquisa realizada versa fundamentalmente sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Esta guerra foi o evento histórico cuja dinâmica mais se aproximou daquilo que se pode conceituar como um confronto total e global.

A guerra total é o desenvolvimento último e radicalizado por que passou o conceito de guerra no Ocidente, estando atrelado às mudanças sociais, institucionais e tecnológicas provenientes das revoluções políticas e econômicas sucedidas na Europa nos séculos XVIII e XIX. Karl von Clausewitz, militar e teórico prussiano, em sua famosa obra *Da Guerra*, assevera ser ela um instrumento legítimo da política de Estado: “Guerra é política por outros meios”<sup>1</sup>. Com a ascensão do nacionalismo como alicerce da legitimação do Estado, a institucionalização do serviço militar compulsório em grande parte dos países europeus e o excepcional avanço tecnológico das armas e máquinas de guerra durante o século XIX, os Estados, no início do século XX, estavam aptos a manter e utilizar Exércitos gigantescos, ao mesmo tempo em que suas frotas navais disputavam a hegemonia nos mares com monstruosas belonaves que deslocavam milhares de toneladas. Malgrado o desenvolvimento do Direito Internacional, que de forma canhestra tentava regular as relações entre os países, o princípio da soberania estatal ainda era inatacável e o ditame clausewitziano estava em plena vigência. A Primeira Guerra Mundial foi o resultado desta ambiência política e social. Sua duração e morticínio causaram profundos traumas na civilização ocidental. O conceito de guerra total desenvolveu-se bastante durante o conflito e chegou a ser usado, na prática, nos anos finais da guerra.

---

<sup>1</sup> Karl von Clausewitz. *Da Guerra*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979.

A idéia, no entanto, seria aprimorada no período entre-guerras, apesar do pacifismo então pregado na Europa Ocidental. Um ambiente social tenso se disseminava pela Alemanha e Europa Central, onde graves crises econômicas e políticas, coadjuvadas por um exacerbado sentimento revanchista e chauvinista, tornavam a região propícia ao despertar de idéias belicosas. *Der Totale Krieg*, do Marechal alemão Erich Ludendorff, lançado pela primeira vez em 1936 na Alemanha, pode ser visto como uma exaltação à guerra total. Cinco pontos caracterizariam a guerra total para o militar alemão:

- 1) seu escopo, cobrindo todo o território das nações beligerantes;
- 2) sua característica nacional, que envolvia toda a população dos estados em guerra;
- 3) o uso indiscriminado da propaganda, visando fortalecer o moral interno da população e minar aquele da população inimiga;
- 4) a preparação para a guerra, que deveria ser iniciada antes mesmo do princípio de qualquer hostilidade, mas sempre contando com a sua futura eclosão;
- 5) a direção nacional do conflito, que deveria ser confiada a uma única liderança.<sup>2</sup>

Com isso, desaparecia a própria idéia de campo de batalha: todos eram inimigos. Ludendorff acreditava que a guerra total tornara os próprios conceitos clausewitzianos ultrapassados, principalmente aqueles que atestavam a supremacia da política sobre a guerra. Vencer a guerra era, agora, a meta política preponderante, daí a inversão do postulado clausewitziano mais famoso por Ludendorff: a guerra total tornou a política pouca coisa além do que a própria atividade militar. A política, em seu sentido estrito, tornara-se meramente um meio, e não dos mais importantes, para se atingir a vitória na guerra.

Quanto à sua característica global, basta lembrar que aqueles que dela participaram, direta ou indiretamente, além de seus contemporâneos, necessitaram ter bom conhecimento de geografia para poder acompanhar-lhe o desenrolar. Travaram-se combates nos mais diversos recantos do globo, da estepe russa às ilhas do Pacífico Sul, passando pelas desérticas e escaldantes areias do Norte da África.

---

<sup>2</sup> Hans Speier. "Ludendorf: The German Concept of Total War". In: Edward Mead Earle. *Makers of Modern Strategy – military thought from Machiavelli to Hitler*. New York. Atheneum, 1966, p. 315.

Embora certas áreas do planeta não tenham sofrido as ações militares da guerra, especificamente o hemisfério ocidental onde não se travaram quaisquer batalhas terrestres, todas elas foram, de alguma forma, profundamente atingidas pelo conflito.

Entre os historiadores e estudiosos da matéria, há discrepâncias quanto à efetiva duração das hostilidades, questão que se prende essencialmente à delimitação de seu momento inicial, já que quanto ao seu término não existem dissensões. Há hipóteses que marcam o início da guerra em 1937, 1938, 1939 e 1941. Efetivamente, em cada uma dessas datas ocorreram choques que evidenciavam um cenário internacional cada vez mais beligerante entre os países. Entretanto, entendemos a Segunda Guerra Mundial como um processo que durou cerca de uma década e no decurso do qual as crispções cada vez mais acirradas entre as grandes potências, degeneraram num conflito total e global. Destarte, podemos subdividir a guerra em três grandes etapas:

1ª - De meados dos anos 1930 até setembro de 1939, quando as potências que formariam o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) partiram para o exercício de uma política externa agressiva contra Estados mais fracos (Tchecoslováquia, Etiópia e China, respectivamente), utilizando-se da ameaça ou do uso concreto de força militar para alcançar os objetivos colimados, ao mesmo tempo em que estreitavam as suas relações, política e diplomaticamente;

2ª - O marco inicial dessa fase se dá a partir de setembro de 1939, quando ocorre a primeira reação das potências que propugnavam pela manutenção do *establishment* (França e Grã-Bretanha) contra os países agressores (no caso, a Alemanha). Daí, até dezembro de 1941, período que percebemos como fulcral na formação do futuro conflito total e global, as grandes potências da época serão sugadas para dentro da guerra;

3ª - De dezembro de 1941 até agosto de 1945, com a rendição japonesa, quando a guerra adquire o seu real escopo total e mundial, vindo findar apenas com a completa derrota e ocupação de um dos blocos beligerantes, neste caso o Eixo, afetando em seu curso todos os países independentes e semi-independentes do planeta.

É sobre estes marcos temporais que se delimita a nossa proposição de pesquisar a história brasileira do período, analisando os reflexos deste sistema internacional cada vez mais belicoso na política externa nacional e a gradativa e inexorável inserção brasileira na guerra mundial.

Desenvolvemos a pesquisa perseguindo quatro objetivos distintos, cada um deles relacionado com a natureza da guerra e inserido em uma etapa diversa do conflito.

Liminarmente, analisamos a natureza do conflito. Para tanto, fez-se necessária uma incursão prospectiva que fosse muito além das meras questões do equilíbrio de poder do sistema internacional, e que nos desse uma visão mais ampla do contexto mental da época. Assim, foi preciso nos debruçarmos por sobre as angústias, temores e anseios sociais do período anterior à guerra, a fim de podermos captar a ambiência de sua gestação, de suas motivações e de como tais fatores redundaram no conflito mais devastador da história, fazendo com que mesmo valores civilizacionais já cristalizados na cultura humana fossem postos de lado ou, o que é pior, subvertidos para sustentar uma justificativa de sua legitimidade. Além disso, mas de forma paralela, também levamos em conta os vetores geopolíticos das grandes potências da época, até para podermos melhor contrastar seus interesses com o papel a ser desempenhado pelos países periféricos.

A seguir, já focando a posição de uma América Latina complementar aos grandes centros econômicos da época, analisamos a bem sucedida política comercial brasileira nos anos que imediatamente antecederam o início da guerra, política esta que foi estudada a partir de um sistema internacional no qual as principais potências atuavam de modo cada vez mais autárquico e antagônico umas com as outras, e onde algumas delas, particularmente a Alemanha, já se aprestavam para lutar uma guerra em futuro próximo.

Em seguida, perquirimos acerca do gradativo envolvimento do Brasil na guerra européia e os ganhos da política externa brasileira nos quase três anos que vão de meados de 1939 a princípios de 1942, levando em principal conta o enredamento cada vez mais conspícuo dos Estados Unidos na guerra, preparando todo o hemisfério para ela, numa primeira mão com propósitos meramente defensivos, mas, posteriormente, já com intuítos ofensivos e metas verdadeiramente beligerantes. Demos especial destaque à importância política, econômica e estratégica que o Brasil tinha então para os Estados Unidos.

Adiante, está exposta e analisada a questão da formalização do estado de beligerância brasileira, em agosto de 1942, já no torvelinho de um conflito total e global, quando a própria dinâmica do confronto é aceita como o eixo que leva o governo brasileiro a declarar guerra a alemães e italianos. Discorremos a respeito do efetivo

engajamento brasileiro no conflito, analisamos as mudanças na sua estrutura militar, mormente em se considerando a justaposição do paradigma norte-americano por sobre a influência francesa na organização bélica do Brasil, e verificamos como estas ações concorreram para os novos rumos que seriam dados à política externa e interna do país, como conseqüência das próprias circunstâncias de envolvimento no conflito, além de realizarmos uma breve análise historiográfica sobre o que se escreveu a respeito da participação militar do Brasil na guerra.

Com base nos objetivos propostos, apropriamo-nos do instrumental necessário que nos permitiu aduzir as hipóteses levantadas, cujo cerne passamos agora a expor.

Nossa hipótese central é demonstrar o quanto o envolvimento de países periféricos, num momento de guerra total, é explicado muito mais por condicionantes deste sistema internacional em guerra, do que por suas decisões autônomas de participação no conflito. Assim, é nossa pretensão comprovar que os fatores sistêmicos são estruturadores e contingentes, isto é, são determinantes em situações específicas. A guerra total vai envolvendo a todos e impondo restrições às escolhas de cada um dos países. É aí que reside o seu poder estruturante no sistema internacional. Procuraremos evidenciar que o Brasil seria um caso demonstrativo desta hipótese.

É nosso entendimento que a guerra gera situações de grande incerteza, na medida em que ela se decompõe nos inúmeros combates que a conformam e que definem o seu resultado final. É nossa intenção evidenciar, subsidiariamente, esta desagregação em diversas situações de combate, que abre um espectro estratégico para a escolha intencional dos agentes, ainda que eles não controlem os efeitos e as conseqüências de suas ações. Dessa forma, se o envolvimento brasileiro foi resultado da condição sistêmica da guerra, o desenrolar dos combates, porém, abriu uma janela de oportunidade para o exercício do poder de barganha brasileiro.

Além do mais, a dissertação tem igualmente por finalidade encetar uma avaliação a respeito da política externa brasileira entre 1930 e 1945. Assim, afirma-se uma outra hipótese neste trabalho, qual seja, a constatação de que a política exterior brasileira passa a ser norteada fundamentalmente pela reestruturação da ordem capitalista interna, a partir do incremento acelerado do processo de formação do capital industrial, tornando-se um projeto nacional almejado por Vargas desde a sua assunção do poder, em 1930. Evidentemente que esta nova política econômica estava jungida a fatores que limitavam a sua plena realização, sendo o principal deles o financiamento.

Patenteada a impossibilidade de mobilização interna de todos os recursos necessários à viabilização de seu projeto de industrialização, Vargas passa a fazer intenso uso da política exterior. A articulação entre um projeto nacional alicerçado no setor industrial e uma política externa norteadas para a sua efetivação, atinge seu apogeu em 1941 com o início da construção da Companhia Siderúrgica Nacional, obra emblemática da política econômica de Vargas e fruto de denodadas intervenções da diplomacia brasileira que, ao fim e ao cabo, levaram o Brasil ao envolvimento na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, pondo fim à política de equidistância pragmática<sup>3</sup>.

Finalmente, estaremos demonstrando que o processo de envolvimento do Brasil na guerra está inserido na construção da hegemonia regional norte-americana, passo inicial para a efetivação da hegemonia global que se articularia após o término da guerra e se consubstanciaria no início dos anos 1990. O termo hegemonia aqui empregado merece uma cuidadosa explicação. A apropriação que fazemos do conceito de hegemonia se dá a partir da visão teórica de Antonio Gramsci. Há duas importantes vias que conduzem à idéia gramsciana de hegemonia. A primeira emerge dos debates travados na 3ª Internacional com relação à estratégia da Revolução Bolchevista e à criação de um Estado Socialista Soviético; a segunda, dos escritos de Maquiavel. Percorrendo a primeira via, alguns comentaristas (Christine Buci-Gluckmann, Hughes Portelli e Maria Antonietta Macciocchi) contrastaram o pensamento de Gramsci com o de Lênin ao alinharem Gramsci à idéia de hegemonia do proletariado e Lênin com a de ditadura do proletariado. O importante é que Lênin se referiu ao proletariado russo como classe dominante e dirigente, com o vocábulo dominante implicando em ditadura, e o vocábulo dirigente implicando em liderança consentida pelas classes aliadas (principalmente a classe camponesa).

Com efeito, Gramsci se apoderou de uma idéia que era corrente nos círculos da 3ª Internacional: os trabalhadores exerciam hegemonia sobre as classes aliadas e ditadura sobre as classes inimigas. Esta idéia foi aplicada pela 3ª Internacional apenas à classe operária e expressava o papel dessa classe em liderar uma aliança de operários, camponeses e talvez outros grupos que potencialmente apoiassem mudanças revolucionárias. A originalidade na abordagem de Gramsci jaz na mudança que ele promove nesta primeira via de abordagem: ele começou a aplicá-la à burguesia e aos aparatos ou mecanismos de hegemonia da classe dominante. Isto tornou possível a ele

---

<sup>3</sup> A respeito do conceito de equidistância pragmática, ver Gerson Moura, *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

distinguir os casos nos quais a burguesia havia obtido uma posição hegemônica de liderança sobre as outras classes, daqueles em que isso não ocorreu. No norte da Europa, nos países onde o capitalismo se estabeleceu primeiro, a hegemonia burguesa era mais completa. Isto necessariamente envolveu concessões para a subordinação dessas classes como retribuição à aquiescência com a liderança burguesa, concessões estas que poderiam levar a tipos de social-democracia que, ao mesmo tempo, preservassem o capitalismo e fossem palatáveis à classe trabalhadora e à pequena burguesia. A burguesia não precisou estar, com freqüência, diretamente à frente do Estado, porque a sua hegemonia estava firmemente entrincheirada na sociedade civil. Aristocratas rurais na Inglaterra ou *junkers* na Prússia poderiam fazê-lo para eles desde que reconhecessem as estruturas hegemônicas da sociedade civil como limites básicos da sua ação política.

Esta percepção de hegemonia levou Gramsci a ampliar a sua definição de Estado. Quando o aparato administrativo, executivo e coercitivo de governo está efetivamente estrangulado pela hegemonia da classe dirigente de uma formação social, torna-se sem sentido limitar a definição de Estado aos elementos de governo. Para ter um significado completo, a noção de Estado deve também incluir os sustentáculos da estrutura política da sociedade civil. Gramsci pensou nisso em termos históricos concretos: a Igreja, o sistema educacional, a imprensa, todas as instituições que ajudam a criar em um povo certas formas de comportamento e expectativas consistentes com a ordem social hegemônica. A hegemonia de uma classe dominante liga, portanto, as categorias convencionais do Estado com as da sociedade civil.

No que se refere à segunda via de acesso à idéia gramsciana de hegemonia, ela vem totalmente de Maquiavel e ajuda a alargar ainda mais o espectro potencial de aplicação do conceito. Gramsci avaliou o que Maquiavel escreveu, principalmente em *O Príncipe*, no que se refere à criação de um novo Estado. Maquiavel, no século XV, estava preocupado em encontrar a liderança e a base social que desse suporte à unificação da Itália; Gramsci, no século XX, com uma liderança e uma base de sustentação para uma alternativa ao fascismo. Onde Maquiavel procurava um príncipe individual, Gramsci buscava o príncipe moderno: o partido revolucionário engajado no desenvolvimento de um diálogo contínuo com a sua própria base de sustentação. Gramsci apropriou-se da imagem de poder pintada por Maquiavel, a de um centauro, meio homem e meio cavalo, a combinação necessária entre consentimento e coerção. Na medida em que o aspecto consensual do poder está à frente do processo político, a

hegemonia prevalece. A coerção é sempre latente, mas apenas aplicada marginalmente, em casos desviantes. A hegemonia é suficiente para assegurar a conformidade do comportamento da maior parte das pessoas na maior parte do tempo. A conexão com Maquiavel liberta o conceito de poder (e de hegemonia, como uma forma de poder) de seus laços com classes sociais historicamente específicas e confere uma aplicação muito mais ampla às relações de dominação e subordinação, incluindo, como é o caso presente, relações da ordem de poder mundial.

A discussão histórica ora proposta se situa no campo teórico das Relações Internacionais, e assim sendo, releva clarificar acerca de certos conceitos a serem utilizados, sua precisa definição e a razão de os considerarmos como os mais pertinentes.

Tudo o que se escreve no terreno das Ciências Humanas revela uma vertente teórica que, com uma dupla função descritiva e explicativa, perpassa a narrativa dando-lhe encadeamento lógico. Entendemos que a função descritiva de uma teoria, ainda que importante, seja subsidiária e subordine-se sempre à sua função explicativa. Isto significa afirmar que um modelo teórico poderá descrever menos, desde que o potencial explicativo do trabalho seja maximizado. Mas nunca é demais lembrar que o esforço humano para conhecer e explicar a realidade se defronta com barreiras intransponíveis, sendo, pois, a realidade total algo incognoscível.

Feita esta digressão, faz-se mister agora apontar as premissas fundamentais sobre as quais se alicerçará esta pesquisa. O viés a ser adotado será o da Escola Crítica, mesmo estando o nosso trabalho focado nas ações de Estado. É verdade que cabe aos realistas privilegiar o Estado como único ator nas relações internacionais, mas não há nenhuma inconsistência teórica em nossa formulação, desde que tomemos e entendamos o Estado dentro dos parâmetros propugnados pela Teoria Crítica.

Cabe aqui, sem dúvida, um histórico com algumas considerações referentes a este eixo teórico. A Teoria Crítica é uma das mais importantes, senão a mais importante, contribuição alternativa ao *main stream* teórico das relações internacionais. Na verdade apresenta uma crítica contundente à concepção realista como política de poder, questionando a sua pretensão científica das relações internacionais, em particular seu compromisso com o positivismo. Da mesma forma, a Teoria Crítica ampliou o leque de temas que deveriam ser prioritários nesta linha

de pesquisa, indo além das esferas tradicionais da segurança e da política externa e incluindo questões como o problema da mudança nas relações internacionais, os temas da hegemonia, da emancipação e da desigualdade, a centralidade (e não monopólio) do Estado como ator, o meio ambiente, as questões culturais, a integração das estruturas econômicas na reflexão sobre a política mundial, a ausência de uma dimensão ética na reflexão nesta área, o conceito de sociedade civil global, entre outras.

A teoria crítica trouxe o marxismo de volta para as Relações Internacionais<sup>4</sup>. Diferente da teoria da dependência, o marxismo da teoria crítica procura resgatar os elementos da obra de Marx que permitem uma visão não determinista e não economicista da realidade social. A teoria crítica se erige particularmente interessada nos escritos políticos e filosóficos de Marx nos quais estão presentes análises complexas de processos históricos, como as revoluções sociais na França e na Alemanha entre 1848-49, onde encontramos um lugar privilegiado para a ação política dos sujeitos envolvidos, para suas idéias e ideologias, bem como sua organização e estratégias.

Em ensaios clássicos como o *18 Brumário* e a *Guerra Civil na França*, pode-se perceber a preocupação de Marx em compreender as mudanças nas relações entre economia e política, tendo em vista as formas mais complexas de organização do Estado, que tornavam impossível simplesmente atribuir sua ação ao atendimento dos interesses econômicos da burguesia. No caso da França, por exemplo, o golpe de Luis Bonaparte se deu com o apoio de milícias compostas pelo *lumpen proletariado* e contra a burguesia. Isso não significa que o evento não tivesse um conteúdo de classe, mas sim que era preciso desenvolver uma análise diferenciada para entender porque não encontramos o padrão, descrito por Marx no *Manifesto Comunista*, que coloca o Estado como apenas um comitê a serviço da classe dominante.

Na verdade, a luta de classes pode assumir formas distintas e mais complexas do que a contraposição pura e simples entre burguesia e proletariado. Além disso, a dimensão econômica dos conflitos muitas vezes é superada por interesses políticos orientados para a conquista do poder do Estado por parte de grupos não vinculados diretamente ao universo da produção. Nesse sentido, os teóricos críticos rejeitam as leituras ortodoxas do marxismo, que tendem a transformá-lo em uma fórmula

---

<sup>4</sup> Ver Andrew Linklater. *Beyond Realism and Marxism: Critical Theory and International Relations*. Londres, MacMillan, 1990.

científica aplicável em qualquer tempo e lugar, para propor um marxismo mais próximo do próprio Marx, que reconhecia que toda teoria é relativa ao seu tempo histórico. Ou seja, é preciso recusar as versões deterministas do marxismo que viam a história como governada pela lógica inexorável da luta de classes, definida, por sua vez, pelas relações sociais de produção. Tal concepção esvazia os conflitos sociais de sua dimensão política, uma vez que passam a ser interpretados como expressão direta de contradições econômicas inscritas em estruturas sociais que determinam o que os atores fazem.

No início do século XX, vários acontecimentos mostraram como o marxismo tradicional era insuficiente para explicar e compreender a nova realidade em curso. A Primeira Guerra Mundial, por exemplo, colocou em evidência o lugar central do Estado e do nacionalismo como forças capazes de mobilizar grandes massas independentemente de suas divisões de classe. Como explicar um conflito de tais proporções com base apenas em fatores econômicos, uma vez que a guerra ocorreu em um período de grande prosperidade das economias européias? Da mesma forma, ao contrário do que sugeriam os marxistas tradicionais, a crise de 1929, que ameaçou a própria existência do capitalismo, não produziu revoluções socialistas, mas sim o nazismo, um regime autoritário e capitalista que levou a um enorme retrocesso nos movimentos revolucionários em toda a Europa, e a uma guerra interimperialista e antirevolucionária. Também aqui é necessário ultrapassar as explicações economicistas para encontrar as raízes políticas e ideológicas do fenômeno fascista.

A Teoria Crítica procura incorporar à análise marxista conceitos que ajudem a explicar o papel de fatores como o nacionalismo e o autoritarismo nos conflitos entre Estados e, para tanto, recorre aos escritos de Marx que abordam temas como a ideologia e a alienação. Tais contribuições são importantes porque, por meio delas, podemos desenvolver uma crítica da própria teoria, na medida em que a tornamos um objeto de análise historicamente situado. Assim como Kant, Marx faz a crítica da própria razão ao identificar os mecanismos que limitam nossa capacidade de compreensão da realidade ao mesmo tempo em que ameaçam nossa liberdade e autonomia.

O mais importante destes mecanismos é a alienação, que nos impede de distinguir a realidade objetiva de construções sociais destinadas a promover o interesse de uma classe. Na verdade, a alienação faz com que os indivíduos tratem

estruturas sociais resultantes da ação humana como um dado da natureza que dificilmente pode ser transformado pelos próprios seres humanos. Marx chamava a atenção, por exemplo, para o fato de a economia política clássica tratar a organização capitalista da produção como uma forma natural de produção de riqueza. Ou, ainda, o tratamento do mercado como a forma mais eficiente de circulação e troca de mercadorias porque resultante de uma evolução natural das sociedades humanas. À medida que encaramos aquilo que é produzido socialmente como algo natural, passamos a excluir uma gama enorme de possibilidades de transformação das situações de dominação, exploração e opressão do horizonte da política.

O problema está, justamente, no fato de não termos consciência e conhecimento das estruturas e processos que limitam a liberdade e perpetuam a desigualdade social e a dominação política, devido à alienação. Trata-se, portanto, de proceder a uma crítica da sociedade e das ideologias que alienam os seres humanos. Para tanto, faz-se mister compreender o desenvolvimento histórico da sociedade, suas contradições e formas de dominação, sempre com um interesse em transcendê-la na direção de uma ordem mais justa, livre e solidária. Dois pontos firmam-se, destarte, como fundamentais para a reformulação do marxismo promovida pela teoria crítica:

1º - O reconhecimento dos limites da razão (o que podemos saber) diante da complexidade das relações sociais e, portanto, a necessidade de fazer uma crítica às limitações das teorias da sociedade;

2º - A importância dos processos de aprendizado e produção do conhecimento para a análise dos conflitos e contradições da sociedade. A teoria é sempre relativa às condições históricas em que é formulada e, portanto, não pode ser erigida como verdade científica que transcenda seu contexto espaço-temporal.

Com base nessas premissas, os teóricos críticos procedem a uma crítica do próprio marxismo científico como uma “teoria tradicional”, ou seja, uma teoria que procura explicar a realidade como ela é, tomando-a como dada<sup>5</sup>. As teorias positivistas foram o alvo principal da Escola de Frankfurt, mas na medida em que o marxismo soviético perdeu sua capacidade de crítica para voltar-se à preservação do regime e à defesa dos interesses dos partidos comunistas, torna-se também uma

---

<sup>5</sup> Max Horkheimer. *Critical Theory: Selected Essays*. New York, Continuum, 1995.

teoria conservadora. É importante lembrar que, para os autores dessa escola, há uma relação estreita entre teoria e prática, entre a produção do conhecimento e a dominação social. Nesse sentido, a teoria crítica assume a tarefa de criticar a sociedade e criticar a teoria como um único movimento, sem o qual não é possível transformar o mundo.

Uma das características das teorias tradicionais é sua pretensão em abordar os problemas sociais de maneira análoga às ciências exatas, na busca de um rigor científico que julgam faltar às ciências sociais. A consequência dessa abordagem é adotar uma separação clara entre o sujeito que observa e o objeto observado, de maneira a alcançar, por meio de uma metodologia de pesquisa a mais exata possível, a melhor descrição dos fenômenos observados. O que se busca é identificar padrões e regularidades na ocorrência de certos eventos (como a guerra) de modo a poder fazer generalizações e formular teses sobre os mecanismos que governam o funcionamento das sociedades. Para que tais generalizações sejam precisas, de forma análoga às teorias das ciências exatas (como a teoria da gravidade), é necessário que o método empregado garanta que os interesses e valores do pesquisador não contaminem o fenômeno observado. Isto significa afirmar que o positivismo almeja uma ciência social livre de valores, cientificamente neutra, de modo a produzir teorias capazes de explicar a realidade e fazer previsões sobre as possibilidades de ocorrência de certos fenômenos.

Nas teorias das Relações Internacionais, o realismo é tido como uma “teoria tradicional” justamente porque busca compreender a realidade como realmente é, evitando a contaminação de crenças e valores em análises, o que leva a erros desastrosos. O problema com as teorias tradicionais é o seu conservadorismo, pois, ao considerar o objeto de estudo como algo dado, assumem que é imutável.

Por outro lado, os pensadores da Escola de Frankfurt, especialmente Max Horkheimer (1885-1973), propõem uma teoria crítica que esteja em sintonia com o seu tempo e que se caracteriza por ser interessada na transformação da realidade social, e não apenas na explicação daquilo que existe. Assim, a teoria crítica procura identificar as possibilidades de mudança na realidade observada, analisando tensões e contradições que questionem o equilíbrio de uma certa ordem social. A teoria, aqui, é avaliada segundo a sua capacidade de promover necessidades humanas concretas, e não, como o fazem as teorias tradicionais, por servir a uma

racionalidade técnica que, apesar de declarar-se neutra, produz dominação e alienação.

Para os teóricos críticos, o desenvolvimento da técnica nas sociedades industriais modernas não contribuiu para atender às suas necessidades, reduzindo as desigualdades sociais e a pobreza. Muito pelo contrário, o predomínio da técnica como paradigma das ciências marginalizou o que Kant chamava de razão prática, isto é, a consideração do que moralmente devemos fazer para atingir os fins que consideramos desejáveis. Por isso, os teóricos da Escola de Frankfurt afirmavam que a alienação nas sociedades modernas tinha mudado em relação ao tempo em que Marx escreveu sua análise do fenômeno, quando era a relação do homem com a máquina na nova divisão do trabalho que o alienava do fruto de sua atividade<sup>6</sup>. Contemporaneamente, é a penetração do saber técnico em todas as áreas da vida social, concomitante à formação de uma sociedade de consumo de massas, que torna o indivíduo alienado, porque não consegue mais distinguir entre o que é um saber autônomo e emancipatório e o que é um conhecimento que, apesar de parecer neutro, reproduz sua condição de submissão às necessidades do capital<sup>7</sup>.

Em suma, a teoria crítica da Escola de Frankfurt, desde o seu início em 1923, levou adiante uma reavaliação do pensamento social ocidental. Seu objetivo era descobrir porque o ideal do Iluminismo – conquistar a liberdade por meio da razão e do conhecimento – havia se transformado em uma jaula que aprisionava os seres humanos em regimes autoritários e em sociedades alienantes. A postura desses autores torna-se, portanto, bastante pessimista quanto ao potencial da razão de libertar-nos do jugo do absolutismo técnico e da perda da individualidade nas engrenagens da sociedade industrial.

Os pensadores da Escola de Frankfurt não fizeram nenhuma contribuição específica para a análise das relações internacionais. Exerceram grande influência, contudo, sobre um grupo de autores preocupados em renovar criticamente a teoria das Relações Internacionais, como Robert Ashley, Andrew Linklater ou Robert Cox. É precisamente nas idéias deste último autor que vamos basear a abordagem de nosso trabalho.

---

<sup>6</sup> Herbert Marcuse. “Philosophy and Critical Theory”. In: *Critical Theory and Society: a Reader*. S. Bronner; D. Kellner (org.). New York, Routledge, 1989, pp. 58-76.

<sup>7</sup> Herbert Marcuse. *One-Dimensional Man*. Boston, Bacon Press, 1964.

O canadense Robert Cox publicou uma série de artigos que se tornaram clássicos da perspectiva crítica das relações internacionais. Após anos de esforço para formular métodos científicos e neutros, encontramos um autor que afirma abertamente que “toda teoria é para algo e para alguém”<sup>8</sup>, ou seja, toda teoria é interessada em um estado de coisas, seja ele político, econômico ou social. Assim como fizeram os membros da Escola de Frankfurt, Cox defende a idéia de que toda teoria é relativa ao seu tempo e lugar e, portanto, não pode ser transformada em um modelo absoluto, aplicável universalmente, como se não estivesse associada a certo contexto histórico e político. As teorias têm sempre uma perspectiva, um olhar engajado com a realidade sobre a qual está refletindo, sendo influenciada ou influenciando tal realidade. Para Cox, não faz sentido separar, como fazem os positivistas, modelos científicos de teorias normativas. Uma boa teoria deve sempre ser consistente em seu método e em sua lógica. Da mesma forma, toda teoria é normativa no sentido de que sua origem reflete uma perspectiva sobre seu tempo, mesmo que pretenda transcender essa origem e tornar-se um discurso mais abrangente e duradouro sobre a realidade. Podemos diferenciar, por outro lado, as teorias que se pretendem neutras e universais daquelas que reconhecem seu caráter parcial e normativo. Às primeiras Cox chama de *problem solving theories* (teorias de solução de problemas) e às segundas de *critical theory* (teoria crítica).

As teorias de solução de problemas, como sugere o nome, estão voltadas para a análise do funcionamento das diferentes áreas de um sistema social, produzindo conhecimento especializado com vistas a solucionar entraves e desequilíbrios que comprometam o funcionamento do sistema. Essas teorias tomam o mundo como ele é, com suas relações de poder, instituições, atores, etc., e procuram identificar como as diferentes variáveis interagem, sem questionar se os problemas que se propõe a solucionar estão relacionados às características intrínsecas da sociedade. Nesse sentido, as teorias de solução de problemas nunca consideram a possibilidade de transformação de uma ordem como alternativa para corrigir desequilíbrios estruturais (como a desigualdade, a constante ameaça de guerra, etc.), assumindo, portanto, o perfil de uma teoria conservadora.

As teorias críticas, por outro lado, reconhecem o seu caráter relativo e historicamente situado. Ao contrário das teorias de solução de problemas, a teoria

---

<sup>8</sup> Robert Cox. “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”, In: *Neorealism and its Critics*. R. O. Keohane (org.). New York, Columbia University Press, 1986, p. 206.

crítica reconhece a necessidade de refletir sobre uma realidade em constante mudança e assume o seu interesse em transformar tal realidade no sentido de superar as formas de dominação existentes. Da mesma forma, na medida em que está em sintonia com a mudança, a teoria crítica procura sempre atualizar os seus conceitos de modo a ser capaz de melhor analisar o significado dos conflitos e contradições que movem os processos históricos. Vemos, então, que não existe aqui a pretensão à neutralidade científica, mas, apesar de estar claramente interessada nas alternativas à ordem vigente, a teoria crítica procura identificá-las a partir de rigorosa análise das condições existentes. Não se trata de uma visão utópica ou idealista, mas antes, de uma teoria que não se conforma em apenas explicar a realidade como ela é.

A partir dessa diferenciação, Cox procede à crítica do realismo, considerada uma teoria de solução de problemas. O realismo, bem como sua versão atualizada, o neo-realismo, podem ser classificados assim porque preenchem suas características básicas: adota uma metodologia científica que se quer neutra; apresenta-se como um saber técnico que visa a explicar a realidade como ela é e prescrever soluções para corrigir disfunções e desequilíbrios; considera-se uma teoria que transcende a história, ou seja, aplicável a qualquer contexto histórico. Kenneth Waltz, principal expoente do neo-realismo, justifica a ausência de qualquer análise de mudança em sua teoria afirmando que ela é muito rara nas relações internacionais.

Na verdade, a falta de interesse do realismo por processos de mudança reflete o seu conservadorismo e a sua preferência por uma ordem mundial dominada por um pequeno número de Estados poderosos. Esse interesse não é evidente porque o realismo apresenta o sistema internacional como sendo, por natureza, governado por uma lógica que privilegia as unidades mais poderosas e limita as possibilidades de mudança em sua estrutura anárquica. A teoria realista toma seu objeto de estudo (o sistema internacional) como um dado da realidade que não está sujeito aos questionamentos do analista. Para que isso seja possível, trabalha, segundo Cox, com três suposições: que a natureza humana é egoísta; que a natureza dos Estados é maximizar o poder para garantir sua segurança; e que a natureza do sistema internacional é anárquica e, portanto, conflituosa. Ao tratar os três níveis de análise como determinados por dados da natureza, o realismo os torna imunes à crítica e, efetivamente, imutáveis. A Teoria Crítica nega que a realidade social seja imutável e afirma que Estados e sistemas de Estados não são governados pela natureza, mas sim resultado da ação humana e em constante mudança. Nesse contexto, o realismo

assume os contornos de uma técnica preocupada, fundamentalmente, com a produção de equilíbrios que preservem a ordem internacional.

Para Cox, o realismo não pode ser considerado neutro. Ao contrário, ao tratar o mundo da anarquia e da política de poder como natural, tem um papel decisivo na reprodução das estruturas da política mundial tal como elas existem e na exclusão de alternativas que visem a transformá-las. Ao tratar seu objeto de análise como um dado, a teoria realista fixou suas características de tal forma a torná-lo, de fato, imutável. É desse ponto de vista que os críticos afirmam que a teoria não reflete simplesmente o real, mas também o molda. A separação rígida entre sujeito e objeto é falsa. Há uma relação dialética entre teoria e prática, fazendo com que as contradições do real, que impulsionam as mudanças, tenham impactos na atividade intelectual.

É importante frisar que Cox não descarta a relevância das teorias de solução de problemas. Elas contribuem de forma decisiva para explicar o funcionamento de sistemas relativamente estáveis. Em períodos de maior instabilidade e turbulência, contudo, essas teorias reafirmam a continuidade e a noção de que, ainda que haja mudanças marginais, elas não são importantes porque a história tende a se repetir. Por isso, o realismo continuou a dizer que pouco havia mudado com o fim da Segunda Guerra ou da Guerra Fria e que, em ambos os casos, uma nova balança de poder logo se formaria. Cox chamou a atenção para o absurdo dessa posição e propôs uma nova abordagem que desse conta do dinamismo e das mudanças na política internacional.

Inspirado na obra de Antonio Gramsci, Cox desenvolve um modelo no qual tenta incorporar três dimensões básicas para entendermos a dinâmica da política mundial: a dimensão **vertical** das relações internacionais; a relação entre Estado e Sociedade Civil; e a dinâmica do processo produtivo. Esses pontos distinguem a Teoria Crítica do realismo, na medida em que tratam de aspectos normalmente ausentes em suas análises. As relações de poder no realismo, por exemplo, são **horizontais**, ou seja, baseadas nas diferentes capacidades de poder dos Estados. A tradição marxista que inspira a Teoria Crítica dirige seu foco para a dominação dos Estados mais ricos e poderosos sobre os mais fracos, como nas teorias do imperialismo. Cox acredita que seja necessário compreender melhor como se estruturam essas relações verticais de poder na política mundial e, para tanto, introduz o conceito gramsciano de **hegemonia** para analisar como as ordens

mundiais formam relações hierárquicas que não são necessariamente imperialistas, mas muitas vezes baseadas numa combinação de consenso e coerção. Ao contrário do realismo, portanto, a hegemonia não deve ser entendida apenas como a supremacia dos Estados mais poderosos, mas também como uma relação na qual as potências assumem um papel dirigente com base em uma combinação de capacidades materiais (podem ser capacidades produtivas ou de destruição, no caso de armamentos, assim como a tecnologia e a organização burocrática do Estado), idéias (podem ser idéias compartilhadas por meio de comunicação intersubjetiva – cultura, regras sociais – ou visões de mundo sobre o que é desejável ou legítimo – ideologias) e instituições (são amálgamas de idéias e poder material cristalizadas em um arranjo jurídico-político que influenciam diretamente a ação dos atores e se tornam o terreno privilegiado para as disputas políticas) que convençam os demais Estados das vantagens daquela ordem para o conjunto do sistema<sup>9</sup>.

Outra suposição problemática do realismo diz respeito à concepção unitária do Estado e à sua igualdade funcional. Para que a lógica da anarquia corresponda à descrição realista, é preciso considerar os Estados como tendo objetivos semelhantes (a segurança) e uma mesma racionalidade que os impele a maximizar seus retornos diante de seus competidores. Cox mostra-se cético quanto a essas hipóteses, argumentando que, nas diferentes ordens mundiais nos últimos dois séculos, encontramos formas de Estado distintas que, quase certamente, correspondem a comportamentos diferenciados no plano internacional. As diferenças entre as formas de Estado da *Pax Britannica* (período de hegemonia inglesa no século XIX) e aquelas da *Pax Americana* (período de hegemonia dos Estados Unidos construído a partir da Segunda Guerra Mundial), por exemplo, podem ser identificadas na relação entre Estado e Sociedade Civil, que muda nos diferentes contextos históricos. O Estado do período da *Pax Americana* é muito desenvolvido burocrática e administrativamente e, por isso, mais autônomo na definição de seus interesses. Para Cox, as unidades de análise nas relações internacionais devem ser os complexos *Estado/Sociedade Civil*.

Finalmente, a teoria crítica, tal como proposta por Cox, considera indispensável incorporar as mudanças nos processos de produção e análise das relações internacionais. Sabemos que o realismo trata a política internacional como

---

<sup>9</sup> Idem, p. 99

uma esfera autônoma, na qual os atores definem seus interesses em termos de poder. A Teoria Crítica, contudo, nega a possibilidade de separar a política da economia e afirma que as relações de poder na esfera da produção estão em relação constante com as relações de poder entre Estados.

Dessa forma, uma análise da política internacional não pode prescindir de um enfoque sobre a dinâmica do capitalismo mundial. Quando estudamos a ordem mundial imediatamente anterior à Segunda Guerra, não o podemos fazer sem levarmos em consideração a crise econômica dos anos 1920 e as contradições dela decorrentes, além das situações conflitivas inerentes à ordem assim estabelecida; ao fazermos o mesmo no que se refere à ordem mundial do pós-guerra, não podemos deixar de considerar a formação do sistema econômico global, abrangendo as finanças, o comércio e o investimento, como estrutura fundamental para a consolidação daquela ordem e da hegemonia norte-americana.

Vemos, portanto, que o esforço da Teoria Crítica se concentra na tentativa de integrar, em uma visão complexa e abrangente, o universo da política, da produção, das estruturas internacionais e dos conflitos de classe em um enfoque teórico cuja qualidade principal, segundo nossa avaliação, é sua historicidade, ou seja, ser capaz de trabalhar com conceitos que levem em conta as forças que transformam os contornos da ordem mundial. É dessa forma que pretendemos observar e analisar o objeto do nosso trabalho. Esse enfoque que se quer materialista e histórico, e não estático como o realismo, concebe as estruturas sociais de uma forma não mecanicista nem determinista, mas sim como construções históricas que combinam condições materiais, idéias e instituições que constroem a ação dos atores. Trata-se, portanto, de uma versão do marxismo que rejeita o materialismo vulgar característico de suas versões tradicionais, nas quais o movimento da história corresponde ao movimento das forças produtivas.

Exatamente pela relevância da historicidade é que importa considerar o contexto de época e aí inserir o Brasil através das múltiplas visões que os historiadores construíram concernentes a esta conjuntura. A produção historiográfica sobre a política exterior do Brasil e sua participação na Segunda Guerra Mundial é considerável e de grande relevância acadêmica, sendo o caso de se indagar o porquê de nos debruçarmos sobre a matéria. A razão primacial encontra-se na abordagem pretendida.

Uma excelente forma de classificação para os inúmeros trabalhos produzidos acerca do assunto é distinguí-los a partir do nível de análise predominante em cada um deles. Alguns avultam com mais veemência o processo de tomada de decisões dentro do Estado brasileiro, enquanto outros se debruçam sobre a análise da atuação do Brasil especificamente através de condicionantes sistêmicos, estruturais. O trabalho que se pretende desenvolver aproximar-se-á da perspectiva sistêmica, uma vez que à estrutura internacional caberá o papel de elemento preponderante. Não será, todavia, mais um estudo sistêmico de política exterior brasileira durante a guerra. O Brasil aqui será tratado apenas como um caso, dentre outros possíveis de serem tratados dentro deste contexto, onde a guerra pela hegemonia, seu desenvolvimento e a estratégia das grandes potências em luta são o cenário principal, balizando o comportamento internacional dos países periféricos. Será, portanto, um estudo em que, fundamentalmente, estaremos imbricando tanto as perspectivas de abordagem sistêmicas, isto é, de *fora para dentro*, como as que se situam numa ótica eminentemente brasileira, conjuntural, ou seja, de *dentro para fora*, buscando, assim, uma prospecção mais profunda, multifacetada, que não nos dê uma visão instrumental, mas sim uma angulação crítica.

Dentre os autores que abraçaram o estudo do Brasil naquele momento, os brasilianistas Stanley Hilton e Frank McCann são bons exemplos de historiadores que priorizaram aspectos conjunturais como explicação para o envolvimento do Brasil na guerra<sup>10</sup>. As relações internacionais brasileiras são vistas por um viés essencialmente personalista, em que os valores e decisões dos *policy makers* brasileiros e estrangeiros são fundamentais para explicar a ação do Brasil no sistema internacional. Como muito bem observa Gerson Moura, estes autores estudaram a política externa brasileira sob um ponto de vista basicamente doméstico, no qual a cultura política das elites brasileiras interagiria com a das elites estrangeiras que mantinham substanciais relações com o Brasil, sendo tais relações, pois, o objeto central para a compreensão da política externa do país<sup>11</sup>. Esta tendência seria proveniente, em larga escala, da alentada pesquisa documental empreendida por estes autores, revirando inúmeros arquivos e entrevistando uma miríade de figuras

---

<sup>10</sup> Ver Stanley E Hilton. *O Brasil e as Grandes Potências (1930-39): os aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977 e Frank D. McCann Jr. *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-45*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1995.

<sup>11</sup> Gerson Moura. *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 37.

de relevo, cujos depoimentos eram necessários para a reconstituição política da época.

Hilton mantém seu foco voltado para os aspectos comerciais da política exterior brasileira. Seu livro trata principalmente do período até setembro de 1939, e os perfis e citações de lideranças presentes em seu trabalho são daqueles que tinham peso na política econômica, tanto do Brasil como de seus principais parceiros comerciais. Lá estão Valentim Bouças, assessor econômico do Presidente Vargas; Sousa Costa, Ministro da Fazenda de 1934 a 1945 e Hjalmar Schacht, Ministro da Economia do Reich (1934 – 1937) e Presidente do Reichsbank (1933 – 1939), além da presença dos políticos e diplomatas mais conhecidos e influentes em todas as áreas de atuação de seus respectivos Estados, como Getúlio Vargas, Franklin Roosevelt, Oswaldo Aranha, Cordell Hull e Sumner Welles, dentre outros.

McCann baliza seu estudo nas relações político-militares Brasil-Estados Unidos, principalmente durante a guerra, e por isso mesmo marcam presença em seu trabalho, além das personagens acima aludidas, importantes lideranças militares, como o General Eurico Gaspar Dutra (Ministro da Guerra de 1936 a 1945), o General Mascarenhas de Moraes (Comandante da Força Expedicionária Brasileira – FEB) e o General Mark Clark (Comandante norte-americano do V Exército, unidade aliada à qual se subordinava a FEB).

O detalhamento factual destes trabalhos tem inestimável valor histórico. É preciso destacar, todavia, que este dado muitas vezes acaba por confundir o pesquisador, que dá exagerado valor a pessoas e decisões que estão, na maioria das vezes, sob efeitos estruturais poderosos. Na conclusão de seu livro, Hilton enfatiza o oportunismo e a artilosidade dos estadistas brasileiros, que mantiveram firme seu compromisso formal com o livre-comércio em relação aos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que conservavam, e mesmo ampliavam, o comércio compensado com a Alemanha<sup>12</sup>. Fica evidente no trabalho do autor, a imputação aos estadistas norte-americanos de um ingênuo idealismo, ao mesmo tempo em que vê, nos seus parceiros brasileiros, um realismo altamente pragmático e profícuo, comprometido acima de tudo com o interesse nacional, capaz de ludibriar os dirigentes do poderoso vizinho do hemisfério norte. Uma análise mais atilada demonstra claramente que a “complacência” das autoridades de Washington, no que se refere ao comércio

---

<sup>12</sup> Stanley E. Hilton *Op. Cit.*, p. 339.

bilateral Brasil-Alemanha, foi um ato proposital. Entendia-se tal comércio como um mal menor tolerado para o fortalecimento dos objetivos políticos norte-americanos, que visavam precipuamente a consolidação de seu sistema de poder na região, por via da coesão hemisférica e da disseminação dos ideais pan-americanos. Portanto, a manutenção dos princípios contidos na Política de Boa Vizinhança tinha prevalência estratégica sobre os interesses comerciais imediatos do país. O grau de autonomia política atribuída aos estadistas brasileiros é, no mínimo, superdimensionado.

Gerson Moura, em seu trabalho *Autonomia na Dependência*, salienta desde o início a necessidade de que se destaquem os fatores estruturais, presentes no sistema internacional, delimitando as opções e o campo de ação da política exterior de qualquer país<sup>13</sup>. Seu substrato teórico é bastante rico, trazendo uma literatura específica ao campo das Relações Internacionais para a análise da política externa brasileira no período<sup>14</sup>.

O livro de Moura é pioneiro, no sentido em que procura combinar as influências sistêmicas com os fatores conjunturais, de política interna. É o que o próprio autor denomina de análise interativa. O brilhantismo intelectual presente em seu estudo e o sucesso obtido, expressando-se num ângulo de visão inovador no campo de análise da política exterior brasileira, merecem ser exaltados. Todavia, no que tange ao período em foco, a adoção de tal perspectiva não é, de modo algum, imprescindível. Na verdade, uma argumentação fundamentalmente estrutural mostra-se como a maneira mais simples e concisa de descrever e explicar o comportamento internacional de um país periférico em meio a um conflito global. A interatividade seria realmente proveitosa para a análise da política exterior das grandes potências em guerra, como os Estados Unidos, a Alemanha ou a União Soviética, ocasião em que os fatores conjunturais e estruturais tinham peso relativamente parêlo. Países dotados de uma considerável parcela do poder relativo presente no sistema internacional, estas potências tinham real condição de, interagindo com outros atores internacionais, dar uma contribuição efetiva e individual para a própria configuração do sistema internacional que os condicionava. Isto equivale afirmar que elas se encontravam em processo dialético, participando ao mesmo tempo como atores e objeto dos constrangimentos estruturais existentes. O

---

<sup>13</sup> Gerson Moura. *Op. Cit.*, p. 37.

<sup>14</sup> Com destaque para Graham T. Allison *Essence of Decision, Explaining the Cuban Missile Crisis*. Boston, Little Brown, 1971 e Hans J. Morgenthau *Politics Among Nations*. New York, A. Knopf, 1971.

próprio Moura, num outro livro seu, tratando mais aprofundadamente a inserção do Brasil na guerra<sup>15</sup>, dá um relevo bem mais consistente ao panorama internacional do que aquele apresentado em seu estudo anterior. O diferencial de poder entre os dois parceiros na aliança Brasil-Estados Unidos e a queda da relevância estratégica brasileira, são pontos sublinhados durante o período de beligerância do país. Este dado, a priorização dos aspectos estruturais, exatamente no decorrer do período em que a guerra se tornou efetivamente global e total, tem grande relevância para esta pesquisa.

Outro autor, Roberto Gambini, foi, pelo que sabemos, o primeiro brasileiro a lidar precipuamente com o tema. Seu livro é uma adaptação de sua dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Chicago, no início dos anos 1970<sup>16</sup>. É também o primeiro livro sobre o tema que poderíamos classificar dentro da área de ciência política, pólo de concentração das pesquisas do autor. Fontes primárias disponíveis nos Estados Unidos foram profusamente consultadas, incluindo-se artigos de jornais e periódicos importantes da época. Todavia, está ausente em seu trabalho consulta a fontes primárias nacionais importantes, como documentos e discursos de personalidades brasileiras do período. O próprio autor comenta sua falta de acesso a estas fontes<sup>17</sup>, fazendo votos que outros levem em conta este material em pesquisas futuras sobre o assunto. Efetivamente, Moura e McCann realizariam seus trabalhos examinando acuradamente os arquivos pessoais de Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, dentre outros.

Gambini tem uma abordagem eminentemente estrutural, tendo como base teórica os trabalhos de Gunder Frank, onde se enfatiza o caráter de dependência mútua entre centro-periferia existente num sistema internacional em que, subjacente às relações entre Estados, vigora, em termos econômicos, o modo de produção capitalista. O desenvolvimento de um e o subdesenvolvimento de outro não são fatos apartados, mas, muito pelo contrário, fenômenos de um mesmo todo, em que a transferência de excedentes econômicos da periferia para o centro só aprofundaria o fosso existente entre as duas regiões, e onde o desenvolvimento das regiões periféricas só se faria em eventuais crises no centro do sistema, como colapsos

---

<sup>15</sup> Gerson Moura. *Sucessos e Ilusões – Relações Internacionais do Brasil Durante e Após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

<sup>16</sup> Roberto Gambini. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: Influência Americana e Alemã no Estado Novo*. São Paulo, Editora Símbolo, 1977.

<sup>17</sup> Idem, p. 19.

econômicos e guerras mundiais. Os anos 1930 e a primeira metade dos 40 seriam um exemplo padrão deste fenômeno. Gambini faz um adendo a este modelo mostrando, através do caso brasileiro, como, dentro de um limitado período temporal, um país periférico pode desfrutar de certa capacidade de barganha em razão de uma conjuntura internacional onde dois centros produtivos se achavam em disputa. Esta pontual capacidade de barganha vislumbrada pelo autor não o faz correligionário de uma visão autonomista da política externa nacional de então. Pelo contrário, observando a situação de duplicidade brasileira em face da disputa comercial Brasil-Alemanha pelo país, Gambini salienta que “(...) diante das injunções, a posição de uma economia periférica não pode ser outra que a de ajuste a alternativas traçadas a partir de fora”<sup>18</sup>. Em relação à posição brasileira durante a fase de formação do conflito hegemônico Estados Unidos-Alemanha, o autor vai mais além, comentando que “(...) o Brasil se inseria num contexto continental que progressivamente o compelia para a área Pan-Americana(...) as opções do regime acabavam sendo, em termos estruturais, apenas aparentes”<sup>19</sup>. Trocando em miúdos, a barganha era possível, mas jungida estritamente a limites de tempo, escopo e parceiros disponíveis.

Marcelo de Paiva Abreu também coloca grande peso na incapacidade de ação autônoma pelo Brasil durante os anos 1930-1940. Centrando seus estudos na política econômica brasileira, Abreu, ao contrário de Hilton, destaca como objetivos estratégicos de longo alcance fizeram os norte-americanos tolerarem o comércio compensado do Brasil com a Alemanha, executado até 1939, e, no período subsequente, aceitaram negociar o apoio brasileiro cumprindo, na medida do possível, as demandas nacionais, quais sejam, construção de uma siderúrgica no território brasileiro e modernização das forças armadas nacionais através do fornecimento de material bélico atualizado. A explicação primordial para a forma com que se efetuou o alinhamento brasileiro ao bloco de poder norte-americano estaria no próprio auto-interesse esclarecido deste último que, fazendo concessões aos decisores brasileiros (perdas comerciais, desvio de recursos bélicos e técnicos para industrialização e abastecimento de armas para forças armadas sem utilidade prática para a guerra), conseguiram o alinhamento certo e pacífico do país no

---

<sup>18</sup> Idem, p. 114.

<sup>19</sup> Idem, p. 69.

momento em que os Estados Unidos formalmente se comprometiam com a guerra e esta se alastrava por todo o planeta.

O autor desconsidera a existência da chamada “opção alemã” do governo Vargas em 1940, o que denota a grande acuidade com que Abreu percebe as restrições impostas pelo sistema internacional à política exterior do país<sup>20</sup>. Neste momento, já era claro que o país faria parte da esfera de poder norte-americana, por razões tanto de distribuição relativa de poder no sistema internacional, como por motivos geográficos e tecnológicos. Abreu, em suas próprias palavras, descreve seu trabalho como “um estudo de como foram construídas as fundações da hegemonia norte-americana no Brasil durante os anos 30 e a Segunda Guerra Mundial”<sup>21</sup>. Sem dúvida, o enfoque do autor aproxima-se muito com o proposto neste estudo, a despeito de sua centralidade no viés econômico.

Todos os autores citados acima têm como ponto de partida para as suas análises o Brasil. Ainda que reforcem o argumento sistêmico, acabam por dotar o país de uma aura de especificidade. Nosso alvo é demonstrar o quanto o envolvimento de países periféricos, no contexto dessa guerra total, é explicado muito mais por condicionantes desse sistema internacional em guerra, do que por suas decisões autônomas de participação no conflito. O Brasil seria um caso demonstrativo disso.

Uma das características que mais salta aos olhos na literatura existente é o tratamento da política exterior brasileira como um *continuum*. A existência de um ambiente internacional que se tornava cada vez mais conflituoso com o passar dos anos, durante a década de 30, parece não ter o devido destaque. O mesmo ocorre com o próprio processo de escalada da guerra que, iniciada em 1939 e circunscrita a regiões específicas (Europa Central e Ocidental e Extremo Oriente Asiático), em fins de 1941 já havia tragado as grandes potências mundiais para o seu interior e passava a abranger todo o globo.

A tendência de isolamento nos estudos e análises da política externa brasileira durante a guerra tem uma forte conexão com a própria subalternidade do continente sul-americano em relação aos principais *fronts* de combate e centros de produção industrial para a guerra. Essa distância em relação à guerra, presente não

---

<sup>20</sup> Marcelo de Paiva Abreu. *Brazil and the World Economy, 1930-1945: Aspects of Foreign Economic Policies and International Economic Relations under Vargas*. Tese de Doutorado, Cambridge, 1977, cópia reprográfica, p. 216.

<sup>21</sup> Idem, p. 251.

só nesses trabalhos, mas no próprio cotidiano da maioria de brasileiros que viveu aqueles tempos, acaba por realmente passar uma falsa visão de insulamento do Brasil frente ao conflito mundial que se desenrolava. São sobre estas fundações que surgem as imagens de extrema autonomia dos estadistas brasileiros, que podiam aguardar o melhor momento para participar do conflito, sopesando o que cada um dos blocos antagônicos de poder ofereceria como prêmio ao país para tê-lo ao seu lado na guerra. Nada menos verdadeiro.

Para dar curso aos objetivos propostos e afirmar as hipóteses suscitadas, nosso trabalho foi estruturado em torno dos eventos que consideramos mais relevantes à discussão, tanto nos aspectos conectados à guerra em si, aí se inserindo as grandes questões que afligiram as principais potências da época, como também a periferia latino-americana, e neste caso tomando-se o Brasil como eixo central da nossa análise. A seleção que fizemos dessas questões não pretende ser exaustiva e, certamente, a abordagem de alguns eventos considerados importantes por muitos autores ficarão de fora dessa nossa seleção. No conjunto, decidimos privilegiar, no plano geral da guerra, as contradições entre algumas das vertentes teóricas de análise; no que concerne ao Brasil e à América Latina, tomando por base a Teoria Crítica, procuramos avultar o processo de construção de hegemonia dos Estados Unidos a partir das questões intestinas da região e de como esse processo acarretou na inserção brasileira na guerra.

Assim, estruturamos esta dissertação em quatro capítulos, cada um deles cumprindo um dos objetivos propostos, tendo o primeiro capítulo o escopo de contextualizar a Segunda Guerra Mundial e discutir as motivações e angústias sociais que a perpassaram, bem como analisar os vetores geopolíticos conducentes às tomadas de decisão das principais potências envolvidas. No segundo capítulo, analisamos as questões do comércio internacional nos anos 1930, e as relações entre os países centrais e os periféricos no período, aí se pondo um foco especial nas relações político-econômicas do Brasil com os EUA e a Alemanha. No terceiro capítulo analisamos as ações do governo norte-americano no sentido de ampliar a sua zona de segurança até a América do Sul, e as negociações para a montagem de uma defesa hemisférica, na qual avulta o papel estratégico do Brasil. Analisamos, igualmente, as demandas e barganhas feitas pelo governo brasileiro como condições para o alinhamento aos Estados Unidos, além dos próprios interesses do Brasil naquela contingência. No quarto e último capítulo, estudamos as circunstâncias que levaram o Brasil à guerra, principalmente a

ofensiva submarina alemã no Atlântico, e as negociações que levaram o Brasil efetivamente ao teatro de operações do Mediterrâneo na Itália. Fazemos, também, um breve relato da participação da FEB na frente de batalha e dos problemas enfrentados pelo exército brasileiro para se adaptar às novas concepções táticas e estratégicas. Isso posto, de posse dos elementos decorrentes da análise encetada, na Conclusão comprovamos as hipóteses aduzidas, fazendo uma descrição estilizada, em termos de longa duração, da constituição daquilo que denominamos de sistema de poder capitalista e a confrontamos, para melhor demonstração das hipóteses, com os eventos narrados no decorrer do trabalho.

Desta forma, entendemos que a nossa dissertação traz, como marco diferencial ao que já se escreveu sobre o tema, a vertente teórica da abordagem, isto é, a Teoria Crítica. Praticamente todos os estudos sobre a Segunda Guerra Mundial e sobre a participação brasileira neste conflito se pautam ou no realismo, privilegiando as questões de segurança e poder, ou no marxismo, focando as questões econômicas e de luta de classes, ou ainda são trabalhos meramente descritivos. A nossa visão procura ser mais ampla e profunda, demonstrando a imbricação da política à economia, do Estado à Sociedade Civil, e a verticalização que hierarquiza a política internacional e nos leva às questões hegemônicas. Até onde sabemos, o tema ainda não foi exposto desta forma aqui no Brasil, nem tivemos em mãos nenhum trabalho feito fora do país que contemplasse o assunto com esse viés teórico. Com isso, pretendemos contribuir para a ampliação do espectro analítico do tema e para as reflexões e discussões que visem alargar o conhecimento sobre a matéria.

Feitas estas considerações introdutórias, que desvelam a estrutura de nossa pesquisa, seu viés teórico e as intenções que nos moveram à sua realização, podemos passar diretamente à sua exposição.

## CAPÍTULO I

### A NATUREZA E A GEOPOLÍTICA DA II GUERRA MUNDIAL

*O desejo de todo Estado e de seus governantes é alcançar uma condição de paz perpétua, através da conquista de todo o mundo.*

*Immanuel Kant*

A expressão “Segunda Guerra Mundial” refere-se a vários conflitos, alguns relacionados, outros independentes, travados por Estados Nacionais durante um período de seis anos, a partir de 1939, embora já tivessem ocorrido confrontos preliminares em 1931. Basicamente, a guerra terrestre, aérea e naval se deu em dois teatros principais: um foi a Europa, num conflito que extravasou até às campanhas da África e aos combates no Atlântico, e o outro foi a Ásia e o Pacífico. E à medida que os combates se alastravam, a guerra marítima espalhou-se para todos os mares e oceanos.

Em um século de guerras sangrentas e destrutivas sem paralelo, os seis anos que se seguiram a 1939 foram inigualáveis em termos de ferocidade. Os dados estatísticos acerca do conflito são estarrecedores: sessenta milhões de homens em armas, entre 45 e 50 milhões de mortos (a maioria da população civil) como resultado direto dos combates, ou “80 milhões de pessoas, se se contar também as que morreram por fome e doença, como resultado direto da guerra – oito vezes mais do que na Primeira Grande Guerra”<sup>22</sup>. Ao todo, cerca de 4% da população mundial da época, e tudo em escassos cinco anos. Os números da Segunda Guerra Mundial estão aí para demonstrar a validade da alternativa histórica que Rosa Luxemburgo colocara imediatamente após a Primeira Guerra Mundial: “Socialismo ou Barbárie”. Nenhuma outra guerra se revelou tão generalizada e dispendiosa, tão obediente aos preceitos de guerra total e global lançados por Ludendorff em seu livro de 1936, *Der Totale Krieg*. Nenhuma outra guerra teve repercussões tão abrangentes, não apenas para os combatentes, mas também para os que permaneceram neutros, o que explica porque Kenneth Waltz, ao revisitar a teoria das relações internacionais, afirma que “na história moderna somente a Segunda Guerra

---

<sup>22</sup> Ernest Mandel. *O Significado da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Ática, 1991, p. 182.

Mundial teve a função de transformar o sistema internacional”<sup>23</sup>. Em pleno século XXI, é possível se identificar o seu legado pelas atitudes e antipatias mútuas de várias nações. As feridas da memória, da aversão e da desconfiança demoram muito a sarar, se é que saram. Para muitos, nas proféticas palavras de Lênin, “a paz foi apenas uma continuação da guerra por outros meios”<sup>24</sup>.

Todo grande acontecimento histórico, por mais importante que seja, pode e deve ser compreendido dialeticamente, isto é, com potenciais elementos preexistentes e com desdobramentos posteriores. As causas da Segunda Guerra Mundial, para a maior parte dos historiadores, têm sua origem política mediata nos tratados de paz que os países aliados da Primeira Guerra Mundial, especialmente Grã-Bretanha e França, impuseram às potências centrais: o de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919 com a Alemanha; o de Saint-Germain-en-Laye, de 19 de setembro de 1919 com a Áustria; o de Neuilly, de 27 de novembro de 1919 com a Bulgária; e o de Trianon, de 2 de junho de 1920, com a Hungria. Do ponto de vista social, esta origem está marcada pela Revolução de Outubro de 1917 que deu nascimento à União Soviética e à difusão do ideário socialista que, com maior ou menor monta, iria levar as potências ocidentais ao desenvolvimento de políticas que facilitaram a ação nacional-socialista na Europa. Portanto, a Segunda Guerra Mundial foi simultaneamente um conflito interimperialista (contradições nacionais) e contra-revolucionário (contradições sociais ou de classes) em que a destruição da União Soviética visava interromper de vez o processo revolucionário de 1917, já seriamente abalado pelo isolamento da revolução soviética (e sua principal conseqüência, a emergência do stalinismo) e pela vitória do nazismo na Alemanha, com a conseqüente derrota histórica do mais importante proletariado ocidental. A evidência explícita do caráter contra-revolucionário do caminho político que levaria à Segunda Guerra Mundial está também no fato de que a aliança Alemanha-Itália-Japão, configurada na década de 30 e que seria um dos blocos do conflito, autodenominou-se **Pacto Anti-Komintern**, isto é, explicitamente dirigido para conter a expansão mundial do comunismo.

A chegada de Hitler à chancelaria em 1933, depois de obter uma significativa maioria relativa em processo eleitoral democrático, assustou liberais, social-democratas, comunistas e outras tendências, nos governos ou nas oposições. Mas durante anos, provavelmente até depois de iniciada a guerra, muitos supunham que, em última

---

<sup>23</sup> Kenneth Waltz. *Teoria de la Política Internacional*. Buenos Aires, GEL, 1988, p. 362.

<sup>24</sup> V.I. Lenin *Obras Escogidas*, Moscou, Editorial Progreso, 1977, Tomo VII, p. 215.

instância, se trataria de sofrimentos, perdas, mortes que reproduziriam guerras anteriores. No pior dos casos se repetiriam os horrores da Primeira Guerra Mundial, que foi o primeiro conflito armado onde grandes massas, milhões de soldados e civis, pagaram diretamente as conseqüências do conflito. Até então, a limitação do poder destrutivo das armas havia delimitado as conseqüências das guerras.

Há uma outra questão, paralela a da natureza da guerra, que ainda não é consenso: a temporalidade do conflito. A Segunda Guerra Mundial terminou em duas etapas em 1945. No começo de maio, pouco depois da morte de Adolf Hitler, os alemães renderam-se na Europa. Em 14 de agosto, o imperador Hirohito do Japão anunciou a capitulação de seu país no Extremo Oriente, com o ato conclusivo se dando a 2 de setembro quando, a bordo do encouraçado americano *USS Missouri*, ancorado na baía de Tóquio, oficiais japoneses assinaram um instrumento de rendição. A última potência do Eixo havia reconhecido a derrota para os aliados. Existe, todavia, um marco histórico mais difícil de ser determinado, que é a identificação do início da guerra. A resposta a essa questão depende muito do local onde as pessoas residiam. Na Ásia, desde 1931, vinha sendo travado, com alguns interregnos, um conflito não resolvido, quando as tropas japonesas atacaram as forças chinesas na Manchúria. Na África, os italianos desafiaram a Sociedade das Nações, lançando uma guerra colonial contra a Abissínia (Etiópia) a partir de fins de 1935. A Guerra Civil Espanhola, que congregou forças da Alemanha, da Itália e da Rússia, assim como uma Brigada Internacional, deflagrou-se no ano seguinte. A Alemanha, a Polônia, a Grã-Bretanha e a França começaram a combater na Europa no início de setembro de 1939. A URSS foi invadida pelos alemães em junho de 1941, o que marcou o início da “Grande Guerra Patriótica” para os russos, malgrado o fato de suas próprias forças terem anteriormente marchado contra a Polônia, os Estados Bálticos e a Finlândia. Para os norte-americanos, a guerra começou em 7 de dezembro de 1941, com o ataque japonês a Pearl Harbor – embora os Estados Unidos, apesar de oficialmente neutros, se tivessem mostrado hostis para com as potências do Eixo durante os anos anteriores.

A data geralmente aceita para o início da Segunda Guerra Mundial é 1º de setembro de 1939. Às 04:45 dessa manhã, as *Wermacht*<sup>25</sup> foram desencadeadas por sobre a Polônia. As duas nações tinham 2800 quilômetros de fronteira comum e o ataque foi lançado de três direções diferentes. As barreiras fronteiriças foram derrubadas

---

<sup>25</sup> Nome pelo qual se designava o conjunto das Forças Armadas Alemãs, isto é, Exército, Marinha e Aeronáutica.

com a travessia em massa de milhares de soldados, caminhões, tanques e armas, todos sob a proteção da *Luftwaffe*<sup>26</sup>. As tropas polonesas tentaram deter a enxurrada, em razão do que se travou a primeira troca de tiros da guerra na Europa. As forças alemãs fizeram rápidos avanços, tendo esmagado muito rapidamente diversas unidades adversárias e obrigado outras a se retirar perante os ataques com fogo de barragem terrestre e aéreo.

Sob uma pressão tão intensa, o governo polonês procurou imediatamente ajuda junto aos seus dois principais aliados. A Grã-Bretanha e a França tinham assumido o compromisso de acudir em auxílio da Polônia em caso de agressão por outro Estado; ambas tinham em mente a Alemanha como potencial beligerante. Numa primeira análise, os dois países honraram sem demora os seus compromissos, emitindo ultimatos ao governo alemão: se esse não implementasse um cessar-fogo e se retirasse para o interior de suas fronteiras, interviriam. Os seus avisos foram ignorados e Hitler recusou-se a suspender a agressão; assim, ambas declararam guerra à Alemanha. A Grã-Bretanha pegou em armas às 11 h. do dia 3 de setembro, enquanto a França lhe seguiu os passos às 17 h. do mesmo dia. Num espaço de cerca de sessenta horas, quase duzentos milhões de europeus estavam em guerra.

Estas ocorrências pareceram resultar de medidas definitivas tomadas por governos fortes, cada um deles com uma política clara e uma sólida determinação. Nada parecia deter a seqüência dos acontecimentos, cada passo conduzindo acelerada e inexoravelmente ao seguinte. Todavia, a realidade era bem mais opaca. Todos os círculos governamentais estavam tomados de uma ansiedade, uma confusão, e uma indecisão maiores do que era dado ao público suspeitar ou descobrir. Em muitos aspectos, a guerra de 1939 foi inesperada e indesejável, e apanhou desprevenidas as nações nela envolvidas.

## **1.1 – As Razões do Eixo**

### **A Perspectiva da Alemanha**

É preciso frisar que os Estados não entram em guerra por razões de somenos importância. Quer sejam ditaduras, em que um homem ou um partido único detêm o poder, ou democracias, em que vários grupos têm a oportunidade de influenciar a política, é necessário que as nações sejam levadas em peso a combater. Pelo menos, é

---

<sup>26</sup> Força Aérea Militar da Alemanha.

imprescindível o consenso geral para que se enverede por esse caminho. Entretanto, continua a persistir a impressão generalizada de que Adolf Hitler, simultaneamente messiânico e onipotente, levou uma nação hipnotizada ao conflito. Alguns autores falam da “guerra de Hitler”<sup>27</sup>, como se ele fosse um operador de marionetes supremo e perverso, o Flautista de Hamelin<sup>28</sup> do nazismo. O seu amigo Rudolf Hess afirmou, em discurso pronunciado no Congresso do Partido Nacional-Socialista de 1934 em Nuremberg, que “Hitler é a Alemanha e a Alemanha é Hitler”<sup>29</sup>.

Já outras teorias nos conduzem a reflexões opostas, como o Materialismo Histórico, que serve como base para a análise marxista das relações internacionais e é o berço da teoria crítica<sup>30</sup> nessa mesma disciplina. Um dos pressupostos fundamentais do materialismo histórico é a primazia das relações e dos conflitos entre as forças sociais na determinação do curso da história. Nas sociedades divididas em classes, tais relações são, necessariamente, relações de classe. Deste modo, a história é explicada, em última análise, como a história das lutas entre as diversas classes sociais ou suas frações essenciais<sup>31</sup>, extensamente sobre-determinada pela lógica interna de cada modo de produção específico.

Tal visão da história não está baseada na “negação” da individualidade humana nem no “menosprezo” pela autonomia individual, estrutura de caráter ou valores. Ao contrário, a visão de que a história é configurada basicamente pelas forças sociais resulta, precisamente, do completo entendimento do fato de que um número infinito de pressões individuais tende a criar movimentos aleatórios que se auto-anulam amplamente, na medida em que são inteiramente individuais.

Para que apareça um movimento definitivo da história, isto é, para que a história possua um padrão inteligível e não seja uma mera sucessão sem importância de fatos desconexos, aspectos comuns têm que ser descobertos no comportamento dos indivíduos. Apenas neste caso, milhões de conflitos individuais, escolhas e direções

---

<sup>27</sup> Podemos citar, apenas à guisa de exemplo, John Luckacs e Correlli Barnett.

<sup>28</sup> Personagem de uma antiga lenda alemã. Trata-se de um flautista que livra a vila de Hamelin das ratazanas e, quando lhe é recusado o pagamento por esse serviço, leva atrás do som de sua flauta as crianças da vila para uma colina vizinha, onde elas desaparecem para nunca mais serem vistas.

<sup>29</sup> Extraído do filme-documentário *O Triunfo da Vontade*, dirigido por Leni Riefensthal e produzido em 1934.

<sup>30</sup> A Teoria Crítica das Relações Internacionais foi elaborada e defendida por nomes como Robert Cox e Andrew Linklater, e toma por base os princípios do marxista italiano Antonio Gramsci, dando-lhes uma versão extensiva às questões da política externa. Ver a Introdução deste trabalho, pp. 6-16.

<sup>31</sup> Esta era, de fato, a fórmula de Engels: se alguém reduz a história a um conflito apenas entre classes antagônicas, tais eventos principais como a Segunda Guerra Mundial, que não foi obviamente uma guerra entre trabalho e capital, mas uma guerra entre diferentes frações da burguesia mundial, se tornam incompreensíveis.

possíveis do movimento parecem ter uma lógica determinada, que permite serem vistos como um paralelogramo real de forças, sujeitas a um número finito de resoluções e conseqüências possíveis. É isto obviamente o que acontece na história real.

Paradoxalmente, aqueles que negam a primazia das forças sociais na configuração do destino humano também atenuam o papel da maioria dos indivíduos na sociedade, pois só em circunstâncias em que a vasta maioria tenha sido excluída de fazer história, é que poucos “grandes homens” poderão ser dotados do poder de configurar eventos. Quando o materialismo histórico postula a primazia das forças sociais sobre as ações individuais na determinação do curso da história, não nega que certos indivíduos podem desempenhar papéis excepcionais. Se homens e mulheres fazem a história, é sempre com certa consciência, que pode, é óbvio, ser uma falsa consciência, na medida em que interpreta erroneamente seus interesses reais ou não prevê as conseqüências objetivas de suas ações. Segue-se nesse contexto que certos indivíduos, na liderança de movimentos sociais, podem ter influência incomum na história, não como super-homens, mas precisamente através de suas relações com seus pares.

Tais personalidades não podem mudar a tendência secular dos fatos. Mesmo o déspota mais poderoso do mundo não pode escapar às implacáveis demandas da acumulação do capital, que resulta da estrutura da propriedade privada e da competição no mundo capitalista. Por exemplo, qualquer tentativa de repor a lógica da produção escravista (como Hitler tentou fazer) só poderá resultar em dificuldades enquanto persistir a tecnologia atual e a propriedade privada. Do mesmo modo, nem o talento individual, nem a sede de poder, podem alterar os limites da correlação material (sócio-econômica) de forças. Desta forma, dadas as respectivas forças produtivas da Europa capitalista e dos Estados Unidos em 1941, a Alemanha nazista, mesmo após ter subjugado toda a Europa, não teve nenhuma chance de vencer uma guerra contra o vasto poder econômico da América do Norte, a não ser que incorporasse com êxito todos os recursos naturais e industriais da União Soviética (um processo que levaria anos).

Assim sendo, dados esses limites globais, materiais e sociais, certas personalidades podem influenciar a história, seja por possuírem uma percepção mais clara do que os outros das necessidades históricas de sua classe, seja por retardarem o reconhecimento dessas necessidades objetivas. Através de sua influência, elas podem impor decisões que, a curto prazo, favoreçam ou contrariem os interesses das forças

sociais que supostamente representam. Isto ocorre independentemente de sua vontade ou de suas intenções declaradas. Hitler, por exemplo, não pretendia reduzir o poder da classe dominante alemã à metade do Reich, tal como ocorreu a partir de 31 de agosto de 1939, mas essa perda de poder e de território foi precisamente a consequência da sucessão de eventos desencadeados pela invasão da Polônia no dia seguinte. Esses fatos, além disso, incluíram uma série de ações que não representavam a única escolha possível para o bloco social-nazista, para o qual Hitler, enquanto indivíduo, possuía uma responsabilidade imediata.

Naturalmente, essa distinção entre os grandes movimentos seculares da história e as variações de prazo mais curto no desenvolvimento histórico, é apenas uma aproximação elementar da relação entre forças sociais e indivíduos na configuração do curso dos acontecimentos. Uma categoria adicional, essencial, inclui as necessidades conjunturais dos grupos sociais. Tomando exemplo da invasão da Polônia, é verdade indubitável que a decisão foi fundamentalmente de Hitler. Ela expressou, de maneira surpreendente, as facetas contraditórias de sua personalidade: temeridade, monomania, oportunismo hábil, bem como uma alternância ciclotímica entre indecisão paralisante e hipervoluntarismo<sup>32</sup>. Mas também é verdade que, já no ano de 1932, os círculos principais da classe capitalista alemã tinham decidido (em consonância com os seus interesses conjunturais) que a única saída para a crise econômica da Alemanha era estabelecer a hegemonia sobre a Europa Oriental e Central.

Uma vez colocada em ação tal estratégia e iniciado o rearmamento massivo, a guerra tornou-se virtualmente inevitável devido a dois fatores. Primeiro, foi o rearmamento reativo dos principais rivais capitalistas da Alemanha – mais imediatamente a Inglaterra, mas também os Estados Unidos -, que procuraram bloquear a suserania alemã sobre a Europa e sua conversão numa potência mundial. Por isso, a tentação cada vez maior, para toda a liderança nazista, de desencadear a guerra antes que as enormes forças produtivas do capitalismo americano tivessem sido mobilizadas e enquanto a Alemanha ainda desfrutava de certas vantagens em blindados e aeronaves modernas. Em segundo lugar, o ônus do rearmamento massivo conduziu a uma crise financeira mais profunda no capitalismo alemão. As reservas em moeda tinham quase desaparecido e o pagamento de juros sobre a dívida nacional tinha se tornado um peso insuportável. Era impossível continuar com a taxa de militarização sem a integração de

---

<sup>32</sup> Sobre as características da personalidade de Hitler, ver de Joachim Fest, *Hitler*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1973, principalmente pp. 605 e segs.

recursos materiais adicionais aos estoques quase exauridos, que vinham de fora da Alemanha<sup>33</sup>. Daí a necessidade de pilhar as economias adjacentes e procurar escalas continentais de organização industrial, comparáveis àquelas dos Estados Unidos ou da União Soviética.

Dessa forma, enquanto a decisão final de desencadear as *Wermacht* em 1º de setembro de 1939 foi sem dúvida de Hitler, o impulso em direção à guerra nasceu das avaliações a curto prazo da maioria da classe dominante alemã. Essas avaliações, em troca, foram condicionadas pelas contradições internas do imperialismo alemão, acentuadas pelas crises sucessivas de 1919/23 e 1929/32. O fato de que a classe dominante esteve mais ou menos unificada no projeto de modificar agressivamente a divisão mundial do poder econômico certamente não foi acidental. A Alemanha chegou tardiamente na arena das grandes potências para adquirir um império colonial fora da Europa que correspondesse a sua importância no mercado mundial. O seu “destino manifesto”, portanto, foi interpretado como a busca da reposição de um império na Europa. A influência política desproporcional dos *junkers* (um resultado do fracasso das tentativas do século XIX de uma revolução democrático-burguesa na Alemanha) acentuou os aspectos *vabanque* arrogantes da política externa alemã e ampliou o suporte para a expansão militar.

Por isso, provavelmente não foi acidental o fato de a classe dominante alemã, apesar de seu orgulho cultural e suas tradições de sustentáculo da “lei e da ordem”, deliberadamente colocar o seu futuro nas mãos de um aventureiro negligente. Naturalmente, sob circunstâncias outras consideradas mais “normais”, a burguesia escolhe suas lideranças políticas dentro de sua própria classe. Em períodos de crise, entretanto, a burguesia tem tentado repetidamente resolver os balanços desfavoráveis do poder de classe, recorrendo à liderança parlamentar dos líderes trabalhistas reformistas, desejando preservar as estruturas e os valores básicos do regime capitalista: uma linhagem colaboracionista que vai de Ebert a McDonald, Leon Blum, Clement Atlee e Van Acker, Spaak, Willy Brandt e Helmut Schmidt, passando por François Mitterand.

Para uma classe burguesa poderosa patrocinar uma autoridade tipo Hitler, isso implica em circunstâncias muito excepcionais: uma profunda crise sócio-econômica que produz tensões sociais generalizadas de caráter pré-revolucionário. Sob tais condições

---

<sup>33</sup> Sobre a ligação entre a crise econômica, rearmamento e metas expansionistas da indústria alemã, ver Charles Bettelheim. *La Economía Alemana Bajo el Nazismo*. Madrid, Editorial Fundamentos, pp. 75 e seguintes.

de crise, os estratos *déclassés* de todas as classes sociais, mas especialmente da pequena burguesia, lançam um grande número de idéias e doutrinas desesperadas com o propósito de resolver os problemas da nação, indiferentes ao custo em termos humanos ou materiais, e muito menos em termos de valores tradicionais. Trotsky caracterizou de forma competente os aventureiros desse tipo como “pequeno burguês tornado selvagem”.

Hitler, enquanto um tipo de caráter político, é, portanto, o produto de uma concatenação específica de circunstâncias: a ruína dos pequenos lojistas, o desemprego em massa da casta dos funcionários públicos, a destruição de pequenas organizações financeiras, os receios competitivos anti-semitas de médicos e advogados de poucos clientes, a superprodução de acadêmicos excedentes, etc. A mentalidade de “gângster” envolvida era já claramente visível na formação dos *Freikorps* em novembro de 1918. Na verdade, havia literalmente centenas de Hitlers e Himmlers em potencial circulando na Alemanha após 1918 – muitos deles com feições ideológicas e de caráter quase idênticas àquelas do futuro *führer*.

Assim, a maneira pela qual o III Reich realmente emergiu do colapso da República de Weimar e pavimentou a estrada para outra guerra mundial, foi determinada apenas em certa medida pelos talentos e debilidades particulares de Hitler como político individual. Incomparavelmente mais significativa foi a crise social mais ampla da qual o tipo Hitler foi apenas um epifenômeno<sup>34</sup>. Mesmo a monomania de Hitler sobre os judeus pode agora ser vista como uma espécie demência ideológica difundida entre os estratos reacionários da sociedade alemã. Recentemente, o historiador Röhl descobriu nos diários do imperador Guilherme II uma ominosa sentença, datada de dezembro de 1919, aproximadamente no momento em que Hitler decidiu entrar para a política: “Não deixe nenhum alemão (...) descansar até que esses parasitas (*os judeus*) tenham sido eliminados do solo alemão e exterminados”<sup>35</sup>.

A abordagem marxista clássica acerca do **papel do indivíduo na história** foi esboçada por Georg Plekhanov em seu famoso ensaio que leva o mesmo título<sup>36</sup>. Embora freqüentemente associado a um marxismo reducionista, o texto de 1898 de Plekhanov é, de fato, uma análise notavelmente sutil e atualizada. Ele desenvolve a tese

---

<sup>34</sup> Sobre a formação do Estado nacional-socialista, ver Ian Kershaw, *Hitler – Um Perfil do Poder*. Mem Martins, Editorial Inquérito, 1998, pp. 25-62.

<sup>35</sup> H. Röhl. *Kaiser Wilhelm II. New Interpretations*. Cambridge, 1983.

<sup>36</sup> Este ensaio aparece como um apêndice ao livro de G. Plekhanov, *Problemas Fundamentais del Marxismo*. Moscou, Editorial Progresso, 1969.

básica de que, embora a infra-estrutura das relações imponha certos limites materiais sobre a luta de classes, o caminho através do qual são na verdade expressos tais limites se dá sempre na forma de uma refração através dos papéis particulares das organizações de massa e suas lideranças. Sob tais condições, e especialmente nos pontos históricos decisivos ou nos momentos de crise, as peculiaridades pessoais dos indivíduos podem influenciar o tipo de organização e de liderança de classe que estão disponíveis.

Além disso, Plekhanov acrescenta dois pontos: primeiro, como Hegel insinuou, “a sorte das nações depende freqüentemente dos ‘acidentes de segundo grau’ ”; mas esses “acidentes” estão entrelaçados com correlações particulares de forças sociais e materiais as quais, em troca, limitam a esfera autônoma do fator individual. Em segundo lugar, as classes sociais em momentos de crise necessitam de talentos de natureza específica, um tipo particular de liderança. Geralmente, nesses momentos, alguns ou mais indivíduos que personificam esses “talentos” estão disponíveis como candidatos para se tornarem os novos líderes de seu partido, classe ou nação.

Há tempos tem sido observado que grandes talentos aparecem sempre que condições sociais favoráveis ao seu desenvolvimento existam. Isto significa que todo o homem de talento que verdadeiramente aparece, todo homem de talento que se torna uma força social, é produto das relações sociais. Visto que seja este o caso, está claro por que pessoas talentosas, como dissemos, podem mudar apenas os aspectos individuais dos acontecimentos, mas não a sua tendência geral; elas mesmas são produtos dessa tendência; se não fosse por esta, elas nunca teriam atravessado o limiar que separa o potencial do real<sup>37</sup>.

Ao atacar a Polônia, Hitler pretendia essencialmente reconquistar pela força das armas território que o povo alemão considerava seu de pleno direito. Do seu ponto de vista, tratava-se de território que lhe fora injustamente subtraído ao final da Primeira Guerra Mundial. O Tratado de Versalhes tinha criado uma Polônia independente a partir de partes dos antigos impérios da Áustria, da Rússia e da Alemanha. Numa manobra para conceder à nova nação acesso ao comércio marítimo, o porto de Danzig, na costa do Báltico, foi caracterizado como cidade livre independente. Contudo, Danzig era alemã, fazendo parte da Prússia desde o século XVIII. Para que os poloneses pudessem ter acesso ao porto, foi-lhes atribuído um corredor de território que, ao ser retirado da Prússia Ocidental, automaticamente separou a Prússia Oriental do resto da Alemanha. Como conseqüência, os habitantes alemães do Corredor ficaram sob o controle de uma potência estrangeira, situação insatisfatória para ambas as partes. Não surpreende que os alemães dessa zona quisessem voltar a unir-se à sua pátria, tendo, assim, a Polônia se

---

<sup>37</sup> Idem, p. 171.

deparado com uma população hostil que se atravessava na sua rota comercial para a costa do Báltico.

No início de seu livro *Mein Kampf*, Adolf Hitler afirmava que: “povos em cujas veias corre o mesmo sangue devem pertencer ao mesmo Estado”<sup>38</sup>. Em setembro de 1939, foi este o objetivo que ele procurou realizar. Afirmou ter tentado negociações pacíficas e diplomáticas para que o Danzig e o Corredor fossem devolvidos ao controle alemão. Estes esforços haviam malogrado. Só aí, segundo Hitler, se vira obrigado a usar a força. Contudo, a questão de quem detinha esta cidade e aquela parcela de terra foi a ocasião escolhida para a guerra. As causas verdadeiras foram mais profundas e entrincheiravam-se na história da Alemanha.

Liminarmente, é preciso se encetar um estudo acerca da matriz ideológica do nacionalismo alemão, peça importante na montagem desse quebra-cabeças, mas obviamente ainda insuficiente para compreender um fenômeno tão complexo como a Segunda Guerra Mundial, na qual a Alemanha jogou um papel preponderante, ainda que não único.

As particularidades do pensamento político alemão são muito anteriores à sua unificação e à maturidade de sua industrialização. De forma dialética, pode-se afirmar que as raízes filosóficas e ideológicas que serviram de suporte à nação alemã tiveram certo papel condicionador do tipo de Estado que se foi constituindo, ainda que isso não possa e nem deva ser considerado uma inevitável determinação histórica<sup>39</sup>. A República de Weimar, de 1918 a 1933, confirma a possibilidade de mudanças. Se no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, ainda que sob o impacto de Auschwitz, parece ter havido modificações nos pressupostos políticos do Estado alemão, isto confirmaria, mais uma vez, que os condicionamentos da história podem ser contrabalançados e, por fim, mudados.

No Ocidente, a idéia do nacional interessa, sobretudo, aos comportamentos sociais dos sujeitos e à definição dos limites que se referem à utilização da soberania. A decisão contratual, que traz em seu bojo a racionalização das escolhas públicas, é seu aspecto mais interessante. Na Alemanha, pelo contrário, é a comunidade natural, agregada por vínculos característicos da ordem tradicional, que constitui a idéia de

---

<sup>38</sup> Adolf Hitler. *Minha Luta*. São Paulo, Editora Centauro, 2005, p. 9.

<sup>39</sup> Sobre a formação nacional alemã, ver Norbert Elias, *Os Alemães*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997, especialmente o capítulo II às pp. 117 e seguintes e Liah Greenfeld, *Nacionalismo: cinco caminhos para a modernidade*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1998, especificamente o capítulo IV, pp. 271 e seguintes.

nação. O movimento que desencadeia este procedimento vincula-se ao fato que a participação política é substituída pelo conceito de *Volk* e a origem é uma mitologia do passado. A idéia do nacional no Ocidente reside no fato de que a nação se define na construção de um espaço dos sujeitos políticos. No caso alemão, a idéia de nação não tem referências sociais ou nacionais para refundar sua origem, o seu início encontra-se no passado ou na natureza, em vínculos biológicos e pré-históricos.

Herder define a idéia alemã de nação como a de um conjunto cultural natural. A nacionalidade apresenta-se como um conjunto de elementos sagrados que devem ser protegidos e transmitidos ao longo do tempo. Para Herder, “a política não apenas não intervém para a formação da nação, mas, ainda, como esfera do artifício dos ordenamentos, é um fator estranho à comunidade orgânica e aos vínculos naturais que a especificam”<sup>40</sup>. É por isso que se pode concluir que a passagem do patriotismo universal dos primeiros anos da Revolução Francesa ao patriotismo nacional de Estado, alcançou na Alemanha sua forma mais acabada, tendo atingido neste país um tal grau de sistematização teórica que o converte praticamente num corpo paradigmático.

O romantismo alemão do fim do século XVIII e do início do século XIX, que tinha em Fichte, depois de Herder, um de seus melhores formuladores, considerava explicitamente, incorporando parcialmente críticas de Burke à Revolução Francesa, que a nação era sobretudo o que se herdava dos antepassados e, de nenhuma maneira, o que pudesse ser condicionado ou fundamentado conforme interesses ou critérios racionais. “De forma polêmica antepunham ao conceito iluminista de nação por contrato (*Vertragsnation*) o conceito de nação por herança (*Erbnation*)”<sup>41</sup>. Sem banalizar a discussão sobre o nazismo, reiterando a convicção de que não há determinismos históricos que possam hipotecar a evolução concreta da política, cabe, porém, lembrar, que rasgos específicos que prevaleceram na Alemanha dos anos 30 e nos primeiros cinco dos anos 40, encontram raízes. Fichte, em 1807, elaborava conceitos que permaneceram ao longo de décadas, por bem mais de um século:

...em sua relação com outros Estados não há nem lei nem direito, além do direito dos mais fortes, e tal circunstância deposita os divinos direitos de majestade do destino e do governo mundial em mãos do soberano, sob sua responsabilidade, e o exalta acima dos mandamentos da moral individual, até uma ordem ética superior<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Antonella Besussi. Primeira Criteri Constitutivi del Concetto di Nazione. *Política Internazionale*. Roma, 4/5: 1981, p. 45.

<sup>41</sup> Leopoldo Marmora. *El Concepto Socialista de Nación*. México, Pasado y Presente, 1986, p. 138.

<sup>42</sup> Johann Gottliebe Fichte. *Introdução à Teoria do Estado*. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1980, p. 307.

A derrota na Primeira Guerra Mundial e a paz humilhante de Versalhes foram ingredientes da República de Weimar e também de sua desestabilização. Weimar foi a tentativa, que finalmente falhou, de introduzir valores liberal-constitucionalistas entre os alemães. A vontade estrangeira jogou seu papel, mas também influenciou fortemente uma combinação de interesses político-partidários internos, o grande peso da social-democracia, o isolamento da extrema esquerda spartakista, o ascenso dos partidos de centro. Parte importante da intelectualidade e da elite alemã aderiu a esta perspectiva, por considerá-la racionalmente correta e politicamente conveniente. De acordo com Gay, os chamados republicanos racionais (*Vernunftrepublikaner*) odiavam os nazistas, mas não gostavam da República. Consideravam-na uma necessidade histórica, mas sem terem confiança no seu futuro. Enfim, “republicanos mais por escolha intelectual do que por convicção apaixonada”<sup>43</sup>. Esta reconstrução é necessária, pois ajuda a entender não apenas o terreno sobre o qual o nazismo floresceu, mas, sobretudo, nos ajuda a compreender porque a lógica do governo de Hitler que levou à guerra não deixava de ser uma lógica nacional, da razão de Estado, que, por isso mesmo, pôde agregar forças que sem serem autoritárias, que até tinham desprezo pelo nazismo, viram nele a capacidade de voltar a dar honra e respeitabilidade à Alemanha. Meinecke, o grande historiador alemão, um dos mais destacados republicanos racionais, ao acenderem-se as labaredas da Primeira Guerra Mundial, em março de 1915 esforçava-se por integrar valores universalistas aos valores tradicionais do conceito alemão de nação.

Esta guerra, que fará de nós definitivamente um povo universal, deu novas formas ao duplo ideal, de cosmopolitismo e de Estado nacional, que sempre brilhou perante a Nação alemã, desde quando foi assumida para uma nova vida histórica. O passado, presente e futuro urgem hoje juntos em nossa alma. Enquanto os nossos filhos, na guerra, nos defendem frente a perigos que a Alemanha não tinha enfrentado desde a Guerra dos Trinta Anos e a dominação napoleônica, nós levantamos os olhos às alturas das quais nos vem à ajuda, aos altos espíritos do passado que, invisíveis, acompanham e abençoam a nossa luta<sup>44</sup>.

Considerada esta trajetória, não é estranho que janeiro de 1933 evidencie a conclusão à qual chegaram muitos que não eram nazistas: os alemães não estavam preparados para a democracia parlamentar, que se estava demonstrando incompatível com a necessidade de alterar as regras impostas em Versalhes, opinião formalmente expressa pelo mesmo Meinecke em maio de 1933.

---

<sup>43</sup> Peter Gay. *A Cultura de Weimar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 37.

<sup>44</sup> Friedrich Meinecke. Prefácio da 3ª Edição. In: Idem. *Cosmopolitismo e Estado Nacional: estudo sobre a gênese do Estado nacional alemão*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1975, p. VIII.

Aos olhos dos alemães, o Tratado de Versalhes era um *diktat*, ou “tratado escravizante”, e o pior exemplo da justiça dos vencedores. Os alemães acreditavam que a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos não só os haviam humilhado, como igualmente haviam prejudicado seriamente sua economia. Conseqüentemente, o povo alemão tinha sofrido, desde 1919, duas décadas de adversidades e privações. E nem o Tratado de Versalhes e nem os acordos subseqüentes celebrados com os aliados da Alemanha (o de Saint-Germain-en-Laye, de 19 de setembro de 1919 com a Áustria, o de Neuilly, de 27 de novembro de 1919 com a Bulgária; e o de Trianon, de 2 de junho de 1920, com a Hungria) resolveram o que poderia chamar-se de “A Questão Alemã”. Após a proclamação do II *Reich*, em 1871, a Alemanha tinha se transformado no Estado mais forte da Europa Central, com a população mais numerosa, indústrias em expansão e um exército altamente capacitado. O povo alemão, vigoroso, orgulhoso e autoconfiante, pretendia exercer uma influência poderosa sobre os seus vizinhos. À sua volta, situavam-se a Rússia czarista, o Império Austro-Húngaro e, a sudeste, o velho Império Turco-Otomano. Mais afastada no continente, a França, que possuía um império ultramarino, enquanto ao largo ficava a Grã-Bretanha, a maior potência imperial da época. As tentativas alemãs de igualar ou exceder as outras grandes potências, através da expansão territorial, da influência e do prestígio, contribuíram profundamente para deflagrar a Primeira Guerra Mundial.

Um objetivo fulcral do Tratado de Versalhes foi impedir que a Alemanha assumisse novamente um papel dominante e agressivo. Contudo, fracassou, como fracassaram os restantes tratados do pós-guerra, sobretudo porque deixou uma série de vácuos na Europa Central e Meridional. A natureza, como se sabe, é avessa ao vácuo; a natureza humana o é mais ainda. A leste, o império dos Romanov caiu com a revolução bolchevique, levando a uma drástica diminuição da influência russa nas questões européias. Primeiro Lênin e, em seguida, Stalin embrenharam-se profundamente nas radicais mudanças internas de seu país, levando os bolcheviques a serem considerados párias e temidos pela maioria dos outros Estados. O grande império Austro-Húngaro estava fragmentado num conjunto de Estados menores e os Habsburg já não exerciam a autoridade em grandes áreas das regiões centrais e do Sudeste do continente. No Oriente Próximo, o velho império Otomano, que há muito vacilava, acabou por desintegrar-se.

Somente a Alemanha, depois de 1919, permaneceu uma nação unida e poderosa. Tinha sido permitido ao governo que assinasse um armistício, mas o país nunca fora invadido e nem completamente ocupado pelas forças aliadas. A destruição da guerra

que havia assolado o norte da França e da Bélgica, não atingiu as vilas e aldeias alemãs. A cavalaria francesa não percorreu as ruas de Berlim, as bombas britânicas não caíram no Ruhr e a infantaria americana não cavou trincheiras na Westphalia. A Alemanha acabou com sete oitavos da dimensão que tinha antes da guerra e reteve a soberania. Após a abdicação do *Kaiser*, em 1918, foi criada a República de Weimar, mas a identidade alemã praticamente não foi afetada pelas mudanças.

Dentre as potências aliadas, os Estados Unidos, que tinham desempenhado um papel cada vez mais importante nas etapas finais da guerra, mantiveram um interesse reduzido nas questões européias. O foco de suas atenções desviar-se-ia em breve da zona de conflito, e viriam a recusar-se, por votação de seu Congresso, a integrar a Liga das Nações. O isolacionismo fortaleceu-se. Desejavam manter-se à margem dos assuntos de países longínquos. A Grã-Bretanha também se afastou, já que seus políticos acreditavam que a ameaça inimiga tinha desaparecido – especialmente com a rendição da Marinha alemã. Os franceses vigiavam o Reno e os ingleses voltaram a concentrar-se no seu papel imperial.

Durante a década seguinte, enquanto república com uma Assembléia Nacional em Weimar, a Alemanha envolveu-se em sérias dificuldades. Os desastres econômicos acompanharam as crises políticas; não conseguia cumprir o pagamento das reparações de guerra e, em 1923, o país se via assolado por uma inflação galopante. Seguiu-se a recuperação, mas não sem que milhares de pessoas tivessem antes perdido suas poupanças e investimentos. O movimento nacionalista, adormecido, mas potencialmente forte, culpava não apenas os Aliados por esta situação catastrófica, mas também o seu próprio governo de Weimar. A sua ambição de supremacia na Europa não morrera. Weimar, afirmavam, mutilara a nação. A democracia não funcionava.

O ponto de viragem deu-se em 1929, quando a grande crise econômica de *Wall Street* afetou o sistema internacional e foi acompanhada pelo desemprego em grande escala. A Alemanha sofreu mais do que qualquer outro Estado europeu. Nesse ano, dois milhões de pessoas perderam os seus postos de trabalho, total que, em 1932, já tinha triplicado. Houve investidores, especialmente dos Estados Unidos, com problemas nos seus próprios países, que retiraram grandes quantias de capital estrangeiro. Nesse período, milhões de alemães deixaram de ver na democracia a possibilidade de salvação. Circunstâncias extremas exigiam soluções radicais. E uma estava à mão.

O medo do comunismo, aliado a uma economia enfraquecida e ao espectro da desordem social, aproximou muitos alemães do partido nazista. Mais do que qualquer

outro partido político da época, os nacional-socialistas prometeram ao povo alemão acabar com os problemas internos. Fizeram igualmente promessas de restabelecer a nação como uma potência internacional orgulhosa e importante. O apelo era sedutoramente atrativo: era uma proposta que poucos podiam dar-se ao luxo de recusar. Os proprietários rurais, os industriais, os dirigentes eclesiásticos e os antigos comandantes militares queriam ver a Alemanha recuperar o seu *status* de 1914. As classes médias e muitos trabalhadores sentiam-se traídos pelo governo de Weimar. As promessas de Hitler de restabelecer a indústria e de, ao mesmo tempo, restaurar a grandeza do passado, manter a ordem e afastar o perigo comunista, eram amplamente cativantes. Em consequência, o apoio ao Partido Nazista cresceu drasticamente de doze cadeiras no Parlamento em 1928, para 230 em julho de 1932. Por esta altura, já era o maior partido não coligado e, em 30 de janeiro de 1933, Hitler tornou-se Chanceler. A ascensão ao poder fora meteórica.

Durante os seis anos seguintes, a economia do *Reich* alemão pareceu, sem dúvida, florescer, mas a um alto preço. O esforço de reconstrução esteve particularmente ligado a um extraordinário dispêndio nas forças armadas. Entre 1936 e 1940, através de um plano quadrienal, mais da metade do investimento nacional foi canalizado para a produção bélica. O povo alemão teve de pagar ainda outros preços, fardo que carregou sobre os ombros até o final da Segunda Guerra Mundial.

Dentre esses preços que foram cobrados aos alemães, um deles foi a ditadura estabelecida por Hitler e pelo seu partido, particularmente por meio da Lei Plenipotenciária de 1933, que permitiu a abolição da oposição política e dos sindicatos e a instituição de um Estado policial. Outro foi a propagação de uma política de supremacia da raça ariana – a teoria da “Raça Superior”. Esta levou a um ódio fervoroso aos eslavos e aos judeus, aspecto crucial das convicções e dos ensinamentos nazistas. Em termos de prática quotidiana, o país foi envenenado por um racismo fanático e pérfido que tratava os judeus como seres sub-humanos (*Untermenschen*). “Com os judeus não se fazem pactos,” declarou Hitler, “só pode existir o inflexível ‘ou eles ou nós’ ”<sup>45</sup>. E aqui se encontra a grande razão da degeneração e da criminalização desse conflito.

O que se pretende afirmar é que, mesmo entre os que se deram conta do início de uma tendência de escalada em direção à guerra, subentendia-se que ela teria as

---

<sup>45</sup> Trecho do discurso de Hitler proferido em Nuremberg durante o Congresso do NSDAP, extraído em Joachim Fest, Op. Cit. p. 639.

características da civilidade (se é que se pode usar esse conceito em se tratando de guerra). Para Aron, “as guerras entre países civilizados não são necessariamente menos cruéis do que as guerras entre povos selvagens”<sup>46</sup>. Apesar disso, para ele, a característica de civilidade de uma guerra reside no fato de que a intenção hostil se dirige a um fim político. Ainda que existam as paixões e o ódio, a vontade de destruir o inimigo, tudo isso está sujeito aos critérios do poder, portanto da política. O objetivo primordial não é derrotar o inimigo para humilhá-lo, mas derrotá-lo, desarmá-lo, enfraquecê-lo para poder atingir os objetivos desejados, considerados inalcançáveis senão pela força das armas. Para Hegel, a teorização da possibilidade da guerra deriva inevitavelmente da conceituação do direito internacional. Este resulta do relacionamento de Estados independentes, sujeitos a vontades soberanas distintas. Surge, então, que o direito é sempre uma tendência, um dever ser, muito dependente, portanto, de valores morais. Hegel entendia que a relação de um Estado com outro se encontra no estado natural, não havendo uma vontade universal constituída acima deles. Ao não haver alienação de soberania ao se assinarem compromissos mútuos, como o são os tratados, “surge a possibilidade da guerra – quando as partes não se entendem sobre a interpretação dos tratados, ou quando uma delas quer modificar seus termos”<sup>47</sup>.

Com um histórico profícuo de teorias de supremacia racial<sup>48</sup>, não somente os nazistas, mas grande parte da Europa, e depois mesmo países extra-europeus, transcenderam dos objetivos políticos de uma guerra para a barbárie da limpeza étnica ou, minimamente, da discriminação racial. Trata-se, portanto, de buscar quais as causas decisivas de degeneração, não só do nazismo, mas das práticas políticas de todas as potências envolvidas no conflito, que os levaram a situar-se abaixo da linha civilizatória e dentro do campo da criminalidade contra a humanidade, descambando para o genocídio. E isso sem contar a “qualidade” desses crimes e dessas mortes, que incluíram cenários de degradação humana como jamais haviam sido vistos na História, nos campos de concentração nazistas, nas câmaras de gás, nas políticas de extermínio total de judeus, ciganos, homossexuais, deficientes mentais e outros, que fizeram um dos sobreviventes do massacre programado, Primo Levi, se perguntar: “É isso um homem?”

---

<sup>46</sup> Raymond Aron. *Paz e Guerra Entre as Nações*. Brasília, Editora da UNB, 1979, p. 57.

<sup>47</sup> Idem, p. 137.

<sup>48</sup> Dentre algumas dessas teorias da segunda metade do século XIX e início do século XX, ressaltamos as dos austríacos Jorg Lanz von Liebenfels, Hermann Alwerdt, Georg von Schönerer, Karl Lueger, interpretações extensivas e deturpadas acerca do pensamento de Darwin e Spencer feitas por Georges Vacher de Lapouge, Madison Grant, Leudwig Glumpowicz, além do Conde Gobineau (*Essai sur L'inegalité des races humaines*, 1853) e de Houston Stewart Chamberlain, inglês de nascimento naturalizado alemão e seu livro mais conhecido *Os Fundamentos do Século XIX*, publicado em 1899.

Embora as estatísticas não expressem a “qualidade” das mortes, elas refletem a quantidade dos massacres absurdos da população civil, desnecessários do ponto de vista militar, levados adiante por todos os protagonistas principais da guerra, daí não escapando nem os “democratas” aliados. Não podemos esquecer-nos do inútil bombardeio e destruição da cidade alemã de Dresden, quando a capitulação alemã era uma questão de horas, ou as bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, com suas centenas de milhares de mortos civis e seus efeitos ainda sensíveis décadas depois, isto em condições em que, segundo a insuspeita opinião de Winston Churchill, “seria um erro supor que o destino do Japão foi decidido pela bomba atômica. A derrota do Celeste Império já estava assegurada antes de ser lançada a primeira bomba”<sup>49</sup>. Ou ainda, a mais do que moderada reflexão retrospectiva de Jean Lacouture:

Se a primeira bomba, pelo seu efeito de terror, podia ter o objetivo de desalentar os japoneses e evitar aos Estados Unidos a lenta reconquista e o meio milhão de homens que talvez tivesse custado, a segunda teve um caráter de experimento científico à custa de cem mil vidas. Não acredito que a bomba atômica tenha justificativas. (...) A eleição do Japão para o lançamento da bomba me parece racista: em circunstâncias semelhantes às existentes no Japão, os norte-americanos não teriam ousado lançá-la sobre uma cidade alemã.<sup>50</sup>

De fato, o racismo não foi patrimônio exclusivo dos nazistas, assim como as experiências científicas do Dr. Mengele em Auschwitz ou do seu equivalente japonês, a Unidade 731 do Norte da China. Os Estados Unidos recentemente reconheceram oficialmente ter submetido a provas nucleares mais de 600 pessoas no seu próprio território durante a Segunda Guerra, incluindo 18 norte-americanos que morreram depois de ter recebido injeções de plutônio!<sup>51</sup> O racismo e a barbárie foram multi-direcionais.

Racismo, barbárie, o assassinato em massa de civis como política sistemática, e isto da parte de todas as potências envolvidas; é evidente que uma guerra destas características é qualitativamente diferente das anteriores. Para explicar as suas causas e o seu desfecho, não basta referir-se aos objetivos estratégicos nacionais dos países ou blocos envolvidos. Se “a guerra é a continuação da política por outros meios”, não podemos nos esquecer que o autor da sentença, Karl von Clausewitz, não reduzia a política (nem, portanto, a própria guerra) à expressão dos interesses dos Estados nacionais:

---

<sup>49</sup> Winston S. Churchill *Jamais Ceder*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005, p. 286.

<sup>50</sup> José Pernau. *História Mundial desde 1939*. Barcelona, Salvat, 1973, p. 10.

<sup>51</sup> *New York Times*, New York, 9 de dezembro de 1993.

Afirmamos que a guerra não é um domínio das artes ou das ciências, mas um elemento do tecido social. Constitui um conflito de grandes interesses solucionado de maneira sangrenta, o que o diferencia de todos os outros conflitos. Antes de comparar a guerra com uma arte qualquer, caberia fazê-lo com o comércio, que é também um conflito de atividades e interesses humanos, e inclusive se assemelha muito à política, que por sua vez pode ser considerada como uma espécie de comércio em grande escala. A política é a matriz onde se desenvolve a guerra<sup>52</sup>.

Foi o povo alemão vítima involuntária dos nazistas? Foi ludibriado, para que rejeitasse a democracia, e coagido a odiar os judeus? A questão é discutível. Algumas pessoas sentiam-se certamente chocadas com o regime que se abatera sobre elas, mas a maioria vivia confortavelmente numa sociedade europeia tradicionalmente autocrática, em que os sentimentos de anti-semitismo estavam latentes há décadas. Na sua maioria, as pessoas eram pragmáticas. Os nazistas reduziram a taxa de desemprego, aumentaram a produção e implementaram a segurança. Este sucesso era a sua carta de recomendação.

Mas foi esse sucesso que os conduziu à guerra. Desde o fim da Primeira Guerra Mundial, na qual Hitler serviu como soldado, que ele abominava os termos impostos em Versalhes. Ele e o Partido Nazista comprometeram-se em repudiá-los a curto prazo. Ao enveredar por essa via, a Alemanha iniciou o restabelecimento do seu papel no concerto das grandes potências, proporcionando aos alemães um sentido de orgulho nacional que fora severamente lesado em 1919.

Em outubro de 1933, a Alemanha retirou-se da Sociedade das Nações, uma organização que Hitler desprezava. Em janeiro de 1935, os habitantes do Sarre decidiram-se, através de plebiscito, a favor da reintegração na Alemanha. Dois meses mais tarde, Hitler anunciou a rejeição das restrições militares estipuladas em Versalhes e reinstalou o serviço militar obrigatório. Fizeram-se planos para um exército alemão com mais de meio milhão de homens em tempo de paz. Ao mesmo tempo, a *Luftwaffe*, proibida desde 1919, foi reconstituída. Teve igualmente início, sob as bases técnicas mais modernas, a reconstrução da *Kriegsmarine*<sup>53</sup>.

Com estes esforços, os nazistas conquistaram um amplo apoio, em especial dos jovens, que sentiam a sua nação animada por um novo propósito. Através de organizações como *Hitler Jugend* (Juventude Hitlerista), os nazistas procuraram apelar sobretudo às camadas jovens da população. Falando de seus oponentes, Hitler anunciou: “Vós passareis. Os vossos descendentes, porém, estão agora no novo campo. Dentro em

---

<sup>52</sup> Karl von Clausewitz. Op. Cit., p. 17.

<sup>53</sup> Marinha de Guerra alemã.

pouco, nada mais conhecerão para além dessa nova comunidade”<sup>54</sup>. Todos eram considerados servos do Estado, a sua vida pública injetada com a emoção de comícios e paradas, dominada pela propaganda e pelo uniforme. Por esta altura, Hitler já ganhava o controle supremo de toda a Alemanha: internamente a sua posição estava assegurada, com os opositores políticos afastados ou encarcerados.

Estava agora pronto para iniciar uma política externa ativa, que levaria três anos mais tarde ao deflagrar da guerra. Sem que a nação alemã suspeitasse, este foi o caminho para o cadafalso. Os historiadores divergem quanto à avaliação da sua política. Alguns acreditam que foi cuidadosamente premeditada e, depois, implacavelmente aplicada para alargar as fronteiras da Alemanha. O seu plano, afirmam, foi seguido à risca. Outros o chamam de oportunista: as oportunidades surgiram e ele não as desbaratou. Quando obtinha um sucesso, esperava que a ocasião seguinte se apresentasse e agarrava-a. A verdade reside, a nosso ver, numa combinação dos dois fatores. Sem dúvida que Hitler planejou, desde o início, restaurar a unidade alemã e o *status* internacional da Mãe Pátria, especialmente no Leste europeu. Seguidamente, quando começou a implementar a sua política, surgiram oportunidades de que ele rapidamente tirou partido. Para os alemães, o *führer* parecia possuir dotes mágicos ou ser, como o próprio Hitler se acreditava, ungido pela Providência.

Em 1936, Hitler efetuou um ensaio calculado. A Renânia, desmilitarizada em Versalhes, era uma zona que ele estava determinado em restituir à Alemanha. No entanto, alimentava dúvidas com relação à reação dos britânicos e, mais particularmente, dos franceses. Interviriam se as suas tropas invadissem? Tinha notado com satisfação que, em outubro do ano anterior, quando os italianos atacaram a Abissínia, nem a Grã-Bretanha e nem a França haviam tomado qualquer iniciativa para impedi-los. A sua reação fora branda e a campanha de Mussolini continuara intensa. Assim, Hitler decidiu tentar a sua sorte. A 7 de março de 1936, cerca de sessenta mil soldados alemães e forças policiais armadas entraram na Renânia e Hitler esperou pela reação, que foi mínima. Muitos políticos britânicos acreditavam, nessa altura, que os alemães estavam apenas retomando os seus territórios. Os franceses, que sobrestimaram enormemente o poderio das forças alemãs, nada fizeram. O golpe de Hitler foi um êxito completo, sem derramamento de sangue.

---

<sup>54</sup> Discurso de Hitler em Berlim a 6 de novembro de 1933, extraído de Joachim Fest, Op. Cit. p. 489.

Hitler deu mais um passo na ativa política externa alemã em julho de 1936, quando ofereceu apoio ao general Franco, o líder nacionalista da Guerra Civil Espanhola. Uma das razões foi o desejo de Hitler em impedir a tomada do poder na Espanha por um governo de esquerda. A principal contribuição da Alemanha foi através da Legião Condor, consistindo em unidades da *Luftwaffe*, que começava assim a despontar, bem como numa pequena força terrestre. A vantagem particular para os alemães foi a experiência que os aviadores adquiriram, tanto em termos estratégicos como táticos, que viria a revelar-se preciosa nas fases iniciais da Segunda Guerra Mundial.

Antes de a guerra se deflagrar, o líder alemão deu mais três grandes passos na arena internacional. O primeiro desses passos foi menos controverso do que os outros dois. O Tratado de Versalhes, e outros tratados subsidiários, tinham criado uma nova Áustria. Durante os anos que se seguiram, cresceu a pressão do partido nazista austríaco para a efetivação de um *Anschluss*, ou união com a Mãe Pátria. Era evidente que muitos austríacos o desejavam e, em 1938, Hitler estava já convicto de que estavam reunidas as condições para a incorporação de sua terra natal na *Grossdeutschland* (Grande Alemanha) emergente. Na madrugada de 12 de março de 1938, as tropas alemães entraram na Áustria e o feito cumpriu-se. Mais uma vez o *führer* triunfava. O *Anschluss* teve dois resultados particulares. Em primeiro lugar, Hitler mais uma vez ignorara flagrantemente Versalhes e ninguém procurara impedi-lo. Em segundo lugar, a ocupação da Áustria abria outras portas à ascendência dos alemães sobre a Europa Oriental.

Hitler, um filho do império Austro-Húngaro, sentia aversão pela Tchecoslováquia, desde a formação do país a partir de uma mistura de nacionalidades, após 1918. Cerca de um quinto da população compunha-se de alemães, que viviam sobretudo próximo das fronteiras com a Áustria e a Alemanha. Durante os anos 30, muitos apoiaram o partido nazista em expansão e, depois, procuraram adquirir autonomia governativa na sua própria região, os Sudetos. Com a intensificação de suas exigências, o governo alemão ofereceu apoio e estímulo. Nos primeiros meses de 1938 estalou uma crise. Hitler estava determinado a confrontar-se com os tchecos, relativamente à questão dos direitos dos alemães no país e, chegado o verão, já a guerra parecia provável.

A formação da Tchecoslováquia havia sido garantida em Versalhes e o governo tcheco, com boas defesas fronteiriças e um exército substancial, procurou apoios. Os

franceses, no entanto, não quiseram intervir isoladamente, apesar de terem assinado alianças com os tchecos, em 1924 e 1935. Haviam perdido a vontade de travar o expansionismo alemão. Os russos, que em teoria dispunham da capacidade de intervir, não podiam fazê-lo sem atravessar o território da Polônia ou da Romênia, e nenhum desses países, receosos do bolchevismo, se dispunha a cooperar. Além disso, a desconfiança em relação à Rússia estava tão difundida na Grã-Bretanha como a suspeita acerca de Hitler.

O fardo da decisão recaiu sobre o contrariado governo britânico. A história freqüentemente contada da crise de Munique de 1938, em geral apresentada como exemplo de conciliação covarde, nem sempre explica as dificuldades que o primeiro-ministro britânico, Neville Chamberlain, enfrentou. A reticência congênita da Grã-Bretanha em envolver-se nos assuntos do leste europeu, aliada aos efeitos da grande crise econômica por que passava, foi uma razão de peso para que Chamberlain tivesse pretendido um acordo negociado. As três visitas do primeiro-ministro à Alemanha evitaram a guerra, embora no final do mês de setembro de 1938, quando Hitler intensificou as suas exigências, tanto a Grã-Bretanha como a França tivessem mobilizado as suas forças. Durante vários dias a Europa tremeu à beira do conflito.

Não obstante, Hitler tinha todos os trunfos na mão. O seu exército encontrava-se nas fronteiras da Tchecoslováquia e, embora em 1938 ele não quisesse entrar em conflito armado, a presença das suas tropas e aeronaves era um forte fator de negociação. Na conferência final, com representantes da Alemanha, da Itália, da Grã-Bretanha e da França presentes (mas nenhum do governo tcheco), Hitler obteve o que queria. A Polônia e a Hungria exigiram também uma parcela dos despojos, a primeira reclamando território na zona de Teschen, enquanto a última adquiria uma parcela de território junto à sua fronteira. Os tchecos tornaram-se peões dispensáveis num jogo territorial. Sem dúvida, 1938 foi o ano da Alemanha.

Embora a nação alemã aplaudisse os êxitos do *führer*, conquistados sem derramamento de sangue, havia um preço a pagar. As ambições e os métodos de Hitler provavam cada vez mais às outras potências que a guerra era iminente. A afirmação de Chamberlain “paz para o nosso tempo” traduziria melhor a situação se fosse “paz por um tempo”.

Hitler tinha a Tchecoslováquia à sua mercê, após a anexação dos Sudetos ao *Reich*. Esta era um alvo fácil para a etapa seguinte do seu programa de expansão. Depois de Munique, o Estado havia sido dividido em várias províncias – Rutênia,

Eslováquia, Boêmia e Moravia – que receberam um tratamento metódico. Hitler concedeu a primeira à Hungria, enquanto as outras três foram absorvidas num protetorado alemão. O exército alemão entrou e dominou o restante do país em 15 de março de 1939, e o Estado criado em Versalhes pereceu ao receber a extrema-unção.

O passo seguinte, e que desencadearia a guerra na Europa, foi a invasão à Polônia, a qual já nos referimos em páginas anteriores. Dessa forma, Hitler consolidou os seus objetivos de dominação da Europa Central e preparou o terreno para exercer essa mesma influência por sobre a Europa oriental. Quanto ao lado ocidental do continente, ou aceitaria o fato consumado e recuaria para fazer a paz ou seria varrido. A esperança de Hitler era o recuo ocidental, que não ocorreu. Assim, em 1940 desencadeou a *blitzkrieg* contra a Europa Ocidental, dominando-a. Estava, pois, posta em prática a sua política expansionista calcada na doutrina do *lebensraum* (espaço vital) alemão. Pretendia, assim, atender às demandas econômicas do *Reich* e da burguesia alemã.

### **A Perspectiva da Itália**

Eram poucos os admiradores de Hitler entre os estadistas e dirigentes políticos da Europa. Muitos invejavam-no, detestavam-no ou temiam-no. Só um podia reivindicar algum grau de proximidade: era Benito Mussolini, da Itália, ditador amigo, cuja associação com o *führer* começou no seu primeiro encontro, em 1934, e durou até a morte de ambos, onze anos mais tarde, com dois dias de diferença um do outro.

Durante o período entre as duas guerras, se havia generalizado na Europa os regimes ditatoriais, que governavam cerca de doze Estados. Uma das suas primeiras manifestações teve lugar na Itália, a partir de 1922, quando Mussolini e o Partido Fascista chegaram ao poder. Foi uma ditadura que durou em torno de vinte anos.

Pode se encontrar a causa do enraizamento do fascismo na Itália, após 1918, diretamente nas experiências do país na Primeira Guerra Mundial e nas subseqüentes negociações para a paz. A Itália entrara na guerra em 1915, ao lado da Tríplice *Entente*, tendo sido previamente aliada da Alemanha na Tríplice Aliança. Tinham-lhe sido prometidos, como suborno, vários territórios, que seriam atribuídos em caso de vitória, o que explica a rápida reviravolta. Mas, por ocasião dos tratados de paz, as promessas não foram cumpridas na sua totalidade e os italianos sentiram-se amargamente desiludidos. Tendo perdido cerca de 460 mil vidas, ficaram irados com o que lhes foi oferecido – ou não oferecido – em troca.

Com estes antecedentes e com uma enorme dívida externa, aliada a uma elevada taxa de inflação, o Partido Fascista, de forte tendência nacionalista, conseguiu chegar ao poder em 1922. Sob a liderança de Mussolini, os fascistas afirmavam-se como uma força dinâmica que revitalizaria a nação, granjearia o prestígio internacional e travaria a ameaça do comunismo. Este era o tipo de apelo que se ouviria de novo na Alemanha, dez anos mais tarde. Sem dúvida, durante os sete anos seguintes, registraram-se melhorias na agricultura, na indústria e nos transportes.

O progresso, porém, teve os seus custos. O Estado passou, a partir de 1926, a controlar os partidos políticos, enquanto os oponentes dos fascistas eram encarcerados ou obrigados a exilar-se. Perdera-se a liberdade, especialmente ao sabor dos caprichos de Mussolini. A sociedade italiana estava à mercê de um vaidoso que se iludia a si próprio e à nação que governava. Era suficientemente astuto, no entanto, para reter o poder, nem sempre se deixando manipular. “Um déspota tem de sentir-se o eixo em torno do qual o Estado gira”, escreveu Bagehot em 1867<sup>55</sup>. Foi essa a posição que Mussolini se esforçou duramente por atingir na Itália.

Em 1930, Mussolini já tinha consolidado a sua posição internamente, voltando-se agora cada vez mais para a tarefa de causar boa impressão a nível externo. Animavam-no dois objetivos fundamentais. O primeiro era colocar a Itália na liga das grandes potências, sustentada por uma economia florescente e forças armadas poderosas. Decorrente deste, o segundo era construir um império que rivalizasse com os da França e da Grã-Bretanha, objetivo este que os italianos se esforçavam por atingir, com sucesso limitado, desde o final do século XIX. Mussolini pretendia recriar o antigo Império Romano, em que a sua posição seria a de um César. O Mediterrâneo devia ser *Mare Nostrum*, controlado pela marinha italiana – política que dificilmente o faria cair nas boas graças dos britânicos e dos franceses.

Para realizar esta façanha imperialista, tinha os olhos postos em duas regiões: uma era a África e a outra a Ásia Menor. Antes de 1920, a Itália apenas tinha conseguido conquistar colônias na Eritréia e na Líbia. O país sofrera uma humilhação em 1896, quando as tropas italianas foram derrotadas por tribos locais, ao tentarem acrescentar a Abissínia ao seu império. Mussolini, que nunca perdoou nem esqueceu a derrota, jurou vingança.

---

<sup>55</sup> W. Bagehot *The English Constitution*. Londres, Penguin Books, 1963, p. 118.

A oportunidade surgiu em 1935, quando as relações entre a Abissínia e a Itália se encontravam extremamente tensas. Os italianos, que planejavam há anos uma campanha, usaram um incidente fronteiro de somenos importância como pretexto para enviar três unidades militares contra o mal apetrechado exército abissíneo. As tropas de Mussolini, com armamento moderno, incluindo aeronaves, foram bem sucedidas, embora os combates só tivessem terminado em maio de 1936. A invasão inquietou a França e a Grã-Bretanha que, todavia, não tomaram medidas ativas para impedi-la. A Sociedade das Nações mostrou-se hostil à guerra, já que tanto a Itália como a Abissínia eram países membros. A Sociedade impôs sanções petrolíferas, na tentativa de cortar os abastecimentos vitais à Itália, mas mesmo assim chegaram de outras fontes quantidades suficientes: há sempre alguém pronto a lucrar com um embargo. O ditador saíra vitorioso, não somente sobre a Abissínia, mas também sobre a Sociedade das Nações, a Grã-Bretanha e a França.

Na política interna, *Il Duce* era extremamente popular e a sua presunção aumentou. Era um chefe frenético. “Advogo o movimento. Sou um nômade”, disse a um entrevistador<sup>56</sup>. Mais tarde, como fanático que era das lides bélicas, afirmou que “o caráter do povo italiano deve ser moldado pela luta”<sup>57</sup>. Com tais concepções, começou a ser vítima de suas próprias ilusões. O povo italiano, em geral, não desejava a guerra e as forças armadas não eram tão poderosas nem tão competentes quanto ele julgava. As alegações de que era capaz de “eclipsar o sol com a aviação” ou de “mobilizar oito milhões de baionetas” eram fantasias dispendiosas.

Durante algum tempo, os dirigentes ingleses e franceses alimentaram esperanças de que Mussolini partilhasse os seus receios da expansão alemã. Talvez a Itália constasse da lista de alvos a abater. Pretendiam que ele permanecesse, pelo menos, neutro ou que utilizasse as suas habilidades de mediador. O ditador italiano, contudo, foi gradualmente enveredando pela direção contrária, simultaneamente admirando e invejando os triunfos do *führer*. A Alemanha nazista exercia sobre ele um efeito magnético.

A sua política foi se aproximando da de Hitler. Em outubro de 1936, foi assinado o pacto do Eixo Roma-Berlim, uma aliança que Mussolini afirmava ser uma defesa contra o comunismo. Interveio para apoiar os nacionalistas na Guerra Civil da

---

<sup>56</sup> E. Ludwig. *Talks with Mussolini*, apud A.J.P. Taylor *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 62.

<sup>57</sup> Galeazzo Ciano. *Diário*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1963, p. 108.

Espanha. Em 1937, já haviam sido enviados para a Espanha mais de 70 mil soldados italianos, assim como unidades aéreas e navais. Quando os alemães ocuparam a Áustria, em março de 1938, a Itália não interveio. “Digam a Mussolini que não me esquecerei disso”, comentou um Hitler agradecido, “nunca, nunca, nunca, não importa o que aconteça. Uma vez resolvido o caso austríaco, estou pronto para apoiá-lo na vida e na morte, tanto faz”<sup>58</sup>. *Il Duce* esteve presente em Munique, encorajando as democracias (que ele desprezava) a cederem perante a Alemanha. O papel de mediador se assentava às mil maravilhas à presunção e à vaidade de Mussolini.

No início de 1939, contudo, Mussolini já se sentia eclipsado pelos sucessos de Hitler. O *führer* nunca confiou, de fato, os seus planos ao *duce*. Assim, em abril de 1939, Mussolini anunciou que a Albânia, do outro lado do Mar Adriático, seria anexada ao seu “império”. A campanha foi fácil e breve – o que não surpreende quando se compara o poderio dos dois lados.

Em maio, Mussolini assinou um acordo, pomposamente apelidado de “Pacto de Aço”, pelo qual prometia auxílio militar à Alemanha em caso de guerra. Alimentava a esperança e a convicção de que a guerra não se deflagraria nos próximos três ou quatro anos, porque as suas forças ainda não estavam preparadas. Quando as nuvens da guerra começaram a aproximar-se, em agosto, Mussolini foi desmascarado ao dar cumprimento apenas parcial às suas promessas. Enquanto a Inglaterra, a França, a Polônia e a Alemanha se concentravam na luta, o *duce* continuava a debater-se para não cair em descrédito: em lugar de admitir a neutralidade da Itália, declarou que a sua posição era a de “não beligerância”. Decidiu esperar para ver para que lado penderia a guerra, planejando entrar quando as condições conviessem à Itália. O que fez em 1940, depois que as *Wermacht* já haviam levado de roldão as forças franco-britânicas.

### **A Perspectiva do Japão**

Quando a guerra estalou em setembro de 1939, o exército japonês já combatia no Extremo Oriente. O conflito com a China tinha se iniciado na Manchúria, em 1931, desenvolvendo-se numa disputa renhida, interrompida por tréguas em 1933. Nessa altura, já os exércitos chineses separados, o nacionalista e o comunista, combatiam tão encarniçadamente entre si como combatiam o invasor. A guerra deflagrou-se novamente quatro anos mais tarde, e os chineses ofereceram uma resistência maior do que se esperava. Quando a cidade de Nanquim, capital dos nacionalistas, foi capturada, os

---

<sup>58</sup> Joachim Fest. Op. Cit., p. 654.

japoneses massacraram mais de 200 mil prisioneiros e civis. A notícia da ferocidade do exército japonês chegou depressa aos outros países, o que tornou os japoneses proscritos internacionais.

Os japoneses atacaram a Manchúria principalmente por um desejo nacional de expansão, de território e de prestígio, suscitado por dois fatores. Em primeiro lugar, os japoneses tradicionalmente se consideravam uma raça pura e superior, com a “missão divina” de governar e liderar os outros povos. O Imperador, Hirohito, tratado mais como um deus do que como um ser humano, era oriundo de uma linhagem com mais de 25 séculos. Os japoneses sentiam-se destinados a tornarem-se a primeira potência asiática, rodeados de nações menos puras, que lhes deviam subserviência. Desprezavam os coreanos e os chineses, que consideravam povos inferiores. É inevitável a comparação com os pontos de vista racistas da Alemanha nazista, apesar de não serem exatamente semelhantes. Reforçando esta concepção de raça, a nação japonesa partilhava um intenso espírito nacional comum, determinado em triunfar.

O segundo fator, e o mais relevante deles, era de ordem econômica. As ilhas do Japão possuíam poucos recursos naturais e o desejo de obtê-los configurou a política nacional a partir de 1900, levando finalmente à Segunda Guerra Mundial. Nos primeiros anos do século XX, já os japoneses tinham ocupado territórios na Manchúria chinesa e na Coreia, tratando-os como parte de um império em expansão. Procedeu-se à extração de minério de ferro e de carvão para alimentar as indústrias japonesas em acelerado desenvolvimento, as quais transformavam as matérias-primas em mercadorias manufaturadas.

Para os ocidentais, habituados a tratar as pessoas no Extremo Oriente como súditos coloniais, os japoneses se constituíam num enigma. Eram orgulhosos, independentes, capazes e de forma alguma se rebaixariam à posição de súditos de outro país: pelo contrário, ambicionavam ser eles próprios uma potência colonial. O Japão isolara-se do resto do mundo até 1853, quando aportaram à Baía de Tóquio, sem serem convidados, navios expedicionários norte-americanos. Daí até o Tratado de Versalhes, o povo japonês foi espetacularmente catapultado para o papel de Estado moderno. A transição de uma sociedade feudal para uma nação do século XX realizou-se em menos de setenta anos.

Em 1919, os japoneses já tinham ajudado as potências coloniais a esmagar a Revolta dos *Boxers* chinesa (1900), assinado um tratado de cooperação com a Grã-Bretanha (1902), derrotado o exército e a marinha russos (1904-05) e entrado no grupo

das potências da *Entente* na Primeira Guerra Mundial. Não há dúvida que deixaram rapidamente a sua marca nos assuntos internacionais. Os dirigentes japoneses, contudo, lucraram muito menos do que esperavam com o Tratado de Versalhes. Estavam convictos que as potências coloniais se tinham conluiado para lhes recusar os frutos da vitória que legitimamente lhes pertenciam. Tencionavam exercer o tipo de autoridade no Leste Asiático que a Alemanha procurava estabelecer no leste europeu. Com efeito, os japoneses receberam o alcunha de “Prussianos da Ásia”. Ao mesmo tempo, precisavam ser aceitos em pé de igualdade pelas outras grandes potências. Para os japoneses, era importante não cair em descrédito.

Nos anos 30, o exército e a Marinha japoneses eram poderosos e os seus oficiais controlavam ou influenciavam a política nacional, principalmente a partir da subida ao poder do General Tojo. Mais uma vez, eram guiados por suas necessidades econômicas. O exército tinha os olhos postos, sobretudo, no continente, onde a Coreia e a Manchúria eram o chamariz. Para eles, a URSS era o grande inimigo em potencial. Ao mesmo tempo em que as forças japonesas combatiam a China, a possibilidade de uma guerra futura com a União Soviética nunca esteve muito afastada de seus pensamentos. Assim, os olhos e os preparativos do exército voltaram-se para oeste, planejando combates terrestres. A marinha tinha uma visão diferente: a sua necessidade específica era o petróleo, pelo que cobiçavam avidamente as enormes reservas disponíveis ao sul, nas Índias Orientais Holandesas. Uma visão tão tentadora era demais para ser desperdiçada.

Na opinião dos japoneses, as principais potências coloniais – França, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos – eram intrusos interesseiros sem qualquer direito legítimo de possuir impérios no Extremo Oriente. Só o Japão, defendiam, era a potência asiática destinada a liderar.

Os britânicos controlavam vastas regiões, incluindo a Malásia, a Índia e a Birmânia, enquanto ao sul se situavam os domínios da Austrália e da Nova Zelândia, assim como muitas ilhas do Pacífico. Hong Kong era colônia britânica há um século. Os franceses possuíam a Indochina e várias ilhas da Polinésia. Os holandeses tinham um império nas Índias Orientais, onde comerciavam desde o século XVII. As Filipinas, a caminho da independência, eram uma colônia dos Estados Unidos, que possuíam igualmente outras bases insulares, incluindo Midway no Pacífico Central e Pearl Harbor no Havaí. Alguns desses territórios proporcionavam recursos econômicos, sobretudo petróleo e borracha – o que constituía uma afronta ainda maior para os japoneses, que não os possuíam, mas deles tinham premente necessidade.

Em 1933, depois de criticados pela anterior invasão da Manchúria, os japoneses abandonaram a Sociedade das Nações e, na tentativa de persuadir outros países asiáticos a apoiar as suas políticas, formaram a Associação da Grande Ásia. Esta tinha o objetivo de reunir a China, o Sião e as Índias Orientais Holandesas para trocas comerciais. Os benefícios econômicos para o Japão eram imensos, já que seriam disponibilizadas matérias-primas para as suas indústrias. A Associação planejou posteriormente uma Esfera de Co-Prosperidade, que afirmava trazer benefícios a todos os povos do Leste Asiático. No final de 1941, um departamento do Ministério da Guerra do Japão apresentava um cenário ainda mais espantoso: a Austrália e a Nova Zelândia passariam para o controle japonês, como o Alasca e a América Central, incluindo as Índias Ocidentais, enquanto no Extremo Oriente, o Ceilão, as Índias Orientais, a Birmânia, a Indochina e o Sião viriam igualmente a ficar sob a proteção do Japão<sup>59</sup>. Estas ambições rivalizavam com as de Hitler, se é que não as suplantavam, em outro ponto do globo.

Em 1939, os japoneses já tinham construído acordos com a Alemanha. As duas nações assinaram um Pacto Anti-Komintern em 1936, revelando a sua aversão e desconfiança mútuas da Rússia comunista, cujas forças estavam estacionadas na fronteira com a Manchúria. Nessa região ocorreram, dois anos mais tarde, vários incidentes fronteiriços, com combates esporádicos. Em resultado, os japoneses ficaram surpreendidos quando Hitler assinou um tratado de não-agressão com a URSS, que lhe dava carta branca para atacar a Polónia.

Com o deflagrar da guerra na Europa em 1939, o Japão manteve-se vigilante em relação aos acontecimentos, já que qualquer alteração no equilíbrio de poder europeu poderia ajudá-lo a conquistar ou controlar os territórios que cobiçava no Extremo Oriente. Dessa forma, as suas forças armadas se manteriam atentas.

A posição dos Estados Unidos, de aparente neutralidade política e isolacionismo no que se referia à guerra na Europa, mas apoiando economicamente a Inglaterra em sua luta contra a Itália e a Alemanha, viria a refletir-se na questão do Pacífico. Da mesma forma que o governo japonês tinha interesses coloniais no Extremo Oriente, os Estados Unidos olhavam a região como uma área de importância estratégica para o seu país. Havia, pois, um conflito de interesses entre o Japão e os Estados Unidos, o qual, já a partir de 1939, aplicava restrições comerciais ao Japão, dificultando-lhe, inclusive, o acesso a matérias-primas essenciais ao funcionamento de sua indústria. Negociações

---

<sup>59</sup> Masayuki Puchida. *Midway*, Op. Cit., p. 18.

foram estabelecidas, tanto pelo embaixador japonês em Washington, Sr. Nomura, como pelo próprio Ministro do Exterior Kuruzu. A conjunção dos projetos imperialistas nipônicos com o conflito de interesses não resolvido de forma negociada com o governo Roosevelt, levou ao ataque a Pearl Harbor, “jogando” os Estados Unidos numa guerra que, de certa forma, era do interesse norte-americano.

## **1.2 – As Razões dos Aliados**

### **A Perspectiva da Grã-Bretanha**

Muitos historiadores têm imputado uma grande parcela de culpa aos governos da Grã-Bretanha e da França, anteriores à guerra, por se terem submetido aos agressivos planos de expansão de Hitler após 1933. O seu argumento segue, em geral, a linha do “se ao menos”. Afirmam que, se ao menos esses governos tivessem intervindo quando as forças alemãs entraram na Renânia, em 1936, as ambições de Hitler teriam sido cerceadas; ou, se ao menos a Inglaterra e a França tivessem apoiado firmemente os tchecos em setembro de 1938 e tivessem então pegado em armas, a Alemanha teria sido derrotada. No fundo, acreditam que a conciliação foi um malogro covarde, abrindo diretamente caminho para a guerra. Que fatores, então, influenciaram as políticas francesa e inglesa? Por que permitiram que Hitler fosse tão longe antes de intervirem?

Os efeitos da Primeira Guerra Mundial ficaram profundamente gravados na memória dos britânicos. No seu conjunto, a Grã-Bretanha e o Império perderam cerca de um milhão de homens, cujos nomes ainda figuram em monumentos à guerra por todo o país. Dezenas de milhares caíram nos campos de batalha do norte da França e da Bélgica e foram considerados mártires de uma grande luta no continente, para a qual a Grã-Bretanha se vira arrastada contra a vontade. Durante os anos 20, fortaleceu-se o sentimento de que no futuro o país devia desligar-se de compromissos tão penosos.

As lealdades do Reino Unido estavam sobretudo voltadas para outros pontos do globo. Geograficamente, embora faça parte da Europa, a Grã-Bretanha é separada do continente e seus interesses estavam centrados no ocidente e ao sul, com vista ao comércio marítimo. O envolvimento prioritário do país, depois da Primeira Guerra Mundial, deu-se ao nível do Império e dos Domínios, edificados durante os três séculos anteriores. Estes territórios, situados em outros continentes, exigiam grandes recursos, em termos de manutenção, e o governo britânico estava mais preocupado em disponibilizá-los do que em imiscuir-se nos assuntos da Europa Central. A proteção do

comércio marítimo era essencial, através de rotas para as colônias, e a Grã-Bretanha estava, portanto, determinada a evitar ameaças de outras nações. Em certos aspectos, até o final dos anos 30, enxergou a Itália e o Japão, que possuíam marinhas consideráveis, como perigos potenciais de maior envergadura do que a Alemanha, cercada por terra.

A Grã-Bretanha e a França haviam sido aliadas próximas durante a Primeira Guerra Mundial, mas após o armistício a relação se alterou. Durante centenas de anos, até o início do século XX, a desconfiança recíproca havia sido freqüente. Emergiam agora aspectos desse sentimento. O governo britânico via os franceses como rancorosos e vingativos em relação à Alemanha, especialmente quando os franceses ocuparam o Ruhr em 1923, na tentativa de forçar os alemães a pagar as reparações de guerra. Só o crescente temor partilhado da expansão alemã aproximou novamente os anteriores aliados, depois de Munique.

A grande crise econômica que se deflagrara em 1929 teve efeitos rápidos e desastrosos sobre a economia inglesa e, em 1933, cerca de três milhões de pessoas já estavam relegadas ao desemprego. Em seguida, com a recuperação gradual da indústria, da agricultura e do comércio, a ameaça crescente da Alemanha nazista originou apelos ao rearmamento. Não é difícil entender a reticência de homens e mulheres perante a perspectiva de outra guerra, quando haviam sofrido perdas tão pesadas há menos de vinte anos, seguidas de problemas econômicos demolidores. Os custos com o rearmamento eram enormes e indesejáveis.

Durante algum tempo, nos anos 30, verificou-se na Inglaterra alguma simpatia pelos alemães. Estes pareciam estar fazendo um esforço extraordinário para restaurar a sua economia, após a crise econômica, e Hitler era, sem dúvida, um dirigente dinâmico. Alguns políticos ingleses, incluindo Lloyd George, Lorde Londonderry e Lorde Halifax, visitaram a Alemanha. O *führer* teria decerto apreciado que a Grã-Bretanha conjugasse esforços consigo numa luta contra o comunismo<sup>60</sup>.

O seu intermediário com o governo britânico era Joachim von Ribbentrop que, a partir de 1934, desempenhou um papel cada vez mais importante nos assuntos anglo-germânicos, a ponto de reportar-se diretamente a Hitler e não ao Ministro do Exterior alemão, von Neurath. De fato, o seu principal sucesso – o único mesmo – foi persuadir os britânicos a concordarem, em junho de 1935, com um tratado naval, que permitiu o arranque da reconstrução da *Kriegsmarine*. No entanto, entre 1936 e 1938, enquanto foi

---

<sup>60</sup> Sobre esse assunto, ver Joachim Fest. Op. Cit., p. 575 e segs.

embaixador na Grã-Bretanha, a avaliação de Ribbentrop do caráter, objetivos e métodos de seus anfitriões, que admirava imenso, falhou redondamente. Erroneamente, acreditava que o novo rei, Eduardo VIII, simpatizava com os nazistas e tinha uma grande influência política. Possuía um entendimento equivocado do sistema democrático em que grupos minoritários e partidos da oposição podiam efetivamente criticar o governo. Quando foi chamado à Alemanha para assumir o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1938, Ribbentrop já se antagonizara com muita gente. Era vaidoso e arrogante, faltando-lhe estilo e diplomacia. Como Macbeth, era impelido pelas ambições da mulher. Quanto mais se esforçava, mais fracassava. O anglófilo tornou-se um anglófobo. Foi uma grande infelicidade para Hitler que o seu principal conselheiro nas questões britânicas compreendesse tão mal os britânicos<sup>61</sup>.

O crescente poderio nazista, a recuperação da Renânia e os acontecimentos subseqüentes levaram o governo inglês a agir. O rearmamento começou de forma cautelosa com o Plano Quadrienal para reforçar as forças armadas, particularmente a *Royal Air Force* (RAF) e a *Royal Navy*. Ao mesmo tempo, o governo esperava, através de uma política de conciliação, aplacar Hitler e resolver os problemas por meios pacíficos. Os métodos formais e cuidadosos da diplomacia, desenvolvidos em especial no século XIX, solucionariam as dificuldades sem o recurso à guerra. Os políticos estavam acostumados a que os assuntos internacionais seguissem um rumo que viera a chamar-se “maquiavelismo civilizado”<sup>62</sup>.

Mas estavam enganados. “Se aquele velho idiota alguma vez voltar aqui com o seu guarda-chuva para se intrometer, mando-o a pontapés pela escada abaixo”, disse Hitler a propósito de Chamberlain, depois de Munique<sup>63</sup>. Os esforços dos conciliadores, no entanto, eram apoiados pela maioria do povo britânico. Quando Chamberlain concordou com as exigências de Hitler, durante a crise de Munique, foi generalizadamente considerado um salvador que libertara a Europa do desastre. No fundo, todavia, ele sabia, como o sabia um número cada vez mais expressivo de ingleses, que se tratava apenas de uma suspensão temporária. Desse modo, acelerou-se o rearmamento, assim como a defesa civil, na qual serviam, em finais de 1938, mais de

---

<sup>61</sup> Acerca da figura de von Ribbentrop, ver Roderick Stackelberg. *A Alemanha de Hitler – Origens, Interpretações, Legados*. Rio de Janeiro, IMAGO, 2002, William L. Schirer. *Ascensão e Queda do III Reich*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1962, Henry Michel. *La Seconde Guerre Mondiale*. Paris, Presses Universitaires de France, 1969 e Joachim Fest, Op. Cit.

<sup>62</sup> Expressão apresentada por Basil Liddell Hart em *The Other Side of the Hill*, Londres, Oxford University Press, p. 83.

<sup>63</sup> Joachim Fest, Op. Cit., p. 661.

1,4 milhões de civis. Esta força era duas vezes maior do que a totalidade dos restantes serviços armados – um augúrio quanto à natureza da guerra que se aproximava.

Os preparativos para a guerra recrudesceram no início de 1939. Com relutância, mas inevitavelmente, o país apercebia-se de que uma guerra era iminente. A sorte foi lançada em março, com a promessa britânica de apoiar a Polônia contra uma agressão nazista. Tendo os acontecimentos, no verão desse ano, precipitado os conflitos no leste europeu, a Grã-Bretanha e a França aliaram-se na determinação comum de fazer frente à expansão alemã. Estava esgotada a via de conciliação. Em agosto de 1939, o povo britânico aceitava que já se estava a um passo da guerra e os preparativos estavam bem avançados. Havia sido distribuídas máscaras de gás, construídos abrigos subterrâneos contra ataques aéreos e planejado a evacuação. Mas não havia nada do triunfalismo estonteante de 1914<sup>64</sup>. As pessoas voltavam a olhar, taciturnas, para os nomes nos monumentos fúnebres à guerra nos locais onde viviam<sup>65</sup>.

Até o último momento, os apóstolos da conciliação, especialmente Chamberlain e Hallifax, esperaram que se pudesse chegar a uma solução pacífica para a questão de Danzig e do Corredor Polonês. Mesmo depois de a invasão da Polônia ter começado e dos britânicos enviarem um aviso a Berlim, verificaram-se atrasos enquanto a declaração de guerra era coordenada com os franceses. Finalmente o ultimato foi expedido. Falhou. Assim, às 11 h. de domingo, 3 de setembro, Chamberlain leu um comunicado à nação: “Tudo aquilo pelo que trabalhei, tudo aquilo em que sempre acreditei em toda a minha vida pública, desfez-se em pó”, anunciou<sup>66</sup>. Pouco tempo depois, soavam as sirenes dos *raids* aéreos por todo o sul da Inglaterra.

A Grã-Bretanha entrou na guerra porque os alemães invadiram a Polônia, mas não porque nutrissem uma grande admiração ou amizade pelos poloneses: o verdadeiro motivo, o que realmente foi fulcral na decisão dos *policy makers* britânicos, foi que Hitler havia perturbado o equilíbrio de poder na Europa. O seu país crescia em força e representava, assim, uma ameaça à posição da Inglaterra. A questão do Danzig e do Corredor Polonês fora a última gota.

---

<sup>64</sup> Quanto ao triunfalismo inglês às vésperas da Primeira Guerra Mundial, ver Barbara Tuchman. *Canhões de Agosto*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 1994, pp. 51 e seguintes.

<sup>65</sup> B. Liddell Hart, Op. Cit. p. 96.

<sup>66</sup> Fala de Chamberlain na BBC, 3 de setembro de 1939, extraída a partir do cine-documentário “Minha Luta”, dirigido por Leonard Maltin.

## A Perspectiva da França

Do outro lado da Mancha, as experiências da França, após 1918, foram diferentes das da Inglaterra. Em primeiro lugar, as suas perdas, com a morte de mais de 1,3 milhões de homens, foram relativamente mais pesadas do que as de qualquer outra nação envolvida na Primeira Guerra Mundial. Os franceses sentiram profundamente esta devastação humana durante os anos que mediaram entre as duas guerras, o que levou a expressivos movimentos em favor do desarmamento e do pacifismo. Desenvolveu-se a convicção generalizada de que a República não podia permitir-se o envolvimento em outro conflito em escala idêntica.

A França emergiu da guerra como uma potência europeia forte, mantendo as forças armadas aparelhadas em alto nível, enquanto outras nações as desmantelavam. Era uma política compreensível. Por duas ocasiões, durante o tempo de vida dos mais velhos, os exércitos alemães tinham invadido a partir do leste. Em 1870-71, o exército Prussiano tinha triunfado e os franceses haviam sido obrigados a assinar um armistício humilhante. Em seguida, em 1914, os alemães haviam novamente atacado através de um país neutro, a Bélgica. A guerra fora uma contenda renhida, em que a França foi salva pelos seus aliados. Em 1919, os dirigentes franceses tomaram a resolução de impedir a Alemanha de jamais repetir tais invasões.

Como consequência, em Versalhes, os franceses mostraram-se vingativos<sup>67</sup>, o que lhes mereceu alguma condenação dos seus anteriores aliados. Na França, naturalmente, as opiniões eram diferentes. Os alemães estavam a poucos metros, do outro lado de uma fronteira terrestre, enquanto a Inglaterra e os Estados Unidos estavam protegidos por fronteiras marítimas. Os franceses continuaram a insistir para que a Alemanha honrasse os termos acordados à mesa de negociações. Quando os pagamentos das reparações de guerra começaram a tardar, em 1923, as tropas coloniais francesas ocuparam o Ruhr.

O medo da Alemanha nunca abandonou os franceses entre as duas guerras. Assim, a partir de 1929, começaram a construir uma poderosa linha defensiva ao longo da fronteira oriental. Batizada com o nome do Ministro da Guerra responsável pela sua construção, a Linha Maginot era um conjunto triplo de posições, com arame farpado, fortificações de artilharia, casamatas de concreto para canhões e linhas subterrâneas.

---

<sup>67</sup> Os franceses mostraram-se vingativos não apenas por uma questão ideológica, por revanchismo, mas muito pragmaticamente porque pretendiam que as reparações de guerra financiassem a reconstrução da infra-estrutura da França, seriamente prejudicada pelo desenrolar da I Guerra, praticamente travada, no *front* ocidental europeu, em seu território.

Baseada na defesa estática da Primeira Guerra Mundial, a Linha destinava-se a rechaçar qualquer invasão alemã futura. As debilidades da linha, contudo, tornavam-se evidentes, bastando para isso um estudo do mapa das áreas não abrangidas. Não se construíra nada entre a fronteira com Luxemburgo e a costa do Canal, deixando todo o setor norte aberto a qualquer ataque que penetrasse a França pela Bélgica. Os franceses pareciam ter esquecido 1914. Nessa região, a defesa da França ficava numa extrema dependência da qualidade da resposta belga, caso a Alemanha atacasse.

Durante os anos 30, a nação francesa viveu amiúde profundas clivagens políticas e econômicas. Os grupos comunistas e fascistas cresceram em influência e as crescentes manifestações ameaçavam a ordem social. As atribulações internas deram origem a uma série de mudanças governamentais e essas, por sua vez, afetaram a política externa, numa altura em que a estabilidade era necessária para contrariar a crescente ameaça da Alemanha. A reocupação da Renânia, em 1936, por exemplo, não provocou uma reação inequívoca dos franceses, que desejavam a paz, mas temiam que os ingleses não intervissem com o seu apoio.

Como sucedeu com a Grã-Bretanha, a França adotou uma política conciliatória em 1938. As forças armadas não estavam treinadas nem preparadas para enfrentar os alemães. Prevalcia desde 1918 um sentimento generalizado contra a guerra. Conseqüentemente, Daladier, o primeiro-ministro, foi a Munique e participou na entrega da Tchecoslováquia a Hitler. Mais tarde, o estado de espírito dos franceses indicava que a guerra com a Alemanha era uma realidade inevitável, pelo que começaram a se fazer preparativos mais substanciais. Os governos franceses e britânicos estreitaram relações na planificação de uma ação conjunta.

Para a França, a Polónia foi o fator decisivo. Embora não fosse possível enviar auxílio aos poloneses no leste europeu, os franceses posicionaram-se na fronteira ocidental da Alemanha, o que representava uma ameaça potencial. No fundo, eles sabiam que a Polónia não seria capaz de resistir a uma investida nazista por mais de alguns meses, mas para a França era imperativo não ceder mais uma vez.

A ordem de mobilização e o despacho de um ultimato a Berlim demoraram o seu tempo, daí porque tenham os franceses declarado guerra às 17 h. do dia 3 de setembro, seis horas depois dos britânicos. Num comunicado à nação transmitido à noite, Daladier falou do desejo da Alemanha em esmagar a Polónia “a fim de poder dominar a Europa e escravizar a França”. Acrescentou que “ao honrarmos a nossa palavra, estamos lutando

para defender o nosso solo, as nossas casas, as nossas liberdades”<sup>68</sup>. Como os britânicos, os franceses pegavam em armas não apenas para ajudar os poloneses, mas também para proteger o seu próprio território.

Embora seja fácil, do conforto de um olhar retrospectivo, culpabilizar a Inglaterra e a França pela aparente docilidade demonstrada quando não travaram a expansão alemã antes de 1939, há de se reconhecer dois fatores freqüentemente ignorados. Um deles é que ambos os países apoiavam a Liga das Nações criada, depois de Versalhes, como uma arena em que os países podiam resolver as suas diferenças sem recorrer à guerra. Contudo, embora a Liga tivesse obtido alguns êxitos menores, faltava à organização firmeza para fazer cumprir suas decisões. Não havia um exército ou força policial internacionais para enviar contra países que se recusassem a aceitar as suas deliberações. Os americanos nunca aderiram. Mais tarde, os alemães e os japoneses abandonaram-na e os italianos ignoraram as ordens da instituição. Os adversários consideravam a Sociedade das Nações como pouco mais do que uma plataforma de conversa incosequente, idealista e impotente<sup>69</sup>. Como resultado, a Grã-Bretanha e a França, compreendendo que só a força podia contrariar a agressão expansionista alemã, tiveram de confiar em seu próprio poder. Debater a segurança coletiva era inócuo. Este fator fortaleceu o segundo.

Nesse mister, só se poderia ter registrado sucesso se os esforços das duas nações tivessem sido bem coordenados. Era necessário ter objetivos comuns, falar diplomaticamente a uma voz e coordenar a disposição de suas forças armadas. Com efeito, precisavam de um supremo generalíssimo, como Foch fora na Primeira Guerra Mundial. Em tempo de paz, com duas nações cujas histórias e políticas eram tão diferentes, tal não passava de uma utopia. Quem disso se beneficiou foi a Alemanha.

### **A Perspectiva da União Soviética**

Muitos estrategistas de gabinete, nos anos subseqüentes à Segunda Guerra Mundial, deverão muito bem ter se perguntado por que razão, em 1939, os três grandes adversários europeus de Hitler não empregaram a sua força coletiva para cercar a Alemanha com uma nova *Entente* tríplice. Uma associação idêntica produzira bons resultados em 1914, obrigando os alemães a combater simultaneamente em duas frentes, defrontando a Rússia a leste, e a França e a Grã-Bretanha a oeste. Com a expansão das

---

<sup>68</sup> A.J.P. Taylor, Op. Cit. p. 71.

<sup>69</sup> A respeito da Liga ou Sociedade das Nações e o cunho idealista de suas ações, ver Edward H. Carr, *Vinte Anos de Crise*, Brasília, Editora da UNB, 1998.

ambições de Hitler, a ressurreição desta aliança teria sido uma forma evidente, senão única, de deter o seu avanço. A idéia de enfrentar as forças armadas de três oponentes teria absorvido profundamente os pensamentos do *führer*, mesmo freando suas ações, já que ele esposava a idéia de não se repetir o erro da Primeira Guerra em se obrigar a *Wermacht* a lutar em duas frentes<sup>70</sup>.

Uma das maiores surpresas da diplomacia moderna, no entanto, ocorreu em agosto de 1939, quando a Alemanha e a União Soviética, duas nações que nutriam desconfianças mútuas, públicas e lendárias, assinaram um pacto. Como pôde Stalin, considerado pelos alemães o chefe do perverso bolchevismo, chegar a um acordo com Hitler, que os russos acreditavam personificar a perfídia do fascismo? Como acontece com a maioria das causas da Segunda Guerra Mundial, a sua origem pode ser encontrada vinte anos antes.

Depois da Revolução Russa de 1917, muitos revolucionários acreditavam que ocorreriam levantes semelhantes em todos os Estados capitalistas. “Não tardará muito para vermos o comunismo triunfar em todo o mundo”, afirmou Lênin em 1919<sup>71</sup>. Não era a primeira vez que se enganava. Não ocorreram quaisquer levantes comunistas que tivessem galgado ao poder nos países capitalistas. Pelo contrário, durante as duas décadas seguintes, nas nações da Europa Ocidental, instalou-se um grande temor e desconfiança da Rússia, como força fomentadora de discórdia.

Durante esse período, os soviéticos, primeiro com Lênin e depois com Stalin, desviaram as suas atenções da revolução mundial e concentraram-se na consolidação da URSS como um Estado comunista poderoso. Segundo as palavras de Stalin, “o socialismo devia construir-se primeiro em um só país”. A partir dos finais dos anos 20, até ao deflagrar da Segunda Guerra Mundial, ele modernizou inflexivelmente a Rússia, acelerando a expansão industrial em grande escala. Os planos Quinquenais transformaram a face da sociedade soviética. “Temos cinquenta ou cem anos de atraso em relação aos países desenvolvidos”, anunciou em 1931. “Temos que recuperar o atraso em dez anos. Se não o fizermos, eles esmagam-nos”<sup>72</sup>. Os métodos de Stalin eram os de um autocrata consumado. A oposição foi impiedosamente esmagada e centenas de milhares de pessoas foram enviadas para campos de trabalhos forçados ou

---

<sup>70</sup> Joachim Fest, Op. Cit., pp. 685 e seguintes.

<sup>71</sup> V.I. Lenin Op. Cit., p. 323, reproduzindo o seu discurso na Internacional Socialista em 1919.

<sup>72</sup> Josef Stalin. *Los Problemas del Leninismo*. Moscou, Editorial Progreso, 1947, p. 356.

executadas. A URSS tornou-se uma ditadura comparável à da Alemanha nazista ou ainda pior.

A URSS tinha poucos amigos no exterior. Nos anos 20, houve uma certa aproximação com a Alemanha, graças ao denominador comum de ambos os países serem na época proscritos na comunidade internacional. A Rússia recebeu equipamento industrial de que precisava desesperadamente e, em parte como retribuição, as forças armadas alemãs estabeleceram bases secretas na Rússia, onde podiam treinar em segredo. No entanto, depois do advento dos nazistas em 1933, o seu ódio ao bolchevismo deu origem ao esfriar das relações.

Com o recrudescimento do poder de Hitler, as ambições alemãs no leste europeu começaram a preocupar os russos. Eles compreenderam que só a França e a Grã-Bretanha eram aliados convenientes para manter o equilíbrio de poder, mas nenhum dos lados demonstrou confiança suficiente para que se estabelecesse um tratado. Quaisquer esperanças de uma coligação anti-Hitler foram cerceadas devido a suspeitas recíprocas. Os russos não foram, por exemplo, convidados para a Conferência de Munique, em 1938, para discutir o futuro da Tchecoslováquia. Assim, as negociações malograram e a velha *Entente* tríplice nunca foi ressuscitada.

Em 1939, os alemães começaram a fazer propostas aos russos. Aproveitaram-se, em especial, da aversão que ambas as nações sentiam em relação à Polônia, a qual se formara, em larga medida, após 1918, a partir de territórios de ambos os países. Quando Stalin viu a oportunidade de recuperar territórios e de subjugar os poloneses, dispôs-se a chegar a um acordo com os alemães, o que convinha a Hitler.

Para surpresa do mundo, a 19 de agosto de 1939 era assinado um acordo econômico germano-soviético, seguido quatro dias mais tarde de um pacto de não-agressão, destruindo as esperanças da Polônia. Quem conhecia a antipatia mútua entre Hitler e Stalin ficou estupefato. O que aproximara os dois rivais? A resposta era simples, embora fosse, naquela altura, desconhecida do público em geral. O pacto incluía um protocolo secreto. Segundo os seus termos, os alemães e os russos concordavam em dividir entre si a Polônia, juntamente com os Estados bálticos da Letônia, da Estônia e da Lituânia, que haviam sido criados em Versalhes.

Assim, com as suas fronteiras ocidentais ampliadas e aparentemente a salvo da sanha nazista, estava aberto o caminho para a extensão dos domínios soviéticos à região do Báltico e da região oriental da Polônia. Stalin estava convencido que o conflito seria

apenas uma campanha localizada e nada mais havia a temer da Alemanha nazista. Veria seu engano em junho de 1941.

### **A Perspectiva dos Estados Unidos**

A Segunda Guerra Mundial é sobretudo vista como um conflito europeu e, na verdade, a maior parte dos combates ocorreu, sem dúvida, nesse continente. Não devemos esquecer, todavia, que a guerra acabou na Ásia, com a conclusão das hostilidades entre os Aliados, representados principalmente pelos Estados Unidos, e o Japão. Em 1939, ambos os países estavam em paz um com o outro e nenhum deles se envolveu quando a Alemanha invadiu a Polônia. Que motivos levaram os Estados Unidos a se manterem neutros com o desenrolar dos primeiros dois anos da guerra?

As origens da relutância dos Estados Unidos em entrar na guerra européia remontam a 1918. A intervenção norte-americana, a partir do ano anterior, fora um fator decisivo na vitória sobre a Alemanha. Sem a contribuição das tropas e dos equipamentos americanos na frente ocidental, é perfeitamente possível que a Inglaterra e a França não tivessem triunfado. Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos, levou a Versalhes, em 1919, uma visão idealista da reforma das relações internacionais. Os velhos métodos diplomáticos usados pelos Estados europeus suscitavam-lhe desconfiança. Os Quatorze Pontos para a paz que apresentou eram um projeto que encorajava todos os países a viverem em harmonia, sob a égide da Liga das Nações. Não haveria mais guerras. Para muitos estadistas europeus, o documento mais parecia uma reedição dos Dez Mandamentos.

Infelizmente, ninguém é profeta em sua terra e poucos americanos receberam bem as idéias de Wilson. O Congresso norte-americano não quis ratificar o Tratado de Versalhes e recusou-se a aderir à Liga. A maioria das pessoas nos Estados Unidos não queria envolver-se nos assuntos da Europa. O país fora construído, em grande medida, por imigrantes que haviam voltado as costas ao velho continente, para recomeçar as suas vidas no Novo Mundo. Para eles, os Estados Unidos ofereciam liberdade e oportunidades jamais olvidadas no passado. Em 1918, muitos sentiam que tinham cumprido o seu dever de pôr termo à guerra e queriam agora furtar-se ao envolvimento numa parte distante do mundo. Nessa época, a travessia do oceano Atlântico podia demorar uma semana. Para o agricultor de Nebraska ou para a balconista de Idaho, os impérios dos Habsburg ou dos Romanov eram tão remotos como um planeta distante. Assim, o isolacionismo fortaleceu-se, baseado no sentimento de que os europeus deviam ocupar-se de seus próprios assuntos sem o envolvimento norte-americano. Um

escritor descreveu os isolacionistas como “os verdadeiros crentes na política externa dos homens que conquistaram e estabeleceram o domínio continental americano”<sup>73</sup>.

Durante os anos 20, os Estados Unidos concentraram as suas energias, sobretudo, no desenvolvimento econômico e no comércio, quer no plano interno, quer no externo. A agricultura e a indústria expandiram-se rapidamente, assim como a construção civil e os transportes. O nível de vida aumentou, na generalidade, numa nação cuja aposta era viver em paz e que se interrogava por que razão não podia a Europa fazer o mesmo. Era geral o desagrado pela criação de forças armadas em grande escala, especialmente quando não havia inimigos à vista.

Em 1929, viveu-se um período de provação, com a quebra de *Wall Street*, que se alastraria numa grande depressão no comércio mundial, motivada principalmente pelas facilidades de crédito interno que levaram a uma onda especulativa<sup>74</sup>. A economia norte-americana transformou-se numa locomotiva descarrilada, arrastando consigo as economias de muitos países, como composições saindo dos trilhos. Os Estados Unidos, em 1933, apresentavam a maior taxa de desemprego, com 13 milhões de pessoas sem trabalho. Sob a liderança do presidente Franklin Delano Roosevelt e a inspiração de John Maynard Keynes, verificou-se uma lenta recuperação do comércio e da indústria. A sua política, o *New Deal*, não foi popular entre os seus adversários, que consideravam os planos eivados da tendência para o controle estatal, mas gradualmente ela começou a dar frutos. O desemprego decresceu e a produção e o comércio elevaram-se.

Ao mesmo tempo, o governo dos Estados Unidos continuava a favorecer uma política de isolamento face aos assuntos europeus e, com o desenvolvimento dos conflitos naquele continente, a partir de 1936, os norte-americanos permaneceram alheados. Roosevelt fez sugestões para um desarmamento mundial, mas estas pareciam, aos estadistas europeus, teorias ingênuas, idealistas e totalmente impraticáveis de se aplicar num contexto tão complexo. Os governantes na Europa, seja pelas intenções expansionistas, ou pela necessidade de defenderem seus interesses, nunca as aceitaram de bom grado. A relação principal da América com a Europa expressava-se nas trocas comerciais, que prosseguiram com todos os países, malgrado uma velada, mas intensa, competição com a Alemanha.

---

<sup>73</sup> Walter Lippmann. *Isolation and Alliances*. Boston, Harvard University Press, 1952, p. 11.

<sup>74</sup> Para melhores esclarecimentos sobre a crise econômica de 1929, ver Michel Beaud, *História do Capitalismo de 1500 até nossos dias*. São Paulo, Brasiliense, 1976, capítulo V, ou ainda Bernard Droz e Anthony Rowley, *História do Século XX*, Lisboa, Editorial Cervantes, 1990, 2º volume, capítulo 3.

No início dos anos 30, as forças armadas norte-americanas eram reduzidas em número, com equipamento de má qualidade, e incapazes de intervir com eficácia em qualquer parte do mundo. O fato de dispor de forças débeis obrigava os Estados Unidos a empregar estratégias de conciliação com as nações agressivas. Foi particularmente o caso no Extremo Oriente, uma área de particular interesse estratégico para os norte-americanos. A costa oeste dos Estados Unidos faz fronteira com o oceano Pacífico e, mais além, com a China e o Japão. Quando a expansão japonesa começou nos anos 30, com a guerra contra a China, os Estados Unidos não quiseram envolver-se, embora as suas simpatias e interesses estivessem com os chineses. A política de não-intervenção na Europa refletia-se, portanto, na Ásia, em obediência ao desejo público de não entrar em guerra. Nem quando bombardeiros japoneses afundaram uma canhoneira americana em águas chinesas, em 1937, os Estados Unidos retaliaram. Em 1939, no entanto, já os norte-americanos estavam cada vez mais preocupados com o militarismo japonês no Extremo Oriente, pelo que começaram a reforçar o seu aparato bélico e a dificultar o fornecimento de produtos importantes para o complexo industrial japonês.

Embora os Estados Unidos continuassem a recusar envolverem-se diretamente nas questões europeias, que avançavam irreversivelmente em direção à guerra, o povo americano começou a desenvolver uma aversão pelos fascismos, especialmente no final dos anos 30. O tratamento dado pelos alemães aos judeus, por exemplo, encolerizava a poderosa comunidade judaica, o que não levou, entretanto, o governo norte-americano a tomar decisões concretas quanto à questão dos refugiados judeus na Europa. O fato é que a expansão alemã e a sua competitividade industrial não eram vistas com bons olhos por Washington. Assim, a partir de 1938, o governo norte-americano começou a demonstrar boa-vontade com a Grã-Bretanha e a França, e a negociação de armamentos a essas nações, via contratos de *lend lease*, cresceu. Os americanos, contudo, não participaram da Conferência de Munique – não era problema deles, opinaram.

Roosevelt sabia que as suas forças armadas não estavam em condições de intervir. Quando se deflagrou a guerra, em 1939, nove em dez cidadãos continuavam a acreditar na neutralidade. O sentimento prevalecente era o de “a América em primeiro lugar”. No fundo, o presidente tinha consciência que essa política não podia, e nem devia, durar. Foi então que começou a tremenda tarefa de persuadir o país a rearmar-se, prevendo, e mesmo desejando, que num momento qualquer do futuro, os Estados

Unidos fossem levados, por seus próprios interesses, a entrar no conflito<sup>75</sup>. Um misto da política expansionista japonesa com os interesses estratégicos norte-americanos no Extremo Oriente acabariam por desencadear o conflito no Pacífico com o ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941. A guerra, então, tornava-se verdadeiramente mundial.

Pode-se inferir, pois, que na Segunda Guerra a participação dos Estados Unidos não foi preventiva, mas central, embora existisse, como vimos, uma forte corrente isolacionista dentro da classe dominante americana até dezembro de 1941, quando o ataque japonês a Pearl Harbor marcou o seu ingresso na guerra. Até esse momento, a política norte-americana com relação ao Japão tinha sido ambígua, e o mesmo poder-se-ia dizer com relação à Alemanha hitlerista (o que desmente a visão ideológica retrospectiva de uma guerra de democracia versus fascismo); e isto a ponto de Hitler ter como um de seus objetivos centrais, já em plena guerra, manter a neutralidade dos Estados Unidos, ou como disse o historiador Saul Friedlander, “impedir o ingresso na guerra dos Estados Unidos virou, a partir do verão de 1940, um dos objetivos essenciais da estratégia e da política do Reich”<sup>76</sup>.

Esta tentativa estava condenada de antemão ao fracasso, pois como já o analisara, antes do início da guerra, a IV Internacional:

...os fundamentos da potência imperialista americana têm uma envergadura mundial. Seus interesses econômicos na própria Europa são muito importantes... será impossível para os Estados Unidos ficar fora da próxima guerra mundial. Não somente participará como beligerante, mas é possível prever que entrará nela muito mais rapidamente do que na última guerra mundial<sup>77</sup>.

O próprio Trotsky já tinha analisado que a emergência dos Estados Unidos como principal potência capitalista e imperialista mundial tinha sido uma das principais conseqüências da Primeira Guerra Mundial<sup>78</sup>.

O fato de a Segunda Guerra ter sido a única solução possível para a crise econômica do período, marca uma diferença importante em relação à Primeira Guerra, na qual a questão principal era a redistribuição do mundo entre as potências imperialistas e não a anexação, à máquina capitalista enguiçada, de um motor artificial

---

<sup>75</sup> A respeito das manobras do governo norte-americano quanto à sua política externa no que se refere à Segunda Guerra Mundial, trataremos mais detalhadamente adiante. Sobre o assunto, ver Bruce Russett, *No Clear and Present Danger: a skeptical view of United States entry into World War II*. Boulder, Colorado, Westview Press, 1997 e Robert E. Sherwood, *Roosevelt e Hopkins: uma história da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

<sup>76</sup> Saul Friedlander. *Hitler et les États-Unis 1939-1941*. Paris, Seuil, 1966, p. 297.

<sup>77</sup> “Le Rôle Mondial de l’Impérialisme Américain”, In: R. Prager (org.). *Le Congrès de la Quatrième Internationale*. Paris, La Brèche, 1978, pp. 277-285.

<sup>78</sup> Leon Trotsky. *Adonde va Inglaterra. Europa y América*. Buenos Aires, El Yunque, 1975.

(a economia armamentista e, posteriormente, a economia de guerra) que será, doravante, uma peça essencial para o funcionamento da economia capitalista mundial.

Afirmar o caráter contra-revolucionário e interimperialista do conflito bélico mundial, tanto do lado das potências totalitárias quanto das “democráticas”, não significa inocentar as primeiras, mas, ao contrário, desentranhar as raízes da barbárie que as teve como protagonistas principais. O historiador inglês A.J.P. Taylor foi unilateral quando, ao tentar uma análise objetiva dos fatos, concluiu que Hitler era menos um demônio histórico do que um dirigente preocupado com a sorte de seu país e que, na verdade, carecia da intenção de deflagrar um conflito mundial (teria se conformado com um *Lebensraum* alemão na Europa)<sup>79</sup>.

Segundo Taylor, o conflito mundial teria sido “imposto” pelas potências aliadas, inclusive no que diz respeito ao Japão, o qual, após o embargo levantado pelos Estados Unidos em agosto de 1941, “estava fadado a render-se ou ir à guerra”<sup>80</sup>. É perfeitamente possível estar de acordo com isto e, ao mesmo tempo, reconhecer que o caráter objetivo das contradições às quais estava submetido o imperialismo alemão obrigavam-no a envolver-se numa disputa de alcance mundial, devido ao choque inevitável com o imperialismo norte-americano, tal qual foi analisado por Trotsky no seu último documento público, o *Manifesto de Emergência* da IV Internacional:

Se a guerra é levada até o fim, se o exército alemão obtém vitórias, se o espectro da dominação alemã sobre a Europa surgir como um perigo real, o governo dos Estados Unidos deverá tomar uma decisão: permanecer à margem, permitindo a Hitler assimilar as novas conquistas, e preparar o domínio alemão sobre todo o planeta, ou, ao contrário, intervir no desenrolar da guerra para contribuir a cortar as asas do imperialismo alemão.

E foi exatamente esta segunda opção apontada por Trotsky a executada pelo governo de Washington.

---

<sup>79</sup> A.J.P. Taylor, Op. Cit. p. 19.

<sup>80</sup> Idem, p. 22.

## CAPÍTULO II

### CENTRO E PERIFERIA: AS DISPUTAS ECONÔMICAS CENTRAIS E SEUS REFLEXOS NA AMÉRICA DO SUL E NO BRASIL

*A idéia não é tão impotente que não possa dar nada além da idéia.*

*Georg Wilhelm Friedrich Hegel*

#### 2.1 – O Comércio Internacional na Década de 30

A década de 30 nos apresenta, em termos históricos, um momento de crise profunda do livre-comércio como forma predominante de negociação econômica entre as nações integrantes do sistema internacional. As principais potências mundiais deixaram de lado os postulados liberais básicos. Paulatinamente, trataram de se proteger da concorrência internacional, para isso levantando barreiras tarifárias aos produtos estrangeiros que buscavam penetrar os seus respectivos mercados internos. Entrementes, nos padrões do exercício do imperialismo de fins do século XIX, mas de forma mais contundente, passaram a controlar de maneira mais intensa as suas colônias e a buscar estender sua influência sobre o maior número possível de países não-industrializados, primário-exportadores, destarte garantindo um mercado potencial livre de qualquer concorrência e suficientemente extenso para garantir seus desenvolvimentos futuros.

Emblemático nesta nova ordem comercial foi o caso britânico. Em 1931 o Reino Unido abandonou o chamado padrão-ouro e, um ano mais tarde, através da Conferência de Ottawa, adotou a “política de preferências imperiais”. A outrora nação-símbolo da ordem comercial liberal, regulada concomitantemente pelas leis de mercado e por sua hegemonia econômica, financeira e marítima<sup>81</sup>, passava ao protecionismo econômico,

---

<sup>81</sup> José Luis Fiori. “Estados, Moedas e Desenvolvimento”. In J.L. Fiori (organizador) *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999, p. 68.

norteando seu comércio exterior e economia para as suas colônias e domínios, da mesma forma que reservava e protegia tal mercado de possíveis concorrentes.

Esta crise no comércio internacional era parte integrante de uma crise mais ampla e geral vivida pela ordem liberal: não era somente de natureza econômica, mas também social e política. A destruição causada pela Primeira Guerra Mundial abalara os pilares da ordem internacional reinante, fazendo com que a década de 20 fosse de reconstrução, não só material, mas também social, já que era desejo unânime o retorno desses países ao padrão social desfrutado antes da guerra. Os governos, na maioria das nações, apostavam na força do livre mercado, e implementavam suas políticas consoante os princípios ortodoxos da economia<sup>82</sup>. Com efeito, de 1924 a 1929 houve suficiente crescimento econômico para alimentar a ilusão de que se estava retomando os padrões vigentes antes de 1914<sup>83</sup>. A quebra da Bolsa de Valores de New York em 1929, e a depressão que se seguiu, marcou o fim destas esperanças. Esta crise, a mais profunda que o modo de produção capitalista já sofreu até hoje, iniciou-se nos Estados Unidos, alastrando-se celeremente por todo o mundo, mormente o mundo industrializado, causando maciço desemprego. A falência da utopia liberal e de sua forma de administrar a política, tanto nacional como internacional, ficou patenteada nos anos 30.

O corolário político da Depressão foi o surgimento de Estados-Nação muito mais interventores, os quais adotaram, objetivando reduzir os efeitos da crise, políticas protecionistas e investimentos governamentais diretos, agora aceitos como necessários à superação dos problemas conjunturais da economia. Todavia, além de simplesmente fazer emergir regimes políticos desta natureza, a crise teve avultada importância para a ascensão ao poder, em alguns países economicamente centrais, do ultra-nacionalismo, como foi o caso do Japão em 1931 e da Alemanha em 1933<sup>84</sup>. Saliente-se que o Partido Nacional-socialista Alemão recebeu quase um terço dos votos nas eleições nacionais de 1932, assim obtendo o direito de indicar o seu líder Adolf Hitler como Chanceler do *Reich*. Este mesmo partido, no entanto, quatro anos antes, não tivera mais do que dois por cento dos votos, nas eleições de 1928<sup>85</sup>. A crise econômica de 1929 tornara possível àquele movimento político de extrema direita sair das cervejarias e levantar vôo,

---

<sup>82</sup> Idem, p. 70 e seguintes.

<sup>83</sup> Eric Hobsbawm. *Era dos Extremos. O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p. 95.

<sup>84</sup> Idem, p. 108. Igualmente ver o capítulo anterior deste trabalho, principalmente às pp. 30-49 e 52-56.

<sup>85</sup> J. Fest Op. Cit., pp. 380 e seguintes e R. Stackelberg Op. Cit., pp. 134 e seguintes.

apresentando-se como a solução nacional para a grave depressão vivida pelo país. Pode-se afirmar, pois, ser a Alemanha nazista descendente direta da Depressão.

A ideologia que dava suporte a tais regimes, embasada no protecionismo e num nacionalismo virulento, só faz exacerbar a tendência à autarquização existente nas principais economias e, como conseqüência, leva a uma crise geral do comércio internacional<sup>86</sup>. Gradativamente foram se constituindo blocos comerciais, dentro dos quais todas as trocas eram efetuadas através de um padrão monetário específico (bloco do dólar norte-americano, bloco do yen japonês, bloco da libra esterlina britânica, etc.), ao mesmo tempo em que, entre esses blocos, tornavam-se cada vez mais escassas as relações comerciais. Isso implicava em que, além do comércio internacional infletir numa trajetória descendente, a maior parte dele estava se efetivando dentro de blocos, configurados em termos primordialmente regionais<sup>87</sup>.

A política econômica da Alemanha nacional-socialista foi, sem sombra de dúvidas, um dos mais límpidos exemplos desta tendência geral internacional. A doutrina prevalecente era a de que uma grande potência deveria ser absolutamente autárquica, teoricamente denominada como *Grossraumwirtschaft*, ou economia das grandes áreas<sup>88</sup>. Haveria um país-centro, industrializado e independente, responsável por uma ampla região circundante, constituída por Estados-satélites, protetorados e colônias, que proveria o centro com os insumos agrícolas e minerais necessários à manutenção de sua população e à sua produção industrial, ao mesmo tempo em que teria, igualmente, o papel de mercado consumidor para o excedente da produção do centro. Seguindo-se essa linha doutrinária, estariam na relação de grandes potências apenas os Estados Unidos, a União Soviética e o Império Britânico, se considerado em sua totalidade, sendo as ilhas britânicas o centro manufatureiro, ligado por uma imensa infra-estrutura naval às suas colônias e possessões ultramarinas, fornecedoras de matérias-primas e mercado potencial para seus produtos.

Para fazer da Alemanha uma grande potência, fazia-se mister para o país a conquista de vastos espaços territoriais, o que garantiria a autonomia e a independência econômica almejadas, num mundo constituído por imensos blocos econômicos regionais, rivais e autárquicos. Este espaço vital (o *Lebensraum*) deveria ser

---

<sup>86</sup> Luis Gonzaga Belluzzo. "Finança Global e Ciclos de Expansão". In J.L. Fiori, Op. Cit. pp. 97 e seguintes.

<sup>87</sup> Stephen Krasner. "State Power and the Structure of International Trade. In *World Politics*, v. 28, n° 3, p. 330, abril de 1976.

<sup>88</sup> Alan S. Milward *War, Economy and Society 1939-1945*. Berkeley, University of California Press, 1979, pp. 8 e seguintes.

conquistado no Leste Europeu, principalmente na URSS, que seria desprovida da Ucrânia, da Bielo-Rússia e dos países Bálticos, além da maior parte da Rússia européia. Hitler explicitou esta idéia no *Mein Kampf*:

Se o movimento nacional-socialista quer realmente consagrar-se a uma grande missão em favor do nosso povo perante a História, ele terá de lutar com denodo, compenetrado da dor provocada pela atual situação do nosso povo e tendo em mira um objetivo determinado, contra a dispersão e incapacidade que até então nos conduziram pelos caminhos de sua política externa. Ele terá de encontrar a coragem para, desprezando “tradições” e preconceitos, congregar o povo e suas forças para a marcha pela estrada que nos libertará da estreiteza atual do nosso solo, livrando-nos assim, para sempre, do perigo de perecer ou de ter, como povo escravizado, de servir a outros povos.

O movimento nacional-socialista terá de tentar eliminar a disparidade entre a nossa população e a área de nosso solo – este considerado tanto como fonte de subsistência como também de baluarte político, e entre o nosso passado histórico e o desespero de nossa impotência atual. Ele se deverá convencer de que, como preservadores do mais alto espírito de humanidade, estamos ligados ao mais elevado dos deveres e ele tanto mais facilmente cumprirá essa missão quanto mais fizer o povo alemão atingir sua consciência racial.

(...) Podemos mesmo tirar do passado o ensinamento que nos diz que devemos orientar o nosso objetivo de ação política em duas direções: O solo como finalidade de nossa política externa e, como objetivo de política interna, uma base nova e uniforme solidificada por princípios gerais<sup>89</sup>.

Mais adiante, Hitler prossegue em sua peroração a respeito do “espaço vital” da Alemanha, antecipando o que seria a sua política expansiva:

Os limites entre os países são criados e modificados pelos homens (...) Nós, os nacional-socialistas, traçamos com isso, deliberadamente, uma linha, antes da Guerra, sobre a tendência divisória de nossa política externa. Começamos ali onde os outros terminaram, há 600 anos. Fazemos parar a eterna corrente germânica em direção ao sul e ao ocidente da Europa e lançamos a vista para as terras do leste. Terminamos, finalmente, a política colonial e comercial de antes da Guerra e passamos à política territorial do futuro. Quando hoje em dia falamos, na Europa, de nosso solo, pensamos, em primeira linha, somente na Rússia e Estados adjacentes, a ela subordinados<sup>90</sup>.

Provavelmente grandes extensões da África subsaariana também seriam anexadas como área provedora de matérias-primas tropicais. Esta era a solução a ser implantada a longo prazo<sup>91</sup>.

A curto prazo, todavia, o país necessitava fundamentalmente do mercado internacional para a venda de seus produtos industrializados e para a aquisição de matérias-primas. De um total de 25 tipos de matérias-primas tidas como essenciais a uma nação industrial, a Alemanha era auto-suficiente em apenas quatro<sup>92</sup>. Malgrado o esforço despendido pelo país a fim de minorar sua dependência, produzindo

<sup>89</sup> Adolf Hitler. Op. Cit., pp. 478-480

<sup>90</sup> Idem, p. 484.

<sup>91</sup> C. Bettelheim, Op. Cit, pp. 76 e seguintes.

<sup>92</sup> Antonio de Moraes Mesplé. “A Política Externa Brasileira numa Era de Conflito pela Hegemonia Mundial (1935-1942)”. In *Cadernos do IPRI*, nº 2, p. 29, 1989

sinteticamente e a custo elevadíssimo, borracha, petróleo e lã, em meados de 1938, expressivos 35% de todo o seu consumo de matérias-primas provinha do exterior<sup>93</sup>. Para se manter, o país necessitava de parceiros comerciais dispostos a negociar com as matérias-primas que lhe faltavam e que eram primordiais à atividade fabril. Isso acontecia numa época em que a França e o Reino Unido recrudesciam seus controles sobre suas colônias e protetorados, praticamente impedindo estas de negociar com qualquer parceiro que fosse de fora de suas respectivas órbitas imperiais.

A par desse complicador, havia outro de igual importância: a Alemanha não possuía divisas em profusão. A única forma de consegui-las era por intermédio da venda, no mercado internacional, de seus produtos industrializados, sujeitos a inúmeras restrições face ao protecionismo imperante. A solução para este duplo dilema estava na procura e implementação do comércio com países nominalmente soberanos, exportadores de matérias-primas, e que se abasteciam de produtos industrializados através do mercado internacional. Isso significava que o comércio exterior do país deveria direcionar-se principalmente para a Europa Oriental, Balcãs e América do Sul. As trocas comerciais deveriam ser efetuadas primordialmente sem a utilização de moeda, na base do escambo. Para atender aos objetivos colimados por esta política, foi criado e esquematizado o chamado “comércio compensado”, no qual a venda de matérias-primas para a Alemanha ensejaria o depósito de marcos de compensação num banco pré-estabelecido do país exportador. Com este numerário, poder-se-iam adquirir produtos alemães, que seriam compensados através do Banco Central alemão. Ainda que num determinado momento um dos dois parceiros neste comércio pudesse acusar saldo credor ou devedor, em última análise isto seria equilibrado, já que tais saldos teriam de ser obrigatoriamente convertidos em produtos. Esta mecânica comercial tornava quase uma condição *sine qua non* que os possíveis parceiros comerciais da Alemanha tivessem, em grande medida, uma economia complementar a da Alemanha. O comércio entre os dois países deveria ser relativamente equilibrado, a fim de que as compensações se efetivassem de forma natural e tranqüila. No continente sul-americano, o Brasil destacou-se como um grande parceiro alemão até 1939, quando a guerra na Europa interrompeu o comércio entre os dois Estados<sup>94</sup>.

---

<sup>93</sup> Percy N. Bidwell, “Latin America and the Hull Program”. In *Foreign Affairs*, v. 17, nº 2, p. 381, 1939.

<sup>94</sup> Para maiores detalhes sobre o comércio compensado entre Brasil e Alemanha, ver Gerson Moura. *Autonomia na Dependência: a Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Editora Nova

Os Estados Unidos, epicentro da grave crise econômica mundial vivida nos anos 30, continuou, a curtíssimo prazo, sua costumeira política comercial protecionista, o que era consentâneo com a prática internacional de então. Mesmo sendo, em termos absolutos, o país com o maior volume de comércio internacional, se levarmos em conta o tamanho de sua economia, facilmente se conclui que para os norte-americanos o comércio internacional era pouco significativo. Em 1929, a proporção de manufaturados exportados frente à produção nacional total era de menos de oito por cento<sup>95</sup>. O país era, de fato, bastante auto-suficiente. A aprovação das taxas Smoot-Hawley pelo Congresso norte-americano, em 1930, acirrou ainda mais o protecionismo comercial vigente. Tais medidas acabaram por prejudicar a economia do país, uma vez que, naquele momento, sua pujança tornava um modelo econômico liberal mais benéfico ao todo da economia nacional. A percepção desse fato se dará, pelo menos em parte, com a subida de Franklin Roosevelt à presidência. Seu Secretário de Estado, Cordell Hull, era um intransigente defensor da liberalização comercial. Em 1934, o Congresso irá aprovar a Lei de Acordos Comerciais Recíprocos, facultando ao Poder Executivo a negociação de tratados comerciais bilaterais, nos quais se buscava a liberalização do comércio através da diminuição de barreiras alfandegárias em bases bilaterais.

Malgrado, em termos gerais, a estrutura econômica norte-americana continuar basicamente protecionista, no que se refere a uma região específica a política comercial liberal pregada pelo Departamento de Estado conseguiu se firmar: esta região foi a América Latina, composta basicamente por países primário-exportadores, cujas economias eram, em sua maior parte, complementares à economia norte-americana. Até o final de 1939 foram assinados acordos comerciais com onze das vinte repúblicas soberanas existentes na região<sup>96</sup>. A Argentina era a grande exceção à regra. Exportadora de gêneros primários (basicamente carne, couro, trigo e lã) que, em grande medida, coincidiam com aqueles produzidos pelos Estados Unidos, o país dependia do mercado europeu para as suas vendas, principalmente da Grã-Bretanha. O Tratado Roca-Runciman, firmado em 1933, comprova tal circunstância, assegurando aos argentinos um tratamento preferencial em relação ao mercado britânico, semelhante àquele dado

---

Fronteira, 1980, pp. 91-100 e Marcelo de Paiva Abreu. *O Brasil e a Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, pp. 158-159.

<sup>95</sup> Paul Kennedy. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989, p. 316.

<sup>96</sup> R.A. Humphreys *Latin America and the Second World War, Volume I, 1939-1942*. Londres, Athlone, 1981, p. 184.

pelos ingleses às suas colônias e domínios através do Tratado de Otawa<sup>97</sup>. Somente em outubro de 1940 seria firmado um tratado comercial entre os Estados Unidos e a Argentina objetivando a liberalização do comércio entre os dois países, e muito tempo decorreria antes de sua ratificação. Mesmo assim, a carne argentina continuou fora do mercado norte-americano, sob uma obscura razão de caráter sanitário<sup>98</sup>. Esta condição econômica peculiar do país influenciaria diretamente o futuro e tenso relacionamento EUA-Argentina durante a Segunda Guerra Mundial.

Avulta salientar, contudo, que a implementação do livre-comércio nesta área pelos Estados Unidos integrava uma linha de política externa mais abrangente, fundada no princípio da Boa-Vizinhança. Com destaque para o profícuo e pacífico relacionamento entre as nações americanas, a prevalência do princípio da soberania dos Estados e da não-ingêrência, a coincidência de costumes e instituições políticas e o aumento do comércio regional, os Estados Unidos tentavam afirmar sua condição de potência hegemônica no hemisfério, com um discurso e uma prática diplomática amena e aceitável para os países subordinados. Nesta diretriz geral, o Brasil tinha lugar de destaque na política exterior norte-americana de meados dos anos 30.

Curiosamente, o Brasil apresentava-se então, e por razões absolutamente distintas, como importante objetivo na política externa, centrada momentaneamente em questões comerciais, de duas das maiores potências mundiais, que já se encontravam no rumo de uma futura confrontação: a Alemanha e os Estados Unidos. Para os alemães, os interesses no Brasil eram fundamentalmente comerciais e de curto prazo, já que seu futuro e independência eram pensados em termos europeus, ligados mais precisamente ao Leste do continente. Pelo contrário, os interesses norte-americanos no Brasil eram mais amplos e de longo prazo. A adesão do Brasil aos princípios liberais no comércio internacional, ainda que apenas de maneira formal, era pensada em termos da importância e da influência regional do país. Ganhar esse aliado era um passo liminar e importante no que se referia à consolidação do bloco de poder norte-americano sobre o hemisfério ocidental.

---

<sup>97</sup> Felix Luna. *Breve Historia de los Argentinos*. Buenos Aires, Planeta, 1993, pp. 195-196.

<sup>98</sup> R.A. Humphreys Op. Cit., pp. 86 e 152.

## 2.2 – O Brasil na Política de Comércio Exterior Alemã e Norte-Americana

Durante as quatro primeiras décadas do século XX, o Brasil apresentou substancial crescimento em sua atividade industrial, causada, principalmente, pela necessidade de substituir as importações durante e logo após a Primeira Guerra Mundial. A indústria implantada, no entanto, foi primordialmente a de bens de consumo, direcionada para suprir o incipiente mercado interno do país. Dentre os setores de maior crescimento destacavam-se as indústrias têxtil, farmacêutica, de cimento e de papel<sup>99</sup>.

Em termos latos o país preservava a sua estrutura basicamente agrícola<sup>100</sup>. Setenta por cento de sua população residia no campo, e a maior parte dela era analfabeta<sup>101</sup>. Rio de Janeiro e São Paulo eram as únicas cidades a ultrapassar a marca de um milhão de habitantes<sup>102</sup>. Em 1939 o setor primário respondia por 66% de toda a atividade econômica desenvolvida no país<sup>103</sup>. O próprio investimento no país feito pelo Estado, visando dotá-lo da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento industrial, como a construção de ferrovias, rodovias, o aparelhamento de portos, dependia decisivamente das divisas arrecadadas com a exportação de produtos primários. O Brasil dependia do mercado externo para que funcionasse o seu aparelho burocrático e para impulsionar o seu frágil desenvolvimento industrial<sup>104</sup>.

Embora tivesse decrescido em relevância nos últimos anos, o café continuava como o principal produto na pauta das exportações nacionais nos anos 30. Sendo, em média, responsável por 70% do valor total das exportações durante os anos 20, de 1929 em diante sua parcela percentual caiu e, no período compreendido entre 1934 e 1939, se manteve em torno de 50%<sup>105</sup>. Outros produtos importantes na exportação brasileira eram o açúcar, o cacau, o fumo, couro e peles, e o algodão. Este último teve um substancial aumento em sua produção e no total exportado, principalmente face à

---

<sup>99</sup> Edgard Carone. *O Pensamento Industrial no Brasil*. São Paulo, Difel, 1977, pp. 65 a 132.

<sup>100</sup> J.L. Fiori. “Para um Diagnóstico da Modernização Brasileira”. In: J.L. Fiori e Carlos Medeiros (organizadores), *Polarização Mundial e Crescimento*, Petrópolis, Editora Vozes, 2001, p. 276.

<sup>101</sup> Em 1940, mais de 56% dos adultos maiores de 18 anos não sabiam ler ou escrever. *Anuário Estatístico do Brasil*, Ano VI, 1941-45, Rio de Janeiro, IBGE, p. 29, 1945.

<sup>102</sup> *Anuário Estatístico do Brasil*, ano V, 1939-40. Rio de Janeiro, IBGE, pp. 1294 e 1297-1298, 1940.

<sup>103</sup> Mircea Buescu. *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1977, p. 184. Stanley Hilton. *O Brasil e as Grandes Potências (1930-39): Os aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 63 e E. Carone Op. Cit., p. 275.

<sup>104</sup> Maria Conceição Tavares. “Império, Território e Dinheiro”. In J.L. Fiori. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 459 e José Carlos Miranda e M.C. Tavares. “Brasil: Estratégias de Conglomeração”. In idem, p. 329 e seguintes.

<sup>105</sup> M. Buescu Op. Cit. pp. 155 e 158.

configuração política internacional do momento e à crescente presença da Alemanha como parceiro comercial brasileiro.

No que tange ao suprimento de fontes energéticas indispensáveis ao seu desenvolvimento industrial, como o petróleo, o carvão mineral e bens de capital (veículos, máquinas operatrizes, etc.), o Brasil também era dependente do mercado internacional. Dentre estes, achava-se um produto de fulcral relevância para a manutenção da soberania nacional em tempos de crescente crispação e uso explícito da força pelos Estados, e que o Brasil não tinha *know how* para produzir: material bélico pesado<sup>106</sup>.

Os próprios militares brasileiros, que tinham como um dos objetivos estratégicos para o país a sua auto-suficiência industrial, mormente no que se refere à produção bélica, eram bem realistas: estavam conscientes de que esta era uma estratégia de longo prazo e que necessitava, previamente, da instalação de um complexo siderúrgico de grande porte em território nacional<sup>107</sup>. Em razão do atraso do país para concretizar de pronto tal empreitada, crescendo-se, ainda, a cada vez mais violenta e perigosa ambiência internacional reinante, a solução que se afigurava mais adequada era o investimento dos escassos recursos estatais destinados ao desenvolvimento industrial e tecnológico das forças armadas, em projetos menores, mais ligados à logística da guerra, como a produção de munições e equipamentos individuais (capacetes, material de campanha, fardamentos) e refino de combustíveis. Os equipamentos pesados e mais sofisticados, tanto para o Exército como para a Marinha de Guerra, deveriam ser adquiridos no exterior, através de aquisições junto às indústrias de armamentos das grandes potências, ou comprado diretamente do estoque de suas forças armadas. A política de comércio exterior brasileira devia levar em conta esta importante demanda

---

<sup>106</sup> Como já vimos no Capítulo I desse trabalho, os anos 30 foram pródigos em conflitos entre os países constituintes do sistema internacional. A guisa de reforço, vale lembrar que mesmo antes de a Alemanha iniciar a sua política expansionista na Europa, o Japão já havia tomado a província da Manchúria na China (1931) e, posteriormente, atacado os centros industriais e populacionais do país (1937), mantendo com os chineses um estado de guerra não declarada. A Itália atacou e conquistou a Abissínia (1935-36), um dos únicos países soberanos da África Negra, e mesmo o continente sul-americano assistiu a sangrento conflito entre Paraguai e Bolívia pela posse da região do Chaco (1932-35). Hobsbawn fala em 150 mil baixas neste conflito, dado estarrecedor se levarmos em consideração a população destes países na época (Paraguai cerca de 1,4 milhão e Bolívia cerca de 3 milhões). Ver William R. Keylor, *The Twentieth-Century World: An International History*. New York, Oxford University Press, 1996, pp. 150-151 e 231-236, Leslie Bethel. *História da América Latina*. São Paulo, Edusp, 1998, Vol. IV, pp. 210 e seguintes e E. Hobsbawn, Op. Cit., p. 32.

<sup>107</sup> No que se refere a este assunto, principalmente no que concerne à instalação da siderurgia pesada no Brasil, ver de Alexandre Avelar. "Retomando um Debate: a política externa do primeiro governo Vargas e a construção de um Projeto Nacional". In *Revista Dimensões*, nº 14, Vitória, CCHN Publicações, 2002, pp. 367-405.

nacional e neste quesito, a Alemanha irá se destacar. Desde 1934 realizando com sucesso um programa de rearmamento, este era o tipo de produto que não faltava na sua pauta de exportações. Aprimoramentos constantes no desempenho e *design* dos armamentos faziam com que a venda de material já considerado obsoleto se tornasse desejável, especialmente para forças militares menos exigentes de Estados periféricos.

Uma missão comercial alemã percorreu a América o Sul em 1934, objetivando fomentar e ampliar relações com os países do continente, e o Brasil revelou-se um excelente parceiro. Brasil e Alemanha encetam intensas relações comerciais a partir de fins desse mesmo ano, quando celebram entre si acordo com base nos marcos de compensação. Já ao final de 1935, o Brasil tornava-se o principal parceiro comercial do *Reich* na América Latina, em detrimento da Argentina que, até então, ocupara esta posição<sup>108</sup>.

Este acordo, como todos os demais costurados nos anos subseqüentes, teve na informalidade a sua principal característica. Diversamente do que era de praxe em negociações desse quilate, jamais ocorreu a formalização do ajuste num tratado comercial ordinário. Sigilo e discrição entre as partes eram fatores relevantes. E o motivo para tal atitude era o temor que o governo do Brasil tinha de causar um impacto negativo junto ao Departamento de Estado norte-americano, destarte provocando retaliações contra o comércio brasileiro. O Brasil era o objeto mais importante da política de comércio exterior norte-americana na América Latina, que buscava a liberalização geral do comércio entre os países das Américas como meta maior. Em fevereiro de 1935, foi firmado um tratado comercial entre Brasil e EUA, no qual ambos os países se concederam, mutuamente, o *status* de nação-mais-favorecida em suas relações comerciais recíprocas<sup>109</sup>. Passava a haver, formalmente, um compromisso dos dois países em atuar de acordo com as premissas do livre-comércio em suas relações, ficando rejeitadas as práticas bilaterais do comércio protegido, aos moldes neo-mercantilistas.

De maneira formal, o Brasil se aproximava dos Estados Unidos, seu mais importante parceiro comercial. Sub-repticiamente, no entanto, buscava incrementar seu comércio compensado com a Alemanha, em termos informais. O lema da política externa brasileira era “o máximo de relações comerciais e o mínimo de relações

---

<sup>108</sup> S. Hilton, Op. Cit., p. 108.

<sup>109</sup> Para maiores informações sobre esse tratado, consultar G. Moura, *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, pp. 73-90.

políticas com a Europa”<sup>110</sup>. O Brasil alinhava-se, politicamente, cada vez mais com os EUA. Isto era demonstrado pelas declarações de apoio, expressas de maneira inequívoca pelo governo brasileiro, aos princípios do pan-americanismo, além da posição aquiescente do país nas Conferências Pan-Americanas, com respeito à visão dos Estados Unidos sobre as questões aí suscitadas. Paralelamente, a profícua relação comercial com a Alemanha deveria ser mantida, desde que não trouxesse querelas políticas com os Estados Unidos. Os norte-americanos terminaram por passar a imagem de que concordavam com tal situação, consolidando a posição brasileira de aliança e apoio<sup>111</sup>.

Estas negociações e acordos que o governo brasileiro entabulou de forma pendular, tanto com a Alemanha como com os Estados Unidos, eram, naquele momento, o centro das preocupações dos *policy makers* brasileiros visando à solução das questões referentes tanto ao déficit da balança comercial do Brasil, como ao atendimento das necessidades cambiais do país. Em longa carta endereçada a Getúlio Vargas, o então embaixador brasileiro em Washington nos dá o tom dos interesses brasileiros a partir de sua análise das vantagens e desvantagens do comércio compensado com a Alemanha e do acordo em vias de celebração com os Estados Unidos:

(...) O Brasil tem saldo comercial com os Estados Unidos de mais ou menos 50 milhões de dólares. Deve a este país de atrasados comerciais 30 milhões, por dívidas 23.000.259 anuais e de juros e dividendos de companhias anuais está o Brasil fazendo, agora, acordos com a Alemanha, Itália, e outros, para estabelecer um regime de compensação pelo qual: 1) – serão liquidados os atrasos comerciais; 2)- não poderão surgir novos, uma vez que somos obrigados a aplicar nesses países o produto total de nossas vendas em compras de suas mercadorias; 3)- abrimos mão de nossos saldos (a alegação de que o comércio atual com a Alemanha não dava saldos é pueril. Foi a ação do Governo nestes dois últimos anos, tanto na Alemanha como na Itália, que reduziu este saldo, pela aplicação de contingentes e impostos). Esta importância pelo esquema foi reduzida a 5.903.000 dólares.

Isto era uma obrigação, uma vez que já estávamos negociando quando reformamos nossas tarifas. Em nosso favor:

1) Ficamos na situação da nação mais favorecida com os Estados Unidos e de menos favorecida com a Alemanha e Itália! As futuras concessões dos Estados Unidos aos demais países que estão negociando estender-se-ão a nós. Ficamos, entretanto, com a Alemanha e a Itália, não só presos pela compensação, como com os impostos e outras dificuldades. Deveríamos aceitar a compensação *in extremis*, mas exigir a redução dos impostos sobre café, pelo menos! Isto devia

---

<sup>110</sup> Stanley Hilton, Op. Cit., p. 71.

<sup>111</sup> Esta posição governamental dupla, de relacionamento concomitante e pendular com os EUA e a Alemanha, tinha, na elite brasileira, defensores e críticos de cada lado. Gerson Moura, em seu livro já aqui citado *Autonomia na Dependência: a Política Externa Brasileira de 1932 a 1945* cria um termo bastante apropriado para tal política de governo: “equidistância pragmática”. Recomendamos a leitura desta obra para aqueles que queiram aprofundar-se numa análise da política externa brasileira no período.

ser condição *sine qua non*. Passada a era da compensação ficar-nos-ia pelo menos esta conquista.

2) não somos obrigados a liquidação imediata dos atrasados comerciais. E se o quisermos fazer estão dispostos a abrir os créditos necessários a longo prazo, e não a forçar compensações.

3) ficamos com liberdade no câmbio, sujeita, apenas, a condição geral de nação mais favorecida.

4) asseguramos nossa liberdade em relação aos nossos saldos atuais e abrimos possibilidades para o seu aumento.

5) nada nos é exigido pelas dívidas.

6) nada nos é exigido pelos juros e interesses de Companhias.

7) os nossos produtos não sofrerão no período do tratado novas taxações. Há aí a ilusão de que não pode este país taxar o café porque é o alimento da população. Isso é uma tolice. E eles aqui afirmam que o farão. E não tenhas dúvidas. Basta considerar que eles baixaram o dólar – que deve ser para eles mais do que o café – de 40%, o que representa um imposto sobre os salários dos que consomem café, bem maior do que qualquer imposto direto sobre o café! E adotaram várias outras medidas similares.

8) estabelecemos em um artigo novo que entraremos imediatamente em combinações sobre crédito, café, cacau, manganês, transporte marítimo, etc. (Estes entendimentos já estão iniciados e creio que serão altamente vantajosos para a nossa economia).

Há, enfim, um sem-número de vantagens difíceis de enumerar ao correr da pena. O certo, porém, Getúlio, é que no tratado projetado, não perdemos nada, consolidamos tudo que nos é favorável, ficamos com liberdade de negociar com os demais e abrimos possibilidades imensas que devem concretizar-se em acordos especiais (...)<sup>112</sup>.

No final do ano de 1936, a empresa alemã Krupp foi contatada com um pedido para a compra de peças de artilharia, tanto para a defesa de costa como para a antiaérea. O pagamento se efetuará, pelo Brasil, com vários produtos, dentre os quais, café, algodão, cacau, fumo e borracha, sendo que a ênfase alemã era pelo algodão. O *Reich*, afirmava o embaixador brasileiro em Berlim, estava “pronto e preparado para fornecer ao Brasil qualquer quantidade de material bélico terrestre, aéreo ou naval, inclusive artilharia de qualquer calibre”<sup>113</sup>. No mesmo ano, o governo brasileiro encomendou de estaleiros italianos três submarinos para a sua Armada. O pagamento também seria feito através das caixas de compensação, com a entrega, pelo Brasil, de substancial quantidade de matérias-primas, igualmente enfatizando, o governo italiano, o algodão como o produto mais desejado. Através do comércio compensado com o Eixo, o Brasil procurava re-aparelhar e modernizar suas forças armadas. O país que mais preocupava os dirigentes políticos e militares brasileiros era a Argentina, que se apresentava, em termos de capacitação militar, muito superior ao Brasil. Isso fazia crescer a influência portenha na região, principalmente no que se refere à Bolívia e ao Paraguai, consoante

---

<sup>112</sup> Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, datada de 8 de janeiro de 1935, extraída do site do CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1935.01.08.

<sup>113</sup> Carta do embaixador Muniz Aragão ao Ministro das Relações Exteriores, datada de 11 de novembro de 1936. Ministério das Relações Exteriores, Arquivo do Itamaraty, *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*, vol. I, p. 157, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.

restou demonstrado por ocasião do conflito do Chaco, ocasião em que o apoio de Buenos Aires ao Paraguai foi de capital importância para a vitória diplomática e militar que esse país teve no conflito<sup>114</sup>.

O aumento da demanda do algodão brasileiro na Europa fez com que a participação desse produto crescesse acentuadamente no volume das exportações nacionais. De uma média anual de 18.000 toneladas exportadas em fins dos anos 20 e início dos 30, passou-se para 126.000 toneladas em 1934 e 323.000 toneladas em 1939, um aumento de quase dezoito vezes em relação ao primeiro valor apresentado<sup>115</sup>. Deve-se destacar a baixa qualidade do produto nacional, ainda mais se comparado com a do seu principal concorrente, o algodão norte-americano. O comércio compensado fazia os alemães darem a preferência ao produto brasileiro, uma vez que a carência de divisas tornava a compra do algodão norte-americano mais complicada. O algodão do Brasil estava substituindo o norte-americano no mercado europeu, principalmente no alemão. Em 1932, 79% da demanda alemã era suprida pelos Estados Unidos, enquanto o algodão brasileiro era responsável por meros 1%. Em 1939, com o comércio compensado entre Brasil e Alemanha em ritmo acelerado, o Brasil fornecia 27% do algodão consumido na Alemanha, enquanto o total correspondente aos produtores norte-americanos havia caído para 19%<sup>116</sup>. Não era, pois, sem razões, que este era um dos setores agro-exportadores norte-americanos que mais lutavam para que o governo Roosevelt adotasse medidas coercitivas com relação ao comércio protegido entre Brasil e Alemanha.

As principais críticas dos Estados Unidos ao comércio compensado podem ser resumidas em quatro pontos: 1) o bilateralismo feria os princípios livre-cambistas firmados nos acordos de 1935 entre os governos do Rio de Janeiro e Washington; 2) o governo alemão subsidiava as exportações; 3) os acordos bilaterais, mediante compensação, impunham ao Brasil um volume cada vez maior de importação de produtos alemães; 4) esse tipo de comércio não gerava divisas que pudessem ser utilizadas no pagamento de dividendos, juros e amortizações da dívida externa brasileira.

A posição brasileira foi exposta durante visita de Sousa Costa, Ministro da Fazenda, aos Estados Unidos, durante os meses de junho e julho de 1937. Embora os

---

<sup>114</sup> S. Hilton, Op. Cit., p. 196.

<sup>115</sup> F.L. Corsi. *Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional*. São Paulo, UNESP, 2000, p. 39.

<sup>116</sup> A.M. Mesplé, Op. Cit., pp. 36-37.

temas centrais da visita do ministro brasileiro fossem a criação de um banco central no Brasil e a renegociação da dívida externa, o intercâmbio entre os regimes de Vargas e Hitler tornou-se o centro das negociações. Para o ministro, o comércio compensado era o único meio de assegurar mercados para certos produtos que não encontrariam colocação dentro dos Estados Unidos (como o algodão), e o Brasil não poderia abrir mão das vantagens oferecidas pela Alemanha num “momento de aguda crise de seu comércio exterior”. Sem isso, o governo brasileiro necessitaria garantir uma grande ampliação de suas exportações para outros mercados, além de um constante fluxo de capitais. Tendo em vista as circunstâncias da economia mundial, esses objetivos eram pouco prováveis, o que reforçava o envolvimento comercial com o governo nazista<sup>117</sup>.

Os dados disponíveis confirmam que o esquema de compensação favoreceu a indústria no Brasil, o que, conforme já vimos, era um objetivo estratégico do governo Vargas e da classe militar. Em 1938, numa comparação entre as importações brasileiras oriundas dos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, verificou-se que Berlim cedia as maiores quantidades de máquinas, além de instrumentos e aparelhos em geral necessários à indústria, totalizando 437.412 toneladas, contra 389.864 toneladas exportadas por Washington e 40.742 toneladas fornecidas por Londres. Importante ainda verificar que a compra desses itens superava a venda de matérias-primas de origem animal, vegetal e de produtos químicos, que totalizavam, respectivamente, 962.051, 447.308 e 235.011 toneladas, enquanto aqueles chegavam a 1.267.912 toneladas<sup>118</sup>.

Apesar da querela, não existiram, entretanto, pressões práticas dos Estados Unidos sobre o Brasil visando à solução desta questão. Tacitamente, o governo de Washington deixou claro que suportaria o comércio compensado Brasil-Alemanha, apesar das queixas de importantes figuras do *establishment* norte-americano, bastando que o Brasil o mantivesse no nível informal, dissimulado e, publicamente, continuasse confirmando o seu compromisso com os fundamentos do livre-comércio. Para Washington, salvando-se as aparências, o que importava era manter o Brasil alinhado, pacífica e automaticamente, aos Estados Unidos. Indubitavelmente, esta diplomacia tolerante ajudou angariar a confiança dos *policy makers* brasileiros, que acreditavam ser benéfico estreitar relações com uma potência que, teoricamente, procurava compreender

---

<sup>117</sup> Fundo de Arquivo Sousa Costa, código SC. 37. 5. 21., CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

<sup>118</sup> M. Buescu, Op. Cit., p. 46.

também os interesses de seus aliados mais fracos. Para o governo Roosevelt o que estava em jogo não era apenas o enfrentamento da competição comercial alemã ou a obtenção de ganhos econômicos imediatos; o essencial era garantir sua influência global sobre o Brasil, e para assegurá-la o governo Roosevelt fechou os olhos à aplicação rígida do livre-comércio, não deu ouvidos à totalidade das reclamações de exportadores, investidores e banqueiros norte-americanos, além de conceder facilidades financeiras ao país que ampliava então continuamente seu comércio com o adversário europeu dos Estados Unidos. Naquele momento, o Brasil já não era apenas um parceiro econômico para os Estados Unidos, mas uma peça importante na constituição de seu sistema de poder.<sup>119</sup>

Em termos imediatos, isto significava caminho livre para a contínua curva ascendente do comércio entre Brasil e Alemanha.

### 2.3 – Comércio, Diplomacia e as Crises do Final dos Anos 1930

Em 1938, a Alemanha nazista deu vazão, de forma cristalina, ao seu projeto de conquista e reordenação territorial da Europa. Em março, a Áustria foi anexada ao *Reich*, praticamente sem resistência e com ínfima repercussão entre as principais potências européias. Em setembro/outubro, já trazendo significativas repercussões internacionais, a Alemanha se dedicou ao desmantelamento da Tchecoslováquia, inicialmente arrancando do país a região dos Sudetos, tida como majoritariamente povoada por população de origem germânica. Esse aspecto foi deveras relevante para a flexibilidade com que britânicos e franceses aceitaram tal ação violenta contra um pequeno país da Europa Central. Afinal de contas, o que o *Reich* perpetrava, ao congregiar todos os alemães sob a tutela soberana de um único Estado nacional, era apenas a consagração do princípio de autodeterminação dos povos, consubstanciado em Versalhes. Era uma maneira inteligente de expandir-se e destruir a ordem territorial no centro e leste da Europa, utilizando-se de um preceito internacional consagrado pelas próprias potências que garantiam a base legitimadora da ordem internacional vigente<sup>120</sup>.

---

<sup>119</sup> G. Moura, *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 96.

<sup>120</sup> Ver o capítulo I deste trabalho, especialmente às pp. 47-49.

A partir de meados do século XIX, o Brasil foi atingido por significativa imigração alemã, fato este intensificado na década de 1920<sup>121</sup>. A adaptação desses imigrantes e de seus descendentes no solo brasileiro era difícil de concretizar-se. Concentrados no sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a comunidade teuto-brasileira alcançava cerca de 800 mil pessoas, de um total de população brasileira que estava por volta dos 40 milhões de habitantes em meados dos anos 30. O nível de encapsulamento dessa comunidade evidencia-se pelo alto número de pessoas que se utilizavam do idioma alemão como sua primeira língua. Em 1940, consoante recenseamento efetuado pelo IBGE, eram 640 mil, quase 90% das quais concentradas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul<sup>122</sup>.

Era quase certo que a política de proteção ao elemento alemão no estrangeiro (*volksdeutsch*), e a defesa do sangue ariano levada a efeito pelo governo do Reich, teria conseqüências em relação à comunidade teuto-brasileira e acarretaria problemas nas relações Brasil-Alemanha. Atividades culturais e políticas eram estimuladas por agentes alemães, tanto oficial como extra-oficialmente. Mais preocupante em termos de soberania nacional eram as atividades do próprio Partido Nacional Socialista Alemão em território brasileiro, difundindo seus ideais excludentes e racistas e arregimentando partidários para seus quadros. A instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, foi efusivamente comemorada nas chancelarias e imprensa dos regimes totalitários europeus, sendo interpretada como mais uma demonstração cabal de que a democracia liberal estava irremediavelmente decadente, e de que o futuro político-institucional pertencia aos chamados regimes fortes<sup>123</sup>. O Estado Novo, entretanto, também significava concentração de poder na órbita federal e fortalecimento do nacionalismo e dos valores nacionais como maneira de singularizar o Estado brasileiro, em um mundo onde a base nacional se tornava imprescindível para a cristalização da soberania estatal.

As minorias alemãs, que já eram alvo da preocupação das autoridades estaduais, passavam agora a ser também uma questão federal, podendo se constituir em entrave à constituição de uma nação brasileira e foco subversivo de possíveis sedições, e até secessão. Getúlio Vargas deixou clara a posição do governo brasileiro no tocante a esta questão quando, em visita à cidade de Blumenau, alertou em seu discurso que:

---

<sup>121</sup> Dados do IBGE, apud *Almanaque Abril*, 1983, p. 92.

<sup>122</sup> Ricardo A.S. Seitenfus. *O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo: o processo de envolvimento na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Edusp, 1990, p. 26.

<sup>123</sup> Stanley Hilton. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1983, pp. 30-41.

Se o governo dissolveu partidos políticos, porque eram forças que encerravam sua atividade nos limites dos Estados, não poderia permitir, também, que elementos estranhos, vindos de fora, procurassem perturbar a tranquilidade das populações coloniais, tentando arrastá-las e organizá-las para o exercício de atividades contrárias aos interesses da Pátria. Assim como as conveniências da política regionalista não podiam prevalecer, por isso que eram impostas contra a vontade do povo, do mesmo modo, os agentes forasteiros não deveriam constranger a população colonial, que, por seus interesses, por suas inclinações e pelas tradições de suas vidas, é genuinamente brasileira<sup>124</sup>.

Com a edição de dois Decretos-Lei em 1938, uma grave crise diplomática terá início. O primeiro deles, o Decreto-Lei nº 383, vedava aos estrangeiros o exercício de qualquer atividade de natureza política. Isso acarretou no fechamento do Partido Nacional Socialista Alemão em solo brasileiro e na conseqüente proibição de qualquer símbolo ou bandeira que a ele fizesse alusão ou a qualquer partido político estrangeiro. Em novembro, o Decreto-Lei nº 868 nacionalizou a educação em todo o país, tornando obrigatório o ensino apenas no idioma pátrio, o português, visando especificamente a assimilação nacional da comunidade germânica<sup>125</sup>. A embaixada alemã no Rio de Janeiro reagiu com veemência, levando o embaixador Karl Ritter a apresentar queixas ao próprio presidente Getúlio Vargas. Não houve, no entanto, reversão desta política nacionalista. A afirmação de sua autoridade e soberania sobre todos aqueles que vivessem em território brasileiro era ponto basilar na política do governo brasileiro. A agressividade e os termos duros com que a reversão da política brasileira foi exigida pelo embaixador alemão, acabou por levar o governo do Rio de Janeiro a declarar Ritter *persona non grata* no país e a solicitar formalmente a Berlim a sua substituição. O governo alemão agiu de igual forma, seguindo o princípio da reciprocidade, e o embaixador Muniz de Aragão teve também de retirar-se de seu posto. Assim, entre outubro de 1938 e junho de 1939, a ausência de embaixadores em Berlim e no Rio de Janeiro demonstrava um real esfriamento das relações diplomáticas entre os dois países.

Mesmo após o a normalização da representação diplomática entre o Brasil e a Alemanha, a comunidade germânica era vigiada de perto pelas agências de segurança brasileiras, como o demonstra o relatório de maio de 1940:

Secreto  
Exmo. Snr. Chefe de Polícia,  
Continuando a manter V. Excia. ao corrente do que se passa no setor que me foi determinado, venho transmitir a V. Excia. neste relatório os últimos informes colhidos nos círculos germânicos desta capital.

---

<sup>124</sup> Site do CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1940.05.31.

<sup>125</sup> R.A.S. Seitenfus, Op. Cit., pp. 27-28.

No que diz respeito à embaixada alemã, o ambiente que ali se nota é de alegria em face das vitórias da Alemanha na Europa, e ao mesmo tempo, revela certa preocupação pelo seguinte:

Embora o Snr. Embaixador e todo o pessoal da Missão tenham a maior confiança na atuação do Governo Brasileiro, especialmente na larga visão de estadista do Presidente Getúlio Vargas, que sempre soube guiar o país de acordo com os interesses vitais do Brasil, e que já teve a oportunidade de demonstrar, várias vezes, desde o discurso de Blumenau até o recente caso de dois súditos alemães maltratados em Curitiba, e sua simpatia pela causa da estrita neutralidade, melhor linha de conduta para o país, pois é a única que se coaduna integralmente com os seus interesses, teme-se que venha tal atitude a ser modificada por pressão dos EEUU junto aos países da América Latina.

Os círculos germânicos estão firmemente convencidos da vitória da Alemanha na presente luta, e tive oportunidade de, em conversa com vários de seus membros destacados, inclusive na Embaixada, sentir perfeitamente o seu ponto de vista que, em síntese, é o seguinte:

A Alemanha não tem o menor interesse de natureza política no Brasil. Veio até uma ordem do Governo Alemão no sentido de que a Embaixada não tomasse conhecimento, nem se interessasse por qualquer caso em que estivessem envolvidos o que se costuma denominar teuto-brasileiros, limitando sua atuação, exclusivamente, aos Reichsdeutsche o que significa cidadãos alemães.

Tem, no entanto, grande interesse em continuar, depois da paz a manter e intensificar o seu intercâmbio com o Brasil. Neste sentido, aduzem que a posição do Brasil era muito favorável, a este respeito, entre 1934 e 1938, quando seus maiores mercados eram os EUA e a Alemanha, sendo esta última quem mais vendeu e mais comprou do Brasil naquele ano – cerca de 25% de todo o nosso comércio exterior.

Salientam, porém, que o intercâmbio com o Brasil, se representa a quarta parte do comércio exterior brasileiro, é apenas 3 1/2% do comércio exterior alemão e que se, como agora é o caso, não há intercâmbio entre os dois países, o Brasil sofre com isso mais do que a Alemanha, pois não consegue exportar grande parte de suas mercadorias – minérios, fumo, cacau, algodão, café, couros e peles, banha e arroz, frutas, etc.

Alegam ainda que os Estados Unidos não poderão absorver estas nossas produções na mesma escala da Alemanha, pois muitos destes produtos também são produzidos lá ou nas possessões americanas.

Diz-se que, em face da sugestão do protesto panamericano contra a invasão da Holanda e da Bélgica, e também pela atitude da imprensa uruguaia em relação à Alemanha, é possível que depois da guerra cesse totalmente o intercâmbio comercial entre a Alemanha e o Uruguai, o que teria conseqüências desagradáveis para este último país, porquanto, na hipótese de uma vitória alemã, todas as nações da Escandinávia e dos Bálcãs, além da Itália, acompanhariam a Alemanha neste boicote.

Consideram tais atitudes como contrárias ao verdadeiro espírito de neutralidade e têm feito tudo o que é humanamente possível para não criar quaisquer casos desse gênero em relação ao Brasil – porque entre os alemães aqui fixados há muitos que, sinceramente, amam o nosso país<sup>126</sup>.

Curiosamente, a Argentina, que no adiantado da guerra seria considerada, não sem razão, por parcela substancial da elite dirigente norte-americana como um país simpático à causa do Eixo, em 15 de maio de 1939, através de decreto federal, também banuiu de seu território o Partido Nazista Alemão<sup>127</sup>. Considerações nacionalistas, como no Brasil, fizeram o governo argentino agir dessa forma. A soberania nacional estava

<sup>126</sup> Site do CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1940.05.31/2.

<sup>127</sup> Sérgio Corrêa da Costa. *Crônica de uma Guerra Secreta – Nazismo na América: A conexão argentina*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005, p. 235.

sendo maculada pela frenética atividade política estrangeira no seio de sua grande comunidade germânica (próxima a 250 mil pessoas)<sup>128</sup>. A similitude da reação dos dois países frente a um problema idêntico parece demonstrar certa congruência no pensamento político de ambos. Os motivos da subsequente diferença de comportamento dos dois países no que se refere ao conflito mundial parecem, pois, encontrar-se muito mais em causas exógenas do que nas características singulares de política interna deles dois. Entendemos que a diferença está muito mais conectada à desigual importância que ambos apresentavam com relação aos sistemas de poder em confronto. Inserção econômica e posicionamento geográfico próprios conferiam aos dois relevância estratégica bem distinta, e isso se refletirá no papel diferenciado que cada um dos dois Estados desempenhará durante o conflito.

No que concerne ao distanciamento nas relações Brasil-Alemanha, tal fato deve ser relativizado. O comércio entre os dois países, malgrado o estremecimento diplomático, permaneceu intenso, chegando mesmo a crescer no período (nos seis primeiros meses de 1939 foram exportadas 53 mil toneladas de algodão para a Alemanha, enquanto durante todo o ano anterior haviam sido exportadas 83 mil toneladas)<sup>129</sup>. A Alemanha era o principal consumidor de algodão, fumo, borracha, couro e peles exportados pelo Brasil, além de ser o segundo maior importador de café. Com as anexações da Áustria e dos Sudetos, o *Reich* tivera um acréscimo populacional de cerca de 13 milhões de habitantes, o que era mais um motivo para não poder prescindir das matérias-primas fornecidas pelo Brasil, principalmente o algodão<sup>130</sup>. Todo e qualquer problema político deveria ficar em segundo plano frente à necessidade em se manterem as boas relações comerciais com o maior parceiro comercial alemão na América do Sul.

A maior parte dos trabalhos de especialistas sobre a política externa do III *Reich* demonstra uma ausência de projetos políticos de longo prazo em relação à América Latina<sup>131</sup>. Pode-se concluir, realisticamente, que o governo alemão tinha pleno

---

<sup>128</sup> Idem, p. 223.

<sup>129</sup> S. Hilton. *O Brasil e as Grandes Potências (1930-1939): Os Aspectos Políticos da Rivalidade Comercial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 273 e 319.

<sup>130</sup> Idem, pp. 272-273 e 277.

<sup>131</sup> O embaixador Sérgio Corrêa da Costa, em seu livro *Crônica de uma Guerra Secreta* menciona intenções de Hitler a respeito de uma dominação do continente americano. Entre 1932 e 1934, em extensas conversas com seu amigo e confidente Hermann Rauschning, ex-presidente do senado do Danzig, Hitler teria elaborado amplamente seus planos de expansão para as Américas, planos que pareceram a Rauschning tão mirabolantes quanto os que enunciara sobre a Europa Oriental. “A América Latina não se desenvolverá sem a nossa vigorosa liderança”, teria declarado o *führer*, que se deteve sobre esse projeto em 1933, portanto nos seus primeiros meses como chanceler. Sua atenção se concentrou

conhecimento da inviabilidade de um aumento da influência alemã no Brasil, pelo menos a médio prazo, enquanto o seu projeto expansionista na Europa não estivesse concluído. Assim, enquanto tal situação persistisse, o Brasil, como de resto toda a América Latina, estariam indubitavelmente integrando o sistema de poder norte-americano. Cabia ao *Reich* aproveitar ao máximo o seu comércio compensado com o Brasil, enquanto a guerra e a consolidação da hegemonia norte-americana no hemisfério não o impediam de fazê-lo. Nas altas esferas do governo alemão este era o pensamento predominante, apesar de existirem projetos mirabolantes acerca de uma maior projeção política da Alemanha sobre o Brasil. O embaixador Ritter, por exemplo, em documento enviado a Berlim, chegou a defender a separação do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul do território brasileiro, com a conseqüente transformação desses estados em colônias ou protetorados alemães<sup>132</sup>. Projetos desse calibre jamais chegaram a entrar realmente na lista das possibilidades políticas, não porque não fossem almejados, mas simplesmente porque o desenrolar dos acontecimentos e da guerra inviabilizaram a sua concretização. O que a Alemanha deveria fazer, e o faria, seria tirar o maior proveito possível de sua relação comercial com o Brasil, abstendo-se de qualquer ação que levasse ao afastamento político com o país sul-americano, e evitando imiscuir-se em sua política doméstica.

Esta perspectiva de maior amplitude acerca dos interesses alemães no Brasil, acrescida das contingências ditadas pela geografia e pela distribuição de poder relativo em nível mundial, elucida por que um governo tão agressivo em sua política externa permitiu que um fraco país periférico lhe infligisse pequenas humilhações políticas,

---

sobretudo no Brasil, que considerava maduro para a revolução e que ele se dispunha a transformar, em poucas décadas, ou até mesmo em alguns anos, “de um Estado mestiço e corrupto em um domínio alemão”. Estava convencido de que cabia à Alemanha suceder a Espanha e Portugal como líder cultural da *Ibero Amerika*. A mola que visivelmente o impulsionava era a determinação de deslocar os Estados Unidos da posição de influência sobre os países latinos da região. Entre suas premissas, a convicção de que os latino-americanos já estavam fartos da exploração ianque. A supremacia alemã seria estabelecida segundo o estrito modelo totalitário nacional-socialista. Segundo o raciocínio do *führer*, em nenhum lugar do mundo a democracia fazia tão pouco sentido quanto na América do Sul. A serviço desse ideal, nazistas dedicados deveriam empenhar-se em dar aos povos do subcontinente os meios para derrubar não apenas o liberalismo, mas os seus sistemas políticos. Forças externas seriam necessárias para alcançar esse fim, e Hitler assim as definiu: “Não desembarcaremos tropas como Guilherme, o Conquistador, para dominar o Brasil pela força das armas. Nossas armas não são visíveis. Nossos ‘conquistadores’ (...) têm uma tarefa mais difícil que a dos originais, razão pela qual disporão de armas igualmente mais difíceis”. Mas, como o próprio Rauschning menciona, eram planos mirabolantes que, pelo que se pode depreender, jamais se tentou implementar em profundidade. Ver, também, Arquivo de Rolf Hoffmann, microfilme 29, quadros 26.600-656, Berlim, e ainda Alton Frye, *Nazi Germany and the American Hemisphere, 1933-1941*. New Haven e Londres, Yale University Press, 1967, pp. 101-102.

<sup>132</sup> Berlim, Documentos Diplomáticos da Alemanha, dossiê *Politische Abteilung*, Doc. N, Pol. IX, 341, de 3 de março de 1938.

como o fechamento do Partido Nacional Socialista em seu território e a declaração de embaixador Ritter como *persona non grata*, comportamentos que se tivessem tido lugar em algum país dos Bálcãs, por exemplo, teriam tido uma resposta bem diferente. Muito pelo contrário, em 1939, foram desembarcadas no Brasil as primeiras encomendas de material bélico feitas em 1936. Novos pedidos foram então formulados pelo Exército brasileiro à empresa Krupp, para regozijo do governo alemão.

Na verdade, o intercâmbio com a Alemanha era extremamente profícuo aos brasileiros. Em razão da distância que os separava, tendo um oceano inteiro entre eles, o Brasil estava defeso de qualquer ameaça militar alemã mais séria, expediente esse comumente utilizado em suas relações com os países periféricos mais próximos. Em contrapartida, aos alemães interessava sobretudo sustentar seus fortes laços com o Brasil, que lhes provia matérias-primas que eram axiais para a sua produção industrial. Ademais, como conseqüência subjacente desta relação comercial, os alemães aproveitavam-se para introduzir uma pequena, mas visível, cunha no bloco de poder norte-americano em formação.

Apenas como um exercício de comparação, pode-se afirmar que há similitudes neste relacionamento com aquele existente entre Cuba e URSS, nos anos 60 e 70. Em ambos os casos, países periféricos e sub-industrializados localizados na América Latina, valiam-se de potências européias como instrumento para contrabalançar o peso e a influência regional norte-americana. Tinha-se consciência de que, por absoluta impossibilidade material, estes países não estavam nem interessados e nem em condições de agir no hemisfério ocidental da mesma forma truculenta que atuavam com os países periféricos que lhes eram circundantes (basicamente os Estados da Europa Central, Báltica e Balcânica). Diversamente do que aconteceu depois com os cubanos, os brasileiros não tiveram condições de ampliar suas relações com o país europeu, por mais forte que fosse essa vontade em alguns dos dirigentes políticos nacionais (como, por exemplo, Francisco Campos e o general Eurico Dutra). A potencial e crescente oposição entre EUA-Alemanha rapidamente descambou em guerra aberta entre as duas potências, forçando o governo brasileiro, nesse meio tempo, a definir seu alinhamento ao bloco de poder norte-americano, já que se tornavam cada vez mais intensas as pressões oriundas do governo de Washington. Ademais, vale salientar a inexistência, à época, de artefatos bélicos nucleares e mísseis estratégicos de longo alcance, fato crucial para a manutenção e proteção, pelos soviéticos, de um Estado cubano hostil aos Estados Unidos em pleno Caribe dos anos 60 e 70. Tais armas inviabilizaram racionalmente o

recurso à guerra total, haja vista que o resultado de tal confrontação seria profundamente prejudicial mesmo para a superpotência vencedora (se é que haveria alguma). Nos anos 30, todavia, não havia tais óbices para a deflagração de um conflito total e global.

Os Estados Unidos prosseguiram sua postura complacente, fingindo não ver o comércio protegido desenvolvido entre o Brasil e a Alemanha. Com objetivos estratégicos traçados para o longo prazo, os norte-americanos toleravam as perdas causadas pelo comércio compensado Brasil-Alemanha porque lhes era importante manter boas relações com o Brasil, país fundamental à consolidação da hegemonia norte-americana sobre o hemisfério. Esse era o primeiro e importante degrau a ser superado para fazer frente ao desafio político-estratégico alemão.

Ao fim e ao cabo, as perdas comerciais norte-americanas não eram assim tão relevantes. Grande parcela dos produtos brasileiros exportados para a Alemanha era de excedentes que o mercado norte-americano não tinha capacidade ou interesse em absorver. No que tange às importações brasileiras, a maior parte dos produtos industrializados que a Alemanha vendia para o Brasil não era concorrente dos produtos norte-americanos<sup>133</sup>. Menção especial para o material bélico, que os Estados Unidos não tinham condições de fornecer ao Brasil, uma vez que se encontravam concentrados em seu rearmamento, o que fazia de suas próprias forças armadas o principal mercado para as armas produzidas por sua indústria. Não fosse isso suficiente, ainda se deve considerar a severa legislação neutral que impedia a comercialização de armamentos.

Em termos numéricos, a participação dos Estados Unidos no mercado brasileiro permaneceu praticamente sem grandes alterações entre 1934 e 1938, oscilando entre 23% e 25%. O aumento da participação alemã nas importações brasileiras, no mesmo período, de 14% para 25%, relaciona-se primordialmente com a vertiginosa e concomitante queda na presença britânica no mercado nacional, de 17% para menos de 11%.

Quanto às exportações, a perda de quase 5 pontos percentuais (de 39% para quase 34%) por parte dos Estados Unidos tem certa relação com o substancial aumento na participação alemã (de 13% para 19%)<sup>134</sup>. A reestruturação parcial da economia brasileira, realizada para suprir a demanda algodoeira por parte do Eixo, resultava em

---

<sup>133</sup>M.P. Abreu. “Crise, Crescimento e Modernização Autoritária (1930-1945)”. In M.P. Abreu (organizador) *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana – 1889-1989*. Rio de Janeiro, Campus, 1990, pp. 87-90.

<sup>134</sup> Dados extraídos de A. Avelar, Op. Cit., pp. 373-376.

uma pequena, mas conspícua, queda na participação norte-americana nas exportações nacionais. Aqui jazia, efetivamente, a única perda econômica real sofrida pelos Estados Unidos. O comércio compensado Brasil-Alemanha não era, de fato, tão nocivo em termos estritamente econômicos aos interesses norte-americanos. Extremamente revelador é o fato de um especialista norte-americano em assuntos econômicos e de comércio exterior, em artigo na influente revista *Foreign Affairs*, ter chegado a esta mesmíssima conclusão em 1939<sup>135</sup>!

Tudo isso consolida, pois, a conclusão de que os governantes norte-americanos, ao consentirem as transgressões ao tratado comercial de 1935 por parte do Brasil, agiam no interesse do seu país. Eles não eram de modo algum idealistas parvos, que estavam sendo enganados por seus lesto e frios parceiros brasileiros. As perdas comerciais que os Estados Unidos padeciam eram, na verdade, desconsideráveis ante a importância política e estratégica que já vislumbravam que o Brasil viria a ter num futuro próximo.

Após a crise de Munique<sup>136</sup>, o governo Roosevelt percebeu como certa uma guerra na Europa, e teve a percepção de que o envolvimento norte-americano nesta guerra aconteceria inevitavelmente. Ressalte-se o fato de o presidente Roosevelt, em novembro de 1938, ter chamado de volta ao país o seu embaixador em Berlim, como protesto pelo vandalismo perpetrado contra a comunidade judaica alemã na tristemente famosa *kristallnacht*<sup>137</sup>, evento ocorrido sob o olhar complacente do governo nazista. A Alemanha tomou atitude similar, e os dois países não mais normalizariam suas relações diplomáticas até o fim da guerra<sup>138</sup>. Daí em diante, haverá um empenho político por parte do governo dos Estados Unidos para aprestar o país para a guerra, com medidas tanto de âmbito interno (aceleração do processo de rearmamento, revogação da legislação neutral vigente, campanha para pôr fim ao isolacionismo dominante tanto no Congresso como em boa parcela da população), como de âmbito externo. Neste último caso, fazia-se mister, como medida vestibular, consolidar e fortalecer a esfera norte-

---

<sup>135</sup> P.N. Bidwell, Op. Cit., p. 379.

<sup>136</sup> A respeito desse assunto, ver o Capítulo I deste trabalho, especialmente às pp. 47-49.

<sup>137</sup> No dia 9 de novembro de 1938, agentes nazistas à paisana assassinaram 91 judeus, incendiaram 267 sinagogas, saquearam e destruíram lojas e empresas da comunidade judaica e iniciaram o confinamento de 25 mil judeus em campos de concentração. A Noite dos Cristais Quebrados marcou o início do Holocausto, que causou a morte de seis milhões de judeus na Europa até o final da II Guerra Mundial. A Noite dos Cristais (*Kristallnacht* ou *Reichspogromnacht*), de 9 para 10 de novembro de 1938, em toda a Alemanha e Áustria, foi marcada pela destruição de todos os símbolos judaicos. Sinagogas, casas comerciais, residências de judeus foram invadidas e seus pertences destruídos. Milhares foram torturados, mortos ou deportados para campos de concentração. A razão apresentada pelos nazistas para esta perseguição foi o assassinato do diplomata alemão Ernst von Rath, em Paris, pelo jovem Herschel Grynszpan, de 17 anos, dois dias antes.

<sup>138</sup> H. Michel. Op. Cit., Vol. I, pp. 152-153.

americana de poder nas Américas, a fim de fazer o país estar apto a enfrentar a ameaça proveniente do Velho Mundo.

Em novembro de 1938, Roosevelt diria aos seus assessores mais próximos que os Estados Unidos não arrostavam uma situação tão perigosa desde a Santa Aliança<sup>139</sup>. Em discurso proferido um ano antes na Universidade de Queens, em Kingston, Ontário, Roosevelt dissera:

Nós, nas Américas, não somos mais um continente longínquo, no qual os turbilhões das controvérsias de além-mar não conseguem provocar dano nem mesmo interesse. Ao contrário, nós, nas Américas, passamos a ser alvo de qualquer escritório de propaganda e de cada estado-maior de além-mar. O enorme volume de nossos recursos, o vigor de nosso comércio e a força de nossos povos fizeram de nós fatores vitais para a paz do mundo, queiramos ou não<sup>140</sup>.

O litoral atlântico do continente americano estava à mercê de um ataque, tanto no hemisfério norte como no sul<sup>141</sup>. Ainda em novembro de 1938, na Conferência Pan-Americana realizada em Lima, Peru, foi aprovado um sistema de consultas entre todas as nações hemisféricas, orientado para a tomada de decisões conjuntas no caso de qualquer crise internacional. A importância do Brasil crescia, já que, além de ser a maior nação latino-americana, o país era considerado como peça fundamental para a defesa do próprio território norte-americano, devido à posição estratégica desfrutada por seu litoral nordeste. É emblemático o telegrama de Roosevelt a Churchill em 2 de abril de 1940, o qual demonstra a maturação de seu pensamento com relação ao posicionamento norte-americano quanto à inevitabilidade da guerra e quanto ao Brasil:

Antes de tomar uma decisão unilateral, quero comunicar-lhe as medidas que pretendo determinar em relação à segurança do hemisfério ocidental e que afetam favoravelmente a navegação britânica. O governo dos Estados Unidos propõe estender a zona de segurança e a área de patrulhamento, utilizando navios de guerra e aviões partindo da Terra Nova, Groenlândia, Nova Escócia, Índias Ocidentais, Bermudas e Estados Unidos, mais tarde incluindo o Brasil, o que estamos acertando. Desejamos que o senhor nos informe, dentro do maior sigilo, os movimentos dos comboios, de maneira que nossas unidades de patrulha possam vigiar os navios de uma nação agressora operando a oeste da nova linha da zona de segurança<sup>142</sup>. (Grifos nossos)

A viagem do chanceler Oswaldo Aranha aos Estados Unidos, no início de 1939, a convite do presidente Roosevelt, não foi para tratar apenas de assuntos de natureza comercial ou econômica, mas principalmente de problemas relativos à política

---

<sup>139</sup> R. E. Sherwood. Op. Cit., p. 142.

<sup>140</sup> Discurso constante in “Roosevelt Speeches” no site do Arquivo da Casa Branca, <http://www.whitehouse.gov/library>.

<sup>141</sup> R.E. Sherwood, Op. cit., p. 143.

<sup>142</sup> Site da Casa Branca, <http://www.whitehouse.gov/library>.

internacional e à defesa nacional e hemisférica, marcando o início da ofensiva diplomática norte-americana para vincular definitivamente o Brasil ao seu eixo geoestratégico. A rivalidade cada vez mais profunda com a Alemanha, quer na esfera econômica, quer na esfera política, fazia esta medida ser imperiosa.

Em carta ao presidente Vargas, o chanceler Oswaldo Aranha define, de forma concisa, as pretensões norte-americanas nesta oportunidade:

Achei o Presidente [Roosevelt] avelhantado e com aspecto febril. Falou-me, porém, com fluência e, por vezes, com energia, dando tons oratórios. Começou por dizer-me que só havia convidado o Brasil para essas conferências e que não tinha, até esse momento, razões para fazer convites similares a outros países e muito menos à Argentina, que não escondia sua contrariedade com a minha visita, chegando, mesmo, a manifestá-la ao *State Department*. Afirmou, então, que a amizade do Brasil e dos Estados Unidos não podia viver sob a guarda ou vigilância de terceiros, uma vez que era uma tradição secular de nossos povos, uma herança sagrada que nossos governos tinham o dever de manter, desenvolver e proteger, e rematou: ‘que eu e o Vargas bem compreendemos e sentimos’, como, sem exceção, todos os nossos antecessores (...).

Mais adiante em sua missiva, o ministro Aranha relata:

(...) Entrou, nesta altura, em detalhes, pedindo que dissesse a V. Ex<sup>a</sup>. em resumo: 1)- que a guerra européia era inevitável; 2)- que tudo faria para que seu país não interviesse diretamente na guerra; 3)- que estava equipando econômica e militarmente os Estados Unidos para poderem enfrentar essa situação e ajudar os demais países continentais; 4)- que o Brasil poderia contar com o seu país e V. Ex<sup>a</sup>. com a cooperação pessoal dele; 5)- que não seria candidato à reeleição, salvo imposição de guerra, mas esperava que o Governo continuasse nas mãos do seu partido; 6)- que seu sucessor, mesmo republicano, teria de seguir essa política de união de nossos povos; 7)- que tinha, ainda, mais de dois anos de Governo, durante os quais desejava ajudar a obra governamental de V. Ex<sup>a</sup>., a econômica, bem como a militar; 8)- que manteria V. Ex<sup>a</sup>. ao corrente dos acontecimentos universais, esperando de V. Ex<sup>a</sup>. a mesma cooperação, pois estava convencido de que juntos poderiam nossos países favorecer a prosperidade continental e proteger a paz dos povos americanos.<sup>143</sup>

A política norte-americana, apontada para seu interesse nacional de longo prazo, fazia o país permissivo às demandas brasileiras como meio de agregar o Estado brasileiro à sua órbita de poder. A momentânea fragilidade militar dos Estados Unidos, que até descartava, por suas impossibilidades materiais, soluções pelo uso da força no hemisfério ocidental, acrescidas de um cenário de guerra latente na Europa, abriam possibilidades aos governantes brasileiros para negociar o alinhamento ao sistema estratégico norte-americano obtendo consideráveis vantagens, bem superiores àquelas obtidas durante a concorrência comercial dos Estados Unidos e da Alemanha pelo Brasil. Dessa forma, o limite possível para as barganhas e o tempo objetivo em que elas

---

<sup>143</sup> Carta de Oswaldo Aranha ao Presidente Vargas datada de 18 de fevereiro de 1935. CPDOC/FGV, Arquivo Oswaldo Aranha, AO cp 1939.01.09.

poderiam ser materializadas, será fornecido pela configuração que o sistema internacional estava tomando em processo de deslinde para uma guerra pela hegemonia mundial, assim como pelas ações e decisões dos atores mais poderosos e importantes, os Estados Unidos e a Alemanha.

## CAPÍTULO III

### O BRASIL E O PROCESSO DE ESCALADA DO CONFLITO MUNDIAL

*O fanatismo é a única forma de vontade que pode ser incutida nos fracos e nos tímidos.*

*Friedrich Nietzsche*

#### 3.1 – A Guerra na Europa e a Postura dos Estados Unidos e da América Latina

O desenrolar dos acontecimentos na esfera internacional, já no início de 1939, deixava claro a qualquer observador que uma guerra europeia era iminente: uma mera questão de tempo, e um tempo bastante breve. Em março a Alemanha terminara o desmonte da Tchecoslováquia iniciado em setembro do ano anterior em Munique. A porção oriental do país ganhou *status* de Estado soberano, a Eslováquia, transformando-se, na realidade, em um satélite da Alemanha. O lado oeste foi diretamente ocupado, tornando-se protetorado alemão. No dia 15, Hitler em pessoa estava em Praga<sup>144</sup>.

Havia, pois, chegado a hora de deixar de lado a política de *appeasement* e, de forma determinada, bloquear qualquer nova alteração territorial na Europa por meio de ameaças ou do uso indiscriminado da força. A Grã-Bretanha ofereceu garantias a diversos países do leste europeu (Grécia, Romênia, Polônia), as quais foram aceitas de imediato. A Inglaterra articulava, pois, em tempos de paz, o seu destino ao fado dos países daquela área. Para demonstrar a seriedade de sua decisão, no final de abril a Inglaterra, também de forma inédita, instituiu o serviço militar obrigatório em tempos de paz<sup>145</sup>. Esta alteração na política externa britânica e, conseqüentemente, na francesa, que nessa conjuntura vinha absolutamente “a reboque”<sup>146</sup>, ocorreu em função de dois

---

<sup>144</sup> Ver capítulo I, pp. 47-49.

<sup>145</sup> John Lukacs. *A Última Guerra Européia: setembro de 1939 – dezembro de 1941*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980, p. 53.

<sup>146</sup> O objetivo central da diplomacia francesa nesta oportunidade era garantir o apoio britânico, a qualquer custo, num possível enfrentamento com a Alemanha. Por isso, toda a iniciativa de formulação de respostas às agressões alemãs perpetradas nesta época cabia ao Estado insular. P. Kennedy, Op. Cit., pp. 303-304.

fatores primordiais. Em primeiro lugar, ao ocupar a Morávia e a Boêmia, a Alemanha incorporava pela primeira vez uma significativa parcela de população não-germânica no interior de seus limites territoriais soberanos. Caía, pois, por terra, a alegação de que os alemães apenas procuravam recompor as fronteiras continentais sob a égide da autodeterminação. Em segundo lugar, a ocupação alemã de Praga ocorreu menos de seis meses após o acordo de Munique. Foi, também, a primeira vez em que Hitler deixou de cumprir uma promessa pessoal no que tange às questões internacionais. As violações anteriores haviam sido legitimadas sob a argumentação de que o governo alemão que aceitara os acordos de Versalhes não representava a vontade nacional e, por isso mesmo, tais acordos eram letra morta para o regime nazista. Frente a estas constatações, vislumbrava-se agora, de forma cristalina, para os dirigentes políticos ocidentais, que a Alemanha nazista era inapaziguável e que uma política de contenção deveria ser delineada.

No continente americano, os Estados Unidos davam continuidade à sua preparação para um provável estado de beligerância na Europa. A solidariedade pan-americana devia ser reforçada e a importância do Brasil, dentro desse quadro, era considerável. Os assuntos referentes à segurança e à defesa ganhavam paulatinamente maior relevância nas relações entre os dois países. Após a missão Aranha, foram agendadas visitas dos respectivos Chefes de Estado-Maior do Exército de cada país ao Estado parceiro. O general George C. Marshall esteve no Brasil em maio de 39, enquanto o general Góes Monteiro foi aos Estados Unidos em junho do mesmo ano. O militar brasileiro descreveria, em carta ao presidente Getúlio Vargas, o esmero e cuidado com que foi recebido em solo norte-americano: “Desde os meus primeiros contatos com o povo, com o Exército, e com os grandes homens dos Estados Unidos, tenho sido alvo das mais francas demonstrações de amizade e interesse pelo Brasil”<sup>147</sup>. Mais adiante assevera que Roosevelt julgava “fatal” a ocorrência de uma guerra e que os Estados Unidos estavam se aparelhando para isto. Góes Monteiro adverte da conveniência para o Brasil de “estreitar nossas relações comerciais e culturais com eles, e no que diz respeito particularmente ao exército, aconselho a vinda de um adido aeronáutico e de oficiais qualificados do Estado Maior (...)”<sup>148</sup>, ressaltando o interesse norte-americano pelo Brasil numa conjuntura em que avultava a nossa importância

---

<sup>147</sup> CPDOC/FGV, site <http://www.cpdoc.fgv.br/>, Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1939.06.16/1, carta cuja transcrição completa encontra-se em anexo.

<sup>148</sup> Idem.

estratégica para a organização da defesa hemisférica. Quanto ao interesse brasileiro no re-aparelhamento de suas forças armadas, Góes Monteiro põe em dúvida uma efetiva cooperação dos Estados Unidos, afirmando que o presidente Roosevelt “tocou na possibilidade de cooperação do Brasil, para o qual os Estados Unidos estavam prontos a facilitar a aquisição do que necessitassem as suas Forças Armadas, ficando tudo, porém, no terreno do lirismo”.

Pode-se inferir, pela carta de Góes Monteiro, que as intenções norte-americanas de um alinhamento do Brasil à sua órbita de poder tinham sido claramente percebidas pelo governo brasileiro. Já para os brasileiros, como se pode claramente depreender do documento, o assunto-chave consistia na capacidade e possibilidade de os norte-americanos fornecerem armas para o Brasil. Ainda em fase inicial de seu processo de rearmamento e mobilização para um possível futuro conflito mundial, além de ainda apresentar sérios entraves legislativos internos para o fornecimento de material bélico a países estrangeiros, uma das poucas opções que restava ao governo dos Estados Unidos, naquele momento, era fazer promessas. Reveladora dessa atitude é a missiva enviada a 5 de outubro de 1939 pelo General Marshall ao General Góes Monteiro. Nesta carta, Marshall solicita que lhe seja encaminhado, pela embaixada brasileira em Washington, o pedido de materiais bélicos a serem fornecidos ao Brasil. Mas logo a seguir, passa a enumerar uma série de limitações para tal fornecimento, tanto de natureza legal como material. Assim, afirma que “pela lei existente, temos autorização para vender a um país amigo qualquer material excedente e não mais necessário para fins militares. Lamento que este material seja limitado em quantidade e qualidade, devido às nossas deficiências em material de guerra”<sup>149</sup>. Mais adiante, no que se refere aos armamentos de última geração, Marshall escreve que “a presente lei não nos permite vender armamentos novos fabricados nos arsenais do Governo. O projeto que autorizava isto foi vetado durante a última sessão do Congresso”<sup>150</sup>.

Podemos perceber, portanto, que há muitas evasivas quanto à concretização e manutenção de um fluxo comercial constante de material bélico norte-americano para o Brasil. Para o governo brasileiro não era conveniente estabelecer um estreito alinhamento com um país incapaz de supri-lo com uma de suas mais importantes demandas. Esta questão ficará pendente entre os dois países durante os próximos três

---

<sup>149</sup> Extraído do site do CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1939.10.05/1, carta cuja transcrição completa encontra-se em anexo.

<sup>150</sup> Idem

anos, quando finalmente será solucionada, para gáudio de ambas as partes. Mas isso também não significa que o Brasil tenha se mantido apartado dos EUA durante esse período. Muito pelo contrário, embora feita por etapas, a aproximação brasileira foi evoluindo passo a passo e importou, conseqüentemente, num gradativo afastamento de Berlim e de Roma.

Este alinhamento escalonado, mediante vantagens, foi exequível tanto em função da fragilidade militar relativa dos Estados Unidos no decurso dos anos iniciais de emersão do conflito mundial, como também fundamentalmente pela inteligente política externa efetivada então pelos norte-americanos, que visava fazer com que seus próprios interesses se demudassem em causa comum dos países latino-americanos, respeitando a soberania formal de cada um e, simultaneamente, cedendo a estes pequenos ganhos em troca de suas pacíficas e cooperativas inclusões dentro da esfera de poder norte-americana. Agindo desta maneira, os EUA alcançaram o seu objetivo, o qual, em termos de um estrito cálculo de custo/benefício, teve um custo bem menor do que aquele necessário caso a via utilizada fosse meramente a da força e da coerção. Em suma, os EUA estavam construindo e consolidando sua hegemonia na região.

Sob essa ótica de análise, verificamos que quando a guerra mundial efetivamente se estabeleceu (fins de 1941), os norte-americanos adentraram o palco da luta comandando um coeso bloco de poder, englobando praticamente todo o hemisfério ocidental (as únicas defecções na América Latina foram o Chile e a Argentina, cujas posturas serão analisadas e explanadas mais à frente).

De volta ao ano de 1939 e à questão Brasil-EUA, o próprio Góes Monteiro, tido como germanófilo, demonstrou em sua carta a Vargas estar convicto de que a aproximação do Brasil com os Estados Unidos era praticamente inexorável<sup>151</sup>. Entretanto, enquanto as armas norte-americanas não passassem de “lirismo” (para utilizar a própria expressão de Góes Monteiro), e se pudesse manter a aquisição de material bélico aos alemães, o melhor que o governo brasileiro devia fazer era continuar postergando o seu alinhamento total ao bloco de poder dos Estados Unidos<sup>152</sup>. Em junho de 1940, quando a configuração internacional se tornara mais tensa para os Estados

---

<sup>151</sup> Vale lembrar que o realismo de Góes Monteiro já se mostrara anteriormente, mais precisamente em dezembro de 1936, quando reconheceu que um agravamento da crise internacional fatalmente levaria a um estreitamento muito maior das relações Brasil-EUA. Ver Tullo Vigevani. “Os Militares e a Política Externa Brasileira: Interesses e Ideologia”. In: José Augusto Guilhon de Albuquerque (organizador) *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990, Vol. I, Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo, Edusp, 1996, p. 70.

<sup>152</sup> Frank D. McCann. *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-1945*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1995, pp. 117-120.

Unidos do que o fora no ano precedente, o general brasileiro comentou, num tom *blazé*, que a cooperação militar entre os dois países não tomaria vulto enquanto os Estados Unidos se limitassem a enviar “caixas de uísque e pacotes de *Lucky Strike*”<sup>153</sup>.

Em setembro de 1939 deflagrou-se a guerra na Europa. Hitler e os nazistas haviam preparado convenientemente o terreno para a eclosão expansionista alemã. No plano interno, as vozes discordantes haviam sido caladas, principalmente no Comando do Exército. O ministro da Guerra, Werner von Blomberg, fora demitido<sup>154</sup>. O Comandante-em-Chefe do Exército, o Coronel-General Werner Freiherr von Fritsch, foi substituído pelo Marechal de Campo Walther von Brauchitsch<sup>155</sup>.

---

<sup>153</sup> Idem, p. 156.

<sup>154</sup> O General Werner von Blomberg, com o falecimento de sua esposa Charlotte em 1932, fora enviado em missão para negociações sobre o desarmamento junto à Liga das Nações em Genebra. Foi chamado de volta à Alemanha em 30 de janeiro de 1933 quando estavam em andamento os planos para formar uma dupla entre o nacional-socialista Hitler como chanceler, e o conservador e católico ex-chanceler von Papen como vice-chanceler, em substituição ao general von Schleicher, então chanceler e ministro da Defesa. Blomberg foi nomeado, então, Ministro da Defesa, exatamente porque era inimigo de Schleicher. Em março de 1935, o Ministério da Defesa transformou-se em Ministério da Guerra e, na qualidade de Ministro da Guerra, Blomberg era comandante das *Wehrmacht*, o que compreendia todas as forças militares do III Reich. Blomberg passou a trabalhar na solução teórica de sua principal e favorita tarefa: a reorganização da estrutura de comando das Forças Armadas, a fim de atender a potencial situação de defesa. Quanto à sua vida pessoal, o viúvo estava em busca de aventuras amorosas, um passatempo estranho para um ministro da Guerra. Durante essas escapadas, conheceu uma jovem atraente chamada Margarethe Gruhn que, como ele, procurava também fazer “conhecimentos”. O viúvo, nesse momento quase entrando na casa dos sessenta anos, ficou inteiramente perdido de paixão por essa criatura experiente no amor. Tornando-se quase seu escravo, chamava-a de “Eva” e resolveu se casar com ela. Em dezembro de 1937, Blomberg disse ao general Keitel que tinha a intenção de voltar a casar-se, mas que sua futura esposa era de origem humilde, o que não era motivo de vergonha no III Reich. Mais tarde, descreveu a mãe de “Eva” como uma passadeira. Na verdade, ela era lavadeira em Nova Colônia. No mesmo mês confidenciou a Goering que queria voltar a casar, mas que havia um candidato à mão da moça. Poderia Goering dar um jeito de tirá-lo de cena? Goering, extremamente prestativo nessas situações, garantiu-lhe que o homem seria bem pago e enviado ao exterior. Caso a palavra honra ainda tivesse significado e continuasse intacto o mundo do corpo de oficiais e da aristocracia, Blomberg teria sido obrigado, por causa dessa mulher, a exonerar-se. Casamentos desiguais, afinal de contas, aconteciam nas melhores famílias. Blomberg, porém, queria tudo: a experiência sexual de “Eva”, seu cargo, reputação e uniforme. A fim de mantê-los, convidou Goering e Hitler para padrinhos de seu casamento, convencido de que eles o protegeriam inteiramente caso houvesse algum problema. No dia 12 de janeiro de 1938, realizou-se a cerimônia civil no salão de honra do Ministério da Guerra, estando ausentes, porém, os filhos do primeiro casamento de Blomberg. Duas semanas depois, desmoronou a farsa macabra. Margarethe Gruhn, nesse momento Frau von Blomberg, era conhecida da Delegacia de Costumes e fora antes condenada por posar para fotos pornográficas, algo que obviamente escondera de seu altamente colocado marido. Inicialmente Hitler ficou mudo e horrorizado porque achou que fora tapeado por um nobre. No dia 27 de janeiro de 1938, Blomberg teve que exonerar-se por, conforme versão oficial, “motivos de saúde”. Ao despedir-se, porém, ele aconselhou Hitler a assumir pessoalmente o comando das *Wehrmacht*. Hitler seguiu o conselho – em prejuízo próprio, das Forças Armadas e do Reich, e não nomeou sucessor para Blomberg no Ministério da Guerra. Para detalhamento do assunto, Robert O’Neil, “Fritsch, Beck e o Führer”. In: Correlli Barnett (org.), *Os Generais de Hitler*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990, pp. 145-154.

<sup>155</sup> O caráter de Werner Freiherr von Fritsch constitui um dos grandes enigmas do período anterior à guerra. Talvez a maneira menos confusa de estudar o seu caráter seja examinar separadamente os dois aspectos principais de sua vida – o primeiro, Fritsch, soldado puro e simples, e o segundo, Fritsch, o homem em uma sociedade complexa. Tanto quanto sua capacidade como soldado possa ser avaliada sem

No âmbito externo, von Neurath, ministro das Relações Exteriores, falecera, sendo substituído nominalmente por Weisäcker, mas sendo a política externa entregue de fato ao nacional-socialista Joachim von Ribbentrop. Este viria a ser protagonista de um acordo que surpreendeu as potências ocidentais, celebrado entre a União Soviética e a Alemanha nazista. Só para lembrar<sup>156</sup>, os dois países comprometeram-se, textualmente, a não encetarem nenhuma ação bélica entre si e a não apoiar um terceiro

---

o teste do alto comando em guerra, ele parece ter alcançado um nível de perícia profissional atingido apenas por poucos generais em qualquer país. Não parece haver dúvida, entre os membros do Exército alemão da era Fritsch, que sua popularidade e autoridade, duas qualidades que nem sempre andam juntas, excederam em muito a dos demais oficiais-generais. Tinha como características em sua vida pessoal a solidão e o isolamento e, por mais estranho que isso possa parecer, tais características não foram incompatíveis com o sucesso que alcançou em uma profissão exclusivamente masculina, onde as relações pessoais são de grande importância. De muitas maneiras, o isolamento pode ter sido conveniente, contribuindo para torná-lo um soldado profissional tão dedicado. Isso talvez explique o seu celibato pela vida inteira. Na mocidade, ele se revelou ocasionalmente um subordinado muito sociável, mas uma mulher precisava ser notável para lhe atrair a atenção. A energia nervosa interna, o isolamento e a capacidade podem ter-se combinado para transformá-lo num perfeccionista, criando uma barreira entre ele e tudo o que pudesse pôr em risco o que já conquistara. Além do mais, na idade em que o jovem oficial muito provavelmente se casaria, ele estava longe, lutando na Grande Guerra. Anos mais tarde, falou do desejo de ter casado e ter tido filhos. Se essas foram as suas atitudes em relação à vida social normal, teria sido difícil para ele evitar falta de simpatia, ou mesmo uma sensação de repugnância, em relação aos políticos. Não apenas o comportamento aparentemente egoísta dos políticos colidia com seu código de ética militar, mas se chocava também com a sua reserva pessoal e com o seu cristianismo protestante. Adotando tais idéias sobre política e políticos, claro estava que não era correligionário nem de Hitler e nem dos nazistas. Tornou-se conhecido por fazer comentários freqüentes e francos sobre os nazistas, para todos os que quisessem ouvir, nas ocasiões em que se sentia incomodado por eles. Mesmo assim, foi conduzido ao Comando do Exército em 1º de fevereiro de 1934. Surgiu um estranho relacionamento no Alto Comando logo que Fritsch aceitou o cargo. Ele e Hitler pouco tinham em comum. Fritsch não tinha acesso direto a ele, e Blomberg tratava de todos os assuntos habituais de defesa com o *führer*. Quanto mais tempo passava, menos oportunidade tinha Fritsch de exercer controle nas políticas militares do III Reich, uma vez que o Exército estava sendo infiltrado pelo espírito do nazismo, que vinha das escolas, da Juventude Hitlerista, por outras organizações do partido e pelos milhares de jovens que, de 1935 em diante, constituíram a massa de poder de ataque do Exército. Dessa forma, o processo de rearmamento alemão serviu para reforçar a influência do Partido tanto nos altos escalões como nas fileiras das *Wehrmacht*. Seus contatos com Hitler ocorriam geralmente na presença de Blomberg. As relações entre ambos, portanto, restringiam-se à correção formal, que, até 1938, foi observada por ambos os lados. A política externa agressiva de Hitler, que impunha riscos militares que Fritsch entendia absurdos, além da política armamentista e do crescimento das SS como força militar, aprofundaram o abismo entre o *führer* e o seu Comandante de Exército. Heinrich Himmler, Comandante das SS, chegou até o ponto de mencionar o dia em que acreditava que Fritsch tentaria um golpe contra os nazistas. No dia 9 de novembro de 1937, Fritsch visitou Hitler em Berghof, Berchtesgaden. Não há nenhum registro das conversas entre ambos, mas a força das objeções de Fritsch é indicada pela recusa de Hitler em receber Neurath até meados de janeiro de 1938. No dia seguinte, Fritsch viajou para quase dois meses de férias no Egito, voltando a Berlim em 2 de janeiro de 1938. Sua ausência se revelaria fatal: seus inimigos na SS, Himmler e Reinhard Heydrich, haviam forjado uma acusação de homossexualismo. Essas acusações provocaram muito mais controvérsias do que o caso Blomberg, já que careciam de credibilidade. Contrariando os conselhos de amigos, inclusive do seu Chefe de Estado Maior, Coronel-General Ludwig Beck, Fritsch exonerou-se e foi declarado isento de culpa por uma comissão especial de investigação. Naturalmente não foi reconduzido ao cargo, sendo substituído pelo mais flexível Walther von Brauchitsch. Fritsch iniciou uma solitária e perturbada aposentadoria, suspensa pelo irrompimento da guerra em setembro de 1939. Na frente de batalha, procurou e encontrou a morte nas mãos de um atirador de elite polonês diante das portas de Varsóvia, no dia 22 de setembro de 1939. Para detalhamento do assunto, Robert O'Neil, "Fritsch, Beck e o Führer". In: Correlli Barnett (org.), *Os Generais de Hitler*, pp. 34-56.

<sup>156</sup> Referências a este Tratado estão presentes neste trabalho no Capítulo I, p. 64.

Estado que, eventualmente, entrasse em litígio com qualquer um dos dois celebrantes. Num protocolo secreto anexo, explicitavam limites de esfera de influência de ambas as potências com relação à região báltica e à Polônia. O destino polonês estava, assim, selado pelo então chamado “Pacto Ribbentrop-Molotov”: o país seria literalmente cortado em duas fatias.

Numa das mais eficientes demonstrações de ultra-realismo político, Hitler e Stalin, figadais inimigos não somente em termos ideológicos, mas também sob o aspecto geopolítico, concederam-se uma trégua mútua. Hitler estava livre para efetuar sua ofensiva contra o ocidente, tendo a retaguarda protegida, antes, é claro, de voltar-se novamente para o Leste. Stalin iria aproveitar o tempo disponível para consolidar a influência soviética ao longo de sua fronteira européia, desenvolver ainda mais as suas forças armadas e a sua capacidade industrial, ao mesmo tempo em que esperava se colocar como espectador de um conflito entre as potências capitalistas que fosse bastante duradouro, com os dois lados se esfalfando sem conseguir uma vitória clara, nos moldes do ocorrido na frente ocidental da Primeira Guerra Mundial. No que diz respeito aos territórios repartidos entre os dois países, a linha demarcatória não revelava qualquer apreço pelos pleitos das diferentes nacionalidades que passariam a estar sob a tutela dos dois Estados. Parafraseando Kissinger, as lideranças alemãs e soviéticas portavam-se tal como príncipes oitocentistas, sem o menor compromisso com problemas outros que não fossem do mais puro interesse geopolítico do Estado. A festejada regra normativa do direito à autodeterminação dos povos fora definitivamente alijada das considerações políticas de ambos os Estados<sup>157</sup>.

Em 1º de setembro de 1939 a Alemanha ataca a Polônia em razão da querela referente à soberania sobre o “corredor polonês” e a cidade de Danzig. No dia 3, França e Grã-Bretanha, em obediência aos termos do acordo que haviam celebrado com o governo polonês, declaram guerra à Alemanha<sup>158</sup>. Este ato foi inócuo sob o ponto de vista da Polônia, já que suas tropas foram varridas em menos de um mês e demarcada, ao longo do rio Bug, a fronteira entre as soberanias soviética e alemã. Iniciava-se, assim, a segunda tentativa germânica de obter a supremacia européia, que consubstanciava a sua busca por uma posição de destaque num sistema internacional cada vez mais global, no qual os pequenos Estados europeus, a curto prazo, não mais ostentariam condições materiais de concorrer contra rivais que, igualmente inseridos na

---

<sup>157</sup> Henry Kissinger. *Diplomacia*. Brasília, Editora da UNB, 2002, p 350.

<sup>158</sup> Maiores detalhes no capítulo I deste trabalho, pp. 29-30.

era industrial, eram continentais sob o ponto de vista territorial e populacional (URSS e EUA).

O modelo de guerra com resultados mais imediatos e taticamente mais adequado aos britânicos era o bloqueio naval. Se foi de pouca monta na Europa como instrumento para garrotear economicamente o esforço de guerra alemão (grande parte de suas necessidades de matérias-primas podiam ser compradas à URSS ou por seu intermédio), no que se refere ao hemisfério ocidental esta tática de guerra obteve resultados práticos de curtíssimo prazo. Para júbilo do governo norte-americano, o comércio da Alemanha com os países sul-americanos desceu a patamares anódinos. Os comboios de navios mercantes alemães que singravam o Atlântico se viram reduzidos a uma ou outra embarcação que, desgarrada, lograva romper o bloqueio. Isto se aplicava principalmente ao Brasil, maior parceiro comercial da Alemanha na região e alvo prioritário da diplomacia norte-americana. A exultação dos Estados Unidos dava-se menos pelo fim das perdas comerciais e econômicas que o comércio compensado Brasil-Alemanha lhe acarretava (como já vimos estas perdas eram pouco significativas), mas muito mais pela interrupção da influência política e ideológica que estava subjacente a este comércio.

O início do conflito na Europa provocou, quase que simultaneamente, duas reações por parte da administração Roosevelt. Em termos de política interna, o presidente conseguiu derrubar, em sessão especial do Congresso, a legislação neutralista vigente, a qual proibia a venda de armas para países em guerra. Ela foi revogada e substituída por um novo aparato legal que ficou conhecido como *cash and carry* (pague e leve). Qualquer nação em estado de beligerância poderia comprar armas e munições nos Estados Unidos, desde que pagasse à vista e levasse seus produtos em navios próprios ou de países neutros. Na prática, isto implicava na possibilidade da Grã-Bretanha e da França se abastecerem futuramente nos Estados Unidos, uma vez que o Oceano Atlântico estava sob o controle de suas esquadras, o que vedava aos alemães o acesso ao mercado norte-americano. Esta era uma filigrana de suma importância, já que o governo dos Estados Unidos beneficiava os Aliados, mas, ao mesmo tempo, ficava ao largo de possíveis acusações, tanto internas como externas, de estar violando a sua condição de país neutro<sup>159</sup>.

Em termos de política externa, o esforço maior foi voltado para as relações com os países latino-americanos. Um ambiente de tensão claramente rondava a América em

---

<sup>159</sup> H. Kissinger, Op. Cit., p. 385.

razão dos acontecimentos na Europa. Era chegado o momento de agir em benefício do hemisfério ocidental. Já na Conferência de Buenos Aires, em 1936, fora criado um sistema de consultas no caso de ameaça à paz geral. Esta consulta significou uma evolução do pan-americanismo. Em dezembro de 1938, na Conferência de Lima, esse mesmo princípio ressurgiu com um pronunciamento escrito por Cordell Hull. Ainda nessa ocasião surgiram divergências entre os pontos de vista dos Estados Unidos e da Argentina, quando se tratou de dar forma definitiva à declaração de solidariedade continental. Isto fora previsto por Hull, que em suas memórias assim declara:

Quando eu navegava para Lima, a bordo do *Santa Clara*, a única dúvida que tinha era se todas as repúblicas americanas veriam o perigo, suficientemente, de modo a tomarem uma atitude decisiva. Eu tinha razões para duvidar. Nossas dúvidas principais surgiam da Argentina, como já acontecera diversas vezes no passado.<sup>160</sup>

O Ministro do Exterior da Argentina, José Maria Cantillo, chefiava a delegação de seu país. Chegara a Lima com o firme propósito de fazer com que a Conferência se limitasse estritamente aos assuntos interamericanos. Faria uma concessão especial para admitir uma vaga declaração de solidariedade. Estrategicamente, anunciara que seu estado de saúde não permitia que permanecesse durante todo o período dos trabalhos. Partiria, imediatamente, para o sul, para os Lagos Chilenos. Desejou, por esse motivo, apressar a solução do problema. Hull recusou-se a aceitar a idéia de um acordo nessas condições. Cantillo partiu, deixando acéfala a delegação argentina. Secretamente, mantinha contato com o Ministério do Exterior do Chile. Hull esperava pacientemente. Ele tinha a seu favor o voto de vinte nações americanas, mas a maioria não lhe interessava, e sim a unanimidade. Cantillo verificou que seu isolamento não estava sendo proveitoso e telegrafou a seus amigos chilenos propondo aceitar o pacto de segurança coletivo, desde que isso não implicasse uma aliança militar e nem tolhesse a liberdade de ação dos governos latino-americanos. Ao passar estas instruções aos chilenos, Cantillo solicitou para não a mostrarem a pessoa alguma, ao que os chilenos interpretaram para não ser mostrada a pessoa alguma exceto Cordell Hull. Foi o que fizeram sem demora.

As duas fórmulas, na realidade, não apresentavam grandes divergências. Numa e noutra proclamava-se de maneira formal, com expressões diferentes, a absoluta solidariedade dos países americanos, em caso de ameaça à sua segurança, soberania e

---

<sup>160</sup> Apud Sérgio Corrêa da Costa. *Crônica de uma Guerra Secreta – Nazismo na América: A conexão argentina*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005, p. 97.

integridade. Também se estabelecia como medida imediata, em caso de perigo, o funcionamento do sistema de consultas, aprovado em Buenos Aires. O Secretário de Estado norte-americano, vendo que a nova proposta de Cantillo se aproximava à dele próprio, festejou o acontecimento, divulgando-o e a sua origem. Cantillo recebeu os lauréis, mas coube a Hull a vitória do seu princípio, conseguindo a aprovação unânime do parecer argentino. Coube ao Itamaraty, depois de cuidadoso estudo das divergências relativas aos dois textos das declarações, desenvolver sua política mediadora entre os povos americanos. A atividade exercida por Oswaldo Aranha no Rio de Janeiro, procurando aproximar os pontos de vista argentino e norte-americano muito contribuiu para a solução de final dos impasses. Com base nas resoluções estabelecidas na Conferência de Lima, em razão da guerra, era necessário que todas as repúblicas americanas chegassem a uma decisão em conjunto. Em função disso, foi convocada a I Reunião de Consultas, ocorrida no Panamá, entre 23 de setembro e 3 de outubro de 1939.

Dois dias após o início dos trabalhos, Sumner Welles, delegado dos Estados Unidos, pronunciou um discurso em que alertava ser a guerra européia “uma ameaça potencial ao bem-estar, à segurança e à paz do Novo Mundo”. Por mais que as repúblicas americanas desejassem se isolar dos efeitos da guerra, esse isolamento seria relativo. Os povos de todo o mundo aspiravam à paz, baseada na igualdade e justiça para todos. Talvez coubesse à América a realização desse ideal de todas as nações<sup>161</sup>.

Várias resoluções foram adotadas, sendo que da perspectiva política, ocuparam o primeiro plano da Reunião do Panamá as questões de contrabando de guerra e do tratamento dos submarinos beligerantes. Ante as dificuldades surgidas pelas divergências de opinião, ficou decidido que cada país americano poderia ater-se a um critério próprio, conforme as suas necessidades de momento. Também foi acordado o problema da humanização da guerra, cabendo às repúblicas americanas fazerem um apelo às nações em combate.

A atividade principal da Reunião, entretanto, girou em torno do problema do mar continental. A proposta da Delegação brasileira chefiada pelo embaixador Carlos Martins Pereira de Sousa, e imediatamente apoiada pela delegação norte-americana, criava uma faixa de 300 milhas náuticas de largura, medida a partir da costa atlântica dos países, estendendo-se do cabo Horn até a fronteira Estados Unidos-Canadá,

---

<sup>161</sup> Arquivo do Itamarati no Rio de Janeiro. Ministério das Relações Exteriores, *Relatório, 1939*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1939.

excluindo-se desta os espaços marítimos circundantes às colônias de países europeus que não estivessem sob a reclamação de qualquer país americano<sup>162</sup>. Assim justificou o seu voto a delegação do Brasil:

A soberania das Nações do Continente Americano funda-se nas bases invioláveis da consulta, da não-intervenção, da arbitragem e, mais do que tudo, na vocação pacífica dos povos americanos, inimigos da guerra e amigos da paz. Nada tememos, nem poderemos temer, na América, uns dos outros, antes, uns nos outros, temos, na terra, no mar e no ar, a segurança para cada um e para todos os povos americanos.

A segurança continental contra agressões de ultramar precisa, porém, ser procurada em bases mais seguras.

É nos oceanos que nos cercam que está a sorte futura de nossas soberanias, porque a proteção das terras americanas não será possível, como no passado, sem a segurança de seus mares.

O mar, fora das águas territoriais, a 3 milhas, apenas, de nossas costas, de nossas cidades e até de nossas Capitais, não só não é nosso, como nele estamos à mercê de uma ação contrária à livre e pacífica expansão de nossas soberanias, de nossas relações continentais e até das ligações marítimas dos portos de um mesmo país.

A defesa da integridade territorial continental urge, pois, juntar como parte inseparável do todo político americano, a segurança dos mares continentais.

A Reunião do Panamá deve pleitear e receber de todos os beligerantes envolvidos na guerra, de que não participe nenhuma República Americana, a segurança de que os países em conflito se absterão de quaisquer atos hostis ou de atividades bélicas no mar, dentro dos limites das águas adjacentes ao Continente Americano, consideradas de utilidade e de interesse direto e primacial das Repúblicas Americanas.

Esperamos que as Nações beligerantes e as que futuramente vierem a entrar em guerra encarem e respeitem esta Declaração a ser feita no Panamá como complementar da Doutrina Monroe e das declarações de Buenos Aires e Lima.

Achamos que o princípio do mar continental não fere a soberania de outras nações, antes, protegendo a dos países americanos, favorece as relações pacíficas de todos os povos. Assiste, ainda, ao nosso continente o direito de reduzir os efeitos da guerra, evitando que a extensão de seus conflitos atinja as orlas de nossas praias, perturbando, assim, a nossa tranquilidade e ameaçando comprometer ou complicar a nossa posição neutral. O Brasil não faz, nem nunca fez, questão de fórmulas, nem de palavras, mas defenderá a idéia que aventou de um mar continental, porque a considera útil à sua e à existência dos demais povos americanos. Estas são as razões do voto do Brasil e da atitude de seus Delegados na Reunião do Panamá<sup>163</sup>.

Pode-se depreender que a posição do governo brasileiro já estava, mesmo a essa época, atinente com os interesses norte-americanos, e mesmo britânicos. Este documento foi, posteriormente, incorporado à Ata Final da Reunião. A esses princípios defendidos pelo Brasil, com apoio norte-americano, veio filiar-se a Declaração do Panamá, que estabeleceu os limites marítimos da neutralidade americana. Confirmaram-se os princípios de solidariedade continental adotados na Conferência de Lima e

---

<sup>162</sup> Este adendo visava atender às históricas demandas da Argentina em relação às Ilhas Malvinas e Geórgia do Sul, e da Guatemala em relação às Honduras Britânicas (atual Belize), ambos territórios sob o controle britânico. R.A. Humphreys Op. Cit., p. 45.

<sup>163</sup> Ministério das Relações Exteriores, Arquivo do Itamarati no Rio de Janeiro. *Relatório, 1939*, p. 86, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1939.

determinou-se, de forma clara, a posição estritamente neutral a ser observada em face do conflito europeu. A Declaração do Panamá se iniciava da seguinte forma:

As Repúblicas Americanas, reunidas na cidade do Panamá, ratificam solenemente a posição de neutralidade que assumiram diante do conflito que perturba a paz na Europa, mas, considerando que a atual guerra pode ter conseqüências inesperadas, capazes de afetar fundamentais interesses dos beligerantes, que prevalecessem sobre os direitos dos países neutros, causando perturbações e sofrimentos a povos que, pela sua neutralidade e distância do cenário dos acontecimentos, não devem sofrer suas conseqüências fatais e dolorosas; considerando que, durante a guerra mundial de 1914 a 1918 os Governos da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Equador apresentaram ou apoiaram proposições individuais propugnando uma declaração das Repúblicas Americanas, de maneira a fazer com que as nações beligerantes se abstivessem de desenvolver atividades guerreiras a prudente distância de suas costas; acordam em que é imperativo adotar disposições urgentes, capazes de garantir estes interesses, a fim de evitar que repitam os prejuízos e os sofrimentos experimentados pelas nações americanas e seus cidadãos na mencionada guerra de 1914-1918. (...) <sup>164</sup>.

A criação desta zona de neutralidade hemisférica acabou por ser vantajosa para os interesses ingleses. Uma outra versão da situação de neutralidade continental, apresentada pela Argentina, importava no respeito à liberdade de navegação dos países americanos por todo o oceano<sup>165</sup>. A aprovação deste postulado certamente traria problemas aos britânicos, que unilateralmente se arrogavam o direito de fiscalizar o comércio marítimo direcionado para, ou vindo da, Europa, destarte bloqueando o comércio naval com a Alemanha. A idéia das 300 milhas, mesmo aumentando o controle dos países americanos sobre seus mares litorâneos, foi fundamentalmente concebida com o fito de proteger e poupar do conflito somente o comércio intra-hemisférico. A zona de neutralidade era duplamente benéfica para os norte-americanos. Ao mesmo tempo em que concedia total arbítrio para que os ingleses apartassem a influência comercial germânica da América Latina, protegia o comércio entre as nações do continente, fato que, face à estrutura econômica dependente dos países latino-americanos e do concomitante afastamento do parceiro alemão, conduziria inevitavelmente ao incremento do comércio dos Estados Unidos com os seus vizinhos do sul. E foi, de veras, o que ocorreu.

Em termos militares efetivos, a zona de neutralidade jamais se transformou numa realidade, pois que dependia da força militar das partes para o cumprimento de suas premissas. Isto implicava em dependência ao poderio aeronaval norte-americano, porque mesmo os Estados latino-americanos dotados de algum poderio militar (Brasil, México e Argentina), não possuíam as mínimas condições para patrulhar as extensas

---

<sup>164</sup> Idem, p. 89.

<sup>165</sup> R.A.S. Seitenfus, Op. Cit., pp. 34-35.

áreas marítimas limítrofes às suas costas. Em contrapartida, as forças armadas norte-americanas não eram capazes, naquele momento, de desempenhar uma tarefa dessa monta. O máximo que estavam aptos a fazer era guardar a sua própria costa leste e os mares adjacentes a algumas ilhas do Caribe e, especialmente, resguardar a navegação no Canal de Panamá. Vale lembrar, também, que era estrategicamente relevante que a maior parte da esquadra norte-americana se posicionasse no Pacífico, em vista da iminente e poderosa ameaça representada pela Marinha Imperial Japonesa. A zona de neutralidade na América do Sul ficou apenas no campo da proposição teórica, tendo ocorrido uma série de incidentes em suas águas, grande parte deles ocasionado pelo encouraçado de bolso alemão *Admiral Graf Spee*, que operava no Atlântico Sul. O mais grave evento se deu quando da perseguição a este vaso de guerra por cruzadores britânicos, levando-o a refugiar-se no porto de Montevideú. O navio foi afundado pela sua própria equipagem, sob as ordens de seu comandante, o Capitão de Mar e Guerra Hans Langsdorff, face à impossibilidade da fuga ou de ali permanecer<sup>166</sup>.

O próprio Secretário de Estado norte-americano, Cordell Hull, julgaria, de forma realista, que a zona de neutralidade havia sido substituída por uma zona flexível, delimitada a partir do interesse e da capacidade da Marinha dos Estados Unidos de patrulhar as áreas determinadas na Conferência Interamericana do Panamá. Entretanto, ainda que violadores da neutralidade dos países americanos, tais incidentes não perturbaram o comércio marítimo regional. As ações bélicas navais estavam, basicamente, focadas no Atlântico Norte, mais precisamente nas costas da Europa e Ilhas Britânicas. A atividade dos submarinos alemães contra a frota mercante aliada limitava-se, nesta época, às águas a leste do meridiano 15 (na altura da Islândia) e ao norte do paralelo que corta Tanger, no Marrocos Espanhol<sup>167</sup>.

Na Europa, a guerra estava imersa numa estranha apatia. Durante seis meses não ocorreu nenhuma ofensiva militar ou empreendimento bélico de maior relevância que envolvesse a Alemanha ou a aliança Anglo-Francesa<sup>168</sup>. Em abril de 1940, todavia, a invasão alemã à Dinamarca e à Noruega pôs fim a esta guerra relutante. A operação mais importante, no entanto, ocorreria um pouco mais adiante, em 10 de maio, com a ofensiva alemã direcionada a oeste, contra a Bélgica, a Holanda e a França.

---

<sup>166</sup> Para maiores detalhes sobre este confronto naval, ver Raymond de Belot. *A Guerra Aeronaval no Atlântico 1939-1945*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1965, pp. 67-74.

<sup>167</sup> Idem, p. 77.

<sup>168</sup> Na França este período seria denominado *drôle de guerre*, e na Inglaterra de *phony war*. John Lukacs, *Op. Cit.*, p. 72.

Em maio de 1940, o presidente Roosevelt comentou com Harry Hopkins, seu dileto confidente e braço direito na Casa Branca, que por décadas o exército francês e a marinha de guerra britânica haviam sido o colchão protetor dos Estados Unidos. No caso de eliminação de um deles, ou, pior, de ambos conjuntamente, os norte-americanos estariam diretamente ameaçados<sup>169</sup>. Durante a Primeira Guerra Mundial, o exército francês fora o principal obstáculo à consolidação da supremacia alemã na Europa. No decorrer de quatro anos ele travou o avanço alemão, suportando uma frente de batalha que se estendia por toda a região norte do país, e que trouxe milhões de vidas. Em 1918, juntamente com os britânicos e o providencial auxílio norte-americano, os franceses derrotaram o seu adversário. Em 1940, entretanto, os fatos se deram de maneira diametralmente oposta. O ataque alemão, concebido pelo Marechal de Campo Erich von Manstein<sup>170</sup>, centrou-se no avanço de seus blindados pela região das Ardenes, na Bélgica, e apoiados taticamente pela *Luftwaffe*, penetraram celeremente no território inimigo por onde ele menos esperava, envolvendo-o e desarticulando-o. O resultado dessas operações foi a rendição de centenas de milhares de soldados aliados<sup>171</sup>. A eficiência da maestria militar alemã, combinada com a apatia e a falta de vontade de lutar por parte do exército francês, resultou na rendição francesa após seis semanas de combate<sup>172</sup>. Nos termos do armistício sobrou um laivo de soberania ao governo francês, já que preservaria sua autoridade sobre grande parcela do interior do país, seu litoral mediterrâneo e todas as suas colônias ultramarinas. A região industrializada ao norte, mais desenvolvida, a capital Paris e todo o litoral atlântico seriam ocupados pelas *Wermacht* até que a guerra findasse.

Este quadro estratégico absolutamente novo que se desenhou a partir de junho de 1940, exercerá retumbante impacto no hemisfério ocidental, especialmente no que tange às prioridades da política externa norte-americana. Considerações relativas à defesa passaram a ter destaque sobre qualquer outro assunto. Sob esta ótica, o Brasil ganhou

---

<sup>169</sup> R.E. Sherwood, Op. Cit., p. 165.

<sup>170</sup> No que se refere à concepção da ofensiva alemã na frente ocidental, ver W.L. Shirer, Op. Cit., Vol. 3, pp. 146-149, e C. Barnett, Op. Cit., pp. 246-248

<sup>171</sup> Esta nova forma de guerra foi chamada de *blitzkrieg*, ou guerra-relâmpago, criação de um jovem general do exército alemão chamado Heinz Guderian. A luta era rápida e relativamente pouco sangrenta, já que a maior parte do exército adversário, cercado pelas forças blindadas atacantes, acabava por ter que render-se sem luta, visto que tinha rompidas as suas linhas de suprimento, abalando drasticamente sua logística. Em maio/junho de 1940, os alemães fizeram 1.900.000 prisioneiros franceses. Sobre a concepção tática e estratégica da *blitzkrieg*, nada melhor que o livro de seu próprio criador, o General Heinz Guderian, *Panzer Lider*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1966, especialmente o capítulo III.

<sup>172</sup> A inépcia militar francesa devia-se, em grande parte, ao conservador e pouco criativo comando e alto oficialato de seu exército. Ver Charles de Gaulle, *Memórias de Guerra, Volume I – O Apelo*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1977, pp. 30 e 49-53.

proeminência. O General Marshall enfatizava que um dos mais sérios riscos à segurança norte-americana era a possibilidade de uma revolta no Brasil, inspirada por agentes nazistas. Desestabilizando o governo, os sediciosos buscariam o apoio externo das vitoriosas forças do Eixo, as quais, mobilizadas na África Ocidental francesa, abririam uma cabeça de ponte no litoral nordeste do Brasil, assim apoiando os revoltosos da mesma forma como já se fizera durante a guerra civil espanhola. Uma vez dominado o Brasil, os Estados Unidos estariam em perigo latente, já que o Canal de Panamá passaria a poder ser facilmente atacado por aeronaves baseadas no norte do Brasil.

Malgrado a possibilidade real e a plausibilidade de efetivação desta ameaça, os dirigentes brasileiros não lhe deram a devida atenção. Havia, no entanto, subjacente a este raciocínio, a certeza do crescimento da importância estratégica do Brasil em razão da vitória alemã na Europa e do incontestável domínio do Eixo sobre o continente (a Itália havia entrado na guerra ao lado de seu vitorioso aliado em 10 de junho). Detalharemos mais à frente as razões para esse aumento da importância brasileira. O que é relevante observar aqui é que a inserção do Brasil na guerra estava cada vez mais próxima. Exatamente por isso, abria-se às autoridades brasileiras a possibilidade de auferir ganhos reais para o país através de negociações com os Estados Unidos, desde que tivessem a sensibilidade para barganhar na hora adequada e estivessem prontos a ceder, paulatinamente, ante as necessidades norte-americanas em relação à guerra.

### **3.2 – A Importância Estratégica Brasileira e suas Conseqüências**

A importância geopolítica do Brasil já era considerada relevante nos Estados Unidos antes mesmo do início das hostilidades na Europa. Em abril de 1938, Edward Warner, *expert* em transporte e desenvolvimento aeronáutico, analisava e traçava as possíveis rotas aéreas que ligariam o Novo ao Velho Mundo, tornando assim possível, de maneira consistente e programada, a ligação por via aérea entre todas as regiões do planeta<sup>173</sup>. O oceano Atlântico ainda era, no decorrer dos anos 30, uma barreira formidável à comunicação humana. As aeronaves que possuíam condições técnicas para cruzar o Atlântico tinham que ter, além da autonomia de voo condizente com a distância a ser percorrida, um grau de segurança e confiabilidade para se manterem sobrevoando

---

<sup>173</sup> Edward P. Warner “Atlantic Airways”. In *Foreign Affairs*, v. 16, nº 16, 1938.

horas a fio o oceano, onde falhas não poderiam ser resolvidas com um pouso de emergência.

Havia basicamente duas rotas principais ligando as Américas à Europa. Ao norte, a rota Terra Nova – Groenlândia – Islândia, ainda que bem mais curta, apresentava obstáculos de ordem climática e geográfica difíceis de serem transpostos com a tecnologia de então, o que a levava a ser utilizada sazonalmente e em pouquíssimas oportunidades. A rota mais segura era aquela que cortava a região do Atlântico Central, ligando os pontos extremos da Europa Ocidental com as cidades mais orientais da América do Norte, eventualmente se utilizando do arquipélago açoriano como escala, o que fazia a viagem bem mais segura. Ainda assim, um voo entre New York e os Açores importava num sobrevoo oceânico de cerca de 3.800 km.

Ao sul, qualquer rota racional e segura tinha como ponto de partida ou de chegada na América do Sul a cidade de Natal e seus arredores, região mais a leste de todo o continente. Viagens conectando a cidade brasileira a vários locais da África Ocidental, como a Libéria, a Gâmbia britânica ou o Senegal francês, distavam, no máximo, em torno de 3.000 km. É importante ressaltar que tais rotas ligavam somente cidades ou bases continentais. A logística de uma base insular é sempre muito mais complexa, sendo o aumento em seu tráfego aéreo muito mais arriscado se comparado com suas congêneres localizadas nos continentes. A ilha de Fernando de Noronha, distando cerca de 480 km. de Natal, além de proporcionar uma excelente base para o controle do tráfego aéreo transoceânico, podia ser útil também como ponto de apoio para aeronaves em pane ou com dificuldades de voo.

Warner observa ainda que as viagens aéreas no hemisfério sul, por transcorrerem dentro da chamada zona equatorial, não enfrentavam dificuldades com ventos ou correntes que, no Atlântico Norte, sopram majoritariamente na direção oeste, fazendo com que os voos aí empreendidos sejam tecnicamente muito mais difíceis. Em conclusão, uma aeronave, para percorrer no hemisfério norte o mesmo número de quilômetros voados no hemisfério sul, teria que ser estruturalmente mais robusta, possuir motores mais potentes e, conseqüentemente, ter uma autonomia de voo muito maior, já que o consumo de combustível determinado pelas próprias condições de voo seria muito mais elevado<sup>174</sup>.

---

<sup>174</sup> Idem, p. 474.

Evidencia-se, pois, de forma cristalina, que o nordeste brasileiro era um dos pontos vitais para a comunicação e o transporte por via aérea entre a América e a Europa. O outro ponto crucial desta rota era a África Ocidental, região cujo domínio era partilhado por diversos impérios coloniais europeus (britânico, francês, português). Isto fazia com que as circunstâncias ali diferissem daquelas da América do Sul, onde o governo brasileiro tinha necessariamente que ser levado em conta, haja vista sua posição privilegiada no que diz respeito ao tráfego aéreo proveniente da África.

Nos Estados Unidos, tanto a classe militar como os dirigentes civis já haviam atinado para a imensa importância estratégica brasileira que, se já era considerada relevante em fins dos anos 30 quando a guerra ainda não se deflagrara na Europa, cresceu gradativamente até atingir seu zênite em junho/julho de 1940. Acendera-se a luz de emergência para o governo norte-americano no momento em que o exército alemão conquistara a França, trazendo também rumores sobre uma possível ocupação da costa ocidental da África francesa pelas forças do Eixo e criando o temor de que esta presença pudesse se estender às Guianas francesa e holandesa.

No primeiro momento, as considerações norte-americanas voltaram-se basicamente para os aspectos defensivos da questão. O perímetro considerado área de segurança estratégica para a defesa nacional, na parte sul do hemisfério, abrangia toda a área ao norte de uma linha imaginária que cruzava o nordeste do Brasil, no Atlântico, e prosseguia até as ilhas Galápagos, no oceano Pacífico. Uma acurada análise da situação nos é proporcionada por Gerson Moura, que assim escreve:

Com o rápido aumento da preparação dos Estados Unidos para a guerra ao final da década de 30, o Departamento de Estado começou a avaliar a política de “Boa Vizinhança” em termos militares. Se a consulta e a ação comum entre as repúblicas americanas era o cerne do panamericanismo, a *colaboração militar* tinha que assumir uma forma multilateral. Conseqüentemente, formou-se um Conselho Interamericano de Defesa a fim de coordenar as medidas necessárias à “defesa hemisférica”. Os planejadores do Exército e Marinha dos Estados Unidos discordavam completamente dessa abordagem do Departamento de Estado. Para eles, o Conselho Interamericano de Defesa era apenas uma fachada militar necessária à ação multilateral do Departamento de Estado e não tinha qualquer papel relevante nos planos reais de guerra. Os planejadores militares americanos só estavam preparados para colocarem em prática planos eminentemente *bilaterais* de colaboração com as nações latino-americanas.

A razão disso estava na concepção estratégica americana, baseada no princípio da *defesa nacional*. Como já foi dito, no começo do século XX o perímetro de defesa nacional incluía o território continental dos Estados Unidos assim como o Caribe (o “lago americano”). Nos anos 30, esses limites foram ampliados para incluir o Alasca e a Terranova, ao norte; e o Nordeste do Brasil e as ilhas Galápagos, ao sul.

Esta ampliação ocorreu devido à possibilidade de um ataque dos alemães ao Nordeste brasileiro, vindo do norte da África.<sup>175</sup>

O temor em relação ao Brasil era, como já nos referimos anteriormente, o possível estabelecimento, pelo Eixo, de uma cabeça de ponte no nordeste brasileiro e, a partir daí, derrubando o governo ou substituindo-o por um regime amistoso, empreender *raids* aéreos contra o Canal do Panamá e montar, simultaneamente, bases aeronavais na região, objetivando o controle do tráfego marítimo no Atlântico Sul, destarte fechando-o aos britânicos e aos norte-americanos. Ainda em junho de 1941, quando a maior parte das *Wermacht* posicionava-se no Leste europeu aprestando-se para dar início à Operação Barbarossa<sup>176</sup>, o que inviabilizava qualquer ofensiva alemã contra o ocidente por absoluta impossibilidade material, o Secretário de Estado Cordell Hull mantinha-se alerta quanto às possibilidades de avanços alemães na faixa atlântica, especificamente a Península Ibérica e suas ilhas (Açores, de Portugal e Canárias, da Espanha), a África Ocidental francesa e o nordeste do Brasil. Assim se pronunciou Hull:

“(...) a situação está mudando com grande rapidez e a possibilidade de uma agressão alemã contra o hemisfério ocidental está se tornando mais iminente. Na avaliação do Presidente e dos Chefes de Estado-Maior da Marinha e do Exército, os locais mais vulneráveis sob o ponto de vista da segurança do hemisfério ocidental são: Islândia e Natal, no Brasil. Caso o governo alemão seja capaz, em futuro próximo, de obter controle sobre Dacar, é provável que a Alemanha empreenda um clássico movimento estratégico em forma de pinça, visando à tomada da Islândia e de Natal, o objetivo último sendo, através do uso de forças aéreas baseadas nestas regiões, isolar a Grã-Bretanha dos suprimentos que no momento lhes chegam via oceano Atlântico”<sup>177</sup>.

Contextualizando as declarações de Cordell Hull, podemos perceber que elas tinham uma clara motivação: a autorização concedida pelo Marechal Pétain, chefe de governo do regime francês de Vichy, liberando para a marinha alemã o uso das instalações do porto de Dacar, em maio de 1941, que fora noticiada e recebida com

---

<sup>175</sup> Gerson Moura. *Estados Unidos e América Latina. As Relações Políticas no Século XX. Xerifes e Cowboys – um povo eleito e o continente selvagem*. São Paulo, Editora Contexto, 1991, p. 30.

<sup>176</sup> Nome em código dado pelo *Oberkommando der Wermacht* – OKW (Estado Maior das Forças Armadas Alemãs) à operação militar de invasão da União Soviética, idealizada pelo General Erich Marcks e desencadeada em 22 de junho de 1941. A ofensiva se desenvolveu em três frentes: ao norte, as forças do Eixo, comandadas pelo Marechal de Campo Ritter von Leeb, partiram da Prússia Oriental com destino à Leningrado; ao centro, sob o comando do Marechal de Campo Fedor von Bock, as forças alemãs partiram da Polônia para atingir a capital soviética, Moscou; e ao sul, capitaneadas pelo Marechal de Campo Gerd von Rundstedt, tropas do Eixo infletiram sobre Kiev, na Ucrânia, prosseguindo até alcançar as margens do rio Volga por Stalingrado. Sobre a campanha russa na 2ª Guerra Mundial, ver John Keegan, *Barbarossa – A Invasão da Rússia*, Rio de Janeiro, Editora Renes, 1974; Georgi Zhukov, *Memórias*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1971; Geoffrey Jukes, *Stalingrado – O Princípio do Fim*. Rio de Janeiro, Editora Renes, 1974; Antony Beevor, *Stalingrado: O Cerco Fatal*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005; Otto Skorzeny, *Autobiografia – As Audaciosas Ações de Otto Skorzeny*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1976 e as aqui já mencionadas memórias do General Heinz Guderian (*Panzer Líder*).

<sup>177</sup> Michael C. Desch. *When the Third World Matters: Latin America and United States Grand Strategy*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1993, p. 63.

alarme pelo governo norte-americano<sup>178</sup>. Há divergências acerca dos reais propósitos subjacentes às manifestações feitas pelos dirigentes norte-americanos. Há quem tenha interpretado esses temores como genuínos. Há, todavia, quem vislumbre no discurso alarmista um meio para legitimar internamente a preparação do país para a guerra, e externamente justificar a pressão sobre o governo brasileiro no sentido de que decidisse de uma vez por todas o seu alinhamento ao bloco de poder norte-americano, autorizando a construção, aparelhamento e uso, por parte dos EUA, de bases militares no nordeste do país.

Se havia possibilidade ou não de um ataque dos alemães a território americano pelo norte da África é ainda um assunto polêmico que, de fato, faz parte de uma questão mais geral: o governo nazista teria intenções hostis em relação aos Estados Unidos, e caso tivesse, seriam eles uma ameaça à sua segurança? Se o nazismo era uma ameaça real ou ilusória aos Estados Unidos, o fator político decisivo era a percepção que o governo Roosevelt tinha dessa ameaça. A percepção de Washington ditou as linhas mestras de sua estratégia, na qual o papel dos Estados Unidos era o de defender todo o continente. Conseqüentemente, Washington necessitaria mais bases nos países-chave do novo “Lago Americano”. Já que a política do “Bom Vizinho” impedia uma ação militar unilateral pelos Estados Unidos, era necessário criar tratados bilaterais especiais com esses países. Por via das dúvidas os militares americanos prepararam planos unilaterais de ocupação desses países, caso as propostas bilaterais falhassem<sup>179</sup>.

Claro está que o principal alvo de uma ação unilateral por parte dos Estados Unidos seria o Brasil, por todas as razões já aqui expostas. Mas os brasileiros nunca tiveram um elevado índice de preocupação com seu próprio território nordestino, diversamente da posição norte-americana. O material bélico que tanto o governo brasileiro insistia em receber dos Estados Unidos, seria utilizado primordialmente nas regiões sul e sudeste do país. No sudeste, seu centro político e econômico, para respaldar o importante papel político que os militares desempenhavam na estrutura de poder estadonovista; no sul, para inibir qualquer sedição por parte de minorias étnicas (basicamente a população de origem alemã) e para se colocarem estrategicamente frente às forças armadas argentinas, tidas como principal oponente brasileiro na confrontação

---

<sup>178</sup> F. McCann, Op. Cit., p. 197.

<sup>179</sup> G. Moura. *Estados Unidos e América Latina. As Relações Políticas no Século XX. Xerifes e Cowboys – um povo eleito e o continente selvagem*. São Paulo, Editora Contexto, 1991, pp. 30-31.

que os dois países empreendiam pelo exercício do poder hegemônico no cone sul do continente.

Para os fins do nosso trabalho, pouco importa, nesse momento, se o que motivava os tomadores de decisão norte-americanos era um real temor a uma possível investida alemã ou o interesse em consolidar sua área de segurança e poder. Faz-se mister ressaltar, e isso é o mais relevante na conjuntura, que a pressão exercida sobre o governo brasileiro com o claro objetivo de permitir aos norte-americanos a construção e uso de bases aeronavais no nordeste do Brasil, além de poder se constituir num instrumento para afastar qualquer influência maior do Eixo no país, particularmente de suas companhias aéreas que operavam vôos em solo nacional<sup>180</sup>, teve o condão de fazer desse discurso favorável à defesa hemisférica um poderoso aglutinador de opiniões.

Não é possível precisar uma data, mas o fato é que, paulatinamente, a importância estratégica do saliente nordestino brasileiro foi se modificando de uma natureza basicamente defensiva para uma eminentemente ofensiva. Provavelmente isto deve ter ocorrido após o chamado “período negro” (junho de 1940 – julho de 1941), quando os britânicos estavam solitários na luta contra a coalizão ítalo-germânica que detinha o domínio de quase todo o continente europeu até às fronteiras soviéticas. Lutando pela própria sobrevivência, os ingleses não podiam ainda contar com uma satisfatória ajuda material por parte dos Estados Unidos, já que este país dava os primeiros passos para o seu rearmamento, tendo como principal mercado as suas próprias forças armadas. Depois da ofensiva alemã contra a URSS, em 22 de junho de 1941, e o fracasso desta em obter uma vitória rápida, a frente oriental passou a ser, como de resto permaneceria sendo até o final do conflito, o destino da maior parte dos recursos de guerra germânicos, tanto em material bélico como em pessoal. Ao mesmo tempo, ocorria um relativo desenvolvimento da indústria bélica norte-americana, o que permitia ao país prestar substancial auxílio àqueles que lutavam contra as forças do Eixo. Desta forma, o segundo semestre de 1941 pode ser apontado como o momento desta inversão de propósitos quanto à natureza estratégica do nordeste do Brasil.

A partir desse momento, não era mais Natal que ficava próxima da África ocidental, mas, pelo contrário, era a África Ocidental que estava perto de Natal. Partindo do nordeste brasileiro, podia-se despachar por via aérea toda uma gama de material bélico, principalmente aviões, para as forças inglesas que combatiam na África

---

<sup>180</sup> Eram a Lufthansa (alemã), Lati (italiana) e as brasileiras Condor, Varig e Vasp, que tinham controle alemão e fortes vínculos com a Lufthansa. F. McCann, Op. Cit., p.177.

do norte, assim como para os soviéticos. A necessidade urgente de apetrechos militares fazia com que seu despacho por via marítima fosse proibitivo. O que pudesse chegar por meios próprios, como aeronaves com autonomia suficiente para cruzar o Atlântico Sul, devia ser feito. Essas operações apresentavam um duplo ganho. Além das aeronaves atingirem o seu destino muito mais rapidamente do que se elas cruzassem o oceano embarcadas (em certos casos, o tempo de entrega caía de três meses para dez dias)<sup>181</sup>, poupava-se espaço considerável nos navios mercantes aliados, os quais já sofriam perdas substanciais ante a ofensiva submarina do Eixo<sup>182</sup>. Mais de 25 mil aviões passaram por bases no Brasil antes de chegar ao seu destino na África, Europa e Extremo Oriente<sup>183</sup>. Não foi à toa que Natal acabou adquirindo o epíteto de “trampolim para a vitória”. Indubitavelmente, a utilização de bases no nordeste do Brasil por parte dos Estados Unidos teve destacada importância no vitorioso desenrolar da guerra para os Aliados.

Após verificarmos a real importância estratégica brasileira num sistema internacional mergulhado numa guerra total, retornemos a junho de 1940, analisando o cenário existente e as alternativas concretas para o governo brasileiro barganhar o alinhamento definitivo do país ao bloco de poder norte-americano, algo que estruturalmente era quase que inexorável para o Brasil.

A Conferência de Havana, agendada para o mês de outubro, foi antecipada para julho, o que evidenciava a preocupação dos Estados Unidos em banir de toda forma a influência alemã do hemisfério ocidental, assim consolidando seu sistema de poder sobre a região. A Conferência de Havana (julho de 1940) permitiu um novo avanço dos EUA. Dando um passo além da neutralidade formal, obteve a decisão de que qualquer tentativa de um Estado não-americano contra a integridade ou inviolabilidade do território, soberania ou independência política de um Estado americano, seria considerada ato de agressão contra todos os Estados americanos. A essa altura, a Alemanha já ocupava França e Holanda, o que criava um perigo potencial no que se refere às Guianas. Por isso, a Conferência previu também o estabelecimento de uma “administração provisória” em todas as possessões européias na América cujo controle passasse de um país europeu para outro<sup>184</sup>.

---

<sup>181</sup> M.C. Desch, Op. Cit., p. 77.

<sup>182</sup> No que se refere à ofensiva dos *U-Boots* alemães, ver R. Belot Op. Cit., pp. 161-166 e 273-276.

<sup>183</sup> M.C. Desch, Op. Cit., p. 80.

<sup>184</sup> G. Moura. *Autonomia na Dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1981, pp. 138-139.

Robert Humphreys observa com muita acuidade que enquanto a Reunião do Panamá realizou-se sob a égide da neutralidade, a Conferência de Havana teve como tema principal a defesa<sup>185</sup>. Dentro da região, o Brasil tinha posição de destaque na preocupação defensiva norte-americana. Aqui subsiste uma questão nevrálgica, para a qual já fizemos referência e que certamente voltaremos a discutir: quanto mais nítida e avultada a necessidade dos EUA em trazer o Brasil para um alinhamento político e militar, maiores as chances dos *policy makers* brasileiros de conseguirem barganhar ganhos substanciais para o país. Tais barganhas, entretanto, tinham prazo de validade para implementação. Um erro no aproveitamento do princípio da oportunidade, ou a intolerância em alguma posição por parte do governo brasileiro, poderia levar ao aumento das pressões norte-americanas e até a uma solução de força, tendo em vista a importância do Brasil na defesa e projeção de poder dos Estados Unidos em direção às principais frentes da guerra mundial na Europa<sup>186</sup>. Obviamente que um desfecho dessa ordem não levaria vantagens ao governo brasileiro.

Para os que menosprezam a hipótese de uma ação militar norte-americana no Brasil, devemos lembrar que existem várias remissões, em livros dos mais variados autores, acerca de projetos militares norte-americanos, muitos dos quais não foram apenas meros exercícios de Estado-Maior, mas ordens presidenciais no sentido de se viabilizar o desembarque e ocupação de amplas porções do território brasileiro, com destaque, pelas próprias razões já expostas, para a região nordeste do país<sup>187</sup>. Aqueles que põem em dúvida a possibilidade de uma ação dessa ordem por parte dos Estados Unidos, isto é, a agressão à neutralidade de um país periférico, argumentando que há uma distância abissal entre planejar e executar o planejado, devem se lembrar que a primeira ação militar norte-americana de vulto contra alemães e italianos foi a Operação *Torch*, a invasão e ocupação do Marrocos e da Argélia em novembro de 1942. Estas nações encontravam-se sob a administração do governo de Vichy, que mantinha posição

---

<sup>185</sup> R.A. Humphreys Op. Cit., p. 70.

<sup>186</sup> Ver às pp. 80-81 deste trabalho.

<sup>187</sup> O projeto da Operação *Pot of Gold*, datado de maio de 1940, previa o lançamento de uma força-tarefa composta por 100 mil homens em vários pontos do litoral brasileiro, de Belém ao Rio de Janeiro, e foi pedido pelo próprio presidente Roosevelt para a contingência de um avanço alemão na costa atlântica francesa vir a terminar nos litorais brasileiros. R.A. Humphreys Op. Cit., p. 139. Já os planos *Rainbow IV* e *Rainbow V*, este último concebido entre outubro e dezembro de 1941, não tinham objetivos tão defensivos, já que previam a ocupação maciça do nordeste brasileiro num momento em que a região já servia de passagem para aeronaves e outros equipamentos militares norte-americanos em direção ao Velho Mundo, mas o governo brasileiro ainda resistia em autorizar a entrada no país de pessoal militar norte-americano em número substancial. F. McCann Op. Cit., pp. 199-200.

de neutralidade formal na guerra<sup>188</sup>. Para expulsar definitivamente o Eixo do norte da África, os norte-americanos não tiveram nenhum escrúpulo em atacar e combater os franceses! Um cessar-fogo foi obtido após três dias de intensos combates, principalmente no Marrocos, por intermédio do almirante Darlan, comandante das forças armadas de Vichy e que, por acaso, estava em Argel e, tanto por prudência como por entender que o conflito estava sofrendo uma reviravolta inexorável em favor dos aliados, aceitou render-se. Como compensação, Darlan foi reconhecido, por ingleses e norte-americanos, como politicamente responsável por estas colônias. De outra maneira, a batalha teria se prolongado por semanas, o que fatalmente comprometeria o curso das operações na região<sup>189</sup>. Toda a África ocidental francesa, que incluía o estratégico porto de Dacar, uniu-se a Darlan em 23 de novembro<sup>190</sup>, acabando de uma vez por todas com qualquer ameaça do Eixo, mesmo que imaginária, existente contra as Américas, e especificamente contra o Brasil.

Para tornar o Atlântico Sul absolutamente livre de qualquer perigo, e simultaneamente expulsar o Eixo do norte da África, cercado pela retaguarda as forças ítalo-germânicas que se retiravam da Líbia combatendo o 8º Exército britânico, os Estados Unidos não se preocuparam em atacar forças tecnicamente neutras. Por que, no que se refere ao Brasil, as suas ações seriam necessariamente diferentes? Se o governo brasileiro enveredasse por um curso de ação excessivamente pouco cooperativo, não era pouco provável, na verdade era presumível, que um ataque e ocupação de parte do território nacional se efetivassem face à já descrita importância estratégica do país. Possivelmente levaria até a uma mudança de governo, no mesmo padrão do ocorrido nas colônias francesas da África.

Por sua vez, quanto mais se aproximava de uma aliança com os Estados Unidos, menor era o naipe de opções para o governo brasileiro, e cada vez mais gradual e

---

<sup>188</sup> A condição de neutralidade, para os vários países que no decorrer da guerra tomaram tal posição, não significava, de nenhuma maneira, imparcialidade absoluta frente aos Estados beligerantes. Ainda assim, a qualificação de colaboracionista dada ao governo de Vichy é plenamente justificada, mormente após a ocupação alemã da “zona livre” existente no país, em novembro de 1942, quando o governo tornou-se explicitamente um regime fantoche. Até então (de junho de 1940 a novembro de 1942), apesar da presença de muitos simpatizantes da causa do Eixo, Vichy manteve o controle sobre suas colônias e sobre a frota de guerra francesa de uma forma relativamente soberana. O governo era reconhecido como o legítimo representante do Estado francês por um grande número de países, aí se incluindo os EUA e a URSS. J. Lukacs, *Op. Cit.*, pp. 391-393. Quando, em novembro de 1942, concomitantemente à invasão aliada do Marrocos e da Argélia, os alemães invadiram a parte até então não-ocupada do país (Operação Átila), os marinheiros franceses em Toulon afundaram seus navios aí docados, impedindo que eles fossem capturados e utilizados pelos invasores. R. Belot, *Op. Cit.*, pp. 194-198.

<sup>189</sup> R. Belot, *Op. Cit.*, pp. 205-211.

<sup>190</sup> *Idem*, p. 211.

inexorável o enredamento na guerra que, a cada dia, ampliava o seu espectro geográfico. Por essa razão havia um *timing* adequado para as demandas, pois no momento em que esse alinhamento se consubstanciava, não haveria retorno. Efetivamente o governo Vargas agiu de conformidade com essa premissa, buscando maximizar ganhos para o país, propondo suas demandas antes de tomar atitudes que elevassem por demais o alinhamento pretendido pelo governo norte-americano, mas ao mesmo tempo sem demonstrar estar arredo ou antagônico. Em contrapartida, a administração Roosevelt tinha todo o interesse em procurar atender as demandas apresentadas, desde que estivessem capacitados a fazê-lo, agindo assim sob a égide da política de Boa Vizinhaça e do Pan-americanismo, plataformas idealistas que camuflavam de maneira altamente sofisticada os interesses reais de longo prazo do Estado norte-americano.

As duas grandes propostas requeridas pelo governo brasileiro, o compromisso para a instalação de uma planta siderúrgica pesada no país, projeto-chave para a política econômica da administração Vargas, e o fornecimento de material bélico moderno às forças armadas brasileiras, demanda do oficialato brasileiro, serão atendidas na medida do possível, de acordo com a capacidade material norte-americana de momento.

Desde 1939 que autoridades brasileiras mantinham conversações com o governo dos Estados Unidos e empresários locais no sentido de obter financiamentos e parcerias para a construção de uma usina siderúrgica no Brasil. A questão, para o governo norte-americano, era de natureza eminentemente econômico-empresarial, e devia, na medida do possível, ser solucionada apenas por meio de recursos provindos da iniciativa privada.

Com o avanço das formulações técnicas e operacionais do projeto siderúrgico brasileiro, a ação do governo passou a centrar-se nas negociações externas em busca de financiamento. Novamente, a estratégia era utilizar o poder de barganha que o sistema internacional favorecia. Os Estados Unidos e a Alemanha seriam os pólos centrais da ofensiva brasileira.

Em relação aos Estados Unidos, as primeiras negociações mais concretas deram-se com a firma United States Steel (U.S.Steel), como resultado do esforço pessoal de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores. Esses contatos estabeleceram-se paralelamente aos mantidos com o Export and Import Bank (EXIMBANK), que acenava ao governo brasileiro com um empréstimo de cerca de 50 milhões de dólares. Aranha comunicou ao banco a preferência pelos capitais norte-americanos, contudo,

caso estes não se interessassem pelo projeto siderúrgico brasileiro, o país seria obrigado a voltar-se para os alemães.

Em abril de 1939, Macedo Soares foi encarregado de dar prosseguimento às conversas mantidas pelo chanceler brasileiro. Durante todo o mês de maio, em negociações com a United States Products Co., subsidiária da U.S.Steel, o representante brasileiro procurou convencer a firma norte-americana da capacidade do mercado nacional de abrigar uma grande usina, pois o sul do país já havia atingido um consumo de produtos siderúrgicos que se aproximava ao da Itália e superava o de diversos países europeus. Assim, a intenção era a construção de uma usina com capacidade de 300.000 toneladas de produtos laminados.

A correspondência de Macedo Soares demonstrava um certo pessimismo. A posição brasileira era de estabelecer uma usina nacional com a participação da United Steel, sendo o capital externo investido na forma de empréstimo. Tal proposta parecia não ter agradado aos negociadores norte-americanos e o representante brasileiro temia que a U.S.Steel pretendesse controlar sozinha a empresa a ser criada. A desconfiança de Macedo Soares contrastava com o entusiasmo de Oswaldo Aranha, para quem o capital, a administração e o conhecimento técnico dos norte-americanos concorreriam para que o Brasil realizasse o ideal da grande siderúrgica. Vargas concordava com a possível adesão da U.S.Steel, mas mantinha a política de negociação em duas frentes<sup>191</sup>.

Em 1940, a U.S.Steel resolveu sair do negócio, argumentando que os riscos envolvidos não compensavam o investimento e o possível lucro a se obter<sup>192</sup>. A partir daí, o deslinde desse caso dar-se-á por exclusivo intermédio da burocracia dos governos de ambos os países. A maior demonstração da importância que Getúlio Vargas emprestava ao projeto siderúrgico foi o seu discurso a bordo do encouraçado Minas Gerais, proferido a 11 de junho de 1940, um dia após Roosevelt acusar Mussolini de atingir com uma “facada nas costas” a vizinha França, declarando-lhe guerra quando esta já estava praticamente derrotada. Vale a pena transcrever aqui a fala do presidente brasileiro, que teve repercussão mundial para, a seguir, efetuar alguns comentários que entendemos pertinentes:

---

<sup>191</sup> A. Avelar, “Retomando um Debate: a política externa do primeiro governo Vargas e a construção de um Projeto Nacional”. In: *Dimensões – Revista de História da UFES*. Vitória, CCHN Publicações, 2002, n° 14, pp. 395-396.

<sup>192</sup> Os riscos a que a empresa norte-americana fazia alusão eram pertinentes, primordialmente, a uma possível nacionalização da siderúrgica pelo governo brasileiro em futuro próximo. Importa salientar que, à época, tais acontecimentos eram relativamente frequentes nos países da América Latina. Idem, pp. 396-397.

“Senhores: A significação do 11 de junho é bem maior que a de uma vitória naval. Evoca o feito máximo da nossa esquadra, como símbolo do poderio nacional nas águas e da dedicação dos marinheiros brasileiros à grandeza e à glória da Pátria. As razões que nos levaram àquele extraordinário lance passaram; já não existem antagonismos no continente: estamos unidos por vínculos de estreita solidariedade a todos os países americanos, em torno de ideais e aspirações e no interesse comum de nossa defesa. O que ficou, perene, imortal, foi o lema de Barroso – o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever.

A frase heróica, transformada em divisa da Marinha de Guerra, nunca foi mais viva do que nos dias atuais. Estou certo de que nenhum brasileiro vacilará diante desse imperativo e todos, como a guarnição disciplinada de uma grande nave, conservarão os postos que lhes foram determinados, vigilantes e serenos.

Atravessamos, nós, a Humanidade inteira transpõe, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores. Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social e política, e sentimos que os velhos sistemas e formas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma nova era. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo de suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis.

A economia equilibrada não comporta mais o monopólio do conforto e dos benefícios da civilização por classes privilegiadas. A própria riqueza já não é, apenas, o provento de capitais sem energia criadora que os movimenta; é trabalho construtor, erguendo monumentos imperecíveis, transformando os homens e as coisas, agigantando os objetivos da Humanidade, embora com sacrifício do indivíduo. Por isso mesmo, o Estado deve assumir a obrigação de organizar as forças produtoras, para dar ao povo tudo quanto seja necessário ao seu engrandecimento como coletividade. Não o poderia fazer, entretanto, com o objetivo de garantir os lucros pessoais exagerados ou limitados a grupos cuja prosperidade se baseia na exploração da maioria. Os seus direitos merecem ser respeitados, desde que se mantenham em limites razoáveis e justos.

A incompreensão dessas formas de convivência, a inadaptação às situações novas, acarretam aos pessimistas, cassandras agourentas de todos os tempos, o desânimo infundado que os leva a prognósticos sombrios e vaticínios derrotistas. Dificuldades relativas aparecem-lhes com o aspecto tenebroso das crises irremediáveis; a perda temporária de mercados toma fisionomia de catástrofe.

A consideração serena dos acontecimentos conduz a interpretação diferente. Se há mercados fechados à venda dos nossos produtos em consequência da guerra, em compensação, para eles não se canalizam economias nossas em troca dos artigos que nos forneciam. O que resulta, em última análise, é o aumento da produção mineral, procurando o país bastar-se a si mesmo, ao menos enquanto persistirem os empecilhos atuais ao comércio exterior. O Governo age, não somente com o propósito de desenvolver as trocas internas, mas, também, negociando convênios com as nações credoras, no sentido de pagar em utilidades o serviço as nossas dívidas, reduzindo-as na base dos valores em bolsa. Estamos criando indústrias, ativando a exploração de matérias-primas, a fim de exportá-las transformadas em produtos industriais. Para acelerar o ritmo dessas realizações, é necessário algum sacrifício de comodidades, a disposição viril de poupar para edificar uma nação forte. No período que atravessamos, só os povos endurecidos na luta e enrijados no sacrifício são capazes de afrontar tormentas e vencê-las.

A ordenação política não se faz, agora, à sombra do vago humanitarismo retórico que pretendia anular as fronteiras e criar uma sociedade internacional sem peculiaridades nem atritos, unida e fraterna, gozando a paz como um bem natural e não como uma conquista de cada dia. Em vez desse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos bens da Terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos

liberalismos imprevidentes, das demagogias estereis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordens. A democracia política substitui a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas. Não há mais lugar para regimes fundados em privilégios e distinções; subsistem, somente, os que incorporam toda a Nação nos mesmos deveres e oferecem, equitativamente, justiça social e oportunidades na luta pela vida.

A disciplina política tem que ser baseada na justiça social, amparando o trabalho e o trabalhador, para que este não se considere um valor negativo, um paria à margem da vida pública, hostil ou indiferente à sociedade em que vive. Só assim se poderá constituir um núcleo coeso, capaz de resistir aos agentes da desordem e aos fermentos da desagregação.

É preciso que o proletário participe de todas as atividades públicas, como elemento indispensável de colaboração social. A ordem criada pelas circunstâncias novas que dirigem as nações é incompatível com o individualismo, pelo menos, quando este colida com o interesse coletivo. Ela não admite direitos que se sobreponham aos deveres para com a Pátria.

Felizmente, no Brasil, criamos um regime adequado às nossas necessidades sem imitar outros nem filiar-se a qualquer das correntes doutrinárias e ideológicas existentes. É o regime da ordem e da paz brasileiras, de acordo com a índole e a tradição de nosso povo, capaz de impulsionar mais rapidamente o progresso geral e de garantir a segurança de todos.

Pugnando pela expansão e fortalecimento da economia geral, como instrumento de grandeza da Pátria, e não como objetivo individual; contando com a boa vontade e o espírito de sacrifício de todos os brasileiros, atingiremos mais depressa o nível de preparação técnica e cultural que nos garanta a utilização das riquezas potenciais do território em benefício da defesa comum.

Na comemoração de tão gloriosa data, vejo a melhor oportunidade para apontar aos brasileiros o caminho que devemos seguir e seguiremos vigorosamente.

O aparelhamento completo das nossas forças armadas é uma necessidade que a nação inteira compreende e aplaude. Nenhum sacrifício será excessivo para tão alta e patriótica finalidade. O empenho dos militares corre de par com a vontade do povo. E o labor atual da Marinha, depois de uma fase de tristeza e estagnação, é o melhor exemplo do que pode a vontade, do que realiza a fé no próprio destino, quando animada pelo calor de um sadio patriotismo. Firme na sua disciplina, fortalecida pela esperança de melhores dias, a Marinha brasileira, fiel ao cumprimento do dever, renova-se e ressurgue pelo trabalho que dignifica os homens e as corporações. O ruído de suas oficinas, onde se forjam os instrumentos da nossa defesa – navios que sulcam rios e oceanos, ou aviões que sobrevoam o litoral – enche de contentamento os espíritos votados ao amor da Pátria. Às pequenas unidades já construídas sucederão outras, maiores e mais numerosas, e os monitores e caça-minas de hoje terão irmãos mais fortes nos torpedeiros e cruzadores de futuro próximo.

Sem desfalecimentos, a Marinha se transforma, e com ela se retempera o nosso entusiasmo, aumentando-nos o vigor e a coragem para trabalhar pelo Brasil”<sup>193</sup>.

Como se pode ver, o discurso começava com uma breve defesa do pan-americanismo e logo enveredava para ataques à ordem liberal, falando de velhos sistemas e fórmulas antiquadas em declínio. Diz ainda que cabia ao Estado organizar as forças produtivas e elogiava as “nações fortes que se impõem pela organização baseada no sentimento da pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade”. A interpretação da fala suscitou e ainda suscita muitas versões. Ela ocorre numa

---

<sup>193</sup> Getúlio Vargas. *A Nova Política do Brasil, Vol. VII*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1940, pp. 327 e seguintes.

conjuntura em que a arrasadora ofensiva nazista na França tornava previsível a vitória das *Wermacht*. Por outro lado, há quem afirme que o propósito de Vargas era pressionar os Estados Unidos a se definirem no sentido de apoiar a implantação no país da indústria siderúrgica, em um momento de impasse das negociações. Desse modo, não se deveria tomar ao pé da letra a retórica presidencial. Essa interpretação nos parece mais coerente com a estratégia de Vargas de aproximar-se basicamente dos americanos, mas sem deixar de jogar a carta das relações comerciais com a Alemanha, incluindo a compra de armamentos. Tanto assim, que logo após o controverso discurso foram retomadas as negociações com o governo norte-americano para a instalação de uma usina siderúrgica no Brasil. Fica, pois, bastante claro no discurso de Vargas que ele, ao mesmo tempo em que enfatizava os laços que vinculavam o Brasil aos Estados Unidos e ao Pan-americanismo, buscava também patentear que seu governo tinha como objetivos desenvolver o país através da industrialização e, concomitantemente, garantir sua soberania por meio do fortalecimento e modernização de suas forças armadas.

Não foi por coincidência que neste período Vargas se reuniu inúmeras vezes com Kurt Prüfer, embaixador alemão no Brasil. Prüfer enfatizou a vontade do governo alemão de restabelecer e expandir as relações comerciais existentes entre os dois países, tão logo a guerra chegasse a seu termo. A Alemanha dispunha-se a importar do Brasil produtos agrícolas no valor de 300 milhões de ReichMarks. Cabe lembrar que no último ano em que o comércio Brasil-Alemanha fluiu sem as restrições provocadas pela guerra, as importações alemãs não ultrapassaram o patamar dos 170 milhões de ReichMarks<sup>194</sup>. Ademais, o governo brasileiro foi informado que a empresa Krupp, fornecedora das últimas peças de artilharia entregues ao Exército, tinha interesse na construção da usina siderúrgica no Brasil. O governo alemão ressaltava, inclusive, que, voltando a ser praticado o comércio compensado, o pagamento pelos produtos brasileiros poderia se dar com o provimento de equipamentos para aciaria, o que permitiria a edificação da siderúrgica em solo brasileiro sem que, para isso, o país precisasse se endividar externamente<sup>195</sup>.

Em 16 de junho, o embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Jefferson Caffery, enviou mensagem ao Secretário de Estado afirmando que:

(...) se os alemães fornecerem os armamentos e financiarem a siderurgia, ou se eles fizerem apenas um dos dois, seria inútil para nós alimentar qualquer esperança de que poderemos manter nossa presente posição no Brasil. É igualmente inútil falar

---

<sup>194</sup> R.A.S. Seitenfus, Op. Cit., p. 56.

<sup>195</sup> A. Avelar, Op. Cit., p. 398.

sobre nossos planos econômicos ou financeiros em grande ou pequena escala se não resolvermos esses dois assuntos... Chegou o tempo em que devemos decidir se manter o Brasil fora da órbita alemã justifica que se corra estes riscos, e se eles são de fato riscos.<sup>196</sup>

As palavras do diplomata norte-americano são o demonstrativo do receio de seu governo com um possível aumento da influência alemã no Brasil. Deve-se ressaltar, todavia, que, focado nas questões brasileiras e aqui residindo, o embaixador tendia a destacar as opções políticas do governo brasileiro, exagerando-lhe a capacidade autônoma de decisão. Alguns autores afirmam que a possibilidade de efetiva concretização de um acordo Brasil-Alemanha em meados de 1940, com vistas à instalação de uma usina siderúrgica, era absolutamente nula. Argumentam acerca da impossibilidade de despacho do material necessário ao empreendimento, em função do bloqueio que a Marinha de Guerra britânica executava contra a Alemanha, o que inviabilizava um padrão mínimo de comércio marítimo entre os dois países.

Um desses autores é Marcelo de Paiva Abreu. Em sua análise da questão, temos pontos de concordância com o autor, mas também um aspecto no qual divergimos: sua afirmação acerca da impossibilidade alemã de montar uma usina siderúrgica no Brasil<sup>197</sup>. Indubitavelmente esse empreendimento era realmente impossível com a manutenção do estado de guerra naquele momento. Mas não podemos desconsiderar que a continuidade e resultados desta mesma guerra somente são percebidos num exame sobre os fatos consumados. Em junho/julho de 1940, o desenrolar do conflito conduzia muitos importantes dirigentes e tomadores de decisões a considerá-lo acabado. A própria entrada da Itália insere-se nesta perspectiva. Mussolini, ao comunicar sua decisão de imergir o país no confronto contra a França e a Grã-Bretanha, e alertado pelos comentários de seu Chefe de Estado-Maior, Marechal Badoglio, acerca do despreparo das forças armadas italianas para uma guerra de tamanha monta, afirmou cinicamente “que tudo estaria encerrado em setembro, e só era preciso alguns milhares de mortos para que ele pudesse se sentar na Conferência de Paz como um homem que lutou”<sup>198</sup>.

No seio do próprio governo britânico, a idéia de sustentar uma luta inclemente contra a Alemanha nazista não era unânime. Em 17/18 de junho, lideranças das mais importantes do Gabinete britânico, como o ex-Primeiro Ministro Neville Chamberlain e

---

<sup>196</sup> Roberto Gambini. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: Influência Americana e Alemã no Estado Novo*. São Paulo, Editora Símbolo, 1977, pp. 133-134.

<sup>197</sup> M.P. Abreu Op. Cit., pp. 91-92.

<sup>198</sup> Christopher Hibbert. *Mussolini*. Rio de Janeiro, Editora Renes, 1974, pp. 34-35.

o Ministro das Relações Exteriores Lord Halifax, sugeriam explicitamente que um acordo de paz com os alemães talvez fosse a melhor saída para a Inglaterra, desde que sob condições razoáveis<sup>199</sup>. Winston Churchill, o novo Primeiro Ministro, liderando um governo de coalizão empossado em 10 de maio, tinha o firme propósito de lutar sem quartel e não negociar sob nenhum pretexto. Por trás de sua retórica grandiloquente, havia um misto de esperança e desejo pelo apoio e, em última instância, envolvimento total dos Estados Unidos na guerra européia. Em discurso na Câmara dos Comuns, a 4 de junho, Churchill, concitando seus compatriotas a lutar, deixa isto claro, declarando que:

Mesmo se, o que nem sequer por um momento eu acredito, esta ilha ou grande parte dela for subjugada e estiver passando necessidade, nosso Império no alémar, armado e guarnecido pela Marinha de Guerra britânica, continuará a luta, até que, na hora da divina providência, o Novo Mundo, com toda a sua força e poder, dê um passo adiante para libertar e resgatar o Velho.<sup>200</sup>

Em 14 de julho, em pronunciamento transmitido pela BBC em Londres, Churchill mais uma vez lembrava à América que aquela luta não era apenas britânica:

Agora, cabe a nós ficar sozinhos diante do que se rompeu e enfrentar o pior que o poderio e a inimizade do tirano podem fazer. Posicionando-nos diante de Deus, conscientes de que servimos a um propósito revelador, estamos prontos para defender a nossa terra natal contra a invasão da qual está ameaçada. Estamos lutando sozinhos por nós mesmos, mas não estamos lutando sozinhos para nós mesmos.<sup>201</sup>

Hitler, em discurso pronunciado em Berlim a 19 de julho, vislumbrou aos dirigentes ingleses o seu desejo de pôr fim às hostilidades, desde que se estabelecesse a devolução das antigas possessões coloniais à Alemanha e a futura não-interferência britânica nas questões do continente europeu. Destacamos o seguinte trecho de sua fala:

Sofro só em pensar que a fatalidade me designou para fulminar o que esses homens destinam à destruição; pois minha intenção não era fazer a guerra, mas construir um novo Estado social da mais alta cultura. Cada ano de guerra me atrasa a execução dessa tarefa. E a razão desta frustração são pretextos ridículos que se podem classificar, quando muito, como um produto natural da política. Mr. Churchill acaba de declarar, mais uma vez, que deseja a guerra. Ele deveria, desta vez, e excepcionalmente, acreditar em mim quando, profeticamente, anuncio-lhe o que se segue: um grande Império mundial será destruído por esta guerra. Um Império que jamais esteve em minhas intenções aniquilar ou prejudicar.<sup>202</sup>

---

<sup>199</sup> John Lukacs. *O Duelo: Churchill x Hitler – 80 dias cruciais para a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002, pp. 89-90 e 95-99.

<sup>200</sup> H. Kissinger, Op. Cit., p. 387.

<sup>201</sup> W.S. Churchill, Op. Cit., p. 183.

<sup>202</sup> J. Fest, Op. Cit., p. 756.

Hitler deparou-se com uma Inglaterra muito mais coesa, com maior predisposição à resistência e infensa a celebrar a paz com o governo nazista<sup>203</sup>. Ainda assim, a ofensiva aérea desencadeada pela Alemanha contra as Ilhas Britânicas a partir de 13 de agosto, e que perduraria por mais três meses, com o intuito de quebrar a resistência inglesa em continuar a guerra, ou obter a supremacia aérea a fim de preparar o terreno para uma invasão, trouxe a real possibilidade de um fim exitoso para o Eixo na guerra da Europa<sup>204</sup>. Era, portanto, absolutamente plausível que o governo germânico se planejasse para uma condição de paz em um futuro próximo, quando certamente se poderia realizar a travessia de um calmo e pacífico oceano Atlântico, conduzindo os equipamentos necessários à implantação da siderúrgica brasileira.

Discordamos, pois, de Abreu no que se conecta aos motivos que impediam os alemães de cumprir com o prometido. Concordamos, todavia, quando afirma que não existia, por parte dos alemães, o desejo de se engajar de maneira mais efetiva para trazer o Brasil à sua órbita, o que seria imperioso na contingência de serem ampliadas as transações comerciais com o Brasil, como anunciava Prüfer, e simultaneamente ser construída a siderúrgica brasileira.

Podemos deduzir que, para a Alemanha, trazer o Brasil para a sua esfera de poder implicaria em significativo desvio de recursos humanos e materiais para a América do Sul, quando, na verdade, esses mesmos recursos eram imprescindíveis para o exercício do poder alemão nas áreas já conquistadas ou a serem conquistadas futuramente na África e na Eurásia. Além do mais, projetar-se em direção ao hemisfério ocidental com tais propósitos certamente incidiria no aumento de um antagonismo já existente com os Estados Unidos, que viam a América Latina como sua área natural de influência geo-estratégica. Um choque militar com os EUA era tudo o que Hitler queria evitar, pelo menos naquele momento<sup>205</sup>.

No que se refere à expansão alemã pela África, há documentos históricos que comprovam esta pretensão. Projetos elaborados pela alta cúpula do governo nazista, propugnando o estabelecimento de uma nova ordem decorrente de uma paz vitoriosa em

---

<sup>203</sup> Idem, p. 757.

<sup>204</sup> A luta entre aeronaves de combate alemãs e britânicas nos céus ingleses ficou conhecida como “Batalha da Inglaterra”. A Operação para a invasão alemã das ilhas britânicas foi denominada “Leão Marinho”. Somente em 17 de setembro, Hitler, pessoalmente, ordenou o adiamento da invasão por prazo indeterminado, em razão da incapacidade alemã em conquistar a superioridade aérea na região. Ainda assim, o bombardeio aéreo às cidades inglesas, principalmente Londres, continuaria de forma maciça por mais dois meses. Adolf Galland. *Os Primeiros e Últimos Ases dos Messerschmitt*. São Paulo, Editora Flamboyant, 1964, pp. 65 e seguintes.

<sup>205</sup> Ver o capítulo I deste trabalho, p. 68.

meados de 1940 nos fornecem seguros indícios disso. Tencionava-se constituir um vasto império colonial alemão na África, compreendendo as antigas colônias alemãs da África ocidental (Togo e Camarões), da África oriental (atual Tanzânia), uma série de colônias britânicas (Nigéria, Uganda e parte do Quênia), francesas (Daomei e toda a África ocidental francesa) e possivelmente portuguesas (a parte norte de Angola e Moçambique), além do Congo belga, o que conformaria um vasto território colonial contíguo, banhado pelos oceanos Atlântico e Índico<sup>206</sup>. Um império colonial desta magnitude, localizado na região tropical, fatalmente teria destacada importância no abastecimento de matérias-primas tropicais ao *Reich*, o que alijaria o Brasil de sua condição de parceiro comercial da Alemanha. Evidentemente que todos esses projetos foram adiados indefinidamente quando se tornou clara a intenção da Grã-Bretanha de continuar na luta.

Se enfocarmos a questão em termos estritamente militares, veremos que os alemães nunca engendraram sequer um plano que contemplasse um avanço contra qualquer área do hemisfério ocidental, neste ou em qualquer outro período. O projeto militar que teve uma meta estratégica mais ao ocidente foi a “Operação Félix”. Este plano foi concebido em novembro de 1940 e previa a tomada de Gibraltar a partir de território espanhol, cujas fronteiras seriam franqueadas para a passagem das tropas alemãs. Estava esquematizada, ainda, a ocupação das ilhas de Cabo Verde, Açores e das Canárias espanholas, com a utilização de tropas aerotransportadas (isso não se aplicava às ilhas espanholas porque seu governo estaria colaborando na operação). O objetivo central desta manobra era fechar o acesso ao Mediterrâneo pelo Atlântico, e com isso, dificultando o abastecimento inglês de matérias-primas que vinham de suas colônias orientais via Canal de Suez, controlando o próprio Mediterrâneo, o norte da África e a área do canal, estrangular a Grã-Bretanha, quebrando-lhe a resistência. Além disso, no que tange ao controle do arquipélago dos Açores, abria-se a possibilidade, segundo vagos comentários de Hitler, de se ter uma base que viabilizasse possíveis bombardeios de longo alcance num possível conflito futuro com os Estados Unidos<sup>207</sup>.

De qualquer forma, “Félix” não saiu da prancheta. Em dezembro de 1940, a ineficiência militar italiana, tanto na campanha da Grécia como na do norte da África,

---

<sup>206</sup> Estas visões foram compartilhadas por Hitler com o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas alemãs (OKW), Marechal Wilhelm Keitel, com o futuro Ministro das Colônias, Ritter von Epp, e o representante do OKW para questões coloniais, Coronel Werner von Geldern-Crispendorff, em conferências realizadas em 13 de julho de 1940. Gerhard L. Weinberg. *A World at Arms: A Global History of World War II*. New York, Cambridge University Press, 1994, pp. 172 e 981.

<sup>207</sup> J. Fest, Op. Cit., pp. 759 e seguintes.

tornou imprescindível a rápida mobilização de tropas alemãs para conter os britânicos, que exploravam com sucesso a fraqueza das tropas de Mussolini. A ampla supremacia da Marinha Britânica no Mediterrâneo fazia desta operação um empreendimento de alto risco. Foi também no mês de dezembro que Hitler tomou uma decisão definitiva quanto ao ataque à URSS, estabelecendo a ofensiva para a primavera/verão do ano seguinte, fato que implicava em maciça remoção de tropas e equipamentos para os Bálcãs e para a Europa Oriental. Um fator de menor importância foi, também, a recusa espanhola em envolver-se no conflito naquele momento, o que obrigaria os alemães a invadirem a Espanha se a tomada de Gibraltar se fizesse crucial. A operação foi adiada para o outono de 1941 quando, dentro das previsões de Hitler, a campanha contra a URSS teria terminado. Mas, para decepção dos nazistas, os russos resistiram ferozmente, e por volta de outubro/novembro de 1941, tornara-se evidente que a guerra na Rússia nada teria de parecido com as rápidas e vitoriosas campanhas até então encetadas. A frente oriental sugaria a maior parte de homens e armas da máquina militar alemã e, ao fim e ao cabo, após quatro anos de combates sangrentos e desgastantes em escala jamais vista até então, selaria a fragorosa derrota do Eixo na Europa. Isso importa dizer que mesmo a “Operação Félix” passava a estar irremediavelmente cancelada. Assim, em razão do que foi explanado, qualquer possibilidade de uma ofensiva alemã dirigida à América do Sul perde o sentido.

Podemos afirmar, portanto, que a Alemanha não tinha interesses de longo termo, nem na América Latina como um todo, nem no Brasil especificamente. As conversações de Prüfer com o presidente Vargas eram uma manobra tática, cujos objetivos eram a manutenção da neutralidade brasileira pelo maior prazo possível, e o desvio da atenção dos EUA para as questões do hemisfério ocidental, dessa forma deixando de lado o que se passava na Europa.

A questão siderúrgica será deveras resolvida com rapidez e presteza. Em agosto de 1940 uma delegação brasileira foi recebida em New York para tratar do assunto. Em 25 de setembro concluiu-se um acordo para auxílio técnico e financeiro do governo norte-americano ao Brasil, relacionado à construção da siderúrgica. Um empréstimo inicial de US \$ 20 milhões, através do EXIMBANK, foi colocado à disposição do governo brasileiro para a compra, nos Estados Unidos, de material de aciaria. Posteriormente, este crédito inicial foi elevado para US \$ 45 milhões. A assessoria técnica para a construção das instalações seria prestada por empresas

privadas norte-americanas<sup>208</sup>. No decorrer da guerra, a usina foi sendo construída no interior do estado do Rio de Janeiro, na cidade de Volta Redonda, e em 1946 estava concluída para entrar em operação.

Não resta dúvida que o receio da influência germânica no Brasil teve sua contribuição para causar uma solução breve da questão siderúrgica por parte dos norte-americanos. Por isso mesmo entendemos que as negociações com os alemães, antes de tudo, tiveram o fito de mostrar aos norte-americanos o quanto o projeto siderúrgico era caro ao governo brasileiro. Os Estados Unidos, trilhando as premissas da Boa Vizinhança e da solidariedade pan-americana (que já enfatizamos como doutrinas que travestiam os seus interesses de longo prazo), acederam neste importante avanço material do governo brasileiro, mas em troca, obtiveram, de forma tranqüila e pacífica, o alinhamento brasileiro ao seu bloco de poder hegemônico.

O outro grande pleito brasileiro, o re-aparelhamento de suas forças armadas, se arrastará para data bem posterior, em grande parte por causa da real incapacidade material dos Estados Unidos para atender a esta demanda. O mais importante para os norte-americanos, imprescindível mesmo, era a conclusão do alinhamento brasileiro. Isto porque, como já foi exaustivamente explicitado, a importância estratégica do Brasil era essencial à defesa, não só dos Estados Unidos, mas também do hemisfério ocidental como um todo. A partir de meados de 1941 esta relevância se avulta porque, além da importância defensiva, o nordeste brasileiro passa a ser um trampolim para a projeção do poder norte-americano em direção ao Velho Continente. Isto posto, implantar uma usina siderúrgica em território brasileiro e transformar o Brasil na maior potência militar da América do Sul era um preço muito pequeno. Em meados de 1940, no entanto, os Estados Unidos não possuíam a capacidade necessária, nem material e nem política, para, de forma eficaz, suprir de material bélico qualquer nação amiga. Como já mencionamos anteriormente, o processo de rearmamento nacional estava ainda engatinhando e o principal mercado das armas produzidas nos EUA eram as suas próprias forças armadas<sup>209</sup>. Em termos estritamente técnicos, o país ainda era neutro, e o sentimento isolacionista na sociedade norte-americana era também muito arraigado.

---

<sup>208</sup> A. Avelar, Op. Cit., pp. 398-399.

<sup>209</sup> Em maio de 1940, o exército norte-americano tinha equipado cinco divisões, perfazendo um total de 80 mil combatentes. Nesse mesmo momento, o exército alemão invadia a Europa ocidental com 140 divisões, força que compreendia mais de 2 milhões de homens. A força aérea do Exército dos EUA possuía 160 caças e pouco mais de 50 bombardeiros. Isto correspondia, de acordo com a taxa aliada de perdas, a equipamento aéreo para cerca de uma semana de combate na campanha da França. Robert

A primeira atitude que se pode considerar de quebra da neutralidade ocorreu em setembro de 1940, quando o presidente Roosevelt aceitou ceder 50 velhos *destroyers* aos ingleses, que tinham carência deste tipo de belonave, para proteger seus comboios comerciais dos ataques de submarinos alemães. A contrapartida inglesa foi o arrendamento aos Estados Unidos de várias bases militares nas Américas e no Caribe<sup>210</sup>. É importante ressaltar que a ajuda norte-americana aos britânicos no período mais turbulento da Batalha da Inglaterra não foi nem um pouco excepcional. A própria troca dos *destroyers* por bases foi domesticamente justificada como uma medida que visava à defesa dos Estados Unidos, e não como um auxílio aos britânicos em guerra. Se o governo norte-americano não reunia condições materiais para prestar a devida assistência aos ingleses, envolvidos numa luta de vida ou morte contra o Eixo, como poderia armar um Estado latino-americano que, por mais importante que fosse, não podia ser comparado em termos estratégicos com uma Inglaterra soberana e militarmente atuante, que mantinha sob pressão as forças combatentes inimigas na Europa e arredores (Norte e Chifre da África, e Oriente Médio)?

A partir do acordo envolvendo os navios e as bases feito entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, o governo norte-americano irá, paulatina e inexoravelmente, abandonar sua posição de neutralidade, rumando para uma inserção cada vez mais ativa na guerra. A posição a ser adotada desse momento em diante é a de não-beligerância, que significa um não-envolvimento no conflito com forças militares próprias, mas implica em apoio explícito a uma das partes combatentes, incluindo-se aí o suprimento de armas, víveres e outros equipamentos pertinentes ao esforço de guerra<sup>211</sup>. Em agosto de 1940, os Estados Unidos haviam formalizado com o Canadá, país beligerante, uma Comissão de Defesa Conjunta, visando à defesa do continente norte-americano. Em abril de 1941, Roosevelt estendeu os limites do hemisfério ocidental até 25° de longitude leste, incluindo a Groenlândia sob sua proteção, através de um acordo feito com o embaixador dinamarquês nos Estados Unidos. Em julho, soldados norte-

---

Dallek. *Franklin D. Roosevelt and American Foreign Policy, 1932-1945*. New York, Oxford University Press, 1981, pp. 221-222.

<sup>210</sup> Estas bases se localizavam nas Bahamas, Jamaica, Santa Lúcia, Trinidad, Antígua e Guiana Inglesa. Os Estados Unidos foram autorizados a utilizar também, as bases britânicas na Terra Nova e Bermudas. R.A. Humphreys, Op. Cit., pp. 76-77.

<sup>211</sup> O conceito de não-beligerância, de fulcro muito mais político do que jurídico, foi criado e usado pela primeira vez por Benito Mussolini, para caracterizar a posição italiana frente à guerra instaurada na Europa em 1939. Ainda que se mantivesse temporariamente nos “bastidores”, a Itália não se furtaria em apoiar e dar toda a ajuda possível ao seu aliado alemão. Celso Duvivier de Albuquerque Mello. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro, Renovar, 1992, vol. II, p. 1259.

americanos substituíram tropas inglesas na Islândia, e em agosto, o presidente Roosevelt e o primeiro ministro britânico Winston Churchill firmaram uma declaração de intenções, a chamada Carta do Atlântico, na qual os dois chefes de governo explicitavam os fundamentos políticos e jurídicos que norteariam as relações internacionais após o fim da guerra<sup>212</sup>. Assim se declaravam:

Declaração conjunta do Presidente dos Estados Unidos da América e do Primeiro Ministro, Sr. Churchill, representando o Governo de Sua Majestade do Reino Unido, os quais, tendo-se reunido, julgaram conveniente tornar conhecidos certos princípios comuns da política nacional dos seus respectivos países, nos quais se baseiam as suas esperanças de conseguir um porvir mais auspicioso para o mundo.

Primeiro – Os seus respectivos países não procuram nenhum engrandecimento, nem territorial nem de outra natureza;

Segundo – Não desejam que se realizem modificações territoriais que não estejam de acordo com os desejos livremente expressos pelos povos atingidos;

Terceiro – Respeitam o direito que assiste a todos os povos de escolher a forma de governo sob a qual querem viver; e desejam que se restituam os direitos soberanos e a independência aos povos que deles foram despojados pela força;

Quarto – Com o devido respeito às suas obrigações já existentes se empenharão para que todos os Estados, grandes ou pequenos, vitoriosos ou vencidos, tenham acesso em igualdade de condições ao comércio e às matérias-primas do mundo de que precisem para a sua prosperidade econômica;

Quinto – Desejam promover, no campo da economia, a mais ampla colaboração entre todas as nações com o fim de conseguir, para todos, melhores condições de trabalho, prosperidade econômica e segurança social;

Sexto – Depois da destruição completa da tirania nazista, esperam que se estabeleça uma paz que proporcione a todas as nações os meios de viver em segurança dentro de suas próprias fronteiras, e aos homens em todas as terras a garantia de existências livres de temor e de privação;

Sétimo – Essa paz deverá permitir a todos os homens cruzar livremente os mares e oceanos;

Oitavo – Acreditam que todas as nações do mundo, por motivos realistas assim como espirituais, deverão abandonar todo o emprego da força. Em razão de ser impossível qualquer paz futura permanente, enquanto nações que ameaçam de agressão fora de suas fronteiras – ou podem ameaçar – dispuserem de armamentos de terra, mar e ar, acreditam que é imprescindível que se desarmem tais nações, até que se estabeleça um sistema mais amplo e duradouro de segurança geral. Eles igualmente prestarão todo auxílio e apoio a medidas práticas, tendentes a aliviar o peso esmagador dos armamentos sobre povos pacíficos.<sup>213</sup>

A Carta do Atlântico, no fim, revelou-se um instrumento incalculavelmente mais poderoso do que as autoridades do governo inglês imaginaram, ao sugeri-la. Nunca pensaram em fazer dela um documento formal de Estado; para eles, era pouco mais que um panfleto de publicidade. Roosevelt – que a encarou muito mais seriamente – foi compelido para essa interpretação, ao insistir em que não se tratava de maneira alguma de um Tratado; se o fosse, teria de ser submetido à aprovação do Senado e ele não correria esse risco. Em conseqüência, o documento nunca foi transcrito em

---

<sup>212</sup>R.A. Humphreys, Op. Cit., pp. 76-79.

<sup>213</sup>Ministério das Relações Exteriores, Arquivo do Itamarati no Rio de Janeiro. *Relatório – 1941*. Imprensa Nacional, pp. 124-125.

pergaminho, assinado e selado com fita e tudo o mais. Foi apenas mimeografado e distribuído. Apesar disso, teve um efeito universal e histórico.

A medida objetiva mais importante, no entanto, dera-se em 8 de março de 1941, com a aprovação, pelo Congresso dos EUA, da Lei de Empréstimos e Arrendamentos (o *Lend Lease Act*). Ainda em dezembro de 1940, com as notícias de que a Grã-Bretanha não possuía mais condições para financiar o seu próprio esforço de guerra, principalmente no que se referia à aquisição de apetrechos militares do exterior, já o presidente Roosevelt comentara com Harry Hopkins ter a solução para o problema. Não haveria empréstimos financeiros. Em seu lugar, os Estados Unidos dotariam os ingleses com as armas e equipamentos que necessitassem, sob a condição de, ao final da guerra, eles devolverem o material com o qual haviam sido equipados<sup>214</sup>. Por intermédio deste dispositivo jurídico, o presidente dos Estados Unidos podia, discricionariamente, vender, arrendar, emprestar ou trocar armas ou outros equipamentos com qualquer país “cuja defesa o Presidente julgasse vital para a defesa dos Estados Unidos”<sup>215</sup>. Na prática, isso importava no fim de todo e qualquer óbice legal ao auxílio material às forças militares que combatiam o Eixo, isto é, aos britânicos e, após a deflagração de Barbarossa, também aos soviéticos. Os Estados Unidos, através do *Lend-Lease*, tornavam-se, de fato, o que muitos chamariam de “o arsenal da democracia”<sup>216</sup>.

Mas a aprovação da Lei de Empréstimos e Arrendamentos não foi fácil. Segundo Robert Sherwood, que trabalhou com Roosevelt escrevendo seus discursos, havia uma forte rejeição em certos setores da sociedade norte-americana, principalmente entre os isolacionistas e em alguns redutos Republicanos.

Embora o debate sobre a lei do *Lend-Lease* provocasse dois meses de considerável agitação, e distintos cidadãos, como o reitor da Universidade de Chicago, Robert M. Hutchins, anunciasse que com sua aprovação ‘o povo americano estava cometendo suicídio’ – não houve objeções mais sérias ao princípio básico de prestar-se auxílio à Inglaterra, à Grécia ou à China. O ponto nevrálgico era o dispositivo de que a lei poderia ser aplicada ‘a qualquer país cuja defesa o presidente julgasse vital para a segurança dos Estados Unidos’. Esse dispositivo conferia ao presidente toda a responsabilidade pela decisão, isto é, ele poderia (como realmente fez) estender a ajuda até mesmo à União Soviética. Era o que os isolacionistas mais temiam; mesmo os que, embora com má vontade, admitiam a Inglaterra como alvo de um gesto de caridade, ficaram horrorizados ante a idéia de que os contribuintes americanos tivessem de pagar os suprimentos do Exército Vermelho. Houve uma acesa discussão a respeito desse dispositivo e alguns dos amigos mais tímidos de Roosevelt o aconselharam a ceder na parte que excluía a

---

<sup>214</sup> R.E. Sherwood, Op. Cit. p. 91.

<sup>215</sup> H. Kissinger, Op. Cit., p. 388.

<sup>216</sup> Hélio Silva. *1942 – A Guerra no Continente – O Ciclo Vargas – Vol. XII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, p. 332.

União Soviética, mas o presidente manteve-se irredutível nesse ponto, por lhe parecer possível, e mesmo provável, que a Rússia fosse atacada pela Alemanha, pelo Japão ou por ambos, quando necessitaria desesperadamente do auxílio americano. Os líderes do governo no Senado, entre os quais era James F. Byrnes o estrategista mais vigoroso e mais astuto, travaram a batalha seguindo a linha do presidente; na noite de sábado, 8 de março, a lei foi finalmente aprovada na câmara alta por 60 votos contra 31. Foi uma vitória histórica para Roosevelt. Churchill a denominou “o terceiro climatério” da Segunda Guerra Mundial (sendo os dois primeiros a queda da França e a Batalha da Inglaterra, o quarto o ataque à Rússia e o quinto, Pearl Harbor). Quando o resultado da votação foi transmitido do Capitólio para a Casa Branca, Hopkins imediatamente pediu uma ligação telefônica para Chequers. Pela diferença de fuso horário, já era muito tarde, mesmo para as noites de Churchill. Hopkins falou com um dos secretários e este informou que o primeiro-ministro estava dormindo, perguntando se deveria acordá-lo. Hopkins respondeu que não – que lhe dessem de manhã o resultado no Senado. Quando acordou, Churchill imediatamente telegrafou a Hopkins: ‘A tensão aqui tem sido muito séria e agradeço a Deus pela sua notícia’<sup>217</sup>.

É importante ressaltar que os impedimentos legais ao fornecimento de armas para os seus aliados foram sobrestados exatamente no momento em que, para os norte-americanos, tornou-se materialmente possível enviar armas para o exterior em quantidades significativas. O país que mais tardiamente iniciou seu processo de rearmamento começava agora, no primeiro semestre de 1941, a apresentar os primeiros frutos desta mobilização. Transformando todo o seu poderio industrial para a realidade concreta da guerra, aprestou-se para produzir munições, caminhões, carros de combate, aeronaves de guerra e toda uma gama de armas leves e equipamento de campanha. Os Estados Unidos, como se pode constatar, fariam cumprir as palavras premonitórias de Churchill, que em certa ocasião comparou o país a um gigantesco *boiler* no qual “uma vez acesa a chama do piloto, não existem limites para o poder que ele pode gerar”<sup>218</sup>.

O controle de bases aeronavais no nordeste brasileiro passava agora, mais do que nunca, a ser crucial para os norte-americanos. Era através de Natal que seria entregue larga quantidade de equipamento militar, sobretudo aeronaves, às forças combatentes britânicas e soviéticas. Era, igualmente, a partir das bases do nordeste brasileiro, que os norte-americanos patrulhariam e protegeriam o tráfego marítimo no Atlântico Sul. Desde o final de 1940 que o Departamento de Estado, em conjunto com os setores militares norte-americanos, estava se preparando para esta contingência. Havia um acordo confidencial com a empresa *Pan American* para a construção de uma ampla cadeia de bases aéreas na América Latina e no Caribe, para futura utilização “pelas aeronaves do Exército, Marinha, Corpo de Fuzileiros Navais e Guarda Costeira dos Estados Unidos, na medida em que autorizadas pelos respectivos países em que tais

---

<sup>217</sup> R.E. Sherwood, Op. Cit., pp. 284-285.

<sup>218</sup> Idem, p. 372.

aeroportos forem localizados...»<sup>219</sup>. No total, foram construídos e aparelhados 55 campos de pouso, através de duas rotas que convergiam para o mesmo ponto. Uma cortava a América Central, Colômbia e Venezuela; a outra passava pelas ilhas caribenhas (e aqui vale ressaltar a extrema utilidade das bases britânicas arrendadas na região) e Guianas. O ponto de convergência de ambas eram os aeródromos construídos no norte e nordeste do Brasil, especialmente o mais oriental de todos, a base aérea de Parnamirim, nas cercanias da cidade de Natal<sup>220</sup>.

No Brasil, apesar de o trabalho de construção de aeroportos e bases aéreas pela *PanAm* já vir sendo feito desde finais de 1940, foi apenas em junho de 1941 que se promulgou o decreto presidencial autorizando tais instalações. Já desde maio os norte-americanos começavam a atravessar aeronaves partindo de bases do nordeste brasileiro. Elas voavam para Bathurst, no Gâmbia britânico, daí seguindo pela rota “Takoradi” até o Cairo, no Egito, para armar as forças britânicas que se batiam contra o *Afrika Korps*<sup>221</sup> do general Erwin Rommel, no norte da África. Como atesta McCann:

(...) seis meses antes de Pearl Harbor e quatorze meses antes de o Brasil entrar na guerra, os aeroportos da ADP (Programa de Desenvolvimento de Aeroportos) eram parte do sistema de abastecimento dos Aliados. Até o final da guerra, literalmente milhares de aeronaves os utilizariam, especialmente os de Belém e Natal.<sup>222</sup>

Devemos reparar, portanto, que malgrado o governo Vargas ainda impedisse a entrada maciça de militares norte-americanos no país, na quantidade e condições pretendidas pelo governo dos Estados Unidos, ele lhes concedera autorização para construir, aparelhar e utilizarem bases aéreas no norte e nordeste do Brasil, suprindo, alhures, o esforço de guerra britânico e soviético. Cedendo a pressões externas, o governo brasileiro procurava, simultaneamente, procrastinar a decisão que permitiria o virtual controle do norte/nordeste do país por forças militares estrangeiras,

---

<sup>219</sup> Contrato do Departamento de Guerra-Pan American Aviation para instalações latino-americanas, 02/11/1940, apud F. McCann, Op. Cit., p. 182.

<sup>220</sup> F. McCann, Op. Cit., p. 181.

<sup>221</sup> *Afrika Korps* ou *Panzerarmee Afrika* foram as denominações que recebeu a força expedicionária alemã que incursionou no norte da África em auxílio às tropas italianas que já ali se batiam e vinham sendo metodicamente derrotadas pelos britânicos, comandados pelo general Auchinleck, e depois pelo general Wavell. A força alemã, sob a liderança do jovem general de blindados Erwin Rommel, mesmo com efetivo e equipamento em menor número, conseguiu, graças ao gênio militar de seu comandante, brilhantes vitórias na região, forçando, inclusive à troca do comando inglês. O general Bernard Law Montgomery, à frente do 8º Exército britânico, irá derrotar as forças do Eixo na batalha de El Alamein, empurrando-as de volta à Líbia. Para maiores conhecimentos acerca da campanha da África, ver Paul Carell. *Afrika Korps*. São Paulo, Editora Flamboyant, 1964. Erwin Rommel. *Memórias de Rommel*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1966. Bernard Law Montgomery. *As Memórias do Marechal Montgomery*. São Paulo, Record, 1969 e, acerca do final da campanha George S. Patton Jr. *A Guerra que Eu Vi*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1979.

<sup>222</sup> F. McCann, Op. Cit., pp. 191-192.

até que as demandas brasileiras por equipamentos e armas para as suas forças armadas fossem atendidas. Restava apenas esta barreira para que o Brasil consolidasse, definitivamente, o seu alinhamento ao bloco de poder norte-americano.

### 3.3 – A Consolidação do Alinhamento Brasileiro

A 7 de dezembro de 1941, forças aeronavais da Marinha Imperial japonesa atacaram, de surpresa, a base norte-americana de Pearl Harbor, Havaí, antes mesmo da entrega pelo embaixador japonês, Sr. Nomura, de uma declaração formal de guerra. Não é aqui importante discutir as causas e condicionantes que levaram o Japão à guerra; importa, sim, investigar os efeitos deste ato no conflito europeu e no cada vez mais antagônico relacionamento Alemanha-EUA, sendo o principal deles a declaração formal de guerra feita pelos alemães, a 11 de dezembro, quatro dias depois do ataque. Este ato livrou o Presidente Roosevelt de um grande problema doméstico: o de estender o estado de beligerância existente com os japoneses ao Eixo europeu. Como destaca o historiador militar John Keegan, o ataque japonês poderia resultar, consoante o tremendo ultraje público causado, no deslocamento e concentração do esforço de guerra norte-americano no Pacífico e Extremo Oriente asiático<sup>223</sup>. Isto era tudo o que o governo dos Estados Unidos mais temia. Como Roosevelt explicitou algumas vezes, a Alemanha era o principal perigo, e devia, por isso, ser o primeiro oponente a ser combatido e derrotado. A derrota alemã poderia significar o fim japonês, mas o contrário certamente não era verdadeiro<sup>224</sup>.

Vale a pena, portanto, procurar entender os motivos subjacentes à declaração de guerra alemã. Sob um enfoque estritamente legalista, a Alemanha (e a Itália também) apenas honrou o compromisso assumido no Pacto Tripartido, negociado e acordado pelos governos dos três países em 27 de setembro de 1940. Conforme disposto em seu Artigo 3º, “Japão, Alemanha e Itália (...) assistiriam uns aos outros através de todos os meios políticos, econômicos e militares, no caso de uma das partes contratantes ser atacada por uma potência não-envolvida atualmente na guerra européia ou no conflito sino-japonês”<sup>225</sup>. Uma cláusula especial do Pacto declarava expressamente a sua

---

<sup>223</sup> John Keegan. *The Battle for History: Re-Fighting the World War II*. New York, Vintage Books, 1996, p. 18.

<sup>224</sup> Henry Kissinger, Op. Cit., pp. 392, 403-404.

<sup>225</sup> Robert A. Divine. *The Reluctant Belligerent: American Entry into World War II*. New York, John Wiley&Sons, 1979, pp. 238-239.

inaplicabilidade em relação à URSS, signatária, naquele momento, de um pacto de não-agressão com os alemães. Isto deixava claro contra quem este acordo se direcionava: os Estados Unidos.

Ribbentrop, Ministro do Exterior alemão, imediatamente esclareceu ao *Führer* que a Alemanha não estava obrigada a declarar guerra, já que a assistência alemã só seria imperativa no caso de os japoneses serem objeto de um ataque, o que não havia acontecido<sup>226</sup>. Hitler, de qualquer forma, não era a espécie de liderança política que se sentia obrigada por tratados (basta lembrar o próprio ataque alemão à URSS, em junho do mesmo ano, sob total vigência do acordo de não-agressão assinado por alemães e soviéticos em agosto de 1939). O cumprimento destes dependia e subordinava-se sempre à sua visão dos interesses nacionais alemães do momento. Uma guerra contra os Estados Unidos sempre parecera ao líder alemão provável e mesmo “natural”. Em duas ocasiões distintas ele comentou sobre um possível conflito entre a Europa, governada pelos alemães, e os EUA. Isso era visto, entretanto, como algo bem distante, “possivelmente após minha morte”, como uma vez externou o próprio Hitler<sup>227</sup>.

É importante aqui que façamos algumas considerações acerca do pensamento político hitlerista. Ele guarda, em alguns aspectos, certa semelhança com a visão que Hans Morgenthau teria, alguns anos depois, acerca da política internacional<sup>228</sup>. A política seria essencialmente a área de domínio das relações de poder. A diferença entre política interna e internacional seria meramente de grau: “a política internacional, como toda política, resume-se à luta pelo poder”<sup>229</sup>. Em ambas, grupos competem pela supremacia política medindo forças, sendo que na esfera da política interna haveria uma maior institucionalização da disputa e das relações políticas para se evitar, ou pelo menos minimizar, o uso da violência aberta, enquanto que na esfera internacional esta limitação é inexistente. Morgenthau via no equilíbrio de poder a garantia da estabilidade do sistema e da preservação de todos os seus principais atores, e por isso mesmo ele deveria ser almejado por políticos e estadistas. Diversamente, Hitler menoscabava qualquer administração partilhada de poder, tanto interna como internacionalmente. Assim como o regime democrático alemão fora substituído por um regime cada vez

---

<sup>226</sup> John Toland. *Hitler*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1978, p. 845.

<sup>227</sup> LUKACS, John. *A Última Guerra Européia: setembro de 1939-dezembro de 1941*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 185.

<sup>228</sup> Hans Morgenthau é um dos autores clássicos da escola de pensamento realista na Teoria das Relações Internacionais. Para ele, a política seria disciplina apartada da ética ou da economia, tendo como objeto primordial de estudo as relações de poder. Hans J. Morgenthau. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York, Alfred A. Knopf, 1973, capítulo I.

<sup>229</sup> Hans J. Morgenthau, Op. Cit., p. 27.

mais totalitário e centralizador<sup>230</sup>, o equilíbrio de poder entre as potências europeias, e possivelmente também o mundial, deveria dar lugar a um tipo de império universal, conquistado pela nação mais forte e de maior valor. Era a concepção social darwinista, cara a Hitler e aos nazistas, que defendia a idéia de que a vida é uma luta incessante entre indivíduos, raças e nações, e só os mais aptos, os mais fortes e os mais preparados devem subsistir e liderar. Da mesma forma que o pequenino Partido Nacional Socialista Alemão lutou até obter o total controle do Estado germânico, a Alemanha deveria lutar pela supremacia internacional que redundasse num único e hierárquico sistema imperial, a ser gerenciado a partir de Berlim. Em última análise, seria o fim do próprio sistema internacional vigente até aquele momento, pelo menos a partir das posições externadas por Waltz, já que o princípio ordenador do sistema seria modificado, de anárquico para hierárquico, transformando a característica fundamental que distingue, para este autor, a política interna da política internacional<sup>231</sup>.

A bem da verdade, apenas a guisa de observação, Hitler não era o único a pensar nestes moldes. Mesmo não chegando aos extremos de sua aparente megalomania nem de seu sectarismo, o pensamento europeu da época era marcado por idéias deste jaez. De Gaulle, por exemplo, afirmava em 1935 que “no duro trabalho que deve rejuvenescer a França, o seu exército servir-lhe-á de recurso e de fermento, porque a espada é o eixo do mundo e a grandeza não se divide”<sup>232</sup> (Grifo nosso).

É evidente que idéias e acontecimentos de tal amplitude não podem, de modo algum, ser explicados pela ambição de um só homem. Eles só se tornaram possíveis porque este homem, Hitler, era o ponto de encontro de múltiplas emoções, angústias, ressentimentos e interesses, e porque energias poderosas da época o impulsionavam. E também porque Hitler conseguiu (o que outros na Europa não puderam ou não tiveram condições de fazer) imprimir rumo aos acontecimentos, tirando partido da vantagem de não ter idéias preconcebidas e de subordinar tudo, princípios, adversários, companheiros de aliança, países, idéias, a seus objetivos desmedidos. Havia no cenário europeu da época um gigantesco potencial de agressividade desordenada, de angústia, de anseio, de dedicação e de egoísmo, mas faltava uma personalidade autoritária para despertar tais energias, concentrá-las e delas se servir. E foi a Hitler que coube a tarefa histórica de ocupar esta lacuna.

---

<sup>230</sup> A esse respeito, ver o Capítulo I, p. 42, deste trabalho.

<sup>231</sup> K. Waltz, Op. Cit., especialmente os capítulos 5 e 6.

<sup>232</sup> C. de Gaulle, Op. Cit., p. 19.

Mas mesmo uma personalidade tida como megalômana como a de Hitler, tinha que aceitar as barreiras materiais para a concretização de tão ciclópica empresa. O real objetivo de sua administração era o de conquistar e consolidar o domínio alemão sobre toda a Europa, o que incluía a Rússia e o coração do continente eurasiático. O conflito EUA x Europa, natural num mundo em que as relações de poder e desconfiança entre os Estados soberanos era a regra, seria um problema a ser resolvido por seus sucessores. Os Estados Unidos, entretanto, não estavam se portando conforme o programado por Berlim. Sua interferência no conflito europeu era cada vez mais notável. Conforme já afirmamos há algumas linhas, toda a ajuda material, naquele momento, estava sendo enviada aos britânicos e, depois de julho, também aos soviéticos, através do *Lend-Lease*. Já no primeiro semestre de 1941, a ocupação da Islândia por tropas norte-americanas e a decisão de estender as patrulhas aeronavais do país até o meridiano próximo à cidade de Reykjavik, indicavam que haveria, num futuro bem próximo, embates com a Marinha de Guerra alemã, cujos submarinos atuavam naquelas águas. Em outubro, incidentes envolvendo *destroyers* dos Estados Unidos e submarinos alemães<sup>233</sup>, levaram o presidente Roosevelt a autorizar, explicitamente, os navios da armada americana a dispararem, ao primeiro contato visual, contra embarcações militares italianas ou alemãs que estivessem dentro das áreas de patrulha norte-americanas. Ademais, a força naval dos Estados Unidos escoltaria todo comboio inglês que estivesse indo ou vindo do continente americano, desde a Islândia ou até ela, poupando, assim, as extenuadas tripulações das embarcações de escolta da Marinha Real Britânica. Na prática, os Estados Unidos já se encontravam, pelo menos no mar, em guerra contra a Alemanha e a Itália<sup>234</sup>.

A partir dessas circunstâncias, uma avalanche de pedidos de oficiais da *Kriegsmarine*, principalmente de Karl Dönitz (comandante da *U-flot*), caiu sobre o Estado-Maior da armada alemã e sobre o OKW, para que a guerra submarina se estendesse até as costas e navios norte-americanos. Diferente do ocorrido na Primeira Guerra Mundial, a guerra submarina contra os Aliados teve sua importância, mas não foi causa determinante para a concretização da guerra entre alemães e norte-americanos. O conflito com os Estados Unidos, na verdade, fugiu completamente do planejamento

---

<sup>233</sup> Hitler havia dado ordens para que se evitassem incidentes com os Estados Unidos, mas também afirmou ao *Grossadmiral* Raeder que não puniria um comandante de submarino que atacasse por engano uma embarcação norte-americana. Em outubro, o *destroyer* “Kearney” foi avariado por um torpedo alemão, e o “Reuben James” afundado. Para maiores informações, ver R. Belot, Op. Cit., pp. 161-166.

<sup>234</sup> Idem, p. 176.

alemão. Por causa da postura cada vez mais beligerante dos Estados Unidos, o ataque japonês pareceu, na oportunidade, o momento adequado para a declaração de guerra alemã. Os japoneses, possuidores de uma poderosa esquadra de combate, que incluía porta-aviões e encouraçados de 65 mil toneladas (os maiores do mundo), poderiam, segundo o pensamento dos estrategistas navais alemães, desviar o grosso das forças aeronavais norte-americanas para o Pacífico e lá as reteriam por um bom tempo<sup>235</sup>. Evidente que faltava, nos cálculos alemães, o impacto da maior economia do mundo com um esforço de guerra, agora formalizada. A produção bélica norte-americana mais do que quadruplicou de 1941 para 1942. Em 1944, sozinhos, os Estados Unidos responderiam por 40% de toda a produção mundial de armas<sup>236</sup>. Milhões de cidadãos norte-americanos foram treinados e incorporados nas forças armadas e, a partir do final de 1942, far-se-iam cada vez mais presentes nos campos de batalha da África do norte, Itália e França.

É interessante observar que, na busca da legitimidade internacional, a nota entregue por Ribbentrop ao Encarregado de Negócios dos Estados Unidos em Berlim, Leland Morris, punha a declaração de guerra do país como uma consequência final das inúmeras e freqüentes violações de neutralidade perpetradas pelo governo norte-americano:

(...) Conquanto a Alemanha, de sua parte sempre tivesse observado estritamente as disposições das leis internacionais em suas relações com os Estados Unidos durante toda a presente guerra, o governo dos Estados Unidos acabou entregando-se francamente a atos bélicos contra a Alemanha, criando, portanto, virtualmente, um estado de guerra.

O governo do *Reich* rompe, portanto, todas as relações diplomáticas com os Estados Unidos e declara que, dadas as circunstâncias criadas pelo presidente Roosevelt, a Alemanha também se considera em guerra com os Estados Unidos, a partir de hoje.<sup>237</sup>

O que importava era o fato de os Estados Unidos, a partir daí, se encontrarem francamente em guerra, com os reflexos deste fato se projetando, de forma impactante, por toda a América Latina e, obviamente, pelo Brasil, cujo caso nos interessa mais de perto.

Pouco antes do Natal de 1941, o primeiro-ministro britânico Winston Churchill visitou Washington para conferenciar com Roosevelt e passar as festas natalinas na Casa Branca. Aparentemente era uma visita de solidariedade, dias após o ataque japonês e a entrada dos Estados Unidos na guerra. Na verdade, eles se encontraram para fazer

---

<sup>235</sup> Erich Raeder. *My Life*. Londres, Penguin Books, 1957, pp. 473-474.

<sup>236</sup> A.S. Milward, Op. Cit., p. 67.

<sup>237</sup> Extraído de W.L. Shirer, Op. Cit., Vol. 3, pp. 418-419.

mais uma declaração conjunta. Era a Declaração das Nações Unidas, realizada na forma abaixo:

“Declaração Conjunta feita pelos Estados Unidos da América, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, China, Austrália, Bélgica, Canadá, Costa Rica, Cuba, Tchecoslováquia, República Dominicana, Salvador, Grécia, Guatemala, Haiti, Honduras, Índia, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Polônia, União Sul-Africana, Iugoslávia.

Tendo aprovado um programa comum que encerra os propósitos e princípios incorporados na Declaração Conjunta do Presidente dos Estados Unidos da América e do Primeiro Ministro do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, **datada de 14 de agosto de 1941**, e conhecida por **Carta do Atlântico**, e convencidos de que, para defender a vida, a liberdade, a independência, e a liberdade de culto, e para preservar os direitos humanos e a justiça nos seus respectivos países bem como em outros, é essencial a vitória completa sobre seus inimigos, e convencidos de que se acham empenhados numa luta comum contra forças selvagens e brutais que procuram subjugar o mundo, os Governos Signatários da Presente DECLARAM:

- 1) Que cada governo se compromete a empregar todos os seus recursos, militares ou econômicos, contra os membros do Tríplice Pacto e seus aderentes com os quais esteja em guerra.
- 2) Que cada governo se compromete a cooperar com os Governos signatários da presente e não firmar com os inimigos armistício ou paz separados.

Outras nações, que, na luta em prol da vitória sobre o hitlerismo, já estão prestando, ou poderão prestar colaboração ou assistência material, poderão aderir à presente declaração.

Washington, 1º de janeiro de 1942.”<sup>238</sup>

Na verdade, a Declaração das Nações Unidas é um desdobramento da Carta do Atlântico. As 26 nações signatárias, claramente lideradas pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha, articulistas do documento, assumiram um compromisso pela formação de um grande grupo de aliados. Foi nesse ponto que a Alemanha, a Itália e o Japão fracassaram tão flagrantemente, apesar de seus louvores à solidariedade dos Estados fascistas; conseguiram formar o Eixo, mas não souberam operar juntos e nem puderam manter-se unidos, como aconteceria com a coalizão aliada até a vitória final. Ressalte-se, nesse aspecto, o firme propósito de não se firmar paz em separado, o que iria levar, mais adiante, à rejeição de qualquer fim da guerra que não fosse pela rendição incondicional dos países do Eixo.

Os líderes militares norte-americanos queriam que todas as repúblicas hemisféricas externassem o seu apoio e solidariedade por meio de uma declaração conjunta de guerra ao Eixo. O Departamento de Estado, na figura de seu subsecretário Sumner Welles, de forma mais realista entendia que bastaria o rompimento de relações

---

<sup>238</sup> A 10 de abril de 1943, o embaixador do Brasil, Carlos Martins, assinaria a referida carta em nome do Brasil. Ministério das Relações Exteriores, Arquivo do Itamarati no Rio de Janeiro. *Relatórios. 1943*. Imprensa Nacional, p. 185.

diplomáticas para demonstrar tal atitude<sup>239</sup>. O governo dos Estados Unidos desejava dos países do continente apoio e solidariedade política, direitos de exclusividade na aquisição de matérias-primas estratégicas e, principalmente, liberdade para utilizar bases militares em determinados países latino-americanos (no Brasil por excelência), grande parte delas construídas pelos próprios norte-americanos, com o duplo objetivo de patrulhar e guarnecer o Atlântico Sul e entregar material bélico (principalmente aeronaves) para os aliados da Europa. O rompimento de relações diplomáticas atendia, à saciedade, estas três metas. A declaração de guerra é um ato político de maior gravidade, de comprometimento mais amplo, que obriga a um engajamento objetivo e direto na guerra, para quem a declara. O governo norte-americano nunca pretendia este posicionamento de nenhum país latino-americano. Muito pelo contrário, considerando a distância da região em relação às frentes de batalha e, principalmente, a tremenda fragilidade das forças armadas destes países para fazerem face a uma guerra moderna em que a capacidade de produção industrial é uma condição fundamental, o mais conveniente seria manterem-se afastados do confronto direto, garantindo a ordem interna e o apoio à causa aliada.

Na vicissitude do ataque sofrido pelos Estados Unidos, o governo brasileiro, apesar dos protestos de solidariedade aos norte-americanos feitos pelo presidente Vargas em seu discurso de fim de ano, aguardava a III Reunião de Chanceleres, a ser realizada no Rio de Janeiro, de 15 a 28 de janeiro de 1942, para tomar uma posição definitiva face à entrada na guerra daquele país. A conferência havia sido automaticamente convocada, já que, conforme ficara disposto em Havana, uma reunião entre todas as repúblicas americanas seria imediatamente convocada para uma tomada de decisão conjunta, no caso de algum dos países serem atacados por algum Estado de fora do hemisfério<sup>240</sup>.

O fornecimento de armas norte-americanas ao exército brasileiro, malgrado negociações, continuava pendente, e as autoridades políticas no Brasil relutavam em dar o que era, na verdade, o último e derradeiro passo em direção ao alinhamento definitivo com os norte-americanos e, conseqüentemente, também em direção ao envolvimento do país na guerra mundial que se desenrolava. O apoio diplomático brasileiro aos norte-americanos em todas as Conferências Pan-americanas havia sido destacado. Em 1941, vários acordos foram assinados entre os dois países visando o fornecimento, aos Estados

---

<sup>239</sup> R.A. Humphreys, Op. Cit., p.168.

<sup>240</sup> Idem, p. 165.

Unidos, de uma grande gama de produtos estratégicos, como berilo, cromita, ferro-níquel, diamantes industriais, minério de manganês, mica, cristal de quartzo, rutilio e zircônio, ao mesmo tempo em que o acesso a eles era negado aos países do Eixo<sup>241</sup>. Grande quantidade de aeronaves militares norte-americanas transitava nos aeroportos de Belém e Natal, atravessando o Atlântico Sul por intermédio destas bases, para serem entregues aos ingleses e russos que lutavam contra as forças armadas do Eixo. No entanto, a entrada maciça de militares estrangeiros em território nacional ainda estava vedada.

As únicas armas que os EUA haviam entregue até aquele momento ao governo brasileiro eram, curiosamente, alemãs. As encomendas, pagas pelo Brasil através do comércio compensado antes do início da guerra na Europa, estavam tendo dificuldades de chegar ao país, devido à irredutibilidade britânica em permitir que armas alemãs furassem seu bloqueio naval. Graças à prestimosa ajuda diplomática norte-americana, a artilharia Krupp pôde chegar ao Brasil, através de uma operação triangular, onde as armas, paradas em Portugal, dirigiram-se de navio aos Estados Unidos para, daí, serem remetidas ao seu comprador e proprietário de direito, o governo brasileiro<sup>242</sup>. Antes mesmo do início da Reunião, Roosevelt, em carta pessoal a Vargas, assegurou-lhe o pronto envio do equipamento militar tantas vezes demandado. Em face disto, o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo pode ser visto como um evento quase certo.

Havia, no entanto, posições discordantes de outras lideranças latino-americanas. O chanceler Enrique Ruiz-Guiñazu, da Argentina, convidara para uma reunião prévia, em Buenos Aires, os chanceleres da Bolívia, Paraguai, Uruguai e Chile, com o propósito de formar um bloco que se opusesse, de maneira articulada, aos objetivos dos Estados Unidos. Apesar do esforço argentino, o resultado de sua iniciativa foi decepcionante para eles. Guani, Ministro do Exterior uruguaio, recusou-se a discutir qualquer alteração na política externa de seu país: o Uruguai já se decidira pelo rompimento imediato de relações com os países do Eixo. Os ministros do Paraguai e da Bolívia negaram-se, peremptoriamente, a assumir qualquer compromisso de igual

---

<sup>241</sup> Marcelo de Paiva Abreu. *Brazil and the World Economy. 1930-1945: Aspects of Foreign Economic Policies and International Economic Relations Under Vargas*. Tese de Doutorado, Cambridge, 1977, cópia reprográfica, p. 228.

<sup>242</sup> Estamos nos referindo à resolução dos problemas com a carga do navio *Bagé*, solucionada em meados de 1941. Anteriormente, os norte-americanos já haviam sido de grande ajuda para que os britânicos liberassem o navio *Siqueira Campos* para prosseguir sua viagem ao Brasil, portando carga de igual teor. Gerson Moura. *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, pp. 156-158.

natureza. O chanceler Rossetti, do Chile, também se recusou a aceitar imposições da Argentina. Carlos Martins, embaixador brasileiro nos Estados Unidos, telegrafou a Oswaldo Aranha, transmitindo os comentários de Washington sobre os acontecimentos em Buenos Aires:

Causou péssima impressão nos meios políticos a declaração do Ministro das Relações Exteriores da Argentina sobre a atitude que vai assumir a Delegação Argentina na Reunião do Rio de Janeiro. Os jornais, contudo, silenciam qualquer comentário, abstando-se mesmo de noticiar a respeito da reunião. Somente o telegrama de Dinoi, correspondente do *New York Times* em Buenos Aires, diz que houve discussão acalorada entre a Delegação Argentina e a Delegação Chilena, tendo o Ministro das Relações Exteriores do Chile antecipado sua partida de Buenos Aires para o Rio de Janeiro.<sup>243</sup>

De qualquer forma, mesmo falhando em seu objetivo essencial, os argentinos conseguiram criar dificuldades para a Reunião. Na abertura da Conferência no Palácio Tiradentes, Getúlio Vargas, no seu pronunciamento de boas-vindas às delegações estrangeiras, deixou clara a posição de solidariedade do governo brasileiro com relação aos interesses norte-americanos<sup>244</sup>.

Algumas das nações que compareceram à Reunião já sabiam que deveriam seguir, inevitavelmente, a liderança dos Estados Unidos e do Brasil numa ruptura de relações com o Eixo. Algumas baseavam sua relutância em participar de um rompimento multilateral com o Eixo em sua vulnerabilidade a um possível ataque. Outras no caso de uma possível vitória do Eixo, quando gostariam de provar a sua relutância e obter um melhor tratamento. Getúlio Vargas procurou intervir, pessoalmente, junto ao presidente da Argentina, no sentido de obter a sua adesão para uma decisão unânime. O presidente interino da república platina, Ramon de Castillo, deu uma entrevista na qual declarou que “a posição da Argentina é clara, franca e leal e representa, certa ou errada, a opinião pública do país”<sup>245</sup>. Colômbia, México e Venezuela já haviam rompido com o Eixo. Por isso mesmo, apresentaram em conjunto uma Resolução estabelecendo que as repúblicas americanas deveriam, unanimemente, cortar relações com as potências do Eixo. Em princípio, a Argentina pareceu aceitar, mas a 20 de janeiro o presidente argentino enviou instruções ao seu chanceler denegando a aprovação. O Chile seguiu a Argentina. Sumner Welles e Oswaldo Aranha tinham se dedicado profundamente em obter a ruptura das relações dos países

---

<sup>243</sup> Ministério das Relações Exteriores. Arquivo do Itamarati, Rio de Janeiro. Telegrama de Carlos Martins, 10/01/1942, NP 32 – Confidencial.

<sup>244</sup> Ministério das Relações Exteriores. Arquivo do Itamarati no Rio de Janeiro. *Relatórios. 1942*. Imprensa Nacional, 1942, pp. 111-113. A texto do discurso encontra-se em anexo.

<sup>245</sup> H. Silva, Op. Cit., p. 198.

americanos com o Eixo. O seu empenho maior consistia em conseguir uma declaração unânime. Mas a Argentina não cedeu, votando da seguinte maneira:

O fato já é conhecido. Todos os países da América levantaram-se, resolutamente, num amplo gesto de cooperação. Cumpre agora examinar a forma mais adequada, dentro das peculiaridades de cada país, para traduzir concretamente essa aspiração, particularmente quando se quer fortalecer e completar o anelo continental. Nenhum dos Estados da América mereceria, por conseguinte, a censura de egoísta. Contra toda limitação ou conceito restrito, sustentamos sempre uma igualdade jurídica e soberana dos Estados, temendo que a agressão ou a violência pudesse afligi-los, e então proclamamos, à face do mundo, que se deveria, unicamente, viver pela força do direito, conforme a moral e a justiça internacional. Não se trata, naturalmente, de ostentar antagonismos. Deve, porém, ficar bem patente o propósito de alcançar uma determinação superior e unânime, a fim de tornar efetivas nossa independência e soberania.<sup>246</sup>

Em termos hemisféricos, não se chegou, pois, a um consenso, o que fez a delegação norte-americana mudar sua proposta inicial de um rompimento obrigatório para uma declaração onde as 21 repúblicas americanas, conjuntamente, recomendavam o rompimento de relações com o Eixo, o que foi aprovado<sup>247</sup>. Assim ficou a Declaração Conjunta da Conferência do Rio de Janeiro:

I - As Repúblicas Americanas reafirmam sua declaração de considerar todo ato de agressão de um Estado extracontinental contra uma delas como ato de agressão contra todas, visto constituir uma ameaça imediata à liberdade e independência da América.

II – As Repúblicas Americanas reafirmam sua completa solidariedade e sua determinação de cooperar todas juntas para sua proteção recíproca até que os efeitos da presente agressão ao Continente hajam desaparecido.

III – As Repúblicas Americanas, obedecendo aos preceitos estabelecidos por suas próprias leis e de acordo com a posição e circunstância de cada um no atual conflito continental, **recomendam a ruptura** de suas relações diplomáticas com o Japão, a Alemanha e a Itália, por haver o primeiro desses Estados agredido e os outros dois declarado guerra a um país americano.

IV – As Repúblicas Americanas declaram, por último, que, antes de restabelecer as relações a que se refere o parágrafo anterior, se consultarão entre si, a fim de que sua resolução tenha caráter solidário.<sup>248</sup>

A decisão chilena devera-se menos a impulsos internos anti-EUA do que ao temor que seus governantes nutriam de ataques à sua imensa costa Pacífica por submarinos e/ou navios de guerra japoneses. De fato, em termos estratégicos, a neutralidade chilena era até benéfica aos norte-americanos. Enquanto não fosse possível à Armada dos Estados Unidos proteger o litoral chileno, como realmente não era, ficava melhor que os carregamentos de minérios, tanto do país como os da Bolívia, escoados por seus portos, continuassem dirigindo-se aos Estados Unidos sob a segura capa da

---

<sup>246</sup> Biblioteca Nacional, Setor de Periódicos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1942.

<sup>247</sup> R.A. Humphreys, Op. Cit., p. 176.

<sup>248</sup> Ministério das Relações Exteriores. Arquivo do Itamarati no Rio de Janeiro. *Relatórios – 1942*. Imprensa Nacional, 1942, p. 133.

neutralidade<sup>249</sup>. Em relação à Argentina, apesar de a questão relativa à incapacidade norte-americana em proteger as costas do país ter seu peso, a posição de neutralidade devia-se muito mais à vontade, por parte dos governantes platinos, em demonstrar a autonomia e independência do país em relação aos EUA, posicionamento este que encontrava sua melhor expressão na pessoa do Ministro das Relações Exteriores do país, Enrique Guiñazu<sup>250</sup>.

É preciso ressaltar que, estruturalmente, a Argentina tinha plenas condições de adotar esta posição de relativo desafio à hegemonia regional norte-americana, mantendo sua neutralidade naquele momento. Isto se devia a dois motivos essenciais: 1. O país era, sem dúvida, dos mais desimportantes sob um enfoque estritamente estratégico. A extremidade meridional do continente sul-americano era uma das, ou talvez a mais distante região do planeta em relação aos locais onde a luta estava sendo travada, nem encontrava-se próxima a qualquer outra área cuja posse ou uso tivesse elevado valor estratégico e militar. O litoral do país não divisava nenhum movimento comercial marítimo de maior relevo, como acontecia com a zona atlântica acima do equador ou com os mares caribenhos, a não ser o próprio comércio naval que os argentinos realizavam com seus parceiros; 2. A economia argentina, ainda que calcada no clássico modelo primário-exportador (extremamente dependente, portanto, do mundo industrializado para seu funcionamento e sobrevivência), não tinha como principal parceiro comercial os EUA, como a maior parte dos países latino-americanos, mas o Reino Unido. O país tornava-se, com isso, relativamente isento de possíveis pressões econômicas norte-americanas. Para os britânicos, empreender qualquer tipo de embargo comercial ao país durante a guerra era simplesmente loucura. Os ingleses eram dependentes da Argentina para seu consumo de carne e outras matérias-primas básicas. As relações comerciais entre os dois países continuariam fortes, independentemente da posição tomada pelos argentinos em relação aos Estados Unidos e sua política de solidariedade pan-americana. O maior e praticamente único risco que o país corria então era isolar-se no continente<sup>251</sup>.

---

<sup>249</sup> O Chile demonstrou seu apoio e solidariedade aos norte-americanos concedendo ao país, e a todas as outras nações americanas que declararam guerra, o *status* de não-beligerante. R.A. Humphreys, Op. Cit., pp. 163-164.

<sup>250</sup> Joseph S. Tulchin. *Argentina and the United States: a Conflicted Relationship*. Boston, Twayne Publishers, 1990, pp. 75-76 e 81.

<sup>251</sup> Foi o que aconteceu. A Argentina e o Panamá foram os únicos países latino-americanos a não receber ajuda militar norte-americana através do *Lend-Lease*. Deve-se destacar que as relações norte-americanas com o Panamá eram especiais, e o auxílio ao país era dado através de outros meios. R.A. Humphreys, Op. Cit., 157.

Ao governo brasileiro, restava saber se o seu alinhamento completo com os Estados Unidos seria recompensado da maneira desejada. Foi. Em fevereiro/março de 1942, Sousa Costa foi enviado aos EUA para “cobrar” o cumprimento da promessa feita por Roosevelt, de fornecimento de armas para o Brasil. Além de novos contratos comprometendo ainda mais o Brasil com o esforço de guerra norte-americano<sup>252</sup>, os EUA elevaram para US\$ 200 milhões o crédito inicial de US\$ 100 milhões abertos ao governo brasileiro em outubro de 1941, para aquisição de material bélico no país através do *Lend-Lease*. No mesmo ano seriam, finalmente, entregues os primeiros lotes de equipamentos bélicos pesados (peças de artilharia, carros de combate, aviões e navios de escolta) às três forças brasileiras<sup>253</sup>. O pagamento incidiria sobre 35% do valor das armas, e seria realizado em 6 prestações iguais, a primeira das quais a ser saldada em 1º de janeiro de 1943<sup>254</sup>. Com isto, o Brasil tornar-se-ia a maior potência militar da América do Sul<sup>255</sup>. Imediatamente após os ajustes, Vargas autorizou, com o beneplácito de toda a cúpula governamental, inclusive dos militares, um aumento substancial do pessoal militar norte-americano em território brasileiro, ao mesmo tempo em que concedia “carta branca” às aeronaves militares dos EUA para voarem sobre o espaço aéreo brasileiro<sup>256</sup>.

Até o final da guerra, o total de transferências em equipamento militar para o Brasil chegaria a US\$ 332 milhões, fazendo do país o quinto maior recipiente de recursos fornecidos pelos Estados Unidos por intermédio de *Lend-Lease*, atrás do Império Britânico (visto em conjunto), URSS, França e China<sup>257</sup>. Estes recursos, além disso, correspondiam a mais de 70% de todo o auxílio militar norte-americano fornecido aos latino-americanos no período<sup>258</sup>. O valor total do auxílio prestado através deste instrumento jurídico, que vigorou de março de 1941 até setembro de 1945, chegou a US\$ 35 bilhões e 500 milhões. A parcela destinada ao Brasil corresponde, portanto, a

---

<sup>252</sup> Foi acertado o envio, pelo Brasil, de outras matérias-primas estratégicas não tratadas em acordos anteriores, como a borracha, o cobalto e o níquel. Marcelo de Paiva Abreu, Op. Cit., pp. 228-229 e Gerson Moura, *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980, pp. 167-168.

<sup>253</sup> Os EUA emprestaram também US\$ 14 milhões para o desenvolvimento dos depósitos de minério de ferro em Itabira e para a construção da ferrovia Vitória-Minas. Frank D. McCann *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-45*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1995, pp. 215-217 e Armando Amorim Ferreira Vidigal. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1985, p. 88.

<sup>254</sup> Marcelo de Paiva Abreu, Op. Cit., p. 220.

<sup>255</sup> H. Silva, Op. Cit., pp. 419-427. A íntegra do Tratado está transcrita em anexo.

<sup>256</sup> Frank D. McCann, Op. Cit., p. 217.

<sup>257</sup> M. P. Abreu, Op. Cit., p. 220.

<sup>258</sup> Luciano Martins. *Politique et Développement Économique : Structures de Pouvoir et Système de Décisions au Brésil (1930-64)*. Tese de Doutorado, Paris, 1973, cópia reprográfica, p. 420.

menos de 1% do total<sup>259</sup>. Estes valores dão a dimensão da subsidiariedade das forças armadas de toda a América Latina em relação à guerra mundial que se travava. As armas que fizeram do Brasil a maior potência militar regional, ressaltasse, eram muito mais um “prêmio” pelo alinhamento que o país efetivou com o bloco de poder norte-americano do que uma maneira de capacitar as forças armadas brasileiras a dar sua contribuição militar contra o Eixo<sup>260</sup>. A atividade bélica no litoral brasileiro resumiu-se, no ano de 1942 e subseqüentes, à patrulha e combate anti-submarino, atividade que foi exercida preponderantemente pelas forças aeronavais norte-americanas, baseadas em solo brasileiro.

Marcelo Abreu ata, acertadamente, os tangíveis ganhos da política exterior brasileira em 1940-42 (compromisso norte-americano para financiamento e construção da siderúrgica nacional, e aparelhamento das forças armadas brasileiras, transformando o país na maior potência militar da América do Sul), primordialmente à política exterior norte-americana que, preocupada com os interesses nacionais de longo prazo do país, aceitou negociar o alinhamento brasileiro, ao mesmo tempo em que transformava a luta contra o Eixo em causa comum de todos os povos amantes da paz e da liberdade. Discordamos, entretanto, quando o autor sugere como causa principal do interesse norte-americano a vontade de fortalecer os brasileiros frente à Argentina, que adotava curso político dissonante no hemisfério<sup>261</sup>. Ele acaba por reproduzir e transplantar para os decisores norte-americanos um objetivo que era notadamente brasileiro, qual seja, suplantar o histórico rival austral em termos industriais, tecnológicos e principalmente militares, através de um relacionamento “especial” com os Estados Unidos, no qual recursos industriais e militares seriam fornecidos ao país em troca do apoio brasileiro à ascendência norte-americana sobre todas as Américas<sup>262</sup>. O Brasil, pensava-se, seria uma espécie de sócio deste condomínio, cuidando da ordem e do *status quo* territorial na América do Sul.

---

<sup>259</sup> A Índia, por exemplo, então um Vice-Reino do Império Britânico, recebeu auxílios através do *Lend-Lease* que somaram US\$ 2 bilhões. Alan S. Milward, Op. Cit., p.71

<sup>260</sup> Exceção deve ser feita aos caça-minas e contratorpedeiros fornecidos à Marinha de Guerra, que tiveram pequeno mas esforçado papel na luta anti-submarina no Atlântico Sul. Paulo de Queiroz Duarte. *Dias de Guerra no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1968, p. 155.

<sup>261</sup> Marcelo de Paiva Abreu, Op. Cit., pp. 215-216 e “Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945”. In: *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana – 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, p. 98.

<sup>262</sup> Antonio de Moraes Mesplé. “A Política Externa Brasileira Numa Era de Conflito pela Hegemonia Mundial (1935-1942)”. In: *Cadernos do IPRI*, nº 2, p. 44, 1989.

Mais do que a formação e consolidação do bloco de poder norte-americano sobre toda a América Latina, onde o Brasil detinha posição de destaque por sua natural importância regional, como salienta Gerson Moura<sup>263</sup>, o governo dos EUA necessitava do Brasil para “empreender, da melhor e mais proveitosa maneira possível, seu esforço de guerra contra o Eixo”. Abandonando paulatinamente a neutralidade no transcorrer destes anos, e imersos integralmente no conflito a partir de dezembro de 1941, os Estados Unidos tinham um objetivo imediato, que condicionava todos os futuros: “derrotar a Alemanha e o Japão, terminando de uma vez por todas com a ameaça à ordem e à paz internacional que o expansionismo e o desejo de alteração de *status quo* destes países causava”<sup>264</sup>. No caso de falha nesta empreitada, todos os planos previamente elaborados quanto ao futuro papel internacional dos Estados Unidos teriam obrigatoriamente de ser modificados ou mesmo totalmente descartados.

O Brasil detinha importantes reservas de produtos estratégicos, de grande valor para o esforço de guerra norte-americano. Os acordos assinados entre os dois países, em maio de 1941 e março de 1942, comprometiam o governo brasileiro a fornecer quantidades específicas de uma série de produtos, já citados anteriormente, por largos períodos. Mais importante era a construção de bases e utilização destas na região estratégica do norte e nordeste do país. Por intermédio destas bases, os norte-americanos prepararam-se, em primeiro lugar, para defender o seu país e todo o continente. Posteriormente, elas passaram a servir como parte da rota para a entrega de aeronaves militares às forças de combate britânicas e soviéticas, na Europa, Ásia e África. Uma vez formalmente na guerra, os EUA as utilizariam para patrulha e combate aos submarinos do Eixo no Atlântico, além de serem uma espécie de condição *sine qua non* para a projeção do poder dos EUA em direção à Europa e norte da África, como foi atestado na primeira ação militar norte-americana contra alemães e italianos, o desembarque anglo-americano no Marrocos e Argélia em novembro de 1942.

O compromisso de construção da usina siderúrgica de Volta Redonda e a extensão, para os brasileiros, das facilidades contidas no *Lend-Lease* foram, de fato, um

---

<sup>263</sup> Gerson Moura. *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980, pp. 65-67.

<sup>264</sup> O desejo de uma vitória total fica patente na decisão anglo-americana de lutar até à rendição incondicional do Eixo, que, a despeito de ter sido divulgada somente na Conferência de Casablanca (janeiro de 1943), era o objetivo do governo norte-americano desde a entrada do país no conflito. Em dezembro de 1942 Roosevelt, em conversa com o Chefe de Governo da Polônia no exílio, general Sikorski, afirmou “não ter intenção de concluir esta guerra com qualquer tipo de armistício ou tratado. A Alemanha deve render-se incondicionalmente”. Gerhard L. Weinberg. *A World At Arms: A Global History of World War II*. New York, Cambridge University Press, 1994, pp. 438-440.

pequeno desvio de recursos dos EUA. Um “prêmio” para atrelar, de forma pacífica, tranqüila e definitiva, o Brasil ao esforço de guerra norte-americano, inteiramente empenhado numa vitória total contra as forças do Eixo.

### 3.4 – O Contexto Latino-Americano

Grande parte da produção acadêmica que trata da política exterior brasileira deste período imputa ao governo Vargas um exagerado brilhantismo. Uma especial capacidade de conseguir ganhos de seus pares estrangeiros, não rivalizada por qualquer outro governo nacional, principalmente se comparado ao governo subsequente, do presidente Dutra, cuja política exterior é vista entre os estudiosos como sendo de um adesismo sem recompensas<sup>265</sup>.

Longe de negar a capacidade dos *policy makers* brasileiros da época, especialmente a do presidente Getúlio Vargas, pensamos ser necessário relativizá-la. O contexto histórico e político existente foi, na verdade, a fonte primordial desses ganhos. Havia um sistema internacional imerso em guerra total, e uma política exterior norte-americana especialmente sagaz, preocupada em formar as bases para a futura projeção de poder do país em direção aos *fronts* de combate no Velho Mundo, através da negociação com os governos dos países periféricos da América Latina, concedendo-lhes *status* político (princípio da igualdade entre os Estados soberanos) como forma de trazê-los pacificamente para seu bloco de poder. Este panorama geral era fértil para a consagração de ganhos por parte dos parceiros da América Latina subordinados aos EUA. Para constatar isso, nada melhor do que lançar mão de outros exemplos latino-americanos. Analisar o envolvimento de outros países da região no conflito, vislumbrar as semelhanças e diferenças do ocorrido com eles em relação ao acontecido com o Brasil a partir de um enfoque sistêmico, com especial relevo para suas importâncias estratégicas em relação ao esforço de guerra norte-americano, e o grau de dependência de suas economias em relação aos Estados Unidos.

O caso mexicano é paradigmático. As relações do país com os EUA sempre foram difíceis. A revolução e a guerra civil que o México atravessou durante toda a

---

<sup>265</sup> Como um exemplo desse tipo de argumento, ver Stanley Hilton. *O Brasil e as Grandes Potências (1930-1939): Os aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. Especialmente em relação à comparação entre os dois períodos, ver Gerson Moura. *Sucessos e Ilusões: Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

década de 10, e as intervenções norte-americanas no país, inclusive militares, só tornaram o relacionamento entre os dois países ainda pior. Em 1938, um fator a mais veio se somar à lista de desavenças entre México e Estados Unidos. Naquele ano, o presidente mexicano Lázaro Cárdenas, com base na Constituição Federal de 1917, nacionalizou as empresas petrolíferas estrangeiras no México, a pretexto, primordialmente, de querelas trabalhistas. A propriedade expropriada era majoritariamente de britânicos e norte-americanos, e estes rapidamente começaram a pressionar seus respectivos governos para responderem de forma condizente a tamanha ilegalidade e desrespeito aos direitos da propriedade privada.

Ao mesmo tempo, tais companhias prontamente articularam-se, objetivando fechar seus mercados consumidores ao produto mexicano. Tal boicote foi quase imediatamente efetivo, principalmente porque as empresas conseguiram vedar transporte naval para o produto, e o México não possuía uma frota mercante suficientemente grande para transportar seu petróleo até seus mercados consumidores. Tanto o governo norte-americano quanto o britânico apoiaram os interesses de suas empresas. Os Estados Unidos chegaram a impor um boicote à prata mexicana, principal produto de exportação do país. Tal medida, entretanto, só foi implementada durante três semanas, já que um boicote mais extenso poderia comprometer seriamente a economia mexicana.

Diferentemente dos britânicos, no entanto, cujo tom áspero da diplomacia levou o México a romper relações com o país, o governo norte-americano manteve-se extremamente conciliador, procurando solucionar a questão dentro dos preceitos da Política de Boa-Vizinhança e da solidariedade pan-americana, através do diálogo e dos meios pacíficos para a resolução de litígios internacionais. Existia, por parte dos EUA, o reconhecimento do direito mexicano em expropriar bens em seu território. Cobrava-se, apenas, o pagamento de uma indenização justa, o que diferenciaria uma expropriação de um confisco, termo pelo qual as companhias petrolíferas definiam o ocorrido. No cálculo desta indenização jazia todo o problema, visto que Cárdenas em nenhum momento pronunciou qualquer palavra contra este legítimo direito das companhias petrolíferas estrangeiras. O valor devido, entretanto, era para ser calculado somente sobre as construções e benfeitorias realizadas pelas empresas, visando à prospecção de petróleo. As reservas desse produto, situadas no subsolo do território mexicano, eram, de acordo com a Constituição do país, propriedade do governo. Para as companhias, o valor da indenização era muito maior. O dispositivo constitucional citado pelo governo

mexicano não se aplicava nesse caso, já que a instalação e exploração do petróleo pelas empresas havia se iniciado antes da vigência da nova Constituição e, por isso, não podia ser regulada por dispositivo legal superveniente, devido ao princípio jurídico da irretroatividade das leis. A indenização devida, portanto, devia levar em consideração também os direitos das companhias sobre os estoques de petróleo existentes em suas propriedades<sup>266</sup>. A partir de 1940, o governo dos EUA passou a imiscuir-se mais fortemente no litígio existente entre as companhias privadas norte-americanas e o governo mexicano. Propostas norte-americanas para que o litígio fosse resolvido através de arbitragem internacional foram recusadas pelos mexicanos, sob o argumento de que o assunto era de caráter estritamente doméstico<sup>267</sup>.

Gradativamente, um entendimento entre governos foi se materializando, às expensas dos interesses das companhias petrolíferas, e em novembro de 1941 chegou-se a um acordo. O Departamento de Estado deixou claro às companhias petrolíferas que se não aceitassem os termos dessa negociação, corriam o risco de nada receberem em troca<sup>268</sup>. A indenização, cujo valor e forma de pagamento foram calculados em abril de 1942, foi tremendamente benéfica para o governo mexicano. Este devia pagar às empresas petrolíferas norte-americanas US\$ 29 milhões, incluindo-se, nesse valor, US\$ 5 milhões devidos a título de juros. A guisa de comparação, pelos cálculos das empresas, as indenizações deviam ser da ordem de US\$ 260 milhões, o que incluía direitos e propriedade (as concessões foram avaliadas em US\$ 200 milhões, enquanto os restantes US\$ 60 milhões correspondiam aos investimentos realizados)<sup>269</sup>.

Como já vimos, a partir de junho de 1940 o governo norte-americano colocou em primeiríssimo lugar seus interesses defensivos e estratégicos. O país iniciava, a partir daquela data, um envolvimento na guerra cada vez maior e mais explícito, e medidas visando a consolidação do bloco de poder norte-americano, senão sobre toda a América Latina, pelo menos em relação aos países mais importantes econômica e estrategicamente, era passo fundamental para a futura projeção de poder do país alhures. O México era dotado de importantíssimas reservas minerais. Além do petróleo e da prata, o país também produzia e exportava cobre, chumbo e zinco. Em relação ao petróleo, com o boicote imposto por ingleses e norte-americanos ao produto, o governo

---

<sup>266</sup> João Amado, Leonardo Leônidas de Brito e Victor Tempone. *A Formação do Estado Nacional Mexicano*. Rio de Janeiro, Texto apresentado na UFRJ, cópia reprográfica, 2005, p. 41.

<sup>267</sup> R.A. Humphreys, Op. Cit., pp. 114-115.

<sup>268</sup> Howard F. Cline. *The United States and Mexico*. New York, Atheneum, 1969, p. 249.

<sup>269</sup> R.A. Humphreys, Op. Cit., pp. 117-119.

mexicano viu-se forçado a procurar novos parceiros. Como resultado, foram realizados acordos de compensação com a Alemanha e a Itália (muito similares àqueles feitos pelo Brasil no mesmo período) e que tiveram efeito imediato. Antes do embargo, a média mensal de vendas do produto era de aproximadamente US\$ 2.500.000. Em abril de 1938, mês subsequente à expropriação, este valor caiu para US\$ 300.000, mas em julho de 1939 ele retornava a substanciais US\$ 2 milhões<sup>270</sup>. Dois terços das exportações de petróleo do país passaram a se dirigir para Alemanha e Itália, sendo que o *Reich* respondia, sozinho, por quase a metade das exportações totais<sup>271</sup>.

Da mesma forma ocorrida com o comércio Brasil-Alemanha, as exportações de petróleo mexicano declinaram a olhos vistos, uma vez que o bloqueio naval britânico começou a se tornar efetivo após a eclosão da guerra na Europa em setembro de 1939. Cairia ainda mais com a entrada da Itália na guerra, em junho de 1940, o que terminaria por completo com o mercado europeu do produto. Ao mesmo tempo, começava a parecer ao governo norte-americano por demais estúpido manter um boicote a um produto de suma importância para a preparação militar e futuro esforço de guerra do país, por simples technicalidades jurídicas envolvendo os direitos de propriedade das companhias petrolíferas norte-americanas, e visões ideais de uma ordem institucional liberal, onde existiria um estrito respeito à lei e à propriedade particular.

O México era, de qualquer modo, em termos econômicos, extremamente dependente dos Estados Unidos, mais até do que o Brasil. Estruturado nos moldes econômicos da região, ou seja, como um país primário-exportador, o México tinha na agropecuária e na indústria extrativa mineral as mais importantes atividades econômicas nacionais, tanto em relação ao produto interno bruto total, como em relação à parcela de ocupação da força de trabalho nacional<sup>272</sup>. Com a guerra na Europa, e o conseqüente bloqueio marítimo e fim dos mercados da Europa continental, a dependência em relação ao seu poderoso vizinho se acirrou ainda mais. De 1938 para 1939, ano ocupado pela guerra apenas em sua terça parte, a parcela norte-americana sobre o total de exportações mexicanas aumentou de 67% para 74%. Em 1941 este número chegava a 91%!<sup>273</sup> Era natural que as relações entre os dois países se estreitassem, ainda mais porque os norte-

---

<sup>270</sup> Maurice Halperin. "Mexico shifts her Foreign Policy". In: *Foreign Affairs*, v. 19, n. 1, p. 216, 1940.

<sup>271</sup> William D. Scroggs. "Mexican Anxieties". In: *Foreign Affairs*, v. 18, n. 2, 1940, p. 266.

<sup>272</sup> Clark W. Reynolds *La Economía Mexicana: Su Estructura y Crecimiento en el Siglo XX*. México, Fondo de Cultura Económica, 1973, pp. 80-87.

<sup>273</sup> Idem, p. 285.

americanos se propunham a dialogar e premiar os países subordinados do continente por seus alinhamentos ao bloco de poder estadunidense.

Além destes condicionamentos econômico-estruturais, o México possuía grande importância estratégica para os Estados Unidos. Seu valor era preponderantemente defensivo, diferente do Brasil, portanto, cujo saliente nordestino tinha enorme importância para a projeção de poder militar norte-americano em direção ao Velho Mundo, realizada a partir de 1941. O território mexicano prestava-se como base para patrulhas militares aeronavais sobre o Caribe e o Golfo do México, e como parte constituinte de um dos dois caminhos que os norte-americanos preparavam, visando à proteção hemisférica e o deslocamento de seu poderio militar até a faixa equatorial do continente americano. Em abril de 1941, um acordo entre EUA e México possibilitou o pouso e permanência de aviões norte-americanos no México por 24 horas<sup>274</sup>. Mais importante ainda era garantir que não existiria qualquer sentimento hostil por parte do governo vizinho imediatamente antes e durante o conflito mundial. Neste sentido, a importância estratégica defensiva do México era ainda maior do que a brasileira, por razões óbvias. Geograficamente contíguo ao território norte-americano, o México podia, caso se mantivesse neutro, ou, pior, mergulhasse em um caos político semelhante ao ocorrido durante a revolução e guerra civil nos anos 10, ameaçar a retaguarda norte-americana, desviando importantes recursos econômicos e militares para uma área absolutamente periférica e desimportante para o resultado final da guerra mundial. Uma solução pela força nesta região podia realmente comprometer o auxílio e posterior participação dos Estados Unidos no esforço de guerra aliado contra o Eixo<sup>275</sup>.

Não sem motivos, a questão do petróleo, principal óbice para uma maior aproximação entre México e Estados Unidos, começou a ser tratada com maior presteza a partir de junho de 1940, e foi completamente resolvida, de maneira altamente benéfica para os mexicanos, em menos de 22 meses<sup>276</sup>. O baixo valor das indenizações era o

---

<sup>274</sup> R.A. Humphreys, *Op. Cit.*, p. 117.

<sup>275</sup> Em 1916 o governo dos EUA enviou expedição militar ao território mexicano, com o objetivo de capturar o revolucionário Francisco “Pancho” Villa, que atacara o povoado de Columbus, no Novo México, em abril do mesmo ano. Tal força chegou a contar com um efetivo de 15 mil homens, mas nada de prático conseguiu. O presidente Wilson já havia retirado todos os soldados norte-americanos do México quando declarou guerra à Alemanha, em 1917, apesar de existirem pressões no seio da sociedade norte-americana em favor de uma intervenção total no México revolucionário. Caso tivesse acontecido, este imbróglia meridional certamente teria comprometido, de maneira bastante séria, o auxílio militar norte-americano à Entente no último e decisivo ano da Primeira Guerra Mundial. João Amado, Leonardo Leônidas de Brito e Victor Tempone, *Op. Cit.*, pp. 27 e seguintes.

<sup>276</sup> Além da questão do petróleo, também foram solucionados outros problemas de menor importância, pendentes entre os dois países, como o valor das indenizações de propriedades agrícolas de cidadãos

prêmio para o México aderir pacificamente à esfera de poder norte-americana, o equivalente ao que representaram as questões siderúrgicas e de repotencialização das forças armadas para o Brasil. Deve-se frisar que o presidente Cárdenas, político cuja popularidade sobrevive até os dias de hoje, já havia se retirado de seu cargo quando os acordos referentes à indenização foram definitivamente selados entre os dois países. Eles foram realizados sob a presidência de seu sucessor, o general Ávila Camacho, eleito em julho de 1940 e empossado em dezembro do mesmo ano, cuja pessoa ou administração não possui qualquer registro mais enfático sobre uma especial ou extraordinária capacidade de manobra política, particularmente de política externa, a despeito de seu mandato ter se desenrolado durante todo o período da guerra<sup>277</sup>.

Assim Howard Cline, especialista no relacionamento EUA-México, resumiu as relações entre os dois países neste período:

O sacrifício de algumas exigências, de qualquer maneira discutíveis, das empresas petrolíferas norte-americanas, foi um preço relativamente baixo a ser pago pela segurança dos Estados Unidos ao longo de sua fronteira sul, e pela amizade e estima da nação mexicana e de toda a América Latina.

Mais adiante, o autor prossegue:

(...) de uma forma suave, sem rompimentos, o México passou de um passivo espectador em 1939 para um parceiro na “neutralidade beligerante” (norte-americana) durante 1940 e 1941. Como resultado disso, o México estava envolvido como um ativo beligerante em 1942.<sup>278</sup>

Em face das conjecturas feitas acima, é tentador analisar, mesmo que de relance, o posicionamento de outras repúblicas latino-americanas frente aos Estados Unidos durante esse período. Vejamos, por exemplo, a reação de todos os 20 Estados existentes na região ao ataque japonês a Pearl Harbor e a conseqüente entrada formal dos Estados Unidos na guerra. Ainda em dezembro, Cuba, Haiti, República Dominicana, Guatemala, Honduras, El Salvador, Costa Rica, Nicarágua e Panamá declararam guerra aos países do Eixo. Todos esses países assinaram, em 2 de janeiro de 1942, a declaração das Nações Unidas, comprometendo-se a empenhar todos os seus recursos militares e econômicos contra o Eixo, e a não negociar a paz ou o armistício em separado. Destes, a Costa Rica destaca-se, já que conseguiu declarar guerra ao Japão algumas horas antes

---

norte-americanos, desapropriadas durante ou após a revolução para fins de redistribuição de terras; os ajustes sobre a dívida externa mexicana; e normas para utilização dos rios internacionais existentes entre os dois países (Colorado, Tijuana e Bravo). Idem, pp. 42 e seguintes e Lorenzo Meyer. Mexico-Estados Unidos: Lo Especial de una relación. In: *Série Estudos*, n. 34, IUPERJ, p. 9, 1984.

<sup>277</sup> Sobre a popularidade de Cárdenas, ver, por exemplo, Howard F. Cline, Op. Cit., pp. 228-229.

<sup>278</sup> Idem, pp. 251 e 265.

do próprio governo norte-americano reconhecer seu estado de beligerância com aquele país<sup>279</sup>.

No mesmo mês, romperam relações diplomáticas com os países do Eixo, México, Venezuela e Colômbia. As oito repúblicas restantes aguardaram a realização da Conferência do Rio de Janeiro para tomar posição. Conforme já vimos, somente Chile e Argentina manteriam suas neutralidades. Em janeiro de 1942, portanto, Peru, Equador, Paraguai, Uruguai, Bolívia e, é claro, Brasil, também romperam relações com os países do Eixo.

Partindo-se de um enfoque sistêmico, este quadro geral pode ser enquadrado e entendido com perfeição. Os pequenos e fracos Estados da América Central e do Caribe, todos extremamente dependentes em termos econômicos dos Estados Unidos, e dotados de importante posicionamento estratégico, mostraram-se fiéis e trataram de seguir a potência hegemônica em sua cruzada bélica sem maiores delongas. O caso mexicano já foi visto. Juntamente com Colômbia e Venezuela, os três completam o rol de países latino-americanos banhados pelo mar Caribe, região de reconhecida importância estratégica para os EUA desde fins do século XIX. O cenário de guerra mundial contra potências européias só fazia majorá-la. Em termos de estruturação econômica, os dois assemelhavam-se bastante ao México e à maior parte dos países latino-americanos. Exportavam matérias-primas, em geral um único produto principal, cujo mercado mais importante era o dos Estados Unidos. Segundo dados concernentes ao ano de 1938, tanto Colômbia como Venezuela enviavam mais da metade de suas exportações, em termos de valor, para os Estados Unidos<sup>280</sup>. O rompimento de relações, ao invés da declaração de guerra, tem ligação com a maior importância, pelo menos territorial e populacional, que estes países tinham em relação aos seus minúsculos vizinhos caribenhos. Isto tornava seus governantes mais ciosos em se mostrarem, pelo menos na aparência, mais autônomos e soberanos. Isto não impediu, por exemplo, que o próprio presidente colombiano, Eduardo Santos, comunicasse que seu país não declararia guerra simplesmente porque não era dotado de capacidade militar suficiente para fazer valer sua presença no conflito. O compromisso com o esforço de guerra norte-americano era bem grande. Desde o verão de 1941, a Colômbia permitia o sobrevôo, em seu território, de aeronaves norte-americanas, e uma vez formalizado o estado de guerra entre os EUA e o Eixo, clubes e associações tidas como contrárias à

---

<sup>279</sup> R.A. Humphreys, Op. Cit., p. 97.

<sup>280</sup> Idem, p. 105.

ordem pública foram dissolvidas, e bens de cidadãos dos países do Eixo passaram a ser controlados<sup>281</sup>. Em relação aos países abaixo da linha do equador, a própria distância física e o envolvimento econômico com os EUA, mais recente em termos históricos se comparado ao dos países da bacia do Caribe, tornava-os menos sujeitos, relativamente, a pressões por parte do colosso norte-americano. Chile e Argentina, os únicos a manterem suas neutralidades, eram, inequivocamente, os Estados menos interligados com os EUA e mais distantes geograficamente<sup>282</sup>. Aduziríamos também, especialmente em relação à Argentina, que eles faziam parte da região de menor importância estratégica para a guerra, de todo o hemisfério ocidental.

É óbvio que as particularidades de cada país, e o processo de negociação com cada um deles, isentos deste rápido relato, têm sua importância. Basta lembrarmos do caso brasileiro, o qual foi tratado com maior vagar nos dois tópicos anteriores deste capítulo. Entretanto, as linhas mestras que condicionavam o envolvimento das repúblicas latino-americanas na guerra podem ser aqui vislumbradas.

Gerson Moura delinea com perfeição os constituintes políticos e ideológicos contidos na política externa norte-americana do período<sup>283</sup>. A Boa-Vizinhança e a solidariedade pan-americana foram um completo sucesso político. Em setembro de 1940, matéria da revista *Fortune*, de grande circulação dentro dos Estados Unidos, atestava:

Foi correto ser um bom vizinho. O acerto fundamental desta política é indicado pelo fato de que Mr. Hull, o idealista do Tennessee, pôde deixar Havana tendo conquistado a autorização para que as tropas norte-americanas possam operar na América Latina sem o perigo de serem emboscadas na selva por enraivecidos patriotas latino-americanos<sup>284</sup>.

Durante a Primeira Guerra Mundial, apenas oito países latino-americanos, a maior parte dos quais virtualmente ocupados por tropas norte-americanas, declararam guerra à Alemanha<sup>285</sup>. Durante a Segunda Guerra Mundial as coisas aconteceram de

---

<sup>281</sup> R.A. Humphreys, Op. Cit., p.111.

<sup>282</sup> Peter Smith. *Talons of the Eagle: Dynamics of U.S.-Latin American Relations*. New York, Oxford University Press, 1996, p. 77.

<sup>283</sup> Gerson Moura. *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, pp. 169-172.

<sup>284</sup> Revista *Fortune*, Twenty nations and one. Apud Roberto Gambini. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: Influência Americana e Alemã no Estado Novo*. São Paulo, Editora Símbolo, 1977, p. 41.

<sup>285</sup> Peter Smith,. Op. Cit., p. 86. Uma exceção foi o Brasil, que declarou guerra à Alemanha devido ao afundamento de seus navios mercantes por submarinos do Reich nas costas da França. O primeiro navio torpedeado, o mercante Paraná, em 6 de abril de 1917, causou o rompimento de relações diplomáticas com os alemães três dias depois. A declaração de guerra aconteceu após a destruição de mais dois navios (Tijuca e Macau), e se deu em 26 de outubro do mesmo ano. A.C. Raja Gabaglia. *Poder Marítimo nas Duas Guerras Mundiais (1914-1918 – 1939-1945)*. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1953, pp. 121-125.

forma completamente diversa, e indubitavelmente isso se deveu em grande medida à política exterior específica adotada pelos EUA.

Devemos, entretanto, contextualizar muito bem os dois momentos históricos citados. A Primeira Guerra foi, para os norte-americanos, durante sua maior parte, mais um conflito entre Estados da Europa, que pouco ou nada lhes dizia respeito. De fato, tal guerra foi preponderantemente européia, com a honrosa exceção de alguns entreveros marítimos. A decisão do Alto Comando alemão em desfechar uma guerra submarina irrestrita contra qualquer embarcação comercial que se aproximasse da zona de guerra, visando estrangular economicamente britânicos e franceses, é apontada como a causa mais relevante para a declaração de guerra norte-americana à Alemanha, em abril de 1917<sup>286</sup>. Seu envolvimento militar no conflito só se tornou relevante, no entanto, no verão de 1918, último ano da guerra, ainda que tivesse considerável peso em seu resultado final.

O hemisfério ocidental, durante aqueles tempos, estava ainda “muito distante” da Europa e de todo o hemisfério oriental, tendo-se em conta a tecnologia da época. As Américas, desde que contassem com poderio naval suficientemente forte para proteger suas costas, eram praticamente inexpugnáveis a qualquer ação hostil proveniente de um país de além-mar. Se não existiam maiores projetos visando o envolvimento político e militar nos assuntos europeus, tampouco havia projetos para consolidação prévia de um bloco de poder norte-americano sobre a América Latina antes de seu envolvimento na guerra.

Vinte anos depois as coisas haviam se modificado bastante. Incrementos tecnológicos nos meios de transporte, principalmente na aeronáutica e na comunicação (rádio e cinema), tornaram o “mundo menor”. Problemas eminentemente internacionais passaram a ser examinados com maior atenção e interesse pelos estadistas nos dois lados do Atlântico, por razões até de segurança nacional, o que, para os norte-americanos, era novidade. Além disso, o simples fato de os Estados Unidos serem um dos países que lutaram e venceram a guerra – a despeito de o Congresso não ter ratificado os tratados de paz negociados e assinados pelo presidente e de ter créditos e investimentos monumentais nos principais Estados europeus, parte devido ao financiamento do país a parcela substancial do esforço de guerra franco-britânico, parte devido a investimentos feitos pela iniciativa privada no velho continente durante e após

---

<sup>286</sup> William Keylor. *The Twentieth-Century World: An International History*. New York, Oxford University Press, 1996, pp. 69-70.

a guerra – fazia com que os decisores norte-americanos passassem obrigatoriamente a ter de se interessar e se preocupar muito mais com os assuntos políticos e econômicos do Velho Mundo<sup>287</sup>.

A Segunda Guerra Mundial foi, como já vimos, a primeira guerra realmente total e global, onde todas as regiões habitadas do planeta estiveram direta ou indiretamente envolvidas, e onde todos os países tiveram interesses em jogo, muitos dos quais, inclusive, lutando por sua própria sobrevivência enquanto entidades soberanas.

Dentro desses marcos, para os políticos e militares norte-americanos, o perímetro defensivo do país passou a englobar todo o continente americano até, pelo menos, o nordeste do Brasil. O ideal pan-americanista e a política de Boa-Vizinhança acabaram sendo instrumentos brilhantes para a consolidação da esfera de poder norte-americana sobre toda esta região. A verdade, porém, é que, uma vez formado o conflito global e total, com a participação formal norte-americana, toda esta região estava fadada a também se envolver na guerra. Como destacou Gerson Moura, “a neutralidade dos aliados subordinados só podia ser pensada como a neutralidade do próprio centro hegemônico”<sup>288</sup>. Uma vez que os Estados Unidos estavam integralmente na guerra, todos os países estrategicamente importantes do hemisfério nela imergiram. A política exterior do governo Roosevelt para a região dava ensejo à aquisição de “prêmios” pelos governos dos países latino-americanos mais importantes estrategicamente (e até pelos não tão importantes), em troca de seus alinhamentos pacíficos ao bloco de poder norte-americano. Porém, como um perspicaz ministro britânico observou, referindo-se às relações EUA-Cuba, em nota ao *Foreign Office*, em janeiro de 1942:

“O atual governo cubano (...) foi comprado pelo governo dos Estados Unidos, que, caso tivesse de intervir no país, teria pago um preço muito mais alto, tanto moralmente, tendo-se em vista a política de Boa-Vizinhança, como materialmente, em homens e dinheiro, para proteger os postos avançados que guardam o acesso ao Canal do Panamá”<sup>289</sup>

Descontando-se a aspereza do comentário, sem dúvida ele guarda grande dose de verdade. O mesmo poderia ser dito, como vimos aqui, do Brasil e também do México.

---

<sup>287</sup> Idem, pp. 70 e 99-103.

<sup>288</sup> Gerson Moura. *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980, p. 172.

<sup>289</sup> R.A. Humphreys, Op. Cit., pp. 93-94.

## CAPÍTULO IV

### O BRASIL EM GUERRA: ASPECTOS POLÍTICOS E MILITARES

*O fanatismo é a única forma de vontade que pode ser incutida nos fracos e nos tímidos.*

*Friedrich Nietzsche*

#### 4.1 – A Estratégia Alemã na Batalha do Atlântico

De uma forma geral, são sobejamente sabidas as razões que motivaram o governo brasileiro a declarar estado de beligerância com a Alemanha e a Itália, em 22 de agosto de 1942; tal decisão se deu após sucessivos ataques, por submersíveis alemães, a navios da frota mercante nacional no decorrer daquele ano, processo que atingiu seu clímax com o afundamento de 5 navios e uma barçaça, no litoral da Bahia e de Sergipe, em menos de cinco dias (15 a 19 de agosto), e que redundou na perda de centenas de vidas<sup>290</sup>. É muito menos conhecida, todavia, a conexão que liga estes afundamentos com a alteração na estratégia de guerra alemã ocorrida, fundamentalmente, pela incapacidade das *Wermacht* em obter, de forma célere, a

---

<sup>290</sup> O *Baependi*, navio do Loyd Brasileiro de 4801 toneladas viajava de Salvador a Recife em 15 de agosto de 1942 com 73 tripulantes e 232 passageiros quando, cerca das 19:00 h., no litoral de Sergipe, foi torpedeado pelo submarino U-507, comandado pelo Capitão-de-Corveta Harro Schacht, redundando na morte de 55 tripulantes e 214 passageiros. Às 21:00 h. do mesmo dia, a embarcação do Loyd Brasileiro *Araraquara*, a 120 milhas ao largo de Aracaju, foi atacada e afundada pelo mesmo submarino alemão, sendo que de seus 74 tripulantes e 68 passageiros foram vitimadas 59 pessoas. Às 04:05 h. de 16 de agosto foi a vez do navio *Aníbal Benévolo*, afundado igualmente pelo U-507 no litoral de Sergipe, redundando na morte de 67 dos 71 tripulantes e de todos os 83 passageiros. No dia 17 de agosto, às 10:55 h., no litoral da Bahia, o mesmo U-507 torpedeou e afundou o *Itagiba*, que se dirigia do Rio de Janeiro para Recife, redundando na morte 9 dos 60 tripulantes e no perecimento de 30 dos 121 passageiros. O vaso *Arará* viajava no sentido contrário ao do *Itagiba*, navegando de Salvador para o porto de Santos quando, às 11:00 h. do mesmo dia 17 de agosto, avistou os destroços do *Itagiba* e acercou-se na tentativa de resgatar sobreviventes: foi também atingido por torpedo disparado pelo U-507, sendo vitimados 20 dos 35 tripulantes. A última vítima brasileira do comandante Schacht e seu U-507 foi a barçaça *Jacira*, de 89 toneladas, afundada a tiros de canhão e rajadas de metralhadora no dia 19 de agosto por volta das 02:00 h., no litoral baiano entre Ilhéus e Itacaré. No caso do *Jacira*, o inquérito instaurado no Tribunal Marítimo para apurar os fatos acabou redundando em punição ao seu proprietário, o mestre Norberto Hilário dos Santos, uma vez que largara do porto sem autorização da capitania dos portos, transportava passageiros clandestinos, havendo, além disso, indícios que tivesse abastecido o submarino alemão, sendo a embarcação afundada para encobrir o crime. Ver no Arquivo do Tribunal Marítimo os Processos nº 668/42 (*Baependi*), 684/42 (*Araraquara*), 685/42 (*Aníbal Benévolo*), 671/42 (*Itagiba*), 670/42 (*Arará*) e 737/42 (*Jacira*).

almejada vitória contra o adversário soviético em 1941, repetindo o ocorrido até então em todas as campanhas militares alemãs no continente europeu.

A *Blitzkrieg* não foi simplesmente uma mera tática militar revolucionária, empregada para bater exércitos inimigos. Subjacente à eficiência militar alemã nos campos de batalha, havia uma estrutura econômica engendrada para suprir forças armadas capazes de vencer guerras rápidas e localizadas, contra um inimigo de cada vez. A experiência da Primeira Guerra Mundial deixara nas lideranças nazistas a idéia de que uma guerra longa, de desgaste, em muitas frentes e contra uma coalizão de inimigos levaria, quase que certamente, à derrota das armas alemãs. Para a Alemanha, situada no centro do continente europeu, a melhor estratégia era a de combater e vencer seus inimigos separadamente, de forma que eles não pudessem mobilizar de maneira conjunta os seus recursos materiais e humanos claramente superiores.

Sob o prisma econômico, a mobilização bélica total não era desejável, nem conveniente, aos alemães. A mudança de inimigo, muitas vezes efetivada pela via diplomática, requeria grande flexibilidade na produção de material bélico. Evidentemente que os equipamentos e as armas adequados a uma confrontação com a URSS eram, pela própria natureza da campanha militar, bem distintos daqueles a se utilizarem numa eventual invasão às Ilhas Britânicas. Ademais, apesar de a produção de uma economia totalmente mobilizada ser muito superior do que a de uma semi-mobilizada, esta última tinha maior facilidade em reverter o tipo de equipamento produzido, o que era extremamente desejável. Importa avultar, também, a forte motivação interna para a manutenção desta situação de semi-mobilização: Hitler acreditava que uma das razões para a derrota de 1918 havia sido a sublevação popular contra o governo alemão nos últimos meses da guerra, fruto da carestia no país face às demandas e restrições impostas por uma contingência de guerra total. Não era conveniente, 20 anos depois, assacar pressões semelhantes à população, o que se pode verificar pelo fato de que até uma fase bem adiantada da guerra, o civil alemão ter desfrutado de um padrão de vida bastante confortável para tempos de guerra. Os gastos com consumo mantiveram-se inalterados até o ano de 1942<sup>291</sup>.

A confrontação bélica da Alemanha contra a França e a Inglaterra, materializada a partir de setembro de 1939, absolutamente não alterou o ritmo da economia alemã, e todas as esfuziantes vitórias alcançadas nos anos de 1940 e 1941 pareciam corroborar o

---

<sup>291</sup> John Lukacs. *A Última Guerra Européia: setembro 1939 – dezembro 1941*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, pp. 257-258.

acerto da decisão tomada. No entanto, a incapacidade alemã para derrotar rapidamente a URSS, patenteada no inverno de 1941/1942, momento em que o próprio Exército Vermelho desfechava suas primeiras ações de caráter ofensivo, demonstrou na prática que a estratégia da *blitzkrieg* chegara ao fim. Fazia-se mister estruturar a Alemanha para uma longa guerra de desgaste no leste, o que implicava na mobilização de todos os recursos disponíveis do III Reich para uma guerra total. Em janeiro de 1942, através da ordem *Rüstung*, Hitler reconhecia esta circunstância e, a partir dela, procurou mudar o andamento da economia alemã<sup>292</sup>.

Os objetivos e recursos disponíveis pela *Kriegsmarine* durante os primeiros anos de guerra, devem ser analisados a partir do que foi exposto acima. Em janeiro de 1939, numa fase de preparação para um eventual futuro conflito com os britânicos, o governo alemão autorizara prioritariamente um grande programa de construção naval (o Plano Z), cujo foco estava na construção de gigantescas belonaves de superfície<sup>293</sup>. Mas o início da guerra, alguns poucos meses depois, forçou temporariamente a interrupção do projeto. A esquadra que ficou disponível para que os marujos alemães empreendessem a guerra era absolutamente inapropriada, o que levou o Almirante Raeder, comandante da Marinha de Guerra, a afirmar que “as forças de superfície só mostravam que [os marujos] sabiam morrer com bravura”<sup>294</sup>. Com o decorrer do conflito, as ações para o desencadeamento do “Plano Z” irão se desenvolver de maneira errática, com inúmeras paradas e recomeços. Sistemáticamente, após cada campanha vitoriosa em terra, os recursos materiais do país eram canalizados para a construção de navios, até que novas demandas para ofensivas no continente levassem ao redirecionamento da produção bélica nacional<sup>295</sup>. A última tentativa de efetivação do “Plano Z” deu-se, curiosamente, durante o avanço alemão contra a URSS, no verão de 1941. O retumbante sucesso da campanha, em suas primeiras semanas, deixava entrever um sucesso no leste ainda mais espetacular do que aquele obtido frente à França, e era racional, portanto, recomeçar a preparação naval para o embate marítimo contra os britânicos. Meses depois, em razão da resistência soviética cada vez mais encarniçada, a prioridade na produção de armas foi mais uma vez invertida, e o “Plano Z” foi arquivado. Em dezembro de 1941 ficou

---

<sup>292</sup> Alan S. Milward, Op. Cit., pp. 23-26.

<sup>293</sup> O rápido programa de construção, esquematizado para estar completo em seis anos, previa, além do lançamento de dezenas de navios menores (cruzadores e contratorpedeiros), a construção de seis super-encouraçados (deslocamento de 56.000 toneladas) e de dois porta-aviões de esquadra. Ver Richard Humble. *A Marinha Alemã – A Esquadra de Alto-Mar*. Rio de Janeiro, Editora Renes, 1974, p. 34.

<sup>294</sup> Erich Raeder, Op. Cit., p. 137.

<sup>295</sup> Idem, p. 187.

claro que, desta vez, o arquivamento seria definitivo. Juntamente com a perspectiva de uma longa e excruciante guerra no leste da Europa contra os soviéticos, tinha-se de considerar, também, o fato de que os Estados Unidos estavam agora formalmente na guerra. A melhor maneira de empreender a guerra contra os norte-americanos, imediatamente, era lançando uma ofensiva submarina contra seus navios mercantes.

A guerra no leste iria, indubitavelmente, tragar a maior parte dos recursos humanos e materiais da Alemanha até o final do conflito. Naquele *front* comprometer-se-ia e seria consumido o grosso dos efetivos do Exército e da *Luftwaffe*<sup>296</sup>. À *Kriegsmarine* era dado um papel que guardava subordinação direta às circunstâncias e necessidades da guerra no leste. A meta da Marinha Alemã era a de efetuar uma guerra total contra as linhas de comunicação dos aliados no Atlântico.

A batalha a travar-se contra o comércio naval aliado tinha função estratégica tanto ofensiva como defensiva. Era ofensiva quando visava, como resultado mais auspicioso, a estrangular por completo a comunicação marítima aliada no Atlântico Norte, o que levaria ao isolamento soviético de qualquer contato com seus aliados atlânticos por via marítima, e poderia até vir a forçar os ingleses a um pedido de paz, caso as perdas navais se elevassem a níveis que comprometessem a vida e o esforço de guerra das Ilhas Britânicas. Era defensiva porque, caso o índice de afundamento de navios não fosse capaz de colimar o objetivo supracitado, ele deveria, ao menos, garantir que a frota mercante aliada se mantivesse suficientemente pequena para, assim, impedir o planejamento e a execução, por parte de ingleses e norte-americanos, de qualquer operação militar anfíbia no Atlântico que visasse à abertura de uma segunda frente no continente europeu, fato que obrigaria as forças armadas alemãs a dividirem-se por duas frentes de combate, uma no leste e outra no oeste, destarte redundando em uma derrota certa e rápida.

A experiência adquirida nos primeiros anos de guerra já demonstrara que a arma mais apropriada para empreender a guerra contra a marinha mercante aliada era o submarino. Em termos de custo/benefício, não havia nenhum equipamento mais produtivo e adequado. Após o afundamento do encouraçado *Bismarck*, a maior belonave da *Kriegsmarine*, e das graves avarias causadas ao *Scharnhorst* e ao

---

<sup>296</sup> A invasão de 22 de junho de 1941 foi realizada por mais de 150 Divisões de um total aproximado de 210 Divisões disponíveis. Durante todo o transcurso da guerra, o compromisso bélico alemão naquela frente será sempre majoritário. Segundo estatísticas do Exército Vermelho, dos 13,6 milhões de baixas e prisioneiros alemães feitos durante toda a guerra, 10 milhões ocorreram na frente oriental. Ver Georgi Zhukov, Op. Cit. p. 464 e Paul Kennedy, Op. Cit. p. 346.

*Gneisenau*, em maio de 1941, nenhum outro grande vaso de superfície seria mais autorizado a efetuar sortidas atlânticas contra a navegação aliada. Em 1942, os poucos navios de guerra restantes foram alocados no Báltico e no litoral norueguês, onde atuariam primacialmente como força dissuasória a um possível desembarque aliado no país. Subsidiariamente, deveriam também auxiliar na interceptação de comboios aliados que cruzavam ao largo da costa norueguesa em direção ao porto russo de Murmansk, carregados com armas e equipamentos destinados a reforçar as tropas soviéticas em sua guerra contra os alemães.

Paralelamente, o prestígio dos comandantes e defensores da arma submarina crescia dentro do alto comando alemão. Isso se dava, em grande medida, em razão da marcante eficiência desta arma até aquele momento, e da confiança nela depositada pelas autoridades do Reich, crenças no seu potencial para até mesmo decidir a guerra. Prova disso foi a meteórica ascensão do comandante da frota submarina alemã, Almirante Karl Dönitz. Em janeiro de 1943 ele tornou-se o Chefe do Estado Maior da Armada, e ao final da guerra seria indicado por Hitler, em seu testamento político, como seu sucessor direto no governo. Em junho de 1942, Hitler comentava que a guerra submarina era o segundo mais importante objetivo militar alemão, superado apenas pela ofensiva de verão que o exército se preparava para lançar no setor sul da frente oriental<sup>297</sup>.

O aumento na produção de submersíveis e o fim das barreiras políticas à utilização de tal equipamento contra a marinha mercante aliada, juntamente com o abandono de qualquer projeto de construção naval mais audacioso visando a desafiar a supremacia naval das potências ocidentais, são características da estratégia naval alemã que devem ser entendidas como a outra face da mesma moeda, que cunhava, em seu lado mais importante, as necessidades da desgastante guerra terrestre contra os russos no leste europeu. Compreende-se, portanto, porque na mencionada diretiva *Rüstung*, difundida em janeiro de 1942, a prioridade no incremento da produção de material bélico fosse dada à confecção de tanques e veículos blindados, necessários para a campanha contra os russos, e de submarinos, para a Batalha do Atlântico. Efetivamente, no biênio 1942/43 seriam lançados ao mar mais do dobro da tonelagem submarina lançada nos três anos anteriores da guerra<sup>298</sup>.

---

<sup>297</sup> Erich Raeder, Op. Cit., p. 266.

<sup>298</sup> R. de Belot, Op. Cit., p. 273. Anexo: Construção de Submarinos Alemães durante a Guerra.

O fim das restrições ao torpedeamento de embarcações norte-americanas deu-se antes mesmo da declaração formal de guerra ao país. No dia 8 de dezembro de 1941, um dia após o ataque japonês a Pearl Harbor, Hitler autorizou verbalmente o ataque a qualquer navio hasteando bandeira dos Estados Unidos, bem como os de sete repúblicas centro-americanas e caribenhas (Haiti, República Dominicana, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá), além do Uruguai. Esta surpreendente inclusão do pequeno país platino parece ter relação com o desgosto pessoal do *führer* com a atuação que as autoridades daquele país tiveram na destruição do encouraçado de bolso *Admiral Graf Spee* nos meses iniciais da guerra. Tentando escapar da perseguição que lhe era movida por cruzadores britânicos, o vaso alemão buscou refúgio no porto neutro de Montevideú. Acabou sendo posto a pique pela própria tripulação no estuário do rio da Prata, após ter sido obrigado a deixar o país. No que se refere aos pequenos Estados do Caribe e da América Central, além do natural desprezo dispensado pela cúpula nazista a soberanias tão débeis e dependentes dos Estados Unidos, existia, por trás da ordem para o afundamento de seus navios, um argumento bem mais racional e pragmático. Muitos navios norte-americanos navegavam sob bandeira de países daquela região, em razão de questões técnico-jurídicas relativas às regras do direito marítimo, comercial e trabalhista. Dentre os países cedentes das chamadas “bandeiras de conveniência”, destacava-se o Panamá. Efetivamente, sabendo-se *a posteriori* que todas as nove repúblicas independentes da região declararam guerra aos países do Eixo ainda em dezembro de 1941, antes mesmo dos submarinos alemães iniciarem sua campanha de destruição em massa nas águas do hemisfério ocidental, pode-se até falar da correção da decisão tomada por Hitler, e argumentar, inclusive, sobre o porquê da ausência de Cuba e da Guatemala dentre os possíveis alvos da guerra submarina.

A campanha submarina contra a navegação comercial norte-americana nas águas do hemisfério ocidental, ainda que totalmente liberada no início de dezembro de 1941, só seria arquitetada e efetivada a partir de meados de janeiro de 1942, com o deflagrar da operação *Paukenschlag* (Rufar de Tambores), que previa o envio de submarinos para a costa atlântica dos Estados Unidos. O desdobramento da guerra submarina irrestrita, que atingirá em 1942 o litoral atlântico das três Américas, terá impacto notável no que concerne à participação na guerra, de fato ou *de juri*, de alguns dos mais importantes Estados latino-americanos. Aí se insere, com especial destaque, o Brasil, dotado da maior frota mercante da região e cuja declaração de guerra liga-se à contumaz destruição de navios brasileiros a partir de fevereiro de 1942.

## 4.2 – A Campanha Submarina Alemã e a Declaração de Guerra do Brasil

Particularmente no decorrer de 1942, a guerra submarina encetada contra a navegação comercial aliada, em especial aquela realizada em todo o litoral das Américas, foi coroada com amplo sucesso. A costa leste dos Estados Unidos transformou-se em verdadeiro paraíso para os comandantes de *U-boots*, que ali encontraram abundância de alvos, ao que se juntava um completo despreparo da Marinha de Guerra norte-americana no que se referia à persecução de uma eficaz guerra anti-submarina. A consequência inevitável foi a destruição de um elevadíssimo volume de navios aliados. Durante o ano de 1942, 8,25 milhões de toneladas foram postas a pique no Atlântico, sendo 6,2 milhões resultantes das ações dos submarinos<sup>299</sup>. Se tal índice de destruição fosse mantido nos anos subseqüentes, certamente o esforço de guerra aliado estaria comprometido. Não foi sem motivos que, durante a Conferência de Casablanca em janeiro de 1943, britânicos e norte-americanos deram a maior prioridade estratégica à derrota da ofensiva submarina alemã no Atlântico<sup>300</sup>.

Os seis meses contados a partir de meados de janeiro de 1942, data do início da campanha submarina do Eixo no litoral norte-americano, seriam posteriormente denominados pelos submarinistas alemães como “tempos felizes”. No decorrer deste período, os *U-boots* concentraram-se na costa atlântica da América do Norte e, entre janeiro e junho, afundaram 325 navios aliados na região.

Paulatinamente os norte-americanos foram acumulando experiência e, emulando os ingleses, aprimorando suas táticas de guerra anti-submarina. Uma quantidade maior de navios-escolta foram construídos ou adaptados, e as aeronaves da força aérea do exército e da marinha norte-americana passaram a patrulhar contínua e sistematicamente o litoral dos Estados Unidos. Além disso, a partir de maio, comboios mercantes, protegidos por escoltas navais de guerra, passaram a ser formados, e navios viajando solitariamente foram se tornando cada vez mais raros na costa leste dos Estados Unidos. Tais medidas táticas redundaram na queda do índice de destruição naval na costa leste norte-americana, região onde ocorreram quase 70% das perdas no hemisfério no primeiro trimestre do ano.

Assim, à medida que as dificuldades se tornavam maiores para o ataque a comboios mercantes aliados, os submersíveis alemães naturalmente passaram a procurar

---

<sup>299</sup> A.C. Raja Gabaglia. Op. Cit. pp. 363-365.

<sup>300</sup> Gerhard L. Weinberg. Op. Cit., p. 380.

presas mais fáceis e mares mais ao sul do hemisfério. No segundo trimestre de 1942, na região do Golfo do México e nos mares do Caribe e América Central, ocorreram 146 afundamentos, mais de 70% das perdas aliadas nos litorais americanos nesse período. Isso explica porque o mês de maio foi aquele em que o México declarou guerra aos países do Eixo após o ataque e afundamento de dois de seus navios; foi exatamente nesse mês que a região do Golfo foi mais atingida, configurando-se como a mais vitoriosa para os comandantes de submarinos que atuavam deste lado do Atlântico<sup>301</sup>.

O respeito à não-beligerância dos países latino-americanos atrelava-se cada vez mais à gana germânica em estrangular, de todas as formas a seu dispor, as linhas de comunicação e suprimentos aliadas. Claro está que, implícito nesse raciocínio, verificasse o fato de que, com exceção do Chile e da Argentina, todos os demais países da região haviam se solidarizado com os Estados Unidos, rompendo suas relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, no mais tardar em janeiro de 1942, durante a III Reunião de Chanceleres realizada no Rio de Janeiro.

Gradativa e inexoravelmente, o escudo protetor norte-americano foi cobrindo também os mares do Golfo e do Caribe. Para o êxito de tal ação, as ilhas britânicas arrendadas em setembro de 1940 aos norte-americanos tiveram capital importância: elas, juntamente com as bases dos Estados Unidos na área (Guantanamo, Key West, San Juan e St. Thomas), possibilitavam às aeronaves de então, com limitações de autonomia de vôo, patrulhar e guarnecer, durante um maior lapso de tempo, os mares ao redor. Em junho foi adotada, também nessas águas, a técnica de comboio que, se por um lado diminuía a velocidade de entrega de bens por via marítima, por outro tornava o abate de navios mercantes muito mais difícil.

Novamente, o padrão anteriormente descrito irá se repetir: ante a adoção de uma tática defensiva eficiente por parte da navegação mercante aliada na região do Caribe e da América Central, os submarinistas alemães vão buscar os mares mais ao sul, onde as tripulações mercantes e as forças navais locais, ainda deveras despreparadas para o combate aos submarinos, podiam fornecer presas mais fáceis e seguras. Releva avultar, todavia, que as águas abaixo da região caribenha, situadas propriamente no Atlântico Sul, como as costas brasileiras, não divisavam comércio marítimo tão abundante e de relevância fulcral. A guerra contra o comércio naval aliado devia ser travada em seu palco principal, o Atlântico Norte, artéria axial de comunicação entre uma aliança

---

<sup>301</sup> Michael Desch. Op. Cit., p. 74.

constituída por potências situadas dos dois lados deste oceano. Destarte, uma vez que o litoral da América do Norte, tanto quanto o Atlântico Norte nas costas da Europa, passou a apresentar um maior grau de dificuldade de operação, o que representava maior perigo para os submarinos do Eixo, os *U-boots* voltaram a concentrar-se nos comboios, atacando-os na zona central do oceano, onde ainda não havia cobertura aérea estratégica sistemática, o que possibilitava aos submarinos caçarem suas presas lutando somente contra as forças navais de superfície dos aliados.

A subsidiariedade do Atlântico Sul, todavia, não chegava ao ponto de livrar a área de ataques. Um reduzido, mas ativo, contingente de submarinos continuou operando na região. Além de atraírem os submarinistas do Eixo pela facilidade de abate de navios, os ataques nesta área causavam também um desvio de recursos dos Estados Unidos para a proteção do comércio naval em zona de somenos importância. As baixas navais verificadas no litoral das Américas, durante o segundo semestre de 1942, foram pouco mais da metade daquelas ocasionadas nos primeiros seis meses do ano, o que demonstra cabalmente que o extenso litoral do hemisfério ocidental não era mais o alvo prioritário. A maior parte dos afundamentos que aí ocorreram, se deram nos mares mais ao sul do Caribe e América Central e, no último trimestre do ano, as costas brasileiras responderam por mais de um terço das perdas hemisféricas do período, malgrado o caráter secundário da região em termos de fluxo naval. Releva acrescentar que, durante todo o ano de 1942, nenhum submarino alemão ou italiano foi destruído ao largo do litoral do Brasil<sup>302</sup>.

É relevante observar como o momento e a localização das perdas sofridas pela marinha mercante brasileira durante a guerra, estão sincronizados com o padrão de afundamentos no hemisfério ocidental, consoante o acima descrito. Em fevereiro e março, cinco barcos brasileiros foram afundados (Cabedelo, Buarque, Olinda, Arabutã e Cairu), todos ao largo da costa atlântica dos Estados Unidos<sup>303</sup>. Entre maio e julho, sete navios foram perdidos (Parnaíba, Gonçalves Dias, Alegrete, Pedrinhas, Tamandaré,

---

<sup>302</sup> Paulo Duarte de Queiroz. Op. Cit., p. 293.

<sup>303</sup> O *Cabedelo* foi a pique torpedeado pelo submarino italiano *Leonardo da Vinci* ao largo das Antilhas – Arquivo Histórico do Itamaraty, telegramas do MRE para a embaixada em Washington NP 112 de 23/03/1942 e NP 117 de 27/03/1942. O *Buarque* foi torpedeado a 60 milhas náuticas do cabo Hatteras pelo submarino alemão *U-432*, comandado pelo Capitão Schultze – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo n° 708/42. O *Olinda* foi afundado na costa do estado norte-americano da Virginia pelo mesmo *U-432* – Processo n° 712/42 do Tribunal Marítimo. O *Arabutã* foi atacado ao largo do cabo Hatteras, sendo afundado pelo submarino alemão *U-155*, comandado pelo Capitão Piening – Processo n° 669/42 do Tribunal Marítimo. O *Cairu* foi torpedeado e afundado a 130 milhas náuticas de New York pelo submersível alemão *U-94* – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo n° 689/42.

Piave e Barbacena), todos afundados no Caribe ou em mares adjacentes<sup>304</sup>. A maior parte deles foi perdida em águas próximas às ilhas de Trinidad y Tobago, e Barbados, extremo sul, portanto, da região caribenha. Em agosto foram atacados e destruídos os primeiros navios brasileiros na costa do país (Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba, Arará e a barcaça Jacira), causa imediata da declaração de guerra brasileira à Alemanha e Itália. Após a formalização de sua beligerância, o Brasil ainda perderia mais doze navios até fins de outubro de 1943 (Osório, Lajes, Antonico, Porto Alegre, Apalóide, Brasilóide, Afonso Pena, Tutóia, Pelotaslóide, Bagé, Itapagé e Campos)<sup>305</sup>.

O comprometimento brasileiro com o esforço de guerra norte-americano era, em 1942, realmente considerável. Como já frisamos anteriormente, além de apoio e alinhamento político, o Brasil comprometera-se, através de tratados, a fornecer uma variada gama de produtos estrategicamente imprescindíveis à indústria e à mobilização militar norte-americana. Além do mais, o Brasil era um elo importante na cadeia existente para o fornecimento de material bélico norte-americano para seus aliados que

---

<sup>304</sup> O *Parnaíba* foi torpedeado pelo *U-162* sob o comando do Capitão Wartenberg na altura de Barbados – Processo nº 686 do Tribunal Marítimo. O *Gonçalves Dias* pelo submarino alemão *U-502* sob o comando do Capitão Rosenstiel, sendo afundado ao largo de Key West – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 698/42. O *Alegrete* foi atacado ao largo de Santa Lucia pelo submarino *U-156*, comandado pelo Capitão Hartenstein – Processo nº 677/42 do Tribunal Marítimo. O *Pedrinhas* foi vítima do ataque do submarino *U-203*, sob o comando do Capitão Mültzelburg, ao largo de Porto Rico – Processo nº 679/42 do Tribunal Marítimo. O *Tamandaré* foi atacado e afundado pelo *U-66* ao largo de Porto de Spain – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 767/42. O *Piave*, ao largo da ilha de Tobago, foi torpedeado pelo *U-155* – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 766/42. O *Barbacena* foi igualmente atacado ao largo de Tobago, sendo afundado pelo submarino *U-66*, sob o comando do Capitão Markworth – Tribunal Marítimo, Processo nº 764/42.

<sup>305</sup> O *Osório* foi torpedeado no litoral do Pará a 27/09/1942 pelo submarino *U-514* sob o comando do Capitão Auffermann – Tribunal Marítimo, Processo nº 699/42. Ainda no mesmo dia e local e pela mesma belonave, foi afundado o navio *Lajes* – Tribunal Marítimo, Processo nº 698/42. O *Antonico* foi atacado a 28/09/1942 ao largo da Guiana Francesa pelo submarino *U-516* sob o comando do Capitão Wiebe – Tribunal Marítimo, Processo nº 701/42. O *Porto Alegre* foi torpedeado ao largo de Durban, na África do Sul, pelo *U-504*, comandado pelo Capitão Poske, em 03/11/1942 – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 705. O *Apalóide* foi atacado pelo *U-163* no dia 22/11/1942 ao largo da Venezuela – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 734/42. O *Brasilóide* foi afundado a 18/02/1943 a 5 milhas do litoral de Sergipe pelo *U-518* sob o comando do Capitão Wissmann – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 744/43. O *Afonso Pena* foi atacado a 02/03/1943 pelo submarino italiano *Barbarigo*, comandado pelo Capitão Rigoli, e afundado no litoral da Bahia – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 765/43. O *Tutóia* foi afundado no litoral de São Paulo em 31/07/1943 pelo submarino alemão *U-513*, sob as ordens do Capitão Guggenberger – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 817/43. O *Pelotaslóide*, na foz do rio Pará, a 04/07/1943, foi torpedeado pelo submarino *U-590* sob as ordens do Capitão Krueger – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 883/43. O *Bagé*, no litoral de Sergipe em 31/07/1943, foi posto a pique pelo submarino *U-185*, comandado pelo Capitão Maus – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 839/43. O *Itapagé* foi torpedeado no litoral de Alagoas a 26/09/1943 pelo submarino alemão *U-161*, comandado pelo Capitão Albrecht Achilles. Este submersível seria depois afundado por aviões caça-submarinos da esquadrilha norte-americana VP-74, baseados em Salvador/Bahia – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processos nº 862 e 871/43. O *Campos* foi o último navio mercante brasileiro destruído por ação de submarinos do Eixo. Ele foi afundado em 23/10/1943 ao largo do litoral de São Paulo pela belonave *U-170*, comandada pelo Capitão Pfeffer – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 905/43.

confrontavam as forças do Eixo na Europa, África do Norte e até no Extremo Oriente. A presença de militares dos Estados Unidos em bases e aeroportos no norte e nordeste do país tornava-se cada dia mais numerosa. O Contra-Almirante Jonas Ingram, comandante da Força-Tarefa 23, mais tarde transformada na 4ª Frota dos Estados Unidos (março de 1943), tendo como missão o patrulhamento de toda a área do Atlântico Sul, possuía à sua disposição, antes mesmo do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, os portos de Salvador e Recife, sendo este último escolhido como sede da esquadra. Em fins de abril de 1942, o Presidente Vargas entregou ao comandante norte-americano, em caráter informal, o comando das forças aéreas e navais brasileiras, fazendo dele, na prática, o responsável pela defesa marítima brasileira<sup>306</sup>. Em maio de 1942 foi divulgado publicamente que pilotos da Força Aérea Brasileira haviam atacado, sem sucesso, submarinos do Eixo, em três ocasiões diferentes<sup>307</sup>. Nos meses intermediários entre o seu rompimento de relações diplomáticas e a sua declaração de guerra, o Brasil estava, em face da Alemanha e da Itália, numa situação que poderíamos qualificar, muito apropriadamente, de quase-beligerância.

Por essa razão, a decisão tomada em 16 de maio pelo Alto Comando da *Kriegsmarine*, autorizando o ataque a qualquer navio mercante latino-americano que estivesse armado, com exceção dos argentinos e chilenos, e a ordem emitida em 4 de julho, liberando por completo os navios e a costa brasileira como possíveis alvos para submarinos que, de qualquer forma, já os vinham atacando, são muito menos impressionantes<sup>308</sup>. Os navios brasileiros afundados em 1942 e 1943 somavam mais de 130.000 toneladas de deslocamento bruto<sup>309</sup>. Apesar de representar menos de 1,5% da tonelagem total afundada pelos submarinos alemães de 1942 até o final da guerra<sup>310</sup>, não devemos menosprezar a importância regional desses valores.

Depois do afundamento de navios no litoral norte-americano, em fevereiro/março de 1942, Vargas determinou que todas as embarcações brasileiras se refugiassem nos portos mais próximos. Entrementes, solicitou do governo norte-americano urgente proteção para todos os navios mercantes brasileiros que realizavam viagens entre os dois países<sup>311</sup>. As pressões brasileiras prosseguirão, mormente após os afundamentos ocorridos em agosto nas costas do país, atingindo barcos que efetuavam

---

<sup>306</sup> Frank D. McCann, Op. Cit., p. 222.

<sup>307</sup> Paulo de Queiroz Duarte, Op. Cit., p. 317.

<sup>308</sup> Karl Dönitz, Op. Cit., p. 239.

<sup>309</sup> Armando Amorim Ferreira Vidigal, Op. Cit., p. 87.

<sup>310</sup> A.C. Raja Gabaglia, Op. Cit., pp. 363-364.

<sup>311</sup> R.A. Humphreys. Op. Cit., Vol. II, pp. 65-66.

viagens puramente domésticas. O despreparo material e técnico das Forças Armadas brasileiras para a guerra anti-submarina, tornava o país dependente da Marinha de Guerra norte-americana para a proteção de sua frota mercante, mesmo quando esta navegava somente em litoral brasileiro. Ao mesmo tempo, releva considerar a dependência infra-estrutural que o Brasil tinha com a sua navegação de cabotagem: como muito bem observa o historiador militar Armando Vidigal, “a navegação de cabotagem era indispensável para o abastecimento do norte e nordeste, a única via de comunicação confiável no que ainda era o arquipélago brasileiro”<sup>312</sup>. Dentre as mais de 600 vítimas fatais decorrentes dos ataques do U-507 no mês de agosto, incluíam-se mais de cem militares do 7º Grupo de Artilharia de Dorso que, embarcando nos navios Baependi e Itagiba, deslocavam-se de Salvador para Recife<sup>313</sup>.

A conseqüência imediata da declaração de guerra brasileira, para os Estados Unidos, foi o crescimento das demandas do governo brasileiro com vistas à entrega de equipamentos e a proteção do comércio naval brasileiro pela *U.S.Navy*. Os primeiros comboios em águas brasileiras começaram a ser organizados já no mês de setembro<sup>314</sup>. Grande parte deles, no decorrer da guerra, teria como objetivo a proteção do comércio de cabotagem realizado no litoral do país. Isto implicava que recursos norte-americanos, ainda que pequenos se considerarmos o esforço total de guerra dos Estados Unidos, estavam sendo deslocados para operações sem qualquer utilidade, direta ou indireta, para a vitória aliada nos principais *fronts* da guerra. Este era um efeito colateral, positivo para os alemães, do fim das barreiras políticas e diplomáticas à guerra submarina contra a navegação brasileira.

Por isso mesmo, é estranho que o Almirante Dönitz, em suas memórias, lamente e considere um erro político os ataques submarinos alemães de agosto de 1942, possíveis após o fim das restrições a ataques nas costas brasileiras, e que redundou na declaração de guerra do Brasil. No curto espaço de um único parágrafo, ele não apresenta qualquer argumento que possa referendar a sua opinião de que levar o Brasil a declarar guerra oficialmente foi “indubitavelmente um erro”<sup>315</sup>. Para isso, o almirante teria que demonstrar o quanto o aumento da participação brasileira no esforço de guerra aliado mais do que compensou o incremento na tonelagem naval aliada afundada pelos submarinos do Eixo na região, e o desvio de recursos técnicos e militares dos Estados

---

<sup>312</sup> Armando Amorim Ferreira Vidigal, Op. Cit., p. 88.

<sup>313</sup> Arquivo do Tribunal Marítimo, Processos nº 668 e 671/42.

<sup>314</sup> Paulo de Queiroz Duarte, Op. Cit., p. 175.

<sup>315</sup> Karl Dönitz, Op. Cit., pp. 252-253.

Unidos para a área, em tarefa completamente subsidiária face à guerra total que se travava. Embasados nos fatos e argumentos aduzidos acima, podemos facilmente presumir que não foi o caso.

McCann relata em seu livro que Hitler teria, em transmissão radiofônica de junho de 1942, alertado ao governo brasileiro que o país seria alvo de uma ofensiva submarina. Face ao grau de cooperação existente entre o Brasil e os Estados Unidos, o governo alemão já encarava o país como parte da coalizão inimiga, suspeitando que uma declaração de guerra formal por parte do governo brasileiro estava em gestação, esperando apenas pelo momento mais propício para que viesse à tona. Era preciso antecipar-se aos brasileiros<sup>316</sup>.

Efetivamente, partindo-se do perfil psicológico de Hitler, do seu *modus operandi* político, podemos considerar esta transmissão radiofônica como uma declaração de guerra de fato. A informalidade do ato se coaduna com o próprio *status* político que deveria ser dado a um país periférico de pouco ou nenhum peso político no cenário internacional, consoante o preconceituoso pensamento do dirigente alemão. Seu entusiasmo com o ataque japonês à frota naval norte-americana do Pacífico, sem aviso nem declaração de guerra formal, consoante seu entendimento, devia ser a atitude de uma grande potência, com *élan*, brutalidade e disposição necessárias para vencer uma guerra total<sup>317</sup>, e diz muito em relação à *blitz* submarina lançada contra o litoral brasileiro que redundou nos afundamentos de agosto.

Sem embargo, a surpresa não foi a decisão alemã em atacar, de modo sistemático, os navios e o litoral brasileiros, nem a decisão tomada pelo governo Vargas de, após a destruição ocorrida no mês de agosto, formalizar o estado de guerra do país com a Alemanha e a Itália, mas a demora de Vargas em dar este passo. Devemos lembrar que, até fins de julho, 12 navios brasileiros haviam sido perdidos por ação direta dos submarinos do Eixo, além de um outro (Comandante Lira) já ter sido atacado nas costas brasileiras no mês de maio, conseguindo safar-se, mesmo avariado, graças à intervenção de aviões caça-bombardeiros norte-americanos<sup>318</sup>. Nenhuma das reclamações feitas pelo governo brasileiro, através da embaixada do país em Portugal, recebeu resposta de Berlim.

---

<sup>316</sup> Frank McCann, Op. Cit., pp. 222-223.

<sup>317</sup> Gerhard L. Weinberg. "Pearl Harbor: The German Perspective". In: Gerhard Weinberg, *Germany, Hitler & World War II*. New York, Cambridge University Press, 1995, p. 203.

<sup>318</sup> Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo n° 663/42.

O reconhecimento da beligerância brasileira, além disso, veio após diversas manifestações públicas pela guerra, ocorridas em várias regiões do país e entre os mais variados e heterogêneos segmentos sociais brasileiros<sup>319</sup>. As grandes manifestações nas maiores cidades brasileiras criaram um clima de união nacional contra a agressão do Eixo, abrangendo desde conservadores antifascistas até comunistas. Em seu discurso de 7 de setembro, Vargas reconheceria a fonte primordial de sua decisão, ao afirmar: “Protestastes com indignação, solicitastes por todas as formas de expressar a vontade popular que o governo declarasse guerra aos agressores, e assim foi feito”<sup>320</sup>.

Getúlio autorizou Oswaldo Aranha, no dia 21 de agosto, a enviar notas em que se comunicava aos governos da Alemanha e da Itália que os atos de guerra praticados contra o Brasil haviam criado um estado de beligerância. No dia 31 do mesmo mês, por intermédio do Decreto 10.358, formalizou-se o estado de guerra em todo o território nacional<sup>321</sup>.

A excessiva cautela do governo brasileiro nesta questão pode ser avaliada levando-se em consideração o acontecido com o México. A declaração de guerra mexicana a todos os países do Eixo, em 1º de junho de 1942, decisão retroativa a 22 de maio, ocorreu depois do torpedeamento de dois de seus navios-tanque (*Potrero del Llano e Faja de Oro*), atacados quando navegavam em águas do Golfo do México<sup>322</sup>. Como no Brasil, também ocorreram no México manifestações populares em prol da guerra. Ainda assim, podemos considerar a atitude do governo mexicano, se comparada à do brasileiro, muito mais determinada e resoluta. Se alguma especificidade pode ser imputada à formalização da beligerância brasileira, esta não será, certamente, sua inesperada realização, mas sim sua longa procrastinação em face das reiteradas agressões perpetradas contra a navegação comercial do Brasil.

De qualquer forma, pode-se perceber que o tempo em que ocorreram as declarações de guerra do México e do Brasil tem forte sincronia com o desenrolar da guerra submarina nas costas do hemisfério ocidental. Como já foi explicitado anteriormente, o epicentro dos ataques submarinos, em termos regionais, passou da costa leste dos Estados Unidos, no primeiro trimestre de 1942, para a região do Golfo e do Caribe, no segundo trimestre do mesmo ano. O litoral brasileiro não possuía fluxo naval comparável com o dessas regiões, mas a partir do segundo semestre do ano, ali

---

<sup>319</sup> Frank McCann, Op. Cit., pp. 230-231.

<sup>320</sup> Site do CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas, GV rem 1930.10.03.

<sup>321</sup> Hélio Silva, Op. Cit., p. 383.

<sup>322</sup> R.A.Humphreys, Op. Cit., pp. 40-41.

estariam, à disposição dos comandantes de submarinos alemães e italianos, presas muito mais fáceis de abater.

Após a declaração de guerra brasileira, doze vasos de bandeira nacional foram postos a pique. Em maio de 1943 as elevadas perdas de submarinos no Atlântico Norte fizeram com que o Almirante Dönitz ordenasse o abandono destes mares pelos submersíveis alemães. A Batalha do Atlântico estava temporariamente perdida, uma vez que a principal via de comunicação marítima aliada estava totalmente desobstruída, livre de ataques. Os submarinos alemães deviam atuar em águas menos perigosas, até que avanços técnicos e táticos lhes permitissem um regresso seguro ao centro estratégico da batalha<sup>323</sup>. Dentre estas regiões, propícias à atividade submarina, estava o Atlântico Sul, com destaque para o litoral brasileiro. Mas, nem mesmo esta região era, neste momento, um bom valhacouto para a ação dos submarinos, como o fora meses antes. O poderio aeronaval dos Estados Unidos já se fazia sentir por todo o Atlântico Sul, e suas bases no litoral do Brasil e na ilha britânica de Ascensão tornavam a operação de submarinos nesta área muito mais arriscada. Entende-se, destarte, o sentido da mensagem do comandante do U-466, Capitão Konrad Schöen, enviada para Berlim em fins de julho de 1943, após seu barco sofrer tenaz caçada aérea ao largo das Guianas e das costas do Amapá e do Pará. “O ar como em Biscaia”, teria mencionado, comparando o nível de patrulhamento e guerra aérea anti-submarina nas costas brasileiras ao existente, naquele momento, na Baía de Biscaia, litoral atlântico francês, local das bases dos *U-boots* que operavam no Atlântico, e alvo permanente de patrulhas e ataques aéreos provenientes da Grã-Bretanha<sup>324</sup>. Em julho/agosto de 1943, sete submarinos alemães foram destruídos no litoral brasileiro, todos vítimas de ataques aéreos desferidos por aeronaves norte-americanas baseadas no Brasil (em um deles, aviões da FAB foram co-responsáveis)<sup>325</sup>.

De qualquer modo, ainda que somente 67 navios fossem torpedeados no litoral das Américas por submarinos do Eixo durante todo o decorrer de 1943, valor modesto se cotejado com os números do ano anterior, aproximadamente 50% destes afundamentos ocorreram nas costas brasileiras<sup>326</sup>. Neste ano de 1943, sete navios brasileiros foram afundados ao longo do litoral do país, o que corresponde a mais de

---

<sup>323</sup> Gerhard L. Weinberg. *A World at Arms: A Global History of World War II*. New York, Cambridge University Press, 1994, p. 382.

<sup>324</sup> Paulo de Queiroz Duarte. Op. Cit., pp. 249-250.

<sup>325</sup> Idem, p. 293.

<sup>326</sup> Idem, ibidem.

10% das perdas aliadas em toda a área costeira do Novo Mundo<sup>327</sup>. A Batalha do Atlântico podia estar perdida, mas o fim das restrições à guerra submarina contra os navios e as costas brasileiras era ainda capaz de trazer alguns poucos momentos de satisfação e vitória aos exauridos submarinistas alemães.

Pode-se, destarte, inferir que, frente ao comprometimento brasileiro com o esforço de guerra norte-americano, e às demandas próprias de uma guerra submarina total contra o comércio aliado, os afundamentos de navios brasileiros continuariam independentemente de estar ou não o país formalmente em guerra. Como é natural supor que o governo do Rio de Janeiro respondesse politicamente a tais atos reiterados de agressão, a declaração de guerra passa a ser um evento quase certo. Caso não ocorresse em agosto, certamente se materializaria em futuro bem próximo.

A exceção dentre as nações latino-americanas foi a Argentina. No mais das vezes, o comércio naval portenho foi poupado pelos submarinos do Eixo, muito embora a maior parte de suas cargas se destinasse à Grã-Bretanha. Praticamente no decurso de todo o conflito, os ingleses dependeram dos argentinos para o suprimento de seu consumo de trigo, couro, linhaça e, especialmente, de carne, necessária tanto para as rações da população civil como das forças armadas do país<sup>328</sup>. Nos meses de abril e junho de 1942, ao largo do litoral dos Estados Unidos, foram torpedeados dois navios argentinos (Victoria e Rio Tercero), fato que causou grande indignação popular, reação semelhante às ocorridas no México e no Brasil quando também foram vítimas de ataques submarinos. A reação alemã a estes incidentes, todavia, foi bem diferente. Desculpas formais foram enviadas, juntamente com a promessa de futura reparação pelas perdas materiais sofridas. O Governo argentino, por seu lado, ordenou à sua marinha mercante a utilização somente de portos norte-americanos margeando o Golfo do México<sup>329</sup>.

Em julho de 1942, O Ministro das Relações Exteriores alemão, Joachim von Ribbentrop, negou ao Almirante Dönitz autorização para que seus submersíveis operassem no estuário do rio da Prata, região onde se encontravam navios refrigerados, carregados com carne argentina destinada à Grã-Bretanha. Ainda que não estivesse sendo demandada a destruição de navios portenhos, a operação de submarinos nas costas do país poderia provocar manifestações de repúdio ao Eixo por parte da opinião

---

<sup>327</sup> A.C. Raja Gabaglia. Op. Cit., p. 436.

<sup>328</sup> R.A. Humphreys. Op. Cit., pp. 139, 159-160.

<sup>329</sup> Idem, p. 136.

pública argentina<sup>330</sup>, comprometendo ainda mais a posição de neutralidade na guerra adotada pelo governo argentino. Depoimento de um sobrevivente do submarino italiano *Archimidi*, destruído no litoral brasileiro em abril de 1943, referenda a real aplicação das ordens que proibiam ataques a navios argentinos. A belonave italiana, operando no setor entre Salvador e Recife, não logrou afundar nenhum navio, ainda que tivesse interceptado dois que, uma vez identificados como argentinos, foram poupados<sup>331</sup>.

Esta restrição proposital à guerra submarina explica-se pela importância política, para a Alemanha, em manter a Argentina como uma exceção dentro do concerto das nações americanas. Sua posição de neutralidade, ao mesmo tempo em que procurava entrar a construção da hegemonia hemisférica norte-americana, causando problemas para o país deste lado do Atlântico, constituía também uma das poucas portas de entrada legal existentes nas Américas para espiões e propagandistas do Eixo, que tinham em suas respectivas embaixadas em Buenos Aires refúgio e quartel general<sup>332</sup>.

Neste único caso, a guerra submarina total no Atlântico, coordenada e implementada pelos alemães, teve de ceder frente a interesses políticos e diplomáticos de maior importância e envergadura. Ousamos afirmar, num exercício especulativo contra-factual, que, caso priorizadas, também no caso argentino, as demandas para a guerra submarina total, e os navios e o litoral do país passassem a ser objeto de rapinagem, a Argentina certamente teria revertido sua posição de neutralidade à época, por mais independente que fosse a postura do governo em face do papel hegemônico norte-americano no continente. Nenhuma administração sobreviveria às pressões de toda uma sociedade, pressões estas nascidas da contumaz destruição do patrimônio e das vidas nacionais, a menos que articulasse uma resposta condizente com a perpetração de tais atos de agressão. Esta resposta podia ser o rompimento de relações diplomáticas ou mesmo a declaração de guerra. Mas isto não interessava nem à Alemanha e nem à Argentina.

Para finalizar este tópico, queremos abordar e esclarecer uma absurda dúvida histórica que, nascida de boatos ainda dos tempos da guerra, subsiste até nossos dias, pelo menos no imaginário popular. Tal dúvida consiste em saber se os navios brasileiros foram mesmo afundados por submarinos alemães e italianos, ou se a responsabilidade

---

<sup>330</sup> Karl Dönitz, Op. Cit., pp. 239-240.

<sup>331</sup> Paulo de Queiroz Duarte. Op. Cit., pp. 227-228.

<sup>332</sup> Com o rompimento de relações diplomáticas do Chile com os países do Eixo, em janeiro de 1943, a Argentina tornar-se-ia o único Estado americano a manter legações diplomáticas e consulares desses países. R.A. Humphreys, Op. Cit., p. 116.

por esses ataques deve ser imputada aos submarinos norte-americanos, que secretamente afundavam os navios brasileiros e, atribuindo tais ações ao Eixo, procuravam trazer o Brasil o mais rapidamente possível para a guerra. Para esclarecer esta questão, utilizar-nos-emos de uma argumentação tanto dedutiva como empírica.

Em razão da participação e compromisso do governo brasileiro com o esforço de guerra norte-americano em 1942, é difícil imaginar por qual motivo os Estados Unidos se arriscariam a uma empreitada dessa natureza (afundar navios brasileiros), o que, em caso de descoberta, comprometeria deveras toda a estreita relação existente entre os dois países, construída por seus governos nos últimos anos. Não somente o General Góes Monteiro, tido como germanófilo, já expressara muito pragmaticamente para Vargas a necessidade de se alinhar com os Estados Unidos, como o próprio Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, homem da mais alta confiança do presidente brasileiro, era um articulador desse alinhamento. Aranha, devido às suas posições pró-americanas, fora, inclusive, alvo de um complô para assassiná-lo, planejado pela Gestapo<sup>333</sup>.

Tal fato ocorrera às vésperas da Conferência do Rio de Janeiro em janeiro de 1942, da qual resultou, como já vimos, o rompimento de relações com os países do Eixo. A polícia brasileira, com a cooperação do FBI e do serviço secreto britânico, fizera uma operação de varredura na qual foram capturados 36 agentes alemães, italianos e japoneses. Atirando no que viu, a polícia acertou o que não vira: Franz Wasa Jordan, agente especial alemão, de periculosidade então insuspeitada. Um submarino o trouxera até o litoral brasileiro, onde foi transferido para navio mercante alemão e desembarcado no Rio de Janeiro. Instalado em Santa Teresa, aguardava o momento propício para desempenhar a sua missão – assassinar o chanceler Oswaldo Aranha.

Franz Jordan recebera diretamente das mãos do *Reichsführer* SS Heinrich Himmler, dinheiro e detalhadas instruções para a eliminação do ministro brasileiro. Esperava-se que o trauma causado pelo atentado, na semana anterior à inauguração da conferência, pudesse frustrar a sua realização. A varredura policial abortara o atentado. A pistola assassina não mudou o rumo dos acontecimentos. As advertências formuladas

---

<sup>333</sup> Gestapo era a sigla de *Geheim Staats Polizei*, a tão temida polícia política do III Reich, chefiada por Hans Muller, e supervisionada diretamente pela SS e por seu chefe, Heinrich Himmler.

pelos três embaixadores do Eixo quanto a qualquer tomada de posição ostensiva contra eles foram vigorosamente rechaçadas pelo Itamaraty<sup>334</sup>.

Como se pode ver, pelas atitudes dos governos do Eixo, pelas próprias tendências dentro do governo brasileiro, e pelas ações concretas por este efetivadas em prol do esforço de guerra norte-americano, não faria sentido nenhuma ação para consolidar o que já estava consolidado.

Além disso, nunca é demais lembrar que os Estados Unidos, em 1942, lutavam uma outra guerra no Pacífico contra os japoneses. Assim, os seus submarinos eram extremamente necessários naquele gigantesco teatro de operações, atuando em conjunto com os navios de superfície em vários embates contra a marinha de guerra imperial japonesa e, principalmente, empreendendo, desde o primeiro dia da guerra, ataques contra o comércio naval japonês naquele oceano, nos mesmos moldes dos realizados pelos alemães no Atlântico contra os navios mercantes aliados. Resumidamente, portanto, o afundamento de navios brasileiros por submarinos norte-americanos seria, naquele momento, um ato de completa irracionalidade política.

As evidências empíricas só fazem corroborar este raciocínio. Além dos arestos do Tribunal Marítimo do Brasil, há farta documentação a respeito da guerra submarina empreendida pela *Kriegsmarine* na *Bibliothek für Zeitgeschichte*, em Stuttgart, na Alemanha, onde se encontram os relatórios de bordo de vários submarinos envolvidos na ofensiva do Atlântico Sul. O Almirante Dönitz, numa narrativa mais abrangente sobre a guerra no Atlântico, faz menção específica ao submarino e comandante alemães (U-507, tenente-comandante Schacht) que afundou navios brasileiros em agosto de 1942, levando o Brasil formalmente à guerra<sup>335</sup>. Se o comandante da frota de submersíveis alemães admite, sem maiores problemas, a responsabilidade alemã pelos ataques aos navios brasileiros, acreditamos já ser mais do que o momento de sepultar de vez qualquer hipótese esdrúxula que intente atribuir à ação militar norte-americana a culpa pelas perdas navais brasileiras.

Após este relevante parêntese, retornemos à conexão entre a formalização da beligerância brasileira e os condicionamentos existentes num sistema internacional mergulhado numa guerra total. É primordial que o nexos causal que redundou na declaração de guerra brasileira seja descrito e compreendido adequadamente. No

---

<sup>334</sup> Estas informações vieram a público pela primeira vez graças à diligência investigativa do jornalista Murilo Melo Filho em *Testemunho Político*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1998, pp. 71-72.

<sup>335</sup> Karl Dönitz, Op. Cit., p. 252.

inverno de 1941/42, a Alemanha, diante da impossibilidade de vencer os soviéticos com uma ofensiva rápida e potente, e agora também formalmente em guerra com os Estados Unidos, decidiu aprestar-se para a perspectiva de um conflito de longa duração. Uma das decisões condizentes com essa nova realidade estratégica foi a de aumentar a produção de submarinos para, com eles, empreender uma campanha irrestrita contra todo o comércio naval aliado, aí se incluindo toda a região litorânea da América do Norte como um alvo taticamente promissor.

No decorrer do primeiro semestre de 1942, uma grande quantidade de navios foi destruída na costa leste dos Estados Unidos, golfo do México e nos mares ao redor do Caribe e da América Central. A facilidade tática para o afundamento de navios mercantes era, com o passar do tempo, cada vez proporcionalmente maior, quanto mais os submarinos fossem operar em águas ao sul do hemisfério. A partir do segundo semestre, as costas brasileiras, malgrado o pequeno volume de comércio naval, se apresentavam como área bastante propícia para a ação dos submarinos, na qual as embarcações mercantes podiam ainda ser fácil e seguramente atacadas. Em termos adstritos à guerra submarina, era interessante operar na região e ter elencados, como prováveis alvos, o maior número de navios possível, o que certamente incluía a maior frota mercante de toda a América Latina.

O Brasil, após o rompimento de relações diplomáticas com os países do Eixo, fornecia aos norte-americanos “apoio político, materiais estratégicos, bases e rotas aéreas, patrulhas aéreas e navais e eliminação da quinta coluna<sup>336</sup> nazista”, consoante nos esclarece Gerson Moura<sup>337</sup>. Como já analisamos no capítulo anterior, esta situação era decorrente da necessidade norte-americana de se preparar da melhor forma possível para a guerra, antes e imediatamente após o seu envolvimento formal, em 1940 e 1941. Politicamente, portanto, não havia qualquer óbice substancial para o governo alemão que o levasse a vetar os navios e o litoral brasileiros como possíveis alvos para os seus submarinos. Em junho/julho de 1942 eles foram, de fato, liberados, e os afundamentos de agosto seriam apenas os primeiros de uma série de outros que ocorreriam na região. Como é esperado que o governo de qualquer país que se pretenda minimamente soberano e independente reaja formalmente a agressões dessa natureza, podemos

---

<sup>336</sup> O termo quinta coluna teve origem na guerra civil espanhola quando o generalíssimo Franco, avançando contra Madri com quatro colunas de tropas, referiu-se à ação de uma quinta, dentro da cidade atacada, composta por simpatizantes da causa legionária.

<sup>337</sup> Gerson Moura. In: José Augusto Guilhom de Albuquerque (org.). Op. Cit., p. 99.

afirmar, destarte, que uma declaração de guerra brasileira à Alemanha era, a partir de junho/julho de 1942, o evento que se sucederia com naturalidade.

### 4.3 – O Brasil Vai à Guerra

Assim que se efetivou a declaração de guerra do Brasil à Alemanha e Itália, em agosto de 1942, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Jefferson Caffery, enviou mensagem ao seu governo informando que o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, estava falando “de maneira exagerada e por demais ambiciosa do papel que o Brasil desempenharia na guerra”<sup>338</sup>.

Sem embargo, na perspectiva de várias de nossas autoridades diplomáticas, militares e da administração, uma destacada participação do Brasil durante e após a guerra era não apenas possível, mas inevitável. Essa participação, muito além de uma preeminência na América Latina, incluiria a atuação brasileira na re-configuração do sistema de poder mundial, via participação nas conversações de paz do pós-guerra. Predominava uma euforia entre os planejadores da política externa brasileira, como se pode depreender das palavras de Oswaldo Aranha em janeiro de 1943, quando afirmou que “o Brasil deveria inelutavelmente tornar-se uma das grandes potências econômicas e militares do mundo”<sup>339</sup>, ou da afirmação de João Neves da Fontoura, embaixador brasileiro em Portugal, que em carta ao presidente Vargas datada de agosto de 1943, dizia que “estender a todo o mundo a nossa projeção política não me parece ousadia nem excesso de imaginação”<sup>340</sup>.

Essa presunção sobre a importância do Brasil no que se fazia atinente à política internacional era, em grande medida, reforçada pela própria política de Washington que, visando consolidar o apoio brasileiro à sua escalada hegemônica, sempre que possível adulava o Brasil e o governo Vargas.

A retórica ambiciosa, todavia, era confrontada com a escassez de recursos financeiros, técnicos e materiais para concretizar a realização desse projeto de potência. Os militares brasileiros e algumas autoridades civis abertamente reconheciam que o Brasil não estava preparado para a guerra. Logo após a formalização do estado de beligerância com a Alemanha, o general Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra,

---

<sup>338</sup> Extraído do site do Departamento de Estado, <http://www.usinfo.state.gov>.

<sup>339</sup> Fundo de Arquivo Oswaldo Aranha, código OA, 36.1.47, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

<sup>340</sup> Site do CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1943.07.07.

confirmou o despreparo do Exército brasileiro. É notório o episódio em que o general Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, elaborou em uma única noite um plano de guerra para apresentar ao secretário da Marinha de Guerra dos Estados Unidos em outubro de 1942<sup>341</sup>. A incapacidade técnica, o despreparo e a improvisação faziam com que a possibilidade de participação brasileira no conflito fosse necessariamente determinada pela aceitação das condições impostas pelos aliados.

As contradições referentes às ambições brasileiras e à sua falta de meios para concretizá-las poderiam ser solucionadas, desde que o Brasil se tornasse uma “potência associada” aos Estados Unidos, recebendo deles os indispensáveis recursos para a consubstanciação do projeto de grandeza nacional. A sociedade clamava por uma posição firme do Brasil em direção à guerra: correntes de opinião pró-americanas, organizações nacionalistas como a Liga Nacional de Defesa e o Clube Militar, e organizações de esquerda, como o Partido Comunista e os remanescentes da ANL pregavam a ida à guerra para a liquidação do nazismo. O pensamento no círculo dos chefes militares era o de que a participação na guerra traria significativos avanços às forças armadas, fortalecendo a posição brasileira em relação aos nossos vizinhos do Cone Sul, principalmente a Argentina. Já as lideranças político-diplomáticas tinham como alvo as conversações de paz do pós-guerra, o que, segundo eles, redimensionaria favoravelmente o peso da política externa brasileira no concerto internacional.

Todos esses fatores se direcionavam a uma mesma conclusão, que era a de participar de forma mais ativa no conflito. Havia duas questões imediatas a serem solucionadas: como se organizar e treinar uma força militar para participar da guerra, e como efetivamente se fazer presente nas negociações de paz. Entre fins de 1942 e o início de 1943, os tomadores de decisões políticas e militares do Brasil encontraram a resposta a estas questões, através do projeto de criar e enviar uma força expedicionária a um dos teatros de operações da guerra. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi, destarte, o núcleo de um projeto que visava a robustecer as Forças Armadas brasileiras e a fazer com que o país passasse a ter, na qualidade de aliado especial dos Estados Unidos, uma grande importância não só na América Latina, mas no mundo.

Havia, entretanto, um óbice pouco considerado pelos planejadores brasileiros: a lógica do sistema de poder hegemônico dos Estados Unidos. Como afirmou à época Noel Charles, embaixador da Grã Bretanha no Brasil, os Estados Unidos não gostariam

---

<sup>341</sup> Lourival Coutinho. *O General Góes depõe...* Rio de Janeiro, Livraria Editora Coelho Branco, 1955, pp. 382-384.

que “o Brasil se tornasse significativamente poderoso num sentido militar na América Latina, já que isso significaria arranjar problemas futuros para si próprios”<sup>342</sup>. Por outro lado, todavia, os Estados Unidos não podiam desconsiderar as demandas brasileiras, dada a quantidade de ações positivas do Brasil em prol do esforço de guerra aliado. A política externa brasileira tinha, assim, pouca margem de manobra entre os objetivos hegemônicos dos Estados Unidos e sua aliança com o Brasil durante a guerra. Mas, ainda que limitada, a margem de manobra era real<sup>343</sup>.

A colaboração militar Brasil-Estados Unidos fora alinhavada por um acordo político datado de 23 maio de 1942, que previa a criação de uma comissão conjunta de defesa, a *Joint Brazil-United States Defense Commission (JBUSDC)*<sup>344</sup>. Para a execução do acordo, foram constituídas duas comissões mistas, uma com sede nos Estados Unidos e outra no Brasil. A primeira a ser criada foi a de Washington, constituída, pelo lado do Brasil, da seguinte forma: General de Divisão Estevão Leitão de Carvalho, Almirante Álvaro de Vasconcelos, Coronel-Aviador Vasco Alves Seco, General João Vicente Sayão Cardoso e três ajudantes de ordens, o Capitão-Tenente Enéias Arroxelas de Miranda Correia, Capitão Aviador João Cruz Seco Jr. e o Primeiro Tenente Tasso Vilar de Aquino. A delegação norte-americana compunha-se do General de 3 Estrelas (equivalente a General de Divisão) J. Garesché Ord, Coronel Kenner Fischer Hertford, do Estado Maior do Exército, Coronel Joseph Smith, da Aviação do Exército, Coronel D. Gillet, da reserva do Exército e convocado como intérprete, Contra-Almirante William Oscar Spears, Capitão de Mar e Guerra Frank Thomas, Comandante Thomas Robbins, da Aviação Naval, e Capitão de Corveta Oren Root Jr. A Comissão era presidida pelo Gen. Garesché Ord. A Comissão do Rio de Janeiro iniciou seus trabalhos nos últimos dias de 1942, e era constituída pelo General de Divisão Cristóvão de Castro Barcelos, Contra-Almirante Guilherme Rieken e Coronel-Aviador Carlos Pfaltzgraff Brasil, pelo lado brasileiro, e pelo Contra-Almirante A. Toutant Beauregard e Capitão de Corveta C.W.Lord, pela Marinha dos Estados Unidos, Coronel Francis B. Kane, pelo Exército norte-americano e Tenente J.C.Selser Jr, pela Força Aérea ianque. A Chefia Geral coube ao General Cristóvão Barcelos<sup>345</sup>.

---

<sup>342</sup> Hélio Silva. *1944: O Brasil na Guerra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, p. 64.

<sup>343</sup> Gerson Moura. *Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante a após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 27.

<sup>344</sup> O texto, na íntegra, deste documento, encontra-se transcrito no Anexo deste trabalho.

<sup>345</sup> Hélio Silva. *1944: O Brasil na Guerra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, p. 107.

O andamento dos trabalhos dessas comissões foi dificultoso. Militares americanos e brasileiros tinham percepções discrepantes sobre as tarefas da Comissão na promoção da colaboração Brasil-Estados Unidos. Para o Estado Maior norte-americano, a comissão deveria se dedicar a ações que levassem ao reforço das defesas de certas regiões do Brasil (especialmente o Nordeste), expostas a um ataque das forças do Eixo. Para o Estado Maior brasileiro, a cooperação deveria atingir todas as atividades nacionais conectadas ao potencial de guerra, aí se incluindo as indústrias bélicas e de transportes. Essas percepções discrepantes nos auxiliam a compreender as recriminações mútuas que permeiam as relações militares Brasil-Estados Unidos neste período. Os norte-americanos reclamavam da quantidade de material bélico requisitado pelos brasileiros através dos acordos de *Lend-Lease*, ao passo que os brasileiros entendiam seus pedidos como absolutamente consentâneos com suas definições sobre colaboração. Apesar das rugas, a JBUSDC aprovou várias recomendações regulamentando as atividades militares navais e terrestres no Nordeste do Brasil, além de definir um programa de fornecimento de aviões e treinamento de equipagens objetivando fortalecer a defesa aérea do Brasil.

A invasão do Norte da África pelas tropas aliadas resultou em novos problemas para os planejadores brasileiros. Daquele momento em diante o Brasil deixava de ser um potencial teatro de guerra e passava a ser considerado, pelos Estados Unidos, como um local a ser usado nas rotas de transportes das forças aliadas para a frente de batalha, além de mero fornecedor de materiais estratégicos. Foi quando as lideranças brasileiras começaram a aventar acerca de uma força expedicionária para lutar fora do continente, mais precisamente no Norte da África. Vargas propagou esta idéia num discurso pronunciado a 31 de dezembro de 1942 para uma platéia de mais de mil patentes militares.

As primeiras prospecções feitas pelo governo brasileiro referentes ao engajamento de uma força expedicionária em combate tiveram um pouco de receptividade por parte de Sumner Welles e o Departamento de Estado, mas a Secretaria de Guerra, com Henry L. Stinson e o comando das forças norte-americanas se colocaram contrários às pretensões do Brasil. A Secretaria de Guerra entendia que a utilização de tropas brasileiras acarretaria numa série de problemas e que o seu custo (político, militar e econômico) pesaria muito mais do que qualquer benefício que se pudesse extrair dessa participação. O general Eisenhower achava que o endosso do

Brasil à invasão da África “surtiria efeito favorável sobre a Espanha”, mas declarou que nenhuma vantagem adviria de um engajamento direto do Brasil na guerra<sup>346</sup>.

No que se refere à posição britânica frente ao desejo brasileiro de participar da guerra de forma direta, é preciso que se examine tal posição levando-se em consideração a competição anglo-americana na América do Sul. O governo britânico via como inconveniente a participação do Brasil na guerra, mas por razões de ordem política aplaudiu as intenções brasileiras. Esperava-se um estímulo do interesse brasileiro pela Europa, minorando qualquer tendência isolacionista que por ventura viesse a se estabelecer nas Américas depois da guerra. Ademais, poderia ter um efeito positivo na posição de Portugal e da Espanha no conflito. Em termos práticos, os britânicos deixaram nas mãos do governo norte-americano a responsabilidade de responder às demandas brasileiras, incluindo-se aí ressentimentos que pudessem ocorrer ante uma resposta desencorajadora às pretensões do Brasil.

Efetivamente, o problema da participação do Brasil na guerra estava sob a alçada do governo norte-americano. Quando o presidente Roosevelt regressou do encontro mantido com Churchill em Casablanca e encontrou o presidente Vargas em Natal, a 29 de janeiro de 1943, dois pontos eram essenciais na pauta do encontro: a adesão do Brasil às Nações Unidas e o projeto brasileiro de tomar parte mais ativa na guerra.

Mesmo tendo rompido relações com o Eixo em janeiro de 1942 e declarado guerra à Alemanha e à Itália em agosto do mesmo ano, o governo brasileiro hesitava em aderir às Nações Unidas. Esta postura decorria da política anticomunista oficial, que se materializava em hostilidade à União Soviética no plano internacional, embora as vitórias soviéticas granjeassem a simpatia de grande parte da opinião pública brasileira. Vargas queria evitar implicações por estar ombreado com a Rússia, o que ocorreria caso aderisse à Carta das Nações Unidas. O desejo brasileiro de participar da guerra, contudo, levantava necessariamente a questão das Nações Unidas. Era, portanto, inevitável que, depois de analisar a situação da guerra, Roosevelt expusesse a necessidade de adesão do Brasil às Nações Unidas. Vargas aceitou e se comprometeu a tomar as devidas providências, não sem enfatizar que este era o momento oportuno para equipar o Exército, a Marinha e a Força Aérea do Brasil.

Quanto à participação brasileira na guerra, os governantes americanos começaram a perceber que este assunto era de relevância crucial para o governo do Rio

---

<sup>346</sup> J.P. Hobbs. *Dear General*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1971, p. 50.

de Janeiro e para os militares. Fazia-se necessária a apresentação, ao governo brasileiro, de uma propositura contendo alguma forma de cooperação concreta. Além do convite para que um pequeno grupo de oficiais brasileiros fosse mandado para a África do Norte na qualidade de observadores, as lideranças militares norte-americanas passaram a considerar a possibilidade de usarem as boas relações existentes entre Brasil e Portugal, com o fito de exercer influência na posição lusitana em relação ao Eixo e para a obtenção de melhores posições estratégicas no Atlântico. Em razão disso, Roosevelt apresentou sugestão para que o Brasil se engajasse no esforço de guerra pelo envio de tropas brasileiras ao arquipélago dos Açores e à ilha da Madeira, substituindo tropas portuguesas ali acantonadas. Vargas prometeu tratar do assunto com Salazar, mas deixou claro que o envio de tropas estava condicionado ao fornecimento de equipamento adequado.

A possibilidade de uma participação concreta do Brasil dependia, conforme as proposições apresentadas por Roosevelt em Natal, de iniciativas políticas brasileiras para com Portugal. O Brasil pedia uma solução para as suas carências e recebia em troca um problema novo e difícil de conduzir, em seus esforços de unir-se aos Estados Unidos na guerra.

A Conferência de Natal reservou, do ponto de vista político, algumas satisfações ao Brasil como aliado dos Estados Unidos e supostamente fortaleceu sua posição nas Américas. Roosevelt apresentou algumas proposições acerca do pós-guerra que engrandeceriam a posição brasileira, inclusive a exagerada promessa de um protetorado em Dakar, na África, o que revela seu objetivo fundamental nesta reunião, que era o de obter e consolidar a confiança do Brasil, a fim de assegurar o apoio deste às políticas norte-americanas.

No início de 1943, o governo Roosevelt ainda não tinha uma posição firmada sobre a participação do Brasil na guerra. Havia convidado uma missão militar brasileira à África do Norte para que esta pudesse entender e vivenciar a realidade concreta do teatro da guerra. Para o governo Vargas, portanto, parecia lógico que suas tropas fossem operar no Norte da África. Alguns dias após o encontro de Natal, o governo brasileiro decidiu assinar a Carta do Atlântico e entrar para as Nações Unidas. Concomitantemente, Vargas mandou o embaixador Vasco Leitão da Cunha para um giro no Norte da África, enquanto militares brasileiros eram enviados para ver como a guerra era de fato.

Um dos primeiros oficiais brasileiros a visitar o quartel-general de Eisenhower foi o brigadeiro Eduardo Gomes, comandante da Força Aérea Brasileira. Ele mostrou-se impressionado com o poderio norte-americano e com a idéia, passada a ele em conversas com oficiais americanos, de que estes eram favoráveis ao envio para a África de uma força expedicionária brasileira. Assim, tomou a iniciativa de escrever sobre a matéria ao general George Marshall, chefe do Estado Maior das forças armadas norte-americanas. Se de fato foi expresso um suposto apoio de oficiais norte-americanos ao envio de tropas brasileiras à África do Norte, tal atitude se contrapunha tanto às proposições apresentadas por Roosevelt a Vargas em Natal, como à oposição de Eisenhower no que se refere à presença brasileira naquela região. O general Marshall respondeu à missiva de Eduardo Gomes elogiando a contribuição brasileira ao esforço de guerra no que se referia à cessão de bases e outros benefícios, mas não redigiu uma linha sequer sobre o envio de tropas brasileiras à guerra<sup>347</sup>.

No início de 1943, o Departamento de Estado percebeu que o desejo brasileiro por uma participação mais ativa não poderia ser posto de lado sem que conseqüências negativas se fizessem sentir na posição do Brasil para com a guerra e seus aliados. As lideranças militares americanas, tanto em Washington como no Rio de Janeiro, estavam chegando às mesmas conclusões e seus representantes na JUBSDC expressaram essa opinião ao general Estevão Leitão de Carvalho, representante do exército brasileiro na comissão. O presidente Roosevelt igualmente apoiou o projeto brasileiro. Por volta de abril de 1943, setores civis e militares do governo norte-americano começavam a dar respostas positivas à solicitação brasileira de participação na guerra<sup>348</sup>.

Tendo se chegado a um acordo quanto à criação da Força Expedicionária Brasileira, a próxima etapa seria decidir onde e quando esta deveria entrar em operação. No intuito de solucionar este ponto, o Departamento de Estado procurou aproveitar a proposta de Roosevelt a Vargas acerca da utilização dos Açores e da ilha da Madeira como bases militares para as tropas brasileiras, que ali substituiriam a guarnição portuguesa. O governo britânico se opôs a essa proposta, fundando-se na sua inadmissibilidade por parte de Portugal. Na verdade, o estacionamento de tropas brasileiras naquelas ilhas realmente granjeou a oposição tanto de Portugal como da Inglaterra, calcada na presença dos Estados Unidos em possessões portuguesas. Com

---

<sup>347</sup> Gerson Moura. *Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 31.

<sup>348</sup> Idem.

fulcro em suas históricas alianças políticas com Portugal, o governo britânico convenceu o primeiro-ministro Salazar a cooperar e conceder facilidades à marinha britânica nas ilhas. Conseqüentemente, a decisão sobre o teatro de operações da futura Força Expedicionária Brasileira teve que ser postergada.

No âmbito militar, os planos da FEB começaram a ganhar cores mais vivas em abril de 1943, quando o general Leitão de Carvalho apresentou ao chefe do Estado Maior norte-americano um plano de envio aos campos de batalha de força expedicionária composta por quatro divisões<sup>349</sup>. Uma missão militar veio ao Brasil e regressou aos Estados Unidos certa de que o governo e os militares brasileiros estavam determinados a prestar uma força expedicionária e a lutar fora do continente americano.

As conversações oficiais continuaram na JBUSDC, tendo seus resultados redundado na Recomendação nº 16, aprovada em 11 de agosto de 1943, um ano após a declaração de guerra do Brasil. Consoante esse documento, a FEB se constituiria por três divisões e uma pequena unidade aérea, seguindo os padrões da organização militar norte-americana e ficando sob o comando funcional e estratégico do Exército dos Estados Unidos. Dessa forma, todas as ações e decisões importantes no que concerne a equipamento, transporte, tempo e local de deslocamento da FEB estariam sob o controle norte-americano.

O processo de formação da FEB foi lento e complexo: apenas uma das três divisões logrou ser organizada a partir de batalhões diferentes, contrariando os parâmetros estabelecidos pela JBUSDC. Desde o começo experimentou uma aguda falta de material, recursos e de capacidade organizativa. O seu comando transformou-se numa intensa disputa política, acabando Vargas por preterir as lideranças militares mais conhecidas para pôr a FEB sob as ordens do general João Baptista Mascarenhas de Moraes, o qual não se entendia muito bem com o Ministério da Guerra sobre as questões atinentes à FEB<sup>350</sup>.

Este lento progresso para a organização da FEB trouxe conseqüências nas relações políticas e militares com os Estados Unidos. Em setembro de 1943, os serviços de inteligência militar norte-americanos observavam que “a FEB é usada para

---

<sup>349</sup> As Divisões variam muito de tamanho conforme a organização do exército de cada país. No Brasil da época da 2ª Guerra Mundial, uma divisão de infantaria, em tese, deveria ter um efetivo de 10 mil homens, mas na prática seu efetivo variava entre 5 e 7 mil homens. Já uma divisão de infantaria do Exército norte-americano tinha um efetivo médio de 20 mil homens.

<sup>350</sup> As queixas do Mal. Mascarenhas de Moraes acerca dos problemas de organização podem ser encontradas no seu livro *Memórias*, Rio de Janeiro, Bibliex, 1984, Vol. I, pp. 170 e seguintes.

manipulação política (...) mas tem havido pouco progresso na organização das tropas e dos centros de instrução e na preparação de quadros”. Alegavam que os motivos desta ineficácia jaziam na “inércia e falta de iniciativa dos oficiais brasileiros da ativa” e concluíam que a FEB era um instrumento para aumentar o arsenal brasileiro pelo *Lend Lease*. Por esse motivo, o Departamento de Guerra solicitou à embaixada americana no Rio de Janeiro para investigar “a sinceridade brasileira de participar ativamente na guerra, antes de dar início a qualquer ação em Washington para obter aprovação específica para o emprego das tropas brasileiras”<sup>351</sup>.

Para o governo brasileiro, a clara indefinição por parte dos Estados Unidos era vista como uma comprovação do desinteresse do Departamento de Guerra pela FEB. Ainda que a posição brasileira tivesse o suporte do Departamento de Estado, a exoneração do subsecretário Sumner Welles e a sua substituição por Edward Stettinius Jr., em agosto de 1943, fez com que as negociações sobre a FEB se tornassem ainda mais complicadas. O fato de Stettinius não estar familiarizado com os acordos e barganhas sutis que alicerçavam a aliança Brasil-Estados Unidos, fazia com que ele desse pouca relevância aos assuntos brasileiros em geral.

No fim do ano de 1943, a conjunção de todos esses fatores redundou em recriminações mútuas, nas quais o Brasil acusava os norte-americanos de terem tido muitos ganhos e perdido o seu interesse anterior, evidenciada pela atitude titubeante dos Estados Unidos para embarcar a FEB para o teatro de operações da guerra. Washington respondia no mesmo tom, afirmando que os brasileiros não haviam acatado plenamente a orientação do Departamento de Guerra e sequer tinham terminado a organização das unidades componentes da FEB.

Muito embora os norte-americanos ainda mantivessem interesse pela FEB, a sua visão era a de que ela jamais seria ativada. Ademais, o governo dos Estados Unidos não se via na obrigação de mandar armas para o Brasil, havendo, assim, um efetivo decréscimo em suas remessas no fim do ano. Os oficiais norte-americanos concluíram, de seus contatos com as autoridades brasileiras, que os pedidos de material bélico estavam muito mais conectados ao desejo do Brasil em obter uma supremacia de armas na região do que propriamente pelas necessidades de treinamento da FEB. Lorde Halifax, embaixador britânico em Washington, relatou que os Estados Unidos, utilizando-se do argumento da falta de navios, evitou embarcar remessas vultosas de

---

<sup>351</sup> Gerson Moura. *Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991, pp. 32-33.

armas, uma vez que eram defesos ao surgimento de um exército poderoso no Brasil<sup>352</sup>. A essa altura, o próprio Vargas começou a acusar os Estados Unidos e, no final de 1943, a força expedicionária morria à míngua.

A situação agravara-se mais ainda com o aumento da oposição ao regime do Estado Novo no decurso de 1943. As *démarches* no envio da FEB e a falta de definição do seu destino tornaram-se peças de propaganda contra o governo Vargas. Rumores tentaram provar que a FEB era fruto de uma decisão pessoal de Vargas. Procuraram ridicularizar o seu atraso e chegaram mesmo a sugerir que ela fosse utilizada no país para lutar contra o regime. As forças armadas apoiavam Vargas e viam na FEB a expressão necessária aos objetivos da política externa do país, mas a demora no embarque das tropas causava irritação, já que poderia redundar no fim do apoio norte-americano aos projetos brasileiros. O fim da FEB significaria a destruição do capital político conquistado por Vargas através da política externa para a política interna. Sintetizando, o governo Vargas enfrentava problemas crescentes tanto no âmbito externo como no interno.

O impasse na colaboração Brasil-Estados Unidos foi superado nos primeiros meses de 1944 a partir de uma conjunção inesperada de acontecimentos na política sul-americana e de novos desdobramentos na política externa norte-americana.

No que tange à política sul-americana, o foco da questão foram as alterações na situação interna da Argentina. Este país não tinha, em 1943, um só movimento político capaz de capitalizar a insatisfação da maioria da população com os rumos dados à sua política e ao seu intenso desejo de reformas. Esta inércia apontava para a perpetuação no poder do Partido Conservador graças à habitual manipulação das eleições. Esse descontentamento nacional contribuiu, portanto, para abrir caminho para um golpe militar. Esta iniciativa coube a um grupo de oficiais do exército conhecido pela sigla GOU (*Grupo de Oficiales Unidos*), de orientação claramente nacionalista e favorável a um regime político autoritário.

Na noite de sexta-feira, 3 de junho de 1943, o general Arturo Rawson e o próprio ministro da Guerra do presidente Ramón Castillo, general Pedro Pablo Ramírez, apresentaram um ultimato ao governo. Ao amanhecer, a guarnição do Campo de Mayo, com mais de trinta mil homens, se pôs em marcha para ocupar Buenos Aires e o palácio presidencial. A única resistência, embora simbólica, foi a da Escola de Mecânica da

---

<sup>352</sup> Robert E. Sherwood. Op. Cit., pp. 266-267.

Armada (a ESMA, que ficaria tristemente famosa nos anos 1970-1980 como centro de torturas do regime então vigente). Espectadoras, a Força Aérea e a Marinha só aderiram quando Rawson e Ramírez já se encontravam instalados na Casa Rosada. Enquanto o povo aclamava os militares, o Partido Socialista mostrava cautela, contrastando com a União Cívica Radical, que lançou jubiloso manifesto ante as promessas dos militares de convocar eleições livres. O governo norte-americano também recebeu bem o golpe. Pareceu-lhe, inicialmente, um primeiro passo para tirar a Argentina do seu isolamento internacional e alinhá-la aos demais países americanos. Durou três dias a risonha esperança. O Congresso foi dissolvido e o general Ramírez – ministro do regime deposto – assumiu pessoalmente a chefia de governo. Embora não estivesse diretamente representado no Gabinete, o GOU detinha posições importantes nos ministérios da Guerra (Juan Domingo Perón) e do Interior, bem como alguns comandos no Exército<sup>353</sup>.

No segundo semestre de 1943, os Estados Unidos pressionaram o governo argentino a cumprir integralmente as resoluções da Conferência do Rio de Janeiro, mas o governo Ramírez negaceava, ora prometendo romper relações com o Eixo, mas recuando a seguir. Ao mesmo tempo, pedia auxílio militar a Washington, enquanto tentava adquirir armas da Alemanha. Corriam, também, rumores de que o governo de Buenos Aires procurava alargar sua influência sobre as forças militares dos países vizinhos, especialmente o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia<sup>354</sup>.

A conjuntura boliviana parecia favorável à causa aliada, uma vez que o seu governo havia declarado guerra ao Eixo em abril de 1943; todavia, a contínua crise social e a fraqueza política do governo de Peñaranda pavimentaram o caminho para um golpe militar, liderado pelo general Villaroel, às vésperas do Natal daquele ano. Malgrado o novo governo boliviano declarasse expressamente sua amizade ao Brasil, o golpe foi visto, tanto no Rio de Janeiro como em Washington, como um evento fortemente insuflado pela Argentina, e até mesmo pelo partido nazista. A conexão entre os conspiradores bolivianos e os militares argentinos era razoavelmente clara, porém não havia maiores evidências de que fosse inspirado no nacional-socialismo.

Pela percepção dos *policy makers* norte-americanos, a balança política no continente sul-americano transformava-se substancialmente com a coalizão Bolívia-Argentina, e isso em prejuízo dos interesses ianques. A Administração Roosevelt ameaçou trazer a público a participação argentina no golpe boliviano e fez uma

---

<sup>353</sup> Sérgio Corrêa da Costa. Op. Cit., pp. 297-298.

<sup>354</sup> Idem.

demonstração de força através de um exercício de unidades de sua marinha de guerra em Montevideu. Provavelmente como resposta à ameaça dos Estados Unidos, o presidente Ramírez rompeu relações com o Eixo em 26 de janeiro de 1944. A reação nacionalista não se fez esperar: alegando que o governo tomara uma decisão movido por pressão estrangeira, o GOU obrigou Ramírez a renunciar em favor do vice-presidente Farrel, sendo Juan Perón nomeado para o Ministério da Guerra e para a Secretaria do Trabalho<sup>355</sup>.

A posição oficial do governo brasileiro em relação à Argentina foi amistosa e de boa vontade, mas, por outro lado, preocupou-se em reforçar militarmente sua fronteira ao Sul. Vargas reiterou os pedidos de material bélico ao governo Roosevelt, e Góes Monteiro chegou a sugerir que, caso fosse preciso, se utilizasse a Força Expedicionária na bacia do Prata. Além disso, foi solicitada a Washington pelo governo brasileiro, a construção urgente de dois aeródromos no Sul do Brasil, com o excedente de material utilizado no Nordeste. Para gáudio do governo do Rio de Janeiro, as autoridades civis e militares norte-americanas acabaram por concluir que a melhor forma de fazer face à coalizão argentino-boliviana era dar ao Brasil força efetiva na fronteira argentina. Como corolário desse entendimento, o início de 1944 marcou o despacho para o Brasil dos armamentos tão veementemente pedidos nos meses anteriores, e que rapidamente fluíram para o Sul do país.

No que se refere às flutuações da política externa norte-americana que influíram na constituição e envio da FEB para o teatro de guerra, elas se prenderam fundamentalmente ao projeto de construção hegemônica e extensão de poder daquele país. Em 1943-1944, o governo norte-americano trabalhava com afinco em seus planos para o pós-guerra, certo de que seria uma figura central na montagem de uma nova ordem internacional. A guerra fora uma oportunidade ímpar que os Estados Unidos haviam tido para estender seu poder, e a aliança com o Brasil ofertava suporte político e uma base física para controlar todo o continente. Uma das primeiras ações visando a este controle foi a preparação de um projeto viabilizando manter suas tropas nas bases do Norte/Nordeste do Brasil ou, no mínimo, possibilitar sua utilização após o término do conflito.

A permanência norte-americana nas bases brasileiras estava inserida num complexo sistema de segurança militar que o Estado Maior do Exército dos Estados

---

<sup>355</sup> R.A. Humphreys. Op. Cit., pp. 147-149.

Unidos estava preparando para o pós-guerra, em várias regiões do planeta, sob a direta orientação e supervisão do presidente Roosevelt. No que tange à América Latina, o plano estabelecia um sistema bilateral de segurança que visava manter uma liderança hegemônica incontestável dos Estados Unidos na região. Do plano fazia parte o treinamento das forças armadas latino-americanas, fornecimento de equipamento e padronização do material bélico. Destarte, ficariam sob absoluto controle norte-americano a quantidade e o tipo de armas, o fluxo de material, assim como “a natureza das forças a serem mantidas em cada uma das repúblicas da América Latina”<sup>356</sup>.

A urgência das iniciativas do governo de Washington se explica a partir da importância dessa questão para os ianques. Cumprindo instruções diretas do presidente Roosevelt, em janeiro de 1944 o embaixador Caffery ofertou ao presidente Vargas a presença brasileira no pós-guerra numa base aérea da África ocidental ou nas ilhas de Cabo Verde. Em contrapartida, foi salientado por Caffery o interesse norte-americano de permanência operacional nas bases do Nordeste brasileiro, sendo proposta a assinatura de um tratado que garantisse essa presença após o término da guerra.

A possibilidade desse acordo provocou uma intensa oposição entre os militares do Exército e da Força Aérea, que sequer cogitavam permitir aos Estados Unidos o privilégio de manter um aparato militar, de forma permanente, em território brasileiro. Ademais, para eles tal acordo era unilateral, pois o Brasil cedia tudo sem nada obter em troca. Esses percalços não deixaram de fazer com que Vargas usasse esse possível acordo como um elemento de barganha para fortalecer o país, política e militarmente. Certo da importância estratégica das bases aeronavais brasileiras, Vargas aceitou firmar o acordo, desde que fossem cumpridas três condições inegociáveis: 1ª – o material bélico prometido ao Brasil deveria ser enviado o mais rapidamente possível ao Sul do país; 2ª – o governo norte-americano deveria prover o Brasil dos meios necessários à construção de duas bases aéreas nessa região; 3ª – a FEB deveria ser embarcada para o exterior<sup>357</sup>.

A negociação conduzida por Vargas rendeu dividendos para a FEB e para o fortalecimento militar do país. Mesmo considerando elevado o preço pedido, o governo dos Estados Unidos entendeu a troca como vantajosa. Com efeito, a edificação de dois aeródromos militares foi autorizada por Washington em março de 1944 e os militares

---

<sup>356</sup> Gerson Moura. *Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991, pp. 36.

<sup>357</sup> Idem.

norte-americanos receberam ordens para preparar os planos de transporte da FEB, “tendo em vista nossas negociações pendentes”, isto é, o acordo sobre as bases aéreas<sup>358</sup>. A persistência brasileira havia levado os Estados Unidos a se convencer de que a FEB não era apenas um projeto para a ampliação do arsenal bélico brasileiro, mas uma tenaz decisão de envolvimento na guerra contra o Eixo. Enquanto o Departamento de Guerra elaborava os planos para transportar a FEB, o general Eisenhower aprovava o plano de incorporação da força brasileira ao teatro de operações do Mediterrâneo.

O acordo fechado com o governo norte-americano não punha fim aos obstáculos que deveriam ser transpostos pela FEB. As forças aliadas no Mediterrâneo tinham sido transferidas para o comando britânico e o consentimento de embarque da FEB deveria ser obtido no Estado Maior combinado (Grã-Bretanha e Estados Unidos)<sup>359</sup>. Os oficiais britânicos não queriam tropas brasileiras no Mediterrâneo e o Departamento de Guerra inglês disse claramente a Washington que “não exultava ante a perspectiva de receber este reforço”<sup>360</sup>, e por isso mesmo solicitava que o envio da FEB fosse adiado. Foi por esta razão que a ida de Stettinius a Londres em abril de 1944 tinha, como um dos itens de sua agenda, a inclusão da FEB no teatro de operações do Mediterrâneo.

A Força Expedicionária Brasileira voltava a correr, naquele momento, mais um risco de insucesso. A questão da FEB foi relatada a Churchill que opinou ser um erro grave autorizar a ida de mais do que uma brigada do Brasil, uma vez que já existiam, naquela área, contingentes de várias nacionalidades e a tropa brasileira se constituiria num problema adicional. O subsecretário Stettinius aceitou as ponderações de Churchill. Foi necessária a rápida intervenção de Cordell Hull para evitar uma decisão desfavorável ao Brasil. Hull apresentou ao subsecretário Stettinius os motivos subjacentes à decisão dos Estados Unidos em apoiar a FEB:

Em uma palavra, os brasileiros ofereceram uma força militar para combate e nós aceitamos. O compromisso é firme. O presidente Vargas fez da Força Expedicionária Brasileira um pilar de sua política de cooperação com os Estados Unidos e as Nações Unidas. Ele foi tão longe na obtenção de apoio popular, que agora sua reputação política está em jogo. Varrê-lo da cena agora com algo que

---

<sup>358</sup> Hélio Silva. *1944: O Brasil na Guerra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, p. 227.

<sup>359</sup> O general Dwight D. Eisenhower era o comandante do SHAEF (Supreme Headquarters of Allied Expeditionary Force) na Europa. Tendo em vista as dificuldades da campanha na Itália e a necessidade de se aplicar um golpe definitivo para subjugar a “Fortaleza Europa”, foi determinado o planejamento da Operação Overlord (a invasão da França pela Normandia) e a abertura de uma efetiva segunda frente contra as *Wermacht*. Assim, Eisenhower deslocou-se para a Grã-Bretanha para dedicar-se completamente a esta tarefa e o comando das operações no Mediterrâneo ficou diretamente sob as ordens do general Sir Harold Alexander, do Real Exército Britânico, que teve sob seu comando geral todas as tropas que lutaram na Itália.

<sup>360</sup> Apud Gerson Moura. *Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991, pp. 37.

seria visto como sugestão depreciativa, de mandar apenas uma brigada, nos envolverá em sérios embaraços, que podem até enfraquecer seu governo, cujo coeficiente de cooperação na guerra tem-se mostrado notável.<sup>361</sup>

Mas nem todos os motivos de Hull para essa argumentação foram expostos: além das concessões já feitas, o governo brasileiro estava estudando o acordo sobre as bases aéreas e fazia-se mister obter sua cooperação total também nesta questão. O Brasil era um importante elemento para se contrapor à influência argentina na região, razão mais do que suficiente para ser prestigiado por Washington. Stettinius voltou a entabular conversações com Churchill e o convenceu a instruir os representantes britânicos no *Combined Chiefs of Staff*. Foi a partir daí que os militares britânicos e norte-americanos concordaram em embarcar a FEB em 5 de maio de 1944. Dessa forma, os Estados Unidos cumpriam seu compromisso com o governo brasileiro no que dizia respeito à colaboração na guerra.

Naquele mesmo mês de maio, o governo Vargas firmou o acordo com os Estados Unidos sobre a operação de bases aéreas no pós-guerra. Pelos termos desse acordo, os militares e aeronaves norte-americanas teriam, por dez anos, livre uso dos aeródromos considerados pelos dois governos como estratégicos, cabendo direitos iguais a ambos os países. O acordo redundou, efetivamente, num significativo aumento da presença militar norte-americana no Brasil, já que todos os dez aeroportos considerados estratégicos se localizavam em seu território.

Assim, entre julho de 1944 e fevereiro de 1945, cinco contingentes da Força Expedicionária Brasileira foram deslocados do Rio de Janeiro para Nápoles em navios norte-americanos e, depois de algum treinamento e missões de patrulha, entraram em ação. A FEB teve um efetivo de 25 mil homens e atuou como uma divisão do 5º Exército dos Estados Unidos sob as ordens do general Mark Clarck. As condições materiais e climáticas enfrentadas pelos pracinhas brasileiros foram duríssimas, como duras foram as campanhas em que atuaram (Camaioire, Monte Prano, Monte Castello, Castelnuovo, Zocca, Collecchio e Fornovo). Na verdade a FEB não participou de nenhuma grande batalha crucial à campanha daquele teatro de operações, mas de ações diversionistas que tinham como objetivo tático permitir às tropas norte-americanas uma concentração de esforços nos alvos principais, consoante o depoimento do comandante da artilharia divisionária da FEB, marechal Cordeiro de Farias<sup>362</sup>. As ações denodadas

---

<sup>361</sup> Idem.

<sup>362</sup> Aspásia Camargo e Walder de Góes. *Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, pp. 319-320.

da FEB se viram recompensadas nos últimos dias da guerra com a rendição incondicional aos brasileiros da 148ª Divisão de Infantaria do Exército Alemão comandada pelo general Otto Fretter Pico, ocasião em que se fizeram cerca de 20 mil prisioneiros.

A epopéia febiana – soldados brasileiros enfrentando experimentadas tropas alemãs sob um rigoroso inverno nas alturas dos Apeninos Tosco-Emilianos – é até hoje um tema pouco conhecido e relegado ao desinteresse. Sob o ponto de vista historiográfico, os trabalhos acerca da matéria são muito poucos. Os autores mais importantes são o tenente-coronel Manuel Thomaz de Castello Branco<sup>363</sup>, com um extenso manual sobre o Brasil na guerra; o jornalista William Waack<sup>364</sup>, com um polêmico livro publicado de 1985, e que foi um dos raros pesquisadores a lidar com curioso material sobre a FEB produzido pelas forças armadas dos Estados Unidos; a historiadora Maria de Lourdes Ferreira Lins<sup>365</sup>, que com uma dissertação de mestrado defendida na USP no início dos anos 1970, executou um excelente trabalho acadêmico sobre o tema; o historiador Luis Felipe da Silva Neves<sup>366</sup>, com sua dissertação de mestrado defendida na UFRJ em 1992, que se valeu do recurso à história oral através de entrevistas com veteranos da campanha da Itália para também realizar um trabalho digno de nota sobre o tema; um ex-soldado da FEB, Joaquim Xavier da Silveira, atualmente empresário, que em 1989 lançou um texto leve e bem embasado<sup>367</sup>; e o ex-tenente R2 e veterano da FEB José Gonçalves<sup>368</sup>, que em seu livro publicado postumamente em 2005, além de recordar a sua participação na campanha, realiza uma análise crítica acerca dos equívocos desastrosos do alto comando brasileiro, o que o faz merecedor de sua inclusão neste minúsculo grupo de historiadores da Força Expedicionária Brasileira. Quanto a promover a vasta gama de memórias à condição de obras historiográficas, preferimos nos alinhar com Jacques Le Goff no entendimento de que a memória, assim como o passado, não é a história, mas um de seus objetos.

---

<sup>363</sup> O autor não guarda nenhum laço de parentesco com o ex-presidente Humberto de Alencar Castello Branco, que serviu na 3ª Seção do Estado Maior da FEB como tenente-coronel. O livro de Manuel Thomaz intitula-se *O Brasil na 2ª Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, Bibliex, 1960.

<sup>364</sup> William Waack. *As Duas Faces da Glória*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

<sup>365</sup> Maria de Lourdes Ferreira Lins. *A Força Expedicionária Brasileira: uma tentativa de interpretação*. São Paulo, Unidas, 1975.

<sup>366</sup> Luis Felipe da Silva Neves. *A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1992, cópia reprográfica.

<sup>367</sup> Joaquim Xavier da Silveira. *A FEB por um Soldado*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

<sup>368</sup> José Gonçalves. *Irmãos de Armas: um pelotão da FEB na II Guerra Mundial*. São Paulo, Códex, 2005.

Dois brasilianistas, John Foster Dulles e Frank D. McCann, em livros que não têm a FEB como tema central, dedicaram oportunas e lúcidas páginas ao papel desempenhado pelos soldados brasileiros. Dulles, em três capítulos de sua biografia do marechal Castello Branco, apresenta o melhor resumo da história da FEB disponível em português, o que torna ainda mais claro o desinteresse dos pesquisadores brasileiros acerca da única força combatente latino-americana a ter ido lutar na Europa<sup>369</sup>. McCann, além de vários artigos, produziu em 1972 um livro que só veio a ser publicado no Brasil em 1995, sob o título *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-45*, e já citado anteriormente em nosso trabalho, que é um valioso instrumento para se compreender a política externa brasileira que permitiu a criação da FEB.

Considerando-se os trabalhos que podem ser tidos como historiográficos, fica-se por aqui. A quase totalidade do material publicado sobre a FEB consiste em relatos feitos por ex-combatentes, via de regra carregados de ufanismo e desprovidos de elementos críticos. Seus autores, em sua maioria, foram incapazes de ver a FEB como um todo e tampouco de entender o contexto histórico no qual ela foi lançada. Destacamos, a seguir, algumas obras significativas, começando pela mais polêmica de todas, um livro lançado pouco depois da guerra, *Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB*, que amargou problemas com a censura por ter ferido suscetibilidades junto aos oficiais de carreira<sup>370</sup>.

Talvez seja o livro mais importante sobre a FEB e é, indubitavelmente, o mais crítico. Contradiz a versão oficial da história da FEB do início ao fim. Faz acusações ao comando que vão da negligência ao racismo, apresenta incontáveis falhas, tenta localizar suas causas, relata o que nenhum escrito sobre a FEB contou até hoje, proporcionando uma perspectiva analítica essencial à compreensão do corpo expedicionário. Um exemplo que julgamos relevante transcrever, revela o tipo de luta naquele teatro de operações, além de trazer embutida uma crítica ao alto oficialato:

---

<sup>369</sup> John Foster Dulles. *Castello Branco: o caminho para a presidência*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979. Cabe lembrar que o México enviou pilotos de aviação que lutaram no Pacífico, mas tropas para lutar em solo europeu, só o Brasil.

<sup>370</sup> É o major Ruas Santos quem nos fornece uma excelente análise destes depoimentos fundamentais para se entender a FEB: “O objetivo do livro é de transmitir alguns dados da experiência a que se submeteu o exército e examinar alguns dos problemas ligados à defesa nacional (...) muitos dos capítulos (...) contêm pesadas críticas à nossa organização militar. Em todos transparece aquela ‘nudez forte da verdade’, sem o ‘manto diáfano da fantasia’. É forçoso reconhecer – por muito que isto nos doa - que seus autores interpretam (...) o pensamento da esmagadora maioria da FEB”. Francisco Ruas Santos. *Fontes para a História da FEB*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1958.

A guerra na Itália, no setor da FEB, sob o ponto de vista do comando, foi essencialmente empresa de pequenos escalões e foi muito mais o esforço de tenentes e capitães do que propriamente dos oficiais superiores.<sup>371</sup>

Quanto ao racismo, o oficial da reserva José Alfio Piason conta que repetidas vezes, desde o começo da organização da FEB até o fim, houve preocupação em evitar que negros ocupassem lugares nas colunas externas dos batalhões formados.

Por ocasião da visita do príncipe Humberto da Itália ao quartel-general da divisão brasileira em Porreta-Terme, (...) um batalhão recebeu ordens de fornecer uma guarda de honra para as homenagens ao ilustre visitante, onde os pretos não deviam entrar! Era o supremo absurdo de se acharem a servir estes para morrer e dar a vida pela pátria, mas não para representá-la! Essa cena e essa ordem já tinham, aliás, acontecido antes, à ocasião da visita de Churchill às tropas em Vada (local de treinamento dos brasileiros na Itália).<sup>372</sup>

O já citado ex-oficial da reserva Demócrito Arruda fez as mais pesadas críticas ao comando da FEB em geral e especificamente à figura do comandante em chefe, Mascarenhas de Moraes. À guisa de ilustração do teor das mesmas, passamos a relatar um incidente constrangedor ocorrido com Mascarenhas e narrado por Arruda. O caso se deu em novembro de 1944 no QG da FEB. O comandante, que tinha o invulgar hábito de só fazer suas preleções após afastar todos os oficiais que não fossem de carreira, teve uma postura no mínimo insólita quando defrontado com um problema objetivo: o 2º Batalhão do 6º Regimento de Infantaria da FEB, indicado para substituir esgotados soldados norte-americanos, não tinha, em razão do desgaste normal que vinha sofrendo em operações, armas, munição e equipamentos de comunicação suficientes para a tarefa. Informado da situação precária da tropa, Mascarenhas respondeu irado: “os senhores não têm facas? Cada soldado não recebeu uma faca? A munição irá depois...”. Ameaçando assumir pessoalmente o comando do batalhão, ordenou que este avançasse em direção às novas posições. O triste desfecho do caso foi que os norte-americanos a serem rendidos recusaram-se a entregar seus postos de combate às nossas desequipadas tropas até que estas tivessem recebido todo o material de que careciam, provocando nesse ínterim “uma concentração imprudente de homens e movimento que despertaram a atenção do alemão e o recrudescimento dos seus bombardeios, com o cotejo fatal de baixas na tropa”.<sup>373</sup>

---

<sup>371</sup> Demócrito Cavalcanti de Arruda. “Impressões de um Infante sobre o Comando”. In: *Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB*. Rio de Janeiro, Cobraci, 3ª ed., s/d, p. 63.

<sup>372</sup> José Alfio Piason. “Alguns Erros Fundamentais Observados na FEB”. In: *Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB*. Rio de Janeiro, Cobraci, 3ª ed., s/d, p. 98.

<sup>373</sup> Demócrito Cavalcanti de Arruda. Op. Cit., p. 75.

Mascarenhas de Moraes representa um tópico interessante ao estudioso da FEB, causando espanto a forma como a sua memória é louvada por grande parte dos veteranos. Nos quatro andares da Casa da FEB, na Rua das Marrecas no centro da cidade do Rio de Janeiro, não há praticamente um lugar sem ao menos um retrato seu emoldurado na parede. Nos livros, não se lhe poupam elogios. “E foi assim que o comando da FEB foi entregue àquele pequenino homem, de pouco mais de um metro e meio, mas que interiormente era um gigante, portador de vasta cultura militar, austero e bondoso...”.<sup>374</sup> Inúmeros são os exemplos semelhantes.

O próprio Mascarenhas escreveu, juntamente com alguns oficiais de sua confiança, um descritivo e elogioso livro sobre a FEB<sup>375</sup> e pouco antes de sua morte, terminou uma autobiografia, a que já nos referenciamos anteriormente. Ambos os trabalhos são exaustivamente citados, principalmente o primeiro, por quase todos os autores que têm a FEB como tema. Sem praticamente levantar questões controversas ou comprometedoras, a obra de Mascarenhas tem lugar de destaque na postura do Exército a respeito da FEB. Um dos vários aspectos criticáveis dos livros é que fica-se sem a visualização de que a FEB era uma simples divisão dentro de um corpo de exército, o 4º, que era parte do 5º Exército dos Estados Unidos, que por sua vez integrava, juntamente com o famoso 8º exército inglês, o 14º Grupo de Exércitos.

Essa tendência de mostrar a FEB lutando quase sozinha contra o inimigo não é só de Mascarenhas; vários autores também não conseguem inserir claramente a atuação do nosso corpo expedicionário no contexto de uma vasta força multinacional atuando sob o comando anglo-americano. Daí, torna-se bastante difícil ao leitor leigo em história e em assuntos militares, avaliar corretamente o papel desempenhado pela FEB na campanha da Itália<sup>376</sup>.

Em 1968, ano em que Mascarenhas faleceu, o seu antigo Chefe do Estado Maior divisionário na Itália, o então coronel Floriano de Lima Brayner, lançou um vasto

---

<sup>374</sup> Elza Cansação. *E Foi Assim que a Cobra Fumou*. Rio de Janeiro, Imago, 1987, p. 83. Cansação foi enfermeira na FEB e este é o seu segundo livro de memórias de guerra. A quase totalidade dos seus parágrafos começa com a expressão “e foi assim...”.

<sup>375</sup> João Baptista Mascarenhas de Moraes. *A FEB pelo seu Comandante*. São Paulo, Progresso, 1947.

<sup>376</sup> A bibliografia sobre o que se convencionou chamar de Campanha da Itália disponível no Brasil é pobre. Ver *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Códex, 12 v., 1966; Ten. General Willis Crittenberger. *Campanha ao Nordeste da Itália*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1952; Ernest Mandel. *O Significado da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Ática, 1989; Paul Carrell. *Monte Cassino*. São Paulo, Editora Flamboyant, 1964; Martin Witchen. *Um Mundo em Chamas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993; Ralf Mavrogordato, “A Decisão de Hitler sobre a Defesa da Itália (1943-44)” In: *As Grandes Decisões Estratégicas*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1977, pp. 293-316; Sheford Bidell. “Kesselring”. In: *Os Generais de Hitler*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990, pp. 283-310; George S. Patton. *A Guerra que eu Vi*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1979, apenas no que se refere à Operação Husky (invasão da Sicília).

volume contendo as suas memórias de guerra<sup>377</sup>. É uma das raras peças críticas da literatura febianana, mas seu posicionamento deve ser considerado com reservas, uma vez que Brayner não foi feliz no cumprimento de sua missão. Ao longo da leitura fica a indagação do porquê ele não ter agido lá na Itália diante do que considerava errado, mas 20 anos depois no papel. Na verdade, o coronel Brayner não se mostrou apto para a vasta tarefa que lhe incumbia. Indeciso, porém culto, ficava discorrendo longamente sobre episódios da história militar, quase sempre enfadando os que se encontravam à sua volta<sup>378</sup>. Na prática, Brayner foi eclipsado por um subalterno, o tenente-coronel Humberto de Alencar Castello Branco, dentro do Estado Maior do qual era chefe. Isto em muito explica o tom de amargura de suas memórias, da primeira à última página. O que de fato houve com ele na Itália foi que a FEB estava inicialmente montada no estilo francês<sup>379</sup>, no qual o chefe de estado maior se reportava apenas perante o comandante. A partir dos ajustes realizados para a FEB operar num corpo de exército norte-americano, Mascarenhas, sem alterar a estrutura do estado maior, passou a agir à maneira ianque, ou seja, lidando diretamente com o oficial de operações, que era Castello Branco, ficando, destarte, sem função o ressentido coronel. Ainda a seu respeito, um dos quatro generais da FEB, Cordeiro de Farias, foi implacável: “Brayner sempre foi um espectador! Na Revolução de 30, por exemplo, não me lembro de tê-lo visto nem de um lado nem de outro. Não se engajou. Na FEB, não tivemos chefe de estado maior”.<sup>380</sup>

Outra obra a merecer destaque é a do general Estevão Leitão de Carvalho<sup>381</sup>, documento importante e bem escrito para o entendimento dos fatos anteriores à partida dos pracinhas. Militar e escritor alagoano, foi, como já vimos, chefe da delegação brasileira junto à JBUSDC e, para alguns, teria sido o comandante ideal para a FEB. Eurico Dutra, ministro da Guerra, o próprio Vargas, e especialmente Góes Monteiro,

---

<sup>377</sup> Mal. Floriano de Lima Brayner. *A Verdade sobre a FEB*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. Depois lançou mais dois livros, nos quais tentou amenizar as críticas e queixas do primeiro: *Luzes Sobre a Memória*, Rio de Janeiro, São José, 1973, e *Recordando os Bravos: eu convivi com eles*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

<sup>378</sup> Era conhecida a postura indecisa de Brayner. Um dos vários periódicos que a tropa produziu na Itália, apresentou piadas em desenhos onde o chefe do estado maior dirige-se às latrinas, com intenções claras, mas ao se deparar com dois boxes vazios, fica sem saber qual deles utilizar e acaba por fazer suas necessidades nas calças. Este episódio foi relatado pelo general Carlos Meira Mattos, capitão da FEB, em 23 de outubro de 1991, em entrevista que se insere em Luis Felipe da Silva Neves, Op. Cit., p. 85.

<sup>379</sup> Em razão da missão militar francesa que atuou junto ao exército brasileiro entre 1919 e 1939.

<sup>380</sup> Aspásia Camargo e Walder de Góes. Op. Cit., p. 326.

<sup>381</sup> Estevão Leitão de Carvalho. *A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952.

todavia, não admitiam a idéia de colocar uma personagem com traquejo político, como Leitão de Carvalho, à testa da FEB<sup>382</sup>.

Uma contribuição maior igualmente poderia ter sido dada pelos nossos correspondentes de guerra enviados à Europa, dos quais Rubem Braga, do *Diário Carioca* e Joel Silveira, dos *Diários Associados*, foram os que mais se destacaram perante o público como os maiores divulgadores da FEB. Se por um lado, os aspectos do cotidiano do pracinha na retaguarda foram apresentados a contento, a parte de combate contou com uma cobertura deficiente. O fator preponderante era a ausência, na maior parte do tempo, de correspondentes brasileiros na linha de frente. Rubem Braga, talvez o nosso melhor correspondente de guerra, tinha um medo visceral da linha de frente, mas ia para lá; os outros quase nunca apareciam. Para corroborar este fato basta lembrar que nenhum de nossos correspondentes foi sequer ferido, algo raro neste tipo de atividade.

É importante ressaltar, entretanto, que não ocorreu nenhum preparo prévio para que os jornalistas brasileiros pudessem melhor desincumbir suas funções. Os correspondentes norte-americanos, antes de seguirem para o teatro de operações, passavam por um estágio em bases das forças armadas, estabelecendo contato com a tropa, recebendo treinamento militar básico, aprendendo a ler mapas de campanha e diversos outros conhecimentos úteis<sup>383</sup>. Mais do que o despreparo dos correspondentes, porém, foi a censura o que mais prejudicou a cobertura da FEB.

Rubem Braga relata na primeira edição do seu livro *Crônicas de Guerra*, de 1945, que a censura era feita de forma descabida, tolhendo em demasia o trabalho dos repórteres<sup>384</sup>. Anos mais tarde, quando da apresentação do livro de Joel Silveira, Braga lembra que a nenhum jornal foi permitido mandar algum jornalista junto com o primeiro escalão da FEB, em julho de 1944. Somente em dezembro daquele ano, após o fracasso dos correspondentes oficiais do DIP, é que o governo cedeu<sup>385</sup>. O resultado da

---

<sup>382</sup> Luis Felipe da Silva Neves, Op. Cit., p. 105.

<sup>383</sup> Sobre este assunto, ver o interessante cine-documentário de 2005, dirigido por Steven Spielberg, chamado *Reportando a 2ª Guerra Mundial*, no qual é retratado todo o preparo e a ação dos correspondentes de guerra norte-americanos na Europa e no Pacífico.

<sup>384</sup> Rubem Braga. *Crônicas de Guerra na Itália*. Rio de Janeiro, Record, 1985, p. 7.

<sup>385</sup> Rubem Braga. In: Joel Silveira e Thassilo Mitke. *A Luta dos Pracinhas*. Rio de Janeiro, Record, 1983, p. 8. Além de Braga e Silveira, foram enviados diversos outros jornalistas do Distrito Federal. Houve também o credenciamento de uns poucos correspondentes estrangeiros junto à FEB, sendo o mais conhecido deles o representante da *British Broadcasting Corporation* (BBC), Francis Hallowell, que ficou conhecido como “Chico da BBC” e depois fixou residência no Brasil.

intransigência ditatorial fez com que parte da campanha da FEB não contasse com cobertura jornalística.

Acerca da documentação oficial, grande parte do material produzido pela FEB, como boletins, notas de serviço, memorandos e relatórios, encontra-se no Arquivo do Exército, no prédio do Comando Militar do Leste (antigo Ministério da Guerra), no Rio de Janeiro. Há também muita coisa nas associações de veteranos espalhadas pelo país. A desorganização de todos esses documentos, que não formam um conjunto ordenado como seria de se esperar, lamentavelmente atrapalha os trabalhos de pesquisa. Parece também que muitos registros em nível de batalhão foram particularmente mantidos por alguns oficiais<sup>386</sup>.

Singular é o trabalho do major psiquiatra Mirandolino Caldas, publicado após a guerra e reeditado com consideráveis ampliações em 1950, constituído de relatórios e comentários feitos antes, durante e depois da campanha, vários deles elucidativos quanto às razões da falta de preparo, tanto técnico como psicológico, que foram, em grande parte, responsáveis pelas falhas da FEB<sup>387</sup>. O Dr. “Malucolino Caldas”, como foi apelidado, num relatório originalmente secreto – concluído em novembro de 1943, seis meses antes do embarque o primeiro escalão – diz, por exemplo, o seguinte:

A conclusão geral que se pode tirar das observações que temos feito é que grande parte da tropa que está sendo examinada não apresenta ainda um preparo psicológico adequado. Há muito despreparo, muita má vontade, muita indecisão.<sup>388</sup>

Para encerrar esta pequena discussão acerca das fontes febianas, não se pode deixar de mencionar, mormente por sua relevância, os relatórios norte-americanos. A quase totalidade dos relatórios produzidos sobre a FEB foi escrito por oficiais destacados no *Brazilian Liaison Detachment* (BLD), uma unidade de ligação criada fundamentalmente para facilitar o entrosamento das forças brasileiras com a estrutura de funcionamento de um exército dos Estados Unidos. Como diz um outrora secreto documento do QG do 5º Exército norte-americano, uma das missões do BLD era a de fazer ver aos membros do estado maior da FEB como se procedia à maneira americana, uma vez que o exército brasileiro havia sofrido sensível influência organizacional francesa<sup>389</sup>.

---

<sup>386</sup> Frank D. McCann. Op. Cit., p. 496.

<sup>387</sup> Mirandolino Caldas. *O Posto Avançado de Neuro-psiquiatria da FEB*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1950.

<sup>388</sup> Idem, p. 15.

<sup>389</sup> Memorando do BLD, novembro de 1944, in Frank McCann, Op. Cit., p. 487.

A documentação produzida pelo BLD é vasta, antecedendo à chegada dos pracinhas à Itália. Servia, de início, para informar aos norte-americanos as características essenciais não somente das forças armadas do Brasil, mas também como eram seus novos aliados como povo. Tivemos acesso a duas peculiares sinopses versando sobre a história, a vida política, os hábitos e costumes dos brasileiros, que permitem avaliar como éramos observados pelos norte-americanos. Não há aqui espaço para uma visão ampla do conteúdo desses textos, mas algumas interpretações curiosas merecem ser destacadas, como por exemplo, quando um desconhecido oficial do setor de Inteligência do estado maior, em memorando de nove páginas, menciona a nossa “grande tendência de se referir a assuntos planejados como se eles já tivessem sido realizados”<sup>390</sup>. Continua o oficial:

Há também uma forte inclinação para fazer do primeiro encontro para resolver algum tema novo, um acontecimento social. O assunto em si é freqüentemente levantado quando alguém já está com o seu chapéu na mão, pronto para ir embora.<sup>391</sup>

Mais à frente o autor mostra a sua desinformação e diz que a carreira das armas é uma das mais distinguidas no país, “já que a maioria dos líderes políticos são homens do exército”<sup>392</sup>.

Mas o que é crucial para uma avaliação da FEB pelos norte-americanos reside nos documentos produzidos na Itália acerca da tropa brasileira. Escritos em caráter confidencial ou secreto<sup>393</sup>, alguns com recomendações expressas para não caírem em mãos brasileiras, os relatórios chegavam ao Comando Geral do *United States Army Forces, South Atlantic*, baseado em Recife, após terem partido do 5º Exército dos Estados Unidos. Cópias eram remetidas ao 8º Exército britânico, permitindo que reproduções possam hoje ser encontradas tanto no *National Archives* de Washington, como no *Public Record Office* de Londres.

Esses relatórios, que versam sobre quase tudo relacionado à FEB, devem ser captados como uma minúscula engrenagem da enorme máquina de guerra norte-americana, que colocou 15 milhões de homens fardados espalhados pelo mundo sem

---

<sup>390</sup> Esse relatório não contém nome nem data, constando apenas *Brazil* como título. A citação é da página 2. Extraído do National Archives, Washington D.C., site <http://www.archives.gov/.../get-service-records.html>.

<sup>391</sup> Idem, p. 3.

<sup>392</sup> Idem.

<sup>393</sup> Como por exemplo o relatório do major T. Bland, do BLD, sobre a artilharia da FEB, que leva a seguinte recomendação: “*This report has been written expressly for the Brazilian Liaison Detachment, and is not intended as a report to the Brazilians*”.

que lhes faltasse nada, do material bélico até cerveja, ovos, bacon e, principalmente, sulfa<sup>394</sup>. A partir do fato de que a FEB esteve em mãos ianques desde o momento em que o pracinha colocava os pés nos navios-transporte da Marinha norte-americana<sup>395</sup>, e principalmente porque foi o contato com os americanos o que mais marcou os brasileiros – mais até do que a própria luta contra os alemães -, torna-se necessário citar alguns dados do colossal aparato montado pelos Estados Unidos para vencer a guerra. Mais de 30 milhões de pessoas alistaram-se (quase a população do Brasil à época), e destes, 17 milhões passaram por exames médicos. A mobilização e a manutenção desta economia de guerra envolveu recursos fantásticos, fazendo o pracinha ficar estupefato com o que via<sup>396</sup>.

Somente em 1944 os Estados Unidos lançaram ao mar uma tonelagem de navios de guerra igual à de toda a Marinha Imperial Japonesa às vésperas de Pearl Harbor. Produziram milhares de tanques a mais do que os alemães, fabricaram quase 300 mil aviões. Um dos grandes sucessos da indústria naval norte-americana, e responsável pelo fato de ter tornado possível que tantas pessoas e tanto material chegassem aos mais diferentes lugares ao mesmo tempo, foi o *Liberty Ship*, um cargueiro produzido em larga escala, de forma padronizada.

Para os brasileiros, a pujança norte-americana era ainda mais enfatizada em face de suas carências. A arrogância e o preconceito que muitos relatórios deixam transparecer em relação aos brasileiros, fazem parte do choque cultural que marcou nosso contato com os norte-americanos na Itália. De um lado, estava em funcionamento um complexo esquema militar de uma formação social desenvolvida, industrializada, no

---

<sup>394</sup> Além do soldo, cada soldado do rico exército norte-americano recebia uma série de utilidades, que iam do talco anti-piolhos até latas de cerveja, de manuais de higiene até pacotes de preservativos. Nos bares para oficiais montados da Austrália ao Mediterrâneo, consumia-se cerveja e whisky à farta. Uma coisa sagrada nos exércitos do Tio Sam era o correio: um soldado que não recebesse correspondência por um longo período era um homem propenso a ter problemas. A fim de evitar atrasos, foi montado um sistema de microfilmagem de documentos em escala grandiosa, possibilitando o transporte rápido de milhões de mensagens que diariamente saíam do país para os seus soldados. Tudo isso marcou profundamente os brasileiros, dos praças à oficialidade, que passaram a admirar os Estados Unidos e a sua forma de organização.

<sup>395</sup> A FEB foi transportada para a Itália em cinco escalões, usando dois grandes transportes da Marinha de Guerra norte-americana, o “Gen. Mann” e o “Gen. Meighs”, sendo que o último escalão – cerca de 6 mil homens – só partiu em fevereiro de 1945, quase no final da guerra. Estes pracinhas retardatários ganharam o apelido de “argentinos”, em razão de que Buenos Aires só declarou guerra a Berlim no último dia da guerra.

<sup>396</sup> Com o que via e sentia na própria pele. Na introdução de sua dissertação de mestrado, Luis Felipe da Silva Neves relata o caso do pracinha Felício Nagib Salomão – que perdeu um olho na explosão de uma mina – encantado com o tratamento dos médicos e enfermeiras dos Estados Unidos e revoltado com o descaso e a imundície com que foi recebido por seus compatriotas, chegando a achar que o juramento de Hipócrates dos médicos norte-americanos era diferente do juramento de nossos próprios médicos. Luis Felipe da Silva Neves, Op. Cit., p. 17.

limiar da era nuclear; do outro, 25 mil homens de um país pobre, rural, atrasado, agrícola e que não estava preparado para participar de uma guerra daquela magnitude. É nesse contexto que devemos entender o conteúdo crítico desses relatórios, que se referiam desde a inaptidão técnica do comando e da falta de treinamento da tropa, até questões de higiene pessoal e de alimentação.

Entendemos que o cerne de questões como estas se encontra na conduta dos oficiais, principalmente os de carreira, que deveriam ter não somente fornecido à tropa o exemplo diário de um comportamento adequado, levando em conta os aspectos técnicos e morais que se entrelaçam, mas também deveriam ter ensinado, mostrado como as coisas deviam ser feitas, ter demonstrado interesse em resolver os problemas do cotidiano da soldadesca e treinar, treinar muito. Pelo que se pôde constatar na pesquisa que realizamos, a falta de treinamento talvez tenha sido o pior dos males que a FEB padeceu<sup>397</sup>. Como esperar que a tropa tenha um bom desempenho se as tarefas, as metas, os novos métodos de operação, os diferentes problemas a superar, tudo isso fruto de uma complicada guerra global e mecanizada, era enfrentado sem uma competente adequação, sem que os oficiais do exército nacional treinassem convenientemente as fileiras? Não havia uma aproximação entre oficiais e praças como nas armas alemãs ou norte-americanas<sup>398</sup>.

Nossos oficiais custavam a se atualizar (e isso quando o faziam) e, em síntese, não impunham uma forma de agir coerente e concatenada com as novas necessidades operacionais. Havia um distanciamento excessivo entre os oficiais e os soldados brasileiros, o que era um reflexo de certas características negativas de nossa própria formação social<sup>399</sup>. No exército norte-americano havia um relacionamento mais

---

<sup>397</sup> É difícil fugir desta constatação. O oficial da reserva Mário Amaral interpreta o treinamento que teve: “(...) a burocracia desordenada prejudicou de forma alarmante a organização do regimento e o preparo dos homens, absorvendo aos diversos escalões um tempo precioso em detrimento da instrução que, inúmeras vezes, teve de ser suspensa para que o instrutor atendesse a uma exigência burocrática”. In: *Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB*. Rio de Janeiro, Cobraci, 3ª ed., s/d, p.160. Adiante Amaral diz: “Por incrível que pareça, o 6º Regimento de Infantaria, aquartelado em Caçapava, com o rio Paraíba atrás (...) nunca realizou um exercício de travessia de curso d’água, muito embora tivesse em seu almoxarifado todo o material necessário à instrução”. Idem. Mais grave, porém, é quando se detecta que os mais importantes exercícios, os de combate, só eram realizados em nível de pelotão e companhia, raramente batalhão, jamais com todo um regimento. Tudo isso reflete a fragilidade do treinamento militar no país; desde velhos manuais à ausência de material, havendo, na prática, a incapacidade de se estruturar formações em nível de regimento.

<sup>398</sup> O próprio exército alemão, por exemplo, com toda a sua tradição prussiana e aristocrática, era mais igualitário do que o nosso que, dentre muitos preconceitos, serve refeições separadas para oficiais e praças na linha de frente. Na Itália, houve até um oficial que ao se deparar com a “novidade” da comida igual, reclamou que tal coisa iria abalar a hierarquia. Luis Felipe da Silva Neves, Op. Cit. p. 127.

<sup>399</sup> Ver Frank McCann, Op. Cit., pp. 22-27 e Edgar Carone. *A República Velha I – instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1978, pp. 358-360.

próximo, mais igualitário ou democrático, entre praças e oficiais, fato que impressionou certos febianos, inexperientes em lidar com pessoas de sociedades menos desequilibradas quanto à sua estratificação do que a nossa. Os setores mais conservadores quanto à hierarquia, poderíamos até dizer que politicamente mais reacionários, eram os dominantes no exército brasileiro, malgrado se proclamarem representantes da modernidade. Eles tentaram, e com considerável sucesso, bloquear os efeitos desse contato com elementos democratizantes.

O súbito e incoerente desmantelamento do corpo expedicionário, mesmo antes de seu regresso ao Brasil, assim como as inúmeras dificuldades encontradas pelos pracinhas após o retorno, são facetas desta atitude canhestra em coibir a disseminação de uma série de aspectos positivos adquiridos durante a campanha. Resta dizer que os principais artífices dessas atitudes discriminatórias foram os militares do mais alto posto: Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra e futuro Presidente da República, e o “temível”, no dizer de Foster Dulles, Chefe do Estado Maior, Pedro Aurélio de Góes Monteiro, o pior inimigo da FEB desde o momento em que percebeu ser impossível a ele assumir o comando do Corpo<sup>400</sup>.

Nas ações de combate, os pracinhas saíram-se satisfatoriamente, sobretudo quando se leva em consideração o fato de que o inimigo era excelentemente treinado, aguerrido, com muito mais experiência de combate, muitas vezes adquirida na dura realidade da frente russa. Todos os indícios levam a crer que as falhas e derrotas havidas foram causadas pelas dificuldades de entrosamento com os norte-americanos, à inadequada formação e conduta de muitos oficiais de carreira e, principalmente, ao treinamento deficiente. Repetimos: o país não estava preparado para enviar tropas à guerra.

O contato com os norte-americanos, e tudo o que disso adveio, marcou profundamente o febiano, do soldado raso ao alto oficialato. Como já enfatizamos, para muitos pracinhas isto influiu mais do que as próprias ações de combate. Achamos relevante o aprofundamento de estudos acerca dos efeitos dessa convivência com os ricos ianques, para mostrar, dentre outras coisas, até que ponto esse contato motivou líderes militares e parte da sociedade civil na crença sem restrições no modelo norte-americano. É óbvio que tudo isso guarda uma conexão com o golpe militar de 1964.

---

<sup>400</sup> John Foster Dulles. Op. Cit., p. 61.

Operacionalmente, a FEB viveu três momentos distintos a partir de sua estréia em combate, em meados de setembro de 1944. Inicialmente, ainda incompleto, o corpo expedicionário conheceu suas primeiras vitórias ao longo do vale do rio Serchio, terminando a sua participação no setor com uma derrota em Castelnuovo di Garfagnana – noite de 30 para 31 de outubro – motivada, em muito, pelo despreparo e pelo excesso de confiança.

A etapa mais dura da campanha dos pracinhas na Itália foi de novembro a fevereiro, no Vale do rio Pó. Ali foram feitos quatro ataques frustrados a uma posição defensiva alemã que ficou famosa para nós brasileiros – Monte Castello. Foi somente na primavera que as forças aliadas puderam retomar o seu avanço, conseguindo desalojar os nazistas das suas altas e cômodas posições nos Apeninos.

A fase final, que durou até o término da guerra no início de maio, foi uma rápida corrida atrás dos alemães em fuga para o norte. A força brasileira moveu-se em três direções, usando equipamento motorizado, realizando o primeiro movimento em conjunto de uma divisão na história das armas nacionais. É interessante observar que, naquele momento, a FEB estava usando mais veículos militares do que todos os exércitos latino-americanos juntos. Nessa arremetida, a FEB aprisionou mais de 20 mil soldados alemães, incluindo dois generais, fato não desprezível em função do número de soldados brasileiros.

Outro fato marcante a respeito da FEB e que não vimos mencionado na literatura existente, é o fato de ter sido a FEB, muito provavelmente, a única tropa etnicamente integrada a combater na Segunda Guerra Mundial. Em outras palavras, só a FEB apresentou negros, brancos e pardos lutando numa só unidade; o fato, se não era relevante para nós, o era para os nossos aliados, que gostavam de visitar a FEB e suas “esquisitices” tropicais.

Finalizando, há que se destacar o desprezo do exército em relação à experiência militar da FEB, única nos anais das forças latino-americanas. Aos orgulhosos soldados expedicionários que retornavam, foi dada somente uma semana (em alguns casos nem isso) de permissão para usarem o uniforme da FEB, como se isso representasse algum perigo<sup>401</sup>. Este clima contrário à FEB, apesar dos desfiles comemorativos da volta dos

---

<sup>401</sup> Lima Brayner relata que um dos aspectos das confabulações contra a FEB “foi o destino a dar aos oficiais que regressavam do *front*. Enquanto a tropa era desmobilizada em condições de tempo apertadas, os oficiais superiores deveriam ser lançados para guarnições longínquas. Gerou-se assim um ambiente de angústia entre os que tinham cometido o feio crime de ter aceito a designação para as formações expedicionárias. Ser febianos... enfim, a FEB, corpo estranho no organismo militar brasileiro, inspirava

pracinhas, parece que não era só proveniente das autoridades civis e militares. O povo, passada a euforia da vitória, pouco queria saber das histórias de guerra, dos feitos de seus soldados. Um veterano lembra que muitas pessoas ficavam até irritadas ao constatarem que os expedicionários chegavam em melhores condições físicas do que quando partiram<sup>402</sup>. A própria escassez de trabalhos históricos sobre a FEB, a ausência de romances ambientados na guerra e a demora na publicação das memórias de campanha – até o final da década de 50 praticamente não havia nada – fortalecem esse raciocínio.

Os vínculos de colaboração militar no hemisfério – a necessidade de articular a hegemonia norte-americana – começaram a ser claramente formuladas durante a guerra. Nesse sentido, a FEB provia uma experiência valiosa na coordenação militar Brasil-Estados Unidos, de modo a aperfeiçoar as relações de dependência no sistema interamericano, sem projetar o Brasil como uma potência no período pós-guerra.

---

terror. A quem? Difícil definir”. Mal. Floriano de Lima Brayner. *A Verdade sobre a FEB*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 521.

<sup>402</sup> Isso aconteceu, sobretudo, devido ao tratamento oferecido pelos americanos: leite, ovos, presunto, bacon, queijo, vitaminas, carnes, médicos, sanitaristas, DDT, dentistas, etc.

## CONCLUSÃO

*Só os mortos viram o fim da guerra.*

*Platão*

Os países periféricos, como se pode depreender de tudo o que foi escrito até agora, assim são qualificados por sua dependência, política e econômica, em relação às chamadas potências centrais, tendo, conseqüentemente, uma menor capacidade de atuação autônoma no cenário internacional<sup>403</sup>. Medir com precisão essa capacidade é, no dizer de Raymond Aron, um exercício fadado ao insucesso<sup>404</sup>. Mas se nos debruçarmos na análise da formação e desenvolvimento do sistema internacional contemporâneo, a partir de sua constituição com base nos estados e economias nacionais do sistema europeu, ou seja, se dissecarmos, em termos de longa duração, a formação do sistema de poder capitalista, estaremos em condições de compreender de forma cabal o jogo que, através das trocas e das guerras, possibilitou a expansão e consolidação deste sistema no cenário global. Desta forma, a construção de impérios, hegemonias, a expansão dos Estados territoriais em constante competição e os posicionamentos centrais e periféricos desses Estados no sistema podem ser, mais claramente, percebidos e explicados. Igualmente desta forma estaremos mais habilitados a compreender as forças profundas e sistêmicas que conduziram o mundo à II Guerra Mundial e posicionaram os diversos Estados integrantes do sistema mundial da época em seu contexto. Vale a pena, pois, encetar este tipo de análise, que está subjacente e é consentânea com a linha teórica que norteia este trabalho.

A concepção do sistema internacional contemporâneo se dá no instante histórico em que o “Poder Político” se encontra com o “Mercado” e traça as fronteiras dos Estados/Economias nacionais<sup>405</sup>. Fernand Braudel diz:

(...) a economia nacional é um espaço político que foi transformado pelo Estado, devido às necessidades e às inovações da vida material, num espaço econômico coerente, unificado, cujas atividades passaram a se desenvolver em conjunto numa mesma direção... uma façanha que a Inglaterra realizou precocemente, a revolução que criou o mercado nacional inglês.<sup>406</sup>

<sup>403</sup> A respeito deste assunto, convém a consulta a autores como Theotônio Santos, Arghiri Emmanuel, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros, que trabalharam e desenvolveram a Teoria da Dependência.

<sup>404</sup> Raymond Aron. Op. Cit., cap. II.

<sup>405</sup> José Luís Fiori. *O Poder Americano*. Petrópolis, Vozes, 2005, p. 20.

<sup>406</sup> Fernand Braudel. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1987, p. 82.

Teoricamente, o mais relevante na pesquisa histórica de Braudel é a afirmação de que foi o poder político, e não o desenvolvimento endógeno das trocas, que deu origem aos mercados nacionais, e de que este fenômeno só aconteceu plenamente na Inglaterra, porque no caso das Províncias Unidas o mercado interno não entrava no cálculo dos capitalistas holandeses, voltados, quase exclusivamente, para o mercado externo, e no caso da França, a criação do mercado nacional foi atrasada pela vastidão do seu território, pela falta de ligações internas suficientes e por causa da ausência de uma centralidade política indiscutível, como aconteceu no caso inglês.

O que é importante ressaltar é que, mesmo depois da Inglaterra, os mercados nacionais foram sempre uma criação do poder político, uma estratégia dos Estados territoriais que demarcaram um novo espaço e criaram uma nova unidade econômica a partir de um conjunto mais amplo e preexistente, que Braudel chamou de “economia-mundo européia”. Tal criação só foi possível, portanto, porque já preexistia, ao mercado nacional, uma concentração de poder territorial suficientemente unificada, com identidade estabelecida e com uma orientação estratégica competitiva no momento em que o Estado decidiu nacionalizar a atividade econômica existente dentro do espaço territorial do seu poder político. Assim, surgem as suas fronteiras tributárias externas, eliminam-se as suas barreiras internas e se dá origem, através de sua dívida pública, a um sistema nacional de crédito. Mas este não foi um acontecimento isolado porque, no momento da “revolução que criou o mercado nacional inglês” já existia um sistema competitivo de poderes políticos e de Estados que haviam se consolidado durante todo o “longo século XVI”<sup>407</sup>. É importante verificar como se relacionam estes poderes vitoriosos na origem da criação das economias nacionais.

Iniciando pelo viés da formação da riqueza, indubitavelmente pode-se afirmar que a acumulação do capital europeu foi proveniente do comércio de longa distância. Ainda segundo Braudel, estes esquemas comerciais se concentraram em vários espaços, que ele chamou de “economias-mundo”, situadas em diferentes pontos da terra e não necessariamente conectadas entre si. Segundo suas palavras, “pedaços do planeta economicamente autônomos, capazes, no essencial, de bastar-se a si próprio e aos quais suas ligações e trocas internas conferiam certa unidade orgânica”<sup>408</sup>. Um território unificado por uma densa rede comercial que conglomerava um conjunto hierarquizado de cidades, portos e feiras mercantis, articulado em torno da liderança de uma cidade ou

---

<sup>407</sup> Fernand Braudel. *O Tempo do Mundo*. São Paulo, Martins Fontes, 1996, p. 265.

<sup>408</sup> Idem, p. 12.

pólo dominante que comandava o comércio e as finanças do sistema. Nesse espaço territorial, onde os comerciantes e os produtores exerciam o “jogo das trocas”, é que se deu a concentração e a centralização da riqueza que esteve na origem das finanças e dos grandes predadores que criaram o capitalismo. Braudel identifica neste mesmo espaço, também, a existência de “regiões privilegiadas, núcleos imperiais, a partir dos quais começaram lentas construções políticas, que estão no início dos Estados territoriais”<sup>409</sup>. Existiu, portanto, uma certa sobreposição inicial entre o território onde nasceram os Estados Nacionais e o território onde nasceu o capitalismo europeu. Resta entender onde foi e como se deu o bem sucedido encontro da geometria do poder com a geometria da riqueza européia.

Um avanço neste ponto nos é fornecido por José Luis Fiori, que cria um novo conceito, paralelo ao de “economia-mundo”, a que denomina de “política-mundo”<sup>410</sup>, e que se define como pedaços do planeta integrados e unificados por conflitos e guerras quase permanentes. Nas próprias palavras de Fiori:

Territórios ocupados por vários centros de poder e alguns “núcleos imperiais”, contíguos e competitivos, que acabaram se impondo aos demais – a partir dos séculos XIII e XIV – e acumulando o poder indispensável à criação dos estados nacionais, através de alianças e matrimônios, mas, sobretudo através da guerra.<sup>411</sup>

Enquanto Braudel fala do “jogo das trocas”, não apenas se pode, mas se deve também falar do “jogo das guerras”, que foi absolutamente decisivo para o nascimento dos Estados. “Foi a guerra que teceu a rede européia de estados nacionais, e a preparação para a guerra foi que obrigou a criação das estruturas internas dos estados situados dentro desta rede”<sup>412</sup>. No “jogo das trocas” a riqueza era acumulada, ao passo que no “jogo das guerras” o que se acumulava era o poder; assim como o comércio aproximou os portos e os povos, a guerra também cumpriu o papel de aproximar territórios e unificar populações, eliminando concorrentes e centralizando o poder. Paulatinamente, as guerras foram traçando as fronteiras externas e internas destes centros de acumulação de poder que se consubstanciavam como estados ganhadores, responsáveis pelo nascimento, nos séculos XVII e XVIII, dos mercados e das economias nacionais. No decorrer deste largo período secular de acumulação originária de poder e de riqueza, foram estabelecidas relações incipientes entre o universo das

---

<sup>409</sup> Idem, p. 265.

<sup>410</sup> José Luis Fiori. *O Poder Americano*. Petrópolis, Vozes, 2005, p. 21.

<sup>411</sup> Idem, pp. 21-22.

<sup>412</sup> Charles Tilly. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo, Edusp, 1996, p. 133.

trocas e o universo das guerras, mas apenas após a internacionalização mútua dos poderes e dos mercados é que se pode admitir o surgimento de uma nova força revolucionária, com um poder de expansão global, uma verdadeira máquina de acumulação de poder e riqueza que só foi criada pelos europeus: os Estados/economias nacionais.

Não houve nenhum cálculo racional ou plano estratégico de longo prazo nessa ação expansiva dos poderes locais. Não se pode falar de nenhuma espécie de determinismo, nem é possível identificar nenhum centro de poder que tenha sido sujeito consciente da ação que conduziu a Europa para a formação de Estados Nacionais. O campo das “políticas-mundo”, por volta dos séculos XIII e XIV, era um espaço de oportunidades no qual o “jogo das guerras” poderia ter tido inúmeros encaminhamentos ou resultados diversos. O que havia eram unidades de poder que competiam pelo mesmo território, e foi essa luta que orientou o movimento expansivo dos ganhadores que, depois, continuaram lutando com novos vizinhos e competidores, num processo continuado de destruição integradora. No seu conjunto, entretanto, as guerras constituem um processo quase contínuo e espalhado por todo o território europeu. No início eram muito fragmentadas e seus resultados incertos e reversíveis, como se pode constatar, por exemplo, nos estudos de Norbert Elias sobre as guerras no norte da França no século XII<sup>413</sup>, momento em que o Império Franco se havia transformado num aglomerado de domínios separados, como em vários pontos do antigo império de Carlos Magno. Mas, depois que se definiram e consolidaram as coordenadas do campo vitorioso, já nos séculos XIV e XV, é possível identificar uma verdadeira hierarquia darwinista das guerras européias, e algumas delas foram certamente mais relevantes do que outras no processo de centralização de poder cujo corolário foi a estruturação dos Estados nacionais.

O mais antigo e permanente desses conflitos se dá por todo o Mediterrâneo, chegando à península Balcânica, onde os Habsburgos e o Império Otomano se bateram até o limiar do século XX. Outro grande teatro de guerras foi a região Báltica, onde a expansão territorial da dinastia Vasa, da Suécia, foi praticamente ininterrupta entre 1520 e 1660. Foi no norte da Europa, entretanto, que travou-se a guerra mais importante para o nascimento dos Estados nacionais, a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), a partir da qual se construíram as identidades nacionais da França e da Inglaterra, e de onde surgiu

---

<sup>413</sup> Norbert Elias. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993, p. 87.

o impulso centralizador do poder, depois de 1450, representado por Luis XI na França e por Henrique VII na Inglaterra.

Foi este mesmo movimento centralizador que se deu na Península Ibérica, com a união de Fernão de Aragão e Isabel de Castela, e com a guerra da Reconquista (1480-1492) que se estendeu nos descobrimentos e na colonização ibérica dos territórios americanos, assim como na exploração mercantil dos portos e feitorias asiáticas.

Mas foi mais tarde, no século XVII, que ocorreu o conflito que iria moldar o sistema internacional europeu: a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Travada no território germânico, ela iria se constituir na primeira guerra mundial europeia. Nela tomaram parte quase todos os grandes núcleos imperiais que haviam saído vitoriosos das lutas travadas desde o século XIV. Foi esta guerra que integrou as várias regiões ou “políticas-mundo” preexistentes, criando um sistema bélico unificado que é a verdadeira origem do sistema político europeu, consagrado pela Paz de Westfália, de 1648. A Rússia de Pedro, o Grande, agregou-se a esse sistema um pouco depois pela Grande Guerra do Norte (1700-1721). Assim, na segunda década do século XVIII, finalmente já se podia falar de um sistema de poderes integrados pelas guerras, dentro de um território homogêneo que ia de Lisboa a Moscou, de Estocolmo a Viena, e de Londres a Constantinopla. Foi assim que nasceu o sistema interestatal europeu, que se transformaria, um século depois, no núcleo dominante do sistema político internacional. Mas mesmo depois de Westfália e do século XVIII, as guerras seguiram sendo o motor fundamental deste sistema, sua verdadeira força expansiva e integradora, o seu instrumento preferencial de acumulação e centralização de poder político, nos séculos seguintes.

A pesquisa histórica de Charles Tilly sobre a origem dos Estados territoriais da Europa, conclui que:

Os europeus seguiram uma lógica padronizada de provocação da guerra: todo aquele que controlava os meios substanciais de coerção, tentava garantir uma área segura dentro da qual poderia desfrutar dos lucros da coerção, e mais uma zona-tampão fortificada para proteger a área segura. Quando essa operação era assegurada por algum tempo, a zona-tampão se transformava em área segura, que encorajava o aplicador de coerção a adquirir uma nova zona-tampão em volta da antiga... A coerção é sempre relativa e quem quer que controle os meios concentrados de coerção corre o risco de perder vantagens quando um vizinho cria os seus próprios meios.<sup>414</sup>

Esta é uma generalização que se mantém válida, mesmo após os Estados nacionais, já constituídos, começarem a construir zonas de segurança longe das

---

<sup>414</sup> Charles Tilly, *Op. Cit.*, pp. 127-128.

fronteiras do seu próprio território. O que não fica claro, todavia, é a razão pela qual as unidades ou regiões iniciais necessitam de zonas de segurança. Para Tilly, a guerra é uma consequência provável de uma expansão territorial defensiva, feita concomitantemente por duas unidades fronteiriças que se propõem a construir suas zonas de segurança num mesmo território. Estas duas unidades territoriais, portanto, acabam por entrar em guerra porque estão fazendo o mesmo movimento com o objetivo de se defenderem uma da outra. Ora, se as zonas de segurança são construídas como barreiras defensivas é porque já se parte do pressuposto que existam intenções agressivas por parte das unidades de poder vizinhas. Desta forma, a guerra não pode ser vista como uma consequência da expansão territorial, mas, pelo contrário, deve ser encarada como a causa do próprio movimento de expansão.

Tratando desta questão, John Herz apresentou, em 1950, a tese do Dilema de Segurança, existente dentro de qualquer sistema anárquico de poder.

Para garantir sua própria segurança, os estados são levados a adquirir cada vez mais poder para escapar do impacto do poder dos outros. Mas isto, por sua vez, torna-os demais inseguros e os leva a se prepararem para o pior. Dado que nenhum poder pode se sentir inteiramente seguro, num mundo de unidades competitivas, se estabelece um círculo vicioso de acumulação contínua de segurança e poder.<sup>415</sup>

Norbert Elias se debruçou sobre este problema, mas chegou a conclusões um pouco diferentes, com base em sua pesquisa sobre a origem e os desdobramentos das guerras do norte da Europa, nos séculos XIII e XIV.

A mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe cai. E a expansão significa o domínio sobre os mais próximos e sua redução ao estado de dependência... Em termos muito rigorosos, o que temos é um mecanismo social muito simples que, uma vez posto em movimento, funciona com a regularidade de um relógio. Uma configuração humana em que um número relativamente grande de unidades de poder, em virtude do poder que dispõem, concorrem entre si, tendem a desviar-se desse estado de equilíbrio e a aproximar-se de um diferente estado, no qual um número cada vez menor de unidades de poder compete entre si. Em outras palavras, acerca-se de uma situação em que apenas uma unidade social consegue, através da acumulação, o monopólio do poder.<sup>416</sup>

Resumindo, para Elias, as guerras e a contínua expansão dos territórios eram uma inevitável consequência da necessidade de velar pela “preservação da existência social”. Inexistia a possibilidade de que uma unidade de poder se mantivesse satisfeita com o seu próprio território porque, neste jogo, o princípio geral de que “quem não sobe cai” se transforma numa regra implacável e, logo a seguir, num mecanismo quase

---

<sup>415</sup> John Herz. *Idealist Internationalism and the Security Dilemma!*. In: *World Politics* 2, nº 2, Janeiro de 1950, p. 165.

<sup>416</sup> Norbert Elias, *Op. Cit.*, p. 94.

automático de repetição do mesmo movimento, em patamares cada vez mais amplos de conflito e de poder acumulado. A lógica inapelável desta competição obriga, portanto, que todas as unidades de poder envolvidas se lancem numa corrida armamentista permanente, em nome da paz. Todos têm que se armar e expandir para preservar a segurança, a paz e a tranquilidade das suas populações. Nos séculos XIII e XIV, a acumulação de poder para dissuadir o ataque dos competidores passava, sobretudo, pela posse ou domínio de novos territórios, camponeses, alimentos e tributos. Era, portanto, a acumulação de recursos para a paz que conduzia os príncipes à conquista de novos territórios, desde o momento em que se esgotaram as terras livres, produtivas e desabitadas. Não há, portanto, como fugir a uma conclusão implacável: a guerra foi a força ou a energia que impeliu e alimentou a expansão territorial das primeiras “unidades imperiais” de que nos fala Braudel. Além disso, foi ela que criou as primeiras hierarquias de poder entre as unidades que se saíram vitoriosas desta luta, dentro do território europeu.

A guerra foi condição basilar de sobrevivência de cada uma destas aludidas unidades e, ao mesmo tempo, foi a força destrutiva que as aproximou e unificou, integrando-as, primeiro em várias sub-regiões e, depois, dentro de um mesmo sistema unificado de competição e poder. Por isso, toda e qualquer unidade que se incluía nesse sistema e tenha pretensões de “não cair”, está sempre obrigada a expandir o seu poder de forma permanente, porque a guerra é uma possibilidade constante e um componente fundamental do cálculo estratégico de todas as unidades do sistema. Para todas elas existe sempre uma guerra possível ou virtual, que só pode ser postergada pela conquista e acumulação de mais poder, num caminho que novamente leva à guerra. Apesar do aparente paradoxo, é possível afirmar que a necessidade da expansão de poder para a conquista da paz acaba por transformar a paz na justificativa número um da própria guerra. Por outro lado, a presença contínua dessa guerra virtual atua como estímulo para a mobilização interna e permanente de recursos para a guerra, por parte de cada uma das unidades imperiais originárias.

Como diz Norbert Elias, esta “compulsão expansiva” que se transforma numa regra de comportamento quase mecânica dentro do sistema político europeu, aponta na direção inevitável do monopólio, vale dizer, todas as unidades competidoras se propõem, em última análise, a conquistar um poder global e incontestável que passa a ser exercido sobre um território cada vez mais amplo e unificado, sem fronteiras. As “unidades imperiais” de que nos fala Braudel, portanto, se não forem contidas, tendem a

crescer até impor, a todas as demais, o seu império. Se isso se concretizasse, estariam eliminados todos os poderes territoriais concorrentes, ficando, destarte, suspenso o próprio processo de acumulação de poder. Essa é a contradição essencial do jogo das guerras e deste sistema de acumulação de poder, o qual requer e existência de, no mínimo, três jogadores e dois adversários competitivos que se movam sempre alentados pelo desejo de exclusividade, sem jamais conseguir alcançá-la. Se a exclusividade fosse atingida e se instalasse uma contingência de monopólio absoluto, o sistema de acumulação de poder entraria em crise e tenderia a um estado de entropia por causa do desaparecimento das hierarquias, da competição e da guerra.

Nos termos do debate contemporâneo se poderia dizer, a partir da análise da origem do sistema político moderno, que nem a hegemonia e nem o império estão aptos a ordenar e estabilizar o sistema político mundial de maneira permanente. Os únicos vetores capazes de mantê-lo ordenado e hierarquizado são a competição e a própria guerra ou, pelo menos, a possibilidade constante de uma nova guerra. Este, talvez, seja o segredo mais bem guardado deste sistema: ser o próprio poder expansivo quem cria ou inventa, em última instância, os seus competidores e adversários, indispensáveis para a sua própria acumulação de poder. Esta foi a genial intuição de Maquiavel no momento em que o novo sistema interestatal europeu estava em seu nascedouro: “as principais bases que os Estados têm (...) são as boas leis e as boas armas. E como não podem existir boas leis onde não há boas armas, referir-me-ei apenas às armas”<sup>417</sup>.

O processo de concentração e centralização de poder através das guerras não foi linear nem irreversível. Deslocou-se pelo espaço, teve fluxos e refluxos e nem sempre o poder vencedor conseguiu manter por muito tempo suas conquistas. O que avultou, de forma exponencial, constante e regular, foram as dimensões e os custos das guerras, tornando-se a cada dia mais árduo enfrentá-las e vencê-las sem a disponibilidade de recursos vultosos. Na medida em que venciam, e para continuarem a vencer, os príncipes necessitavam cada vez mais de recursos bélicos, e estes recursos eram, em última instância, de natureza econômica. A montagem de uma máquina de guerra, por mais simples que fosse, requeria uma quantidade significativa de homens, alimentos e dinheiro que eram, a um só tempo, recursos bélicos e econômicos. A própria conquista e controle de novos territórios, as “zonas de segurança” referidas por Tilly, objetivava estabelecer fronteiras estratégicas, mas tinha, de forma concomitante, vistas para a

---

<sup>417</sup> Nicolau Maquiavel. *O Príncipe*. São Paulo, Editora Abril, 1979, p. 49.

conquista e o acúmulo de recursos que eram igualmente econômicos, quais sejam, terras produtivas, mão de obra camponesa, colheitas e, sobretudo, taxas e tributos, os recursos líquidos e monetarizados imprescindíveis aos governantes das unidades imperiais. É nesta conjuntura que surgem as moedas estatais, aceitas pelo poder político como pagamento dos impostos e das dívidas dos soberanos.

Norbert Elias ressalta o papel preponderante desta nova forma de riqueza para o processo de acumulação de poder, um verdadeiro ponto de inflexão na história da Europa.

O ritmo que repetidamente ameaçou provocar a dissolução dos grandes monopólios de poder foi modificado e acabou se rompendo apenas na medida em que a moeda e não mais a terra tornou-se a forma dominante de riqueza. Só então é que os grandes monopólios de poder deixam de se fragmentar e sofrem uma lenta transformação centralizante.<sup>418</sup>

As conquistas aumentavam os territórios e dificultavam a sua administração, problema que foi minorado com o surgimento da moeda pública e com a sua universalização e homogeneização, dentro do espaço político do poder emissor<sup>419</sup>. Mas nada disso pôs cobro à crescente necessidade dos príncipes por recursos, até a criação e consolidação das dívidas públicas que se tornaram a principal arma de guerra dos grandes vencedores. Foi quando ocorreu a união do poder político e militar com o dinheiro e a riqueza dos comerciantes e dos banqueiros.

A relação entre o Poder e o Dinheiro, ou entre os Príncipes e os Banqueiros, remonta às cidades do norte da Itália, onde nasceu o sistema bancário moderno ligado ao comércio de longa distância e à administração das dívidas do Vaticano. Os príncipes viram na riqueza dos comerciantes e dos banqueiros o financiamento de que precisavam para as guerras, e os banqueiros descobrem nos empréstimos para as guerras uma máquina multiplicadora de dinheiro. O risco dos banqueiros era a derrota dos príncipes nas suas guerras, mas os seus lucros eram muito mais avultados do que em qualquer outra aplicação mercantil, não apenas pelo retorno em dinheiro, mas muito mais pelas posições monopólicas conquistadas, no plano comercial e financeiro, ou mesmo pelas concessões de cobrança de impostos e tributos dentro do território das unidades imperiais endividadas. Foi dessa forma que nasceram e se multiplicaram os grandes predadores que estão na origem do capitalismo, junto com os grandes e sistemáticos lucros extraordinários, que foram sempre a verdadeira mola propulsora do capitalismo, por cima da economia de mercado onde se produzem e acumulam os “lucros normais”,

---

<sup>418</sup> Norbert Elias, Op. Cit., p. 142.

<sup>419</sup> José Luis Fiori, Op. Cit., p. 30.

incapazes, por si só, de explicar o milagre europeu no campo da acumulação e da concentração da riqueza mundial.

Foi assim que nasceu esta relação “extremamente virtuosa”, no dizer de Fiori, entre os processos de concentração e centralização do poder e da riqueza. Nesta nova aliança, os detentores do poder político e os detentores do dinheiro transformado em capital, se propõem acumular seus recursos através da monopolização das oportunidades que podem ser criadas em benefício mútuo, dentro dos seus universos específicos, o da autoridade e o do lucro. Tanto o Poder quanto o Capital, portanto, se propõem criar, em conjunto, barreiras à entrada, ou mesmo destruir eventuais concorrentes nas duas lutas pela acumulação de mais poder e mais capital. Nesse sentido, o Poder contribui decisivamente para a multiplicação do Capital, mas entretantes, foi a existência do Capital que possibilitou ao processo de acumulação de poder se transformar num movimento contínuo em direção ao monopólio da coação, até o limite, se possível, do “poder global”. Sem o Capital, o poder se fragmentaria com mais facilidade, e sem o Poder, o capital teria dificuldades para estabelecer situações monopólicas. Podemos inferir, portanto, que foi a imbricação do jogo das guerras com o jogo das trocas a força motriz criadora das condições originárias da economia capitalista, uma economia que passa pelos mercados, mas que se nutre, sobretudo, das trocas dos não-equivalentes. A partir deste encontro, os poderes territoriais ganhadores foram, quase sempre, os que acumularam a maior quantidade de riqueza e de crédito, ao mesmo tempo em que os comerciantes e banqueiros ganhadores foram, quase sempre, os que souberam se associar com os poderes vitoriosos.

A convergência progressiva dos processos de acumulação do poder e da riqueza, e a sua concentração em alguns territórios vencedores, deslocou o eixo do sistema político e econômico europeu do Mediterrâneo para o norte da Europa. Nos séculos XVII e XVIII a Inglaterra foi o palco da revolução financeira que permitiu ao Estado inglês transformar seu espaço político num “espaço econômico, coerente e unificado”, a primeira economia nacional capitalista. Marx descreve esta revolução no capítulo XXIV de seu *O Capital*:

As diversas etapas da acumulação originária tiveram seu centro, por ordem cronológica mais ou menos precisa, na Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Mas foi na Inglaterra, em fins do século XVII, onde este processo se resumiu e sintetizou sistematicamente no “sistema colonial”, no “sistema da dívida pública”, no “moderno sistema tributário” e no “sistema protecionista”.

Em grande medida, todos estes métodos se basearam na mais avassaladora das forças. Todos eles se valeram do *poder do Estado*.<sup>420</sup>

Logo adiante, Marx igualmente salienta o papel decisivo da dívida do Estado, na criação do sistema de bancos e de créditos inglês:

A dívida pública veio dar um impulso às sociedades anônimas, à loteria da Bolsa e à moderna bancocracia. Desde o momento em que nasceram os grandes bancos adornados com títulos nacionais, não foram mais do que sociedades de especuladores privados que cooperavam com os governos e que graças aos privilégios que lhes outorgavam os governos, estavam em condições de adiantar-lhes dinheiro.<sup>421</sup>

Mais uma vez, como no passado, foi a necessidade de financiamento das guerras inglesas que esteve na origem dessas mudanças. Mas agora, o encontro do poder com os bancos produziu um fenômeno novo e revolucionário: os Estados/Economias nacionais. Verdadeiras máquinas de acumulação de poder e riqueza que se expandiram a partir da Europa através do mundo, numa velocidade sem precedentes, que nos permite falar de um novo universo em expansão, se comparado com o que ocorrera nos séculos anteriores. Era, na verdade, o mesmo movimento, mas numa escala exponencialmente maior. Junto com a nacionalização dos bancos, das finanças e do crédito, criou-se um sistema de tributação estatal e se nacionalizaram o exército e a marinha, que passaram para o controle direto da estrutura administrativa do Estado. E o que é mais difícil de definir e de medir consolida-se num novo conceito e numa nova identidade, no mundo da guerra, dos negócios e da cidadania: o “interesse nacional”. Uma vez constituída na Inglaterra a primeira economia nacional, ocorre uma radical alteração na natureza da relação entre banqueiros e governantes. A partir daquele momento, já não era mais um negócio ou endividamento pessoal do soberano com uma casa bancária de qualquer nacionalidade. Por outro lado, o banqueiro sofreu um processo de territorialização ou de nacionalização do seu capital: ao invés de ser apenas um membro de uma rede financeira cosmopolita, ele se torna um elo de uma rede nacional de bancos e comércio, ao mesmo tempo em que passa a designar a sua riqueza na moeda emitida pelo seu Estado nacional.

Depois da Inglaterra, todas as demais economias nacionais foram sendo criadas, com maior ou menor sucesso, como respostas defensivas ou competitivas com relação à própria Inglaterra, já então vitoriosa no campo econômico, após a sua Revolução

---

<sup>420</sup> Karl Marx. *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, Vol. I, p. 638.

<sup>421</sup> Idem, p. 642.

Industrial, e no campo militar, depois das Guerras Napoleônicas. Max Weber descreveu esta nova realidade com absoluta precisão.

Os Estados nacionais concorrentes viviam numa situação de luta perpétua pelo poder, na paz ou na guerra. Essa luta competitiva criou as mais amplas oportunidades para o moderno capitalismo ocidental. Os Estados separadamente tiveram que competir pelo capital circulante, que lhes ditou as condições através das quais poderia auxiliá-los a ter poder. Portanto, foi o Estado nacional bem delimitado que proporcionou ao capitalismo sua oportunidade de desenvolvimento.<sup>422</sup>

A partir do momento da constituição das economias nacionais capitalistas, a competição política dos Estados e a competição econômica dos capitais seguem orientadas pelo objetivo da monopolização das oportunidades, no campo do poder e da acumulação do capital. Mas agora, os Estados e seus capitais nacionais podem atuar em conjunto reforçando-se mutuamente. Assim, os laços entre o poder e o grande capital nacional tendem a se estreitar nos tempos de guerra e nos momentos em que estão em jogo oportunidades estratégicas de acumulação de poder e de criação de lucros extraordinários.

Até a primeira metade do século XVIII, o novo sistema político se restringia aos Estados europeus, mas seu território já havia se estendido muito além das fronteiras européias. O primeiro passo foi dado por Portugal, em 1415, quando conquistou Ceuta no norte da África. Menos de um século depois, em 1494, os europeus repartiram o mundo entre si, pela primeira vez, em Tordesilhas. Depois vieram os impérios marítimos asiáticos e a colonização americana, uma escalada que nunca mais se interrompeu nos 500 anos seguintes, em que oito Estados nacionais, com apenas 1,6% do território global (Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra, Bélgica, Alemanha e Itália) conquistaram ou submeteram quase todo o resto do mundo, construindo territórios políticos supranacionais que se somaram, de uma forma ou de outra, aos seus territórios originários, na forma de colônias, domínios, províncias de além mar, mandatos, protetorados, etc.

Nestes cinco séculos é possível identificar duas grandes ondas expansivas do poder e dos territórios dos Estados europeus: a primeira ocorreu entre os séculos XV e XVIII, e a segunda entre os séculos XIX e XX. Esses dois passos imperiais das Grandes Potências européias foram decisivos e fundamentais para a formação do sistema político mundial. Liminarmente porque aproximaram e integraram regiões que estavam

---

<sup>422</sup> Max Weber. “Estado Nacional e Política Econômica”. In: *Ensaio Político*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, p. 249.

desconectadas entre si, “economias-mundo” e “políticas-mundo” distantes e autônomas. Depois, porque foi no espaço colonial destes territórios políticos que nasceram e se multiplicaram os Estados nacionais extra-europeus, como produto de duas grandes ondas de descolonização: a primeira, entre 1776 e 1825, quando se tornaram independentes as colônias americanas, e a segunda, entre 1945 e 1975, quando as colônias européias da África e da Ásia se transformam em Estados nacionais autônomos. Foi assim que se globalizou o sistema estatal e nasceu o sistema político mundial que seguiu sendo hierárquico depois de sua universalização. Durante este processo, e mesmo quando o número de Estados extra-europeus superou a própria Europa, as Grandes Potências seguiram sendo as mesmas, e determinando a direção e o ritmo geopolítico e geoeconômico de todo o sistema até a primeira metade do século XX, quando o sistema incorporou, no seu núcleo central, duas potências expansivas e extra-européias: os Estados Unidos e o Japão.

O caso dos Estados Unidos, que pelo escopo do trabalho aqui desenvolvido nos interessa mais de perto, é peculiar. Os Estados Unidos foram o primeiro Estado nacional que nasceu fora da Europa e, ao mesmo tempo, foi um Estado nacional tardio, porque nasceu dentro de um sistema de Estados que já estavam formados, hierarquizados e em expansão contínua desde o século XVII. Na verdade, o seu próprio nascimento constitui um episódio deste movimento expansivo e competitivo dos Estados e dos capitais europeus<sup>423</sup>. Ademais, os Estados Unidos foram uma colônia que se separou de um Estado imperial vitorioso, ao contrário de todos os demais Estados não-europeus que hoje compõem o sistema político mundial, e que nasceram invariavelmente de impérios em decadência ou em franco processo de decomposição, como os Estados latino-americanos no século XIX, e como todos os Estados africanos e asiáticos que se formaram no século XX, particularmente após a II Guerra Mundial.

Os Estados Unidos são o único caso de um Estado nacional que sai de dentro de um império em expansão, durante as guerras que definiram a hegemonia inglesa dentro da Europa e do seu mundo colonial, e no período em que a Inglaterra faz sua revolução industrial e cria as bases materiais e financeiras da primeira divisão internacional do trabalho. Por isso, ao romper seus laços políticos com a Inglaterra, os Estados Unidos se transformaram imediatamente numa periferia primário-exportadora da economia e da industrialização inglesa. Neste novo contexto histórico, absolutamente original, não se

---

<sup>423</sup> José Luis Fiori, Op. Cit., p. 40.

poderia esperar repetir, na América do Norte, o mesmo processo de acumulação de poder e de riqueza que havia ocorrido na Europa depois do século XV, nem que tampouco pudesse realizar a façanha de formar um mercado nacional. Mas, apesar destas diferenças e da especificidade norte-americana, os Estados Unidos apresentaram uma tendência expansiva desde o início, como os primeiros Estados europeus. Uma tendência expansiva que não se encontra nos demais Estados tardios que foram criados na América Latina, no início do século XIX. Pela nossa perspectiva, esta característica dos Estados Unidos se explica a partir de duas circunstâncias fundamentais: a primeira foi a sua inserção geopolítica inicial; a segunda foi a sua relação econômica com a metrópole inglesa, que não foi interrompida pela independência.

Do ponto de vista geopolítico, o fator que teve preeminência na formação do Estado norte-americano foi a sua ocorrência enquanto as Grandes Potências disputavam a hegemonia européia, entre o fim da Guerra dos Sete Anos, em 1763, e o fim das guerras napoleônicas, em 1814. Sendo ainda mais preciso, na época em que o Antigo Regime era posto na defensiva em quase toda a Europa, pelo medo da Revolução Francesa em 1789, e pelo avanço dos exércitos de Bonaparte, pelo menos até a consagração da vitória conservadora, no Congresso de Viena, em 1815. É exatamente neste período de guerra européia que os Estados Unidos conquistam a sua independência, consolidam seu território, escrevem sua Constituição e elegem o seu primeiro governo republicano, aproveitando-se do seu isolamento territorial em relação ao continente europeu e adotando uma política de neutralidade quanto ao conflito entre as Grandes Potências. Na verdade, a própria guerra da independência norte-americana foi um capítulo da grande guerra européia em que se decidiu, finalmente, a disputa secular entre a França e a Inglaterra pela hegemonia dentro do continente europeu.

Depois da derrota para os ingleses na Guerra dos Sete Anos, a França perdeu suas posições na Índia, no Canadá e na Louisiana, mas mesmo assim liderou a aliança com a Espanha, apoiada pela Holanda, e fortalecida pelas posições anti-britânicas da Rússia, Dinamarca, Suécia e Prússia a favor da independência norte-americana, ocupando um papel decisivo na batalha naval que decidiu a sorte da Inglaterra, em Yorktown, em outubro de 1781. Apesar dessa vitória, a França acabou definitivamente derrotada em Waterloo, sendo submetida, a partir de 1815, ao policiamento da Santa Aliança sob controle distante da Inglaterra. Neste momento, entretanto, quando a Europa conseguiu se levantar depois de vinte anos de guerra contínua, e quando suas forças e governos conservadores conseguiram retomar o controle de suas periferias,

definindo as bases de uma nova ordem política mundial, os Estados Unidos já estavam postos sobre seus próprios pés, do ponto de vista do seu território e do seu Estado, definitivamente estabelecidos depois da sua última guerra com a Inglaterra, em 1812. Durante todo este período de formação, os Estados Unidos tiveram que negociar com todas as Grandes Potências presentes na América do Norte, num momento em que elas estavam fragilizadas por suas lutas e sem capacidade de sustentar seus interesses em territórios considerados, naquele momento, longínquos, onerosos e mal defendidos, com exceção exatamente da Inglaterra. Por isso, desde a primeira hora de sua independência, os Estados Unidos negociaram suas fronteiras e seus tratados comerciais com o núcleo duro das Grandes Potências européias, com quem sempre mantiveram relações privilegiadas, em particular com a Inglaterra, e acabaram assim, por obter notáveis vitórias diplomáticas, exatamente porque souberam utilizar a seu favor a divisão das Grandes Potências e a sua fragilidade temporária.

Do ponto de vista econômico, o fator decisivo que diferencia a formação da economia americana, durante seu primeiro período de existência independente, é sua relação complementar, funcional e privilegiada com a economia inglesa, naquele momento a principal economia capitalista do mundo, em pleno processo de revolução industrial.

Na perspectiva inglesa, os Estados Unidos se transformaram numa experiência pioneira do seu novo sistema de divisão internacional do trabalho, que seria estendido durante o século XIX à América Latina, norte da África e alguns países asiáticos. Neste sentido, não há dúvida que na primeira metade do século XIX os Estados Unidos foram uma economia primário-exportadora como tantas outras através do mundo, especializada na produção de tabaco e algodão para o mercado inglês. Mas os números indicam que foram os Estados Unidos, neste período, que ocuparam a principal posição dentro do grupo de países que ocuparam uma posição privilegiada como celeiros da Inglaterra (outros países foram a Argentina, os países nórdicos, e as colônias do Canadá, Nova Zelândia, Austrália e África do Sul). Estes países, os Estados Unidos à frente, tiveram a vantagem de pertencer a uma espécie de zona de co-prosperidade da Inglaterra e, em certos períodos, o investimento direto inglês nestes territórios chegou a ser de 60% do investimento total do período, o que é compreensível em colônias que eram grandes plantações ou fornecedores de minerais da Inglaterra. Mas esse não foi o caso dos Estados Unidos que, apesar de terem deixado de ser colônia, mantiveram uma posição privilegiada dentro do território econômico anglo-saxão e, neste sentido, os

Estados Unidos foram muito mais do que uma mera periferia agrário-exportadora da Inglaterra: foram de fato um caso pioneiro de “desenvolvimento a convite”<sup>424</sup>.

Do ponto de vista norte-americano, a opção por esta aliança econômica com a Inglaterra não foi apenas uma imposição de sua estrutura produtiva colonial, mas foi também uma opção política e estratégica tomada já no primeiro governo constitucional dos Estados Unidos. Esta opção foi seguida por seus sucessores, que foram adotando políticas cada vez mais anti-colonialistas, malgrado os estreitos laços com a Inglaterra. Tal atitude se compreende tanto sob um prisma defensivo, como também por ser a forma encontrada pelos Estados Unidos, através de uma política de livre comércio, de poder competir com as Grandes Potências. Mas isso não significa que a compulsão expansiva norte-americana não existisse. Em termos regionais, os Estados Unidos foram, por aquisição ou por conquistas militares, ampliando o seu próprio território nacional ao longo do século XIX.

O tratado assinado pelos Estados Unidos com a Inglaterra, em 1794, já admitia que os navios norte-americanos comerciassem com as colônias inglesas do oriente, e logo em seguida eles estariam chegando a Oman, Batávia, Manila e Cantun. Foi na Ásia que os Estados Unidos começaram a definir sua política anti-colonialista de expansão extracontinental. Uma opção pelo “território econômico” sem responsabilidade administrativa, mas também uma estratégia para competir com a influência francesa e inglesa, baseada no uso da força e na conquista colonial. Por isso sua defesa permanente da política de “portas abertas” e de preservação da unidade territorial, sobretudo no caso da China e do Japão.

Em 1844, o presidente norte-americano John Tyler mandou seu enviado Caleb Cushing à China com a missão de conseguir o mesmo tratamento dado à Inglaterra pelo Tratado de Nanking, imposto à China depois da Guerra do Ópio, em 1842. A missão de Cushing foi bem sucedida e o Tratado de Wanghia abriu os portos de Cantun, Amoy, Foochow, Ningpo e Shangai para os navios norte-americanos. O princípio das “portas abertas” foi mantido depois pelo Tratado de Tientsin, assinado simultaneamente pela Inglaterra, França, Rússia e Estados Unidos, depois de mais uma guerra vencida pelas duas principais potências coloniais da Europa. No caso do Japão, entretanto, a iniciativa coube ao presidente norte-americano Millard Fillmore, que enviou o Comodoro Perry, em 1853, com a missão de conseguir a abertura dos portos japoneses. Este objetivo foi

---

<sup>424</sup> José Luis Fiori, Op. Cit., p. 71.

alcançado através do tratado assinado entre os dois governos, em 1854, o primeiro tratado assinado pelo Japão com um governo ocidental, o governo dos Estados Unidos, somente depois seguido pelos governos da Inglaterra, da Rússia e da Holanda.

Quando eclodiu a Guerra de Secessão, os Estados Unidos já tinham completado a conquista do seu território continental e haviam dado passos diplomáticos e comerciais extremamente importantes no tabuleiro geoeconômico asiático. Mas seguiam sendo uma economia fundamentalmente primário-exportadora e dependente do capital financeiro inglês, e mantinham-se alinhados com a estratégia imperial inglesa em todos os territórios que não fizessem parte de sua imediata zona de influência, na América do Norte, respeitando o domínio inglês no Canadá.

A Guerra Civil Americana mudou o rumo da história dos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX. Do nosso ponto de vista, esta guerra teve características e conseqüências típicas das guerras européias clássicas entre dois Estados nacionais fronteiriços, no caso, entre a União e a Confederação. A Guerra de Secessão foi a grande responsável pela construção do Estado moderno e da economia nacional norte-americana, na medida em que obrigou a nacionalização do exército e a consolidação de uma dívida pública da União, que se transformou no lastro do sistema bancário e financeiro, e que se expandiu e nacionalizou naquele período, ao mesmo tempo em que se montava um novo sistema de tributação capaz de avalizar o endividamento de guerra, exatamente como acontecera no caso das guerras européias dos séculos XVII e XVIII. E, depois da guerra, durante o período da Reconstrução, os títulos da dívida pública contraída pela União tiveram um papel fundamental no financiamento das ferrovias que atravessaram o território norte-americano, abrindo os caminhos para a expansão dos negócios e das grandes corporações que integraram o mercado nacional dos Estados Unidos. Foi o momento em que se formou, de fato, o capital financeiro norte-americano que só conseguiu se tornar autônomo em relação ao capital inglês durante a Guerra Civil, na medida em que estabeleceu vínculos sólidos e permanentes com o poder ganhador. Foi esta aliança entre o poder da União e o novo capital financeiro que foi decisiva para o sucesso da revolução econômica que sacudiu os Estados Unidos nas últimas décadas do século XIX, dando ensejo ao estabelecimento do moderno capitalismo norte-americano.

É interessante observar que os três Estados nacionais tardios, o Japão após a Revolução Meiji, a Alemanha pós unificação germânica, e os Estados Unidos depois da Guerra Civil, acabaram dando seus primeiros passos imperiais para fora do seu território

ou continente, quase ao mesmo tempo, no final do século XIX. O Japão, depois de um rápido processo de modernização e de industrialização, invadiu e derrotou a China em 1894-1895, e a Rússia, em 1904-1905, aumentando seu território e impondo seu poder na Coréia e na Manchúria. Na mesma época, a Alemanha abandonou a diplomacia de Bismarck e começou sua expansão imperial na África propondo-se, ao mesmo tempo, igualar o poderio naval da Inglaterra. Movimento expansivo que aproximou a França da Rússia e provocou uma mudança radical da política externa britânica, entre 1890 e 1914. Por fim, em 1898, os Estados Unidos também saíram da “toca” ao declarar e vencer a Guerra Hispano-Americana e conquistar, pelo Tratado de Paris em 1898, Cuba, Guam, Porto Rico e Filipinas, começando uma escalada colonial que prosseguiu com a intervenção no Haiti em 1902, no Panamá em 1903, na República Dominicana em 1905, novamente em Cuba em 1906 e de novo no Haiti em 1912. Neste mesmo período, os Estados Unidos assumiram plenamente a responsabilidade militar pela Doutrina Monroe ao conseguir impedir a invasão da Venezuela, projetada em 1895 pela Inglaterra e Alemanha, e destinada a cobrar dívidas do governo venezuelano com os bancos europeus.

Exatamente em 1890, o capitão Alfred Thayer Mahan publicou uma obra clássica sobre *A Influência do Poder Marítimo na História, 1660-1783*, que exerceu imensa influência sobre seu amigo Theodore Roosevelt e sobre o senador Henry Cabot Lodge, duas personagens centrais no processo decisório da política externa norte-americana, no momento em que os Estados Unidos começaram efetivamente a sua expansão imperial para fora da América do Norte. Sua tese central reforça a percepção de alguns militares da guerra civil sobre a necessidade de que os Estados Unidos tivessem bases navais no Caribe e no Pacífico, capazes de sustentar o seu avanço rumo à Ásia, onde se concentrou uma parte da competição colonial depois de 1870<sup>425</sup>. Estas idéias provocaram um imediato crescimento na marinha de guerra dos Estados Unidos, que chegou a estar entre as três maiores de mundo no início da I Guerra Mundial, em 1914. Mas, além disso, foram estas mesmas idéias que orientaram a decisão de anexar o Havaí aos Estados Unidos em 1897, e sobretudo, a decisão de deflagrar a guerra Hispano-Americana de 1898, que resultou na conquista de Cuba e das Filipinas.

---

<sup>425</sup> José Luis Fiori. “Globalização, Hegemonia e Império”. In: Maria Conceição Tavares e José Luis Fiori (organizadores), *Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 79.

Entre 1900 e 1914, o governo americano foi obrigado a definir sua política frente a estes territórios conquistados além-mar e optou por um novo tipo de controle político, na forma de protetorados militares e financeiros dos Estados Unidos, como foi o caso da República Dominicana, Haiti, Nicarágua, Panamá e Cuba. Estes países mantinham a sua soberania interna, mas não tinham direito à política externa, nem tampouco à execução de uma política econômica que não estivesse de acordo com as exigências do pagamento de suas dívidas com os bancos norte-americanos. Além disso, os Estados Unidos mantinham o seu direito de intervenção em todo o qualquer momento em que ocorressem desordens internas ou ameaças à manutenção do protetorado.

Foi esse o momento histórico em que os Estados Unidos assumiram, pela primeira vez, o papel de polícia internacional, transformando o Caribe numa espécie de zona colonial, sem o ônus da administração direta, como no caso das Filipinas que foram, de fato, a primeira colônia dos Estados Unidos e seu primeiro passo na luta pela hegemonia no tabuleiro asiático. Ao entrar na I Guerra Mundial, em 1917, os Estados Unidos eram a única potência hegemônica no seu próprio continente e já tinham uma posição de destaque no tabuleiro asiático. Foi a hora em que começou a sua luta pela hegemonia na Europa, o verdadeiro segredo da conquista do poder global.

Em resumo, a formação do sistema político mundial não foi o produto de uma somatória simples e progressiva de territórios, países e regiões. Foi, isto sim, uma criação do poder expansivo de alguns Estados nacionais europeus que conquistaram e colonizaram o mundo, durante os cinco séculos em que lutaram entre si pela conquista e monopolização das hegemonias regionais e do poder global. Como resultado deste movimento competitivo e expansivo, os europeus criaram seus territórios políticos supranacionais e seus impérios coloniais de onde vieram a nascer a maioria dos Estados do sistema mundial criados fora da Europa, e sem as características políticas e econômicas das Grandes Potências. De uma forma ou de outra, a maioria dos novos Estados nacionais extra-europeus se transformou imediatamente após suas independências, em aliados ou protetorados militares das Grandes Potências. Muitos deles ainda não conquistaram uma verdadeira soberania interna e externa, não têm uma identidade nacional nítida, nem muito menos demonstraram, até hoje, qualquer tipo de ímpeto imperial. E mesmo aqueles que se propuseram a mudar de posição hierárquica, tiveram enorme dificuldade para acumular os recursos de poder indispensáveis à condição de candidato a Grande Potência, com a grande exceção dos Estados Unidos,

Alemanha e Japão que conseguiram ingressar no núcleo central do sistema no início do século XX. Por isso, o pequeno núcleo de Grandes Potências mantém sua centralidade dentro do sistema político mundial, e ainda são as suas decisões que determinam a dinâmica do sistema, incluindo as janelas de oportunidade abertas para os Estados situados na sua periferia.

A expansão e a universalização do sistema de poder capitalista não foi uma obra do capital em geral: foi, e será sempre enquanto persistir o sistema, o resultado da competição e expansão dos Estados/economias nacionais que conseguem impor sua moeda, a sua dívida pública, o seu sistema de crédito e o seu sistema de tributação, como lastro monetário do seu capital financeiro dentro destes territórios econômicos supranacionais e em expansão contínua. Por isso, a capacidade de endividamento e o crédito internacional dos Estados vitoriosos correm sempre na frente da capacidade e do crédito dos demais Estados concorrentes. No caso dos vitoriosos, a dívida pública pode crescer por cima do produto criado dentro do seu território nacional, ao contrário das demais economias, mesmo das Grandes Potências, que ficam prisioneiras de uma capacidade de endividamento menor, restrita a sua zona mais limitada de influência monetária.

Os vencedores desta competição foram sempre os que conseguiram chegar mais longe e garantir o controle de territórios políticos e econômicos supranacionais mais amplos do que o de seus concorrentes, seja na forma de colônias, domínios ou de periferias independentes. Como consequência, este sistema político e econômico mundial criado a partir da expansão européia foi, e será sempre, desigual. Não porque as Grandes Potências dependam da exploração dos mais pobres ou dos mais fracos para sobreviver, tanto do ponto de vista político como econômico. O que ocorre é que a lógica expansiva do sistema impõe a promoção e renovação contínua de situações que, por definição, serão sempre desiguais. Isto é, como no campo político, também do ponto de vista econômico, a expansão das unidades capitalistas deste sistema não precisa da pobreza, pelo contrário, necessita de outras unidades que também sejam ricas e poderosas, mas ao mesmo tempo, a lógica expansiva e implacável do sistema renova a cada passo a desigualdade, e por isso se pode dizer que este sistema é, essencialmente, “desigualizante”.

Esta breve e estilizada digressão acerca da origem, formação e consolidação do sistema de poder capitalista num corte de longa duração, tem o escopo, em contraste com o recorte temporal mais específico que fazemos neste trabalho, de possibilitar um

aprofundamento na análise dos fatos dentro do viés teórico proposto e trazer um entendimento mais amplo para os eventos aqui tratados e que se inseriram dentro desta lógica de poder. Este contraste é auto-explicativo, mas o nosso desejo em não permitir que nenhuma fimbria de dúvida paire na comprovação de nossas hipóteses faz com que passemos a tecer algumas considerações no sentido de elidir qualquer dúvida quanto às nossas conclusões.

Preliminarmente é preciso destacar uma das características da vertente teórica por nós esposada - a Teoria Crítica das relações internacionais - que é a análise da dinâmica do processo produtivo vinculada às relações de poder. É exatamente isso o que fazemos ao longo da nossa pesquisa e, especificamente, nessa digressão que inicia a parte final do nosso trabalho. Ao recuarmos no tempo e verificarmos como se originou e desenvolveu o sistema produtivo capitalista e como este, ao se imbricar com o poder político, cresce e faz crescer exponencialmente tanto a acumulação de capital como a de poder, torna-se ainda mais evidente a nossa afirmação inicial de que a natureza da II Guerra Mundial é, essencialmente, inter-imperialista. A necessidade de competição para a existência e evolução do sistema foi a responsável pela permanência das guerras, das quais a Segunda Guerra certamente foi o ápice em termos de destruição integradora. Evan Luard calcula que tenha havido cerca de mil guerras, em todo o mundo, no período entre 1400 e 1984, e 120 envolvendo uma ou mais das Grandes Potências, no período entre 1495 e 1975, isto é, o sistema de poder capitalista acentuou com uma constância jamais vista a permanência das guerras<sup>426</sup>.

Cabe ressaltar que ao longo deste tempo, se as guerras tiveram essencialmente a mesma mola propulsora, tiveram também, pelas próprias circunstâncias históricas, peculiaridades e sintomas que historicamente as diferenciaram. A Segunda Guerra Mundial inaugurou, ou no mínimo elevou a patamares jamais olvidados, aquilo que podemos qualificar como guerra industrial, isto é, um conflito em que a capacidade de produzir tecnologias e equipamentos militares se tornou fulcral para a vitória. A utilização massiva destes equipamentos transformou-se no fator determinante do destino das batalhas, não sendo mais apenas uma questão de colocar soldados em combate, mas de também possuir e utilizar estrategicamente uma produção bélica, como tanques, navios, aviões, artilharia, etc., que consolidasse o domínio aéreo, marítimo e terrestre. Desta forma, a capacidade destrutiva atingiu níveis nunca antes alcançados, ceifando

---

<sup>426</sup> Evan Luard. *War in International Society: A Study in International Sociology*. Londres, New Haven, 1987, apêndice.

vidas e estruturas produtivas numa escala sem precedentes, o que contrariou a lógica do próprio sistema. Essa foi uma vantagem que os Estados Unidos tiveram, já que seu parque industrial pôde permanecer fora das zonas de combate, diferentemente da Ásia e da Europa. Talvez tomando esses fatos como lição, o grande conflito que veio a seguir, a Guerra Fria, pode ser qualificado como a guerra ideal para o sistema capitalista. Mesmo se podendo argumentar que a Guerra Fria não se “aqueceu” face ao terror de um conflito termo-nuclear, é bastante claro que não foi a guerra em si o fio condutor desta confrontação, mas a possibilidade desta, a sua virtualidade, a qual permitiu expandir e manter a capacidade produtiva civil e militar sem acentuados riscos de um confronto entre as Grandes Potências. Como bem acentuou Aron no que se referia a um embate direto entre os dois hiper-poderes em confronto (EUA x URSS), “guerra improvável, paz impossível”<sup>427</sup>. A própria lógica do sistema, nestas condições, fez com que a paz fosse impossível, face à necessidade da competição, e também que a guerra fosse improvável, uma vez que era necessário preservar o sistema e mantê-lo funcionando adequadamente.

Outro aspecto basilar da Teoria Crítica é a abordagem das relações de poder na política mundial feita sob o prisma da verticalidade, isto é, analisando a dominação dos Estados mais ricos e poderosos sobre aqueles cuja dimensão de poder econômico e político lhes é inferior. Em suma, aqui tratamos justamente das questões referentes a centro e periferia, e de construção e projeção de hegemonia.

O desenvolvimento do sistema de poder capitalista, como vimos acima, se deu através da associação do poder político e dos detentores do capital, numa relação profícua para ambos e que se desenvolveu através do jogo das guerras. A sanha expansiva é parte da natureza do sistema, no qual, como ressalta Elias, “quem não sobe cai”. Aqueles que “subiram”, política e economicamente, impuseram sua dominação sobre aqueles que “caíram”, estabelecendo-se uma hierarquia internacional, fato que se desvela nos aspectos políticos e econômicos do sistema. Nunca é demais lembrar que o padrão monetário dominante no concerto internacional é, invariavelmente, definido pela potência que detém a hegemonia mundial. No século XIX, período de supremacia britânica, era o padrão libra-ouro. A partir de Bretton Woods em 1944, o padrão dólar-ouro marca o início da hegemonia norte-americana. Assim, pela expansão de sua órbita de poder e pela imposição de sua dívida pública, moeda e sistema de crédito, alguns

---

<sup>427</sup> Raymond Aron, Op. Cit., p. 238.

Estados se converteram em “centros” do poder e da economia internacional, ao passo que outros se tornaram dependentes, assim chamados de “periféricos”.

Uma das hipóteses deste trabalho é constatar que as circunstâncias da inserção do Brasil no cenário da II Guerra Mundial se dão a partir da expansão hegemônica dos Estados Unidos na direção da América do Sul, em razão das vicissitudes do conflito total e do início da caminhada norte-americana para o exercício do poder global.

Os Estados Unidos já haviam consolidado a sua influência na América Central e no Caribe desde o início do século XX. A entrada norte-americana na I Guerra Mundial, em 6 de abril de 1917, foi uma tentativa de levar os Estados Unidos a terem uma posição hegemônica também na Europa. Alguns autores, como Charles Kindleberger<sup>428</sup>, afirmam que os Estados Unidos não teriam desejado assumir a liderança mundial no lugar da Inglaterra. A nosso ver, entretanto, os Estados Unidos não abdicaram voluntariamente da liderança mundial depois da I Grande Guerra. O que estava em questão, em 1918, era uma luta pela hegemonia dentro da Europa onde existiam ainda contradições e resistências objetivas que bloquearam a passagem norte-americana e impediram que os Estados Unidos assumissem a posição de comando político e econômico da região. Além disto, depois da I Guerra Mundial, já não havia mais nada a conquistar no mundo que não fossem as próprias colônias dos dois grandes impérios europeus, aliados dos Estados Unidos, os impérios coloniais da Inglaterra e da França. Os Estados Unidos estariam dispostos, e teriam as condições, naquele momento, de iniciar uma competição militar com a França e a Inglaterra? Tudo indica que não dispunham da vontade nacional, nem dos recursos militares para começar essa corrida aos extremos, que teria significado a implosão definitiva do bloco aliado e sua fragilização frente à Alemanha e à União Soviética. Deste ponto de vista, a defesa da “autodeterminação dos povos” coincidia com o interesse nacional dos Estados Unidos em desmontar os impérios coloniais de seus aliados. Uma posição que foi anunciada em 1917, mas que só se tornou realidade depois do fim da II Guerra Mundial, quando a Inglaterra e a França já não mais tiveram condições de competir com os Estados Unidos, nem tampouco de manter o controle de suas velhas colônias.

O decorrer da década de 1930 foi deixando clara a iminência de um novo conflito mundial, e os Estados Unidos foram se preparando para a sua eclosão. Como vimos nos capítulos II e III deste trabalho, a América do Sul, especialmente o saliente

---

<sup>428</sup> Ver de Charles Kindleberger, *A Financial History of Western Europe*, Oxford, Oxford University Press, 1993.

nordestino brasileiro, tornou-se estrategicamente crucial para os norte-americanos, o que os levou a desenvolver uma política externa de concessões ao Brasil em troca do alinhamento ao seu projeto de defesa hemisférica. Isso significa dizer que a “zona de segurança” dos Estados Unidos se estendeu até o continente sul-americano como um todo, e ao Brasil especificamente, e que se fazia mister o controle hegemônico da região, que se antes já era exercido à distância, naquela conjuntura precisava ser efetivamente consolidado. Isso por uma razão bastante evidente e consentânea com o projeto de poder dos Estados Unidos: a melhor forma de maximizar a sua perspectiva de poder e de constituir uma base para a projeção deste poder, é se tornar hegemônico na sua região do mundo.

Os Estados Unidos, como potência hegemônica nas Américas, para mais rápida e facilmente trazer o Brasil definitivamente para o seu bloco de poder, comprometeram-se a atender as principais demandas de seu aliado subordinado, mas tendo o cuidado de ter um planejamento de uso de força militar caso a posição brasileira fosse pouco conciliatória ou mesmo desafiante. É o desenho típico da hegemonia concebida por Gramsci, um misto de consentimento e coerção.

Entre 1939 e 1945, a II Guerra Mundial produziu uma verdadeira revolução dentro do núcleo hierárquico das Grandes Potências. Foi, como já vimos, uma guerra em dois movimentos, na verdade se podendo falar na ocorrência de duas guerras em uma só: a primeira, entre 1939 e 1941, envolveu somente os europeus e foi vencida pela Alemanha; a segunda, entre 1941 e 1945, envolveu a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos, e foi vencida pelos norte-americanos.

A Carta Atlântica assinada por Churchill e Roosevelt, em agosto de 1941<sup>429</sup>, foi uma espécie de ponto de passagem entre os dois conflitos. Do ponto de vista do seu conteúdo, a Carta assinada num cruzador da marinha de guerra norte-americana, em frente à costa de Newfoundland, no Canadá, continha uma versão atualizada dos “Quatorze Pontos” de Woodrow Wilson. Na prática, todavia, ela significou a transferência do poder anglo-saxônico para os Estados Unidos, que assumem a disputa com a Alemanha quase ao mesmo tempo em que entram em guerra com o Japão, em dezembro de 1941. Uma espécie de ajuste de contas entre as três grandes “potências tardias”, que nasceram para o jogo do poder mundial quase um século antes, na década de 1860. Na perspectiva norte-americana, esse passo representou a decisão de lutar

---

<sup>429</sup> Ver este trabalho, pp. 131-132.

simultaneamente pela hegemonia na Europa e no sudeste asiático, onde se posicionou de imediato ao lado da China, renunciando a todos os seus direitos extraterritoriais, e patrocinando a entrada chinesa no grupo dos “três grandes” que assinaram, em Moscou, a convocação da Conferência das Nações Unidas, realizada em San Francisco, em 1945.

O segundo período da guerra, entre 1941 e 1945, foi também o tempo em que se negociaram as bases hierárquicas, funcionais e competitivas da nova ordem política mundial, que nasceria sob a forma simultânea e complementar da Guerra Fria com a União Soviética, e da hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos dentro do mundo capitalista. A derrota da França, da Alemanha e do Japão, e a transformação da União Soviética no novo inimigo e principal competidor dos Estados Unidos, deixaram nas mãos dos *policy makers* norte-americanos e britânicos o desenho desta nova ordem, vigente a partir de 1947. Ela foi uma obra conjunta, definida basicamente pelos Estados Unidos e Inglaterra, mas sua construção não foi simples nem linear.

Do ponto de vista geopolítico, Roosevelt defendia um sistema de segurança coletiva, mas ao mesmo tempo acreditava na necessidade de “quatro polícias internacionais” que atuassem em conjunto e garantissem a paz mundial: Estados Unidos, Grã-Bretanha, União Soviética e China. Roosevelt resistia à velha fórmula européia de “equilíbrio de poder” apoiada por Churchill, e tinha uma posição frente à União Soviética muito mais benevolente do que a do primeiro-ministro britânico, favorável a uma ajuda econômica substancial para a reconstrução da economia soviética<sup>430</sup>. Roosevelt tampouco se opunha às reivindicações soviéticas na região da Europa Central, ao contrário dos ingleses<sup>431</sup>, mas todas estas divergências ficaram ultrapassadas com a morte de Roosevelt, em abril de 1945, cinco meses antes de o presidente Truman autorizar o bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki, e de inaugurar uma nova relação de poder com seus aliados e inimigos da II Guerra Mundial.

As discussões entre Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, nas reuniões de Yalta, em fevereiro de 1945, e depois em Potsdam, em setembro do mesmo ano, foram rigorosamente inconclusivas<sup>432</sup> e, a partir daí, o desenho hierárquico e as posições territoriais de cada um dos ganhadores foram sendo estabelecidas, na prática, caso a caso, em função dos interesses de cada um e da correlação de poder local. Em grandes linhas, a União Soviética estendeu sua presença à sua “zona de segurança” imediata na

---

<sup>430</sup> Robert E. Sherwood, Op. Cit., p. 411.

<sup>431</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>432</sup> John Toland. *Os Últimos Cem Dias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1970, p. 109.

Europa Central, e foi contida na Grécia, na Turquia e no Irã, conseguindo dividir o território alemão. Foram necessários dois anos para que se definisse finalmente a nova doutrina estratégica dos Estados Unidos, com a escolha do inimigo e a definição das fronteiras e das regras da Guerra Fria. O resultado foi uma política traçada exclusivamente por ingleses e norte-americanos a partir da proposta feita por Churchill, no seu famoso discurso em Fulton, Missouri, em março de 1946, onde se falou, pela primeira vez, em “cortina de ferro”, idéia recolhida e transformada em fundamento ético da Doutrina Truman, anunciada pelo presidente norte-americano em março de 1947.

A idéia central do discurso de Winston Churchill era uma só: o sistema mundial não tem como funcionar se não for definido um novo mapa do mundo e uma nova fronteira ou clivagem capaz de organizar o cálculo estratégico das Grandes Potências. No caso, a “cortina de ferro” que recolocava a Rússia, velha concorrente imperial britânica, na condição de nova adversária dos países anglo-saxões, agora sob a liderança dos Estados Unidos, e aliados com seus inimigos da véspera, a Alemanha, o Japão e a Itália. “Churchill foi o primeiro e mais duro opositor da Alemanha na década de 1930, mas se transformou no primeiro e mais entusiasta advogado da reconciliação com a Alemanha, depois do fim da guerra”<sup>433</sup>. Estas teses foram rapidamente incorporadas e aceitas pelo *establishment* norte-americano, e consagradas pela Doutrina Truman em 1947, como a nova estratégia global dos Estados Unidos: “(...) a política dos Estados Unidos será de apoio permanente aos povos livres que queiram resistir à dominação das minorias armadas ou de forças externas”<sup>434</sup>. E de contenção permanente e global da União Soviética, segundo a concepção do seu primeiro arquiteto, George Kennan: “A política de firme contenção foi desenhada para confrontar os russos, com toda a força necessária, em todo e qualquer ponto do mundo onde eles mostrem sinais de querer agredir os interesses de um mundo pacífico e estável”<sup>435</sup>.

Em 1949, depois da divisão da Alemanha, da ocupação soviética da Europa Central e da formação da OTAN e do Pacto de Varsóvia, estava definitivamente consolidada a estratégia de bipolarização da Europa, defendida por Churchill. A nova trincheira passava, inicialmente, pelo meio do velho continente, mas depois da revolução comunista na China, em 1949, da Guerra da Coreia, entre 1950 e 1953, e do início da Guerra do Vietnã, a Guerra Fria extrapolou os limites territoriais da Europa.

---

<sup>433</sup> Henry Kissinger, Op. Cit., p. 442.

<sup>434</sup> Truman, citado idem, p. 453.

<sup>435</sup> George Kennan. “The Sources of the Soviet Conduct”. In: *Foreign Affairs*. V. 25, nº 4, julho de 1947, p. 581.

Um momento decisivo deste processo de deslocamento do epicentro do conflito foi a crise do Canal de Suez em 1956, momento em que os Estados Unidos estenderam sua hegemonia também ao tabuleiro político do Oriente Médio, depois de recusar seu apoio à invasão do Sinai pelas forças de Israel, França e Inglaterra. Acabou-se, ali, a incondicionalidade na relação entre os aliados de 1918 e 1945, ao mesmo tempo em que era desfechado o ataque final dos Estados Unidos aos impérios coloniais da Inglaterra e da França. “Pela primeira vez na história os americanos mostraram independência com relação às políticas anglo-francesas na Ásia e na África, que refletiam sua tradição colonial”<sup>436</sup>.

Depois do fim da Guerra do Vietnã e da Revolução no Irã, o eixo da Guerra Fria voltou a se deslocar para o Oriente Médio e a Ásia Central, e na década de 1980 chegou até o Caribe, sem nunca mais se aproximar do território europeu, até a hora da queda do Muro de Berlim e o início da nova reunificação alemã. Neste confronto global dos Estados Unidos, a União Soviética só cumpriu o papel de competidor militar, indispensável à acumulação e expansão do seu poder político e territorial, mas jamais cumpriu o papel de competidor complementar da economia norte-americana. Com exceção de alguns momentos, na segunda metade do século XX, a União Soviética aventurou-se muito pouco, durante a Guerra Fria, fora de sua zona de segurança imediata. Isto só aconteceu em Cuba, em 1961, e em alguns pontos da África, antes da invasão do Afeganistão em 1979. Pelo contrário, a estratégia de “contenção universal” dos Estados Unidos permitiu uma implantação progressiva e global de suas forças militares, mesmo sem que tivesse havido uma nova guerra mundial. Ao se dissolver a União Soviética e terminar a Guerra Fria, os Estados Unidos tinham bases ou acordos militares em cerca de 130 dos 194 países existentes no mundo, e mantinham cerca de 300 mil soldados fora dos Estados Unidos, mantendo o controle militar de todos os oceanos e do próprio espaço aéreo. Uma implantação militar de tipo imperial e que é quase global, só não incluindo diretamente os territórios da China, Índia e Rússia. “O que é mais curioso e fascinante no desenvolvimento desta forma de império americano é que ele é um império só de bases militares, não de territórios, e estas bases atualmente cercam a terra de tal maneira que ficou possível o velho sonho secular de uma dominação global”<sup>437</sup>.

---

<sup>436</sup> Henry Kissinger, Op. Cit., p. 545.

<sup>437</sup> Charles Johnson. *The Sorrows of Empire*. New York, Metropolitan Books, 2004, pp. 188-189.

No que concerne à perspectiva econômica, entre 1941 e 1945 os aliados negociaram as bases da nova arquitetura monetário-financeira que deveria regular as relações dentro da economia capitalista mundial depois do fim da guerra. Também neste campo, a nova ordem que nasceu finalmente dos Acordos de Bretton Woods foi uma obra exclusiva dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Harry White e John Keynes capitalizaram a discussão teórica, mas nenhum dos dois esteve em Bretton Woods para participar de um debate acadêmico, pelo contrário, representavam os interesses muito concretos dos seus Estados e dos seus capitais financeiros. Por isso, independentemente das afinidades teóricas dos dois representantes anglo-saxões, foram impostas, em quase todos os pontos, as posições dos Estados Unidos, que começaram a exercer, neste momento, sua condição de *hegemon* dentro do universo capitalista. Com relação ao tópico fundamental da administração das contas de capitais, os banqueiros de ambos os lados do Atlântico só a consentiram com a criação de sistemas de controle que fossem temporários e sem cooperação obrigatória entre os países. Na verdade, a posição ultra-liberal dos financistas só foi dobrada transitoriamente pela crise de escassez de dólares na Europa em 1947, pela ameaça de vitória político-eleitoral dos comunistas na França e na Itália, nas eleições de 1948, e pelo colapso da economia japonesa em 1949. Suas idéias predominaram entre 1945 e 1947, mas acabaram sendo revertidas pelo novo quadro internacional e pela imposição das prioridades estratégicas da nova Doutrina da Guerra Fria. É neste contexto que se explica o Plano Marshall, assim como todas as demais concessões feitas pelos Estados Unidos, com relação ao protecionismo dos europeus, em particular com relação à retomada dos velhos caminhos heterodoxos das economias alemã e japonesa. Apesar da pressão inglesa, só em 1958 foi restaurada a conversibilidade das moedas européias e, ainda assim, só para as transações em conta corrente<sup>438</sup>.

Esta mudança da posição norte-americana com relação à estratégia de desenvolvimento dos países derrotados, em particular o Japão, a Alemanha e a Itália, se transformou na pedra angular da engenharia econômico-financeira do pós-II Guerra, em particular depois da década de 1950, quando estes países se transformaram nos grandes “milagres econômicos” da economia capitalista. No médio prazo, a relação econômica dos Estados Unidos com estes países se transformou numa parceria estratégica de longo prazo, sobretudo no caso da Alemanha e do Japão, criando entre eles uma zona de co-

---

<sup>438</sup> José Luis Fiori. *O Poder Americano*. Petrópolis, Vozes, 2005, pp. 86-87.

prosperidade norte-americana, onde mais tarde foram incluídos Taiwan, a Coréia do Sul e alguns dos “tigres” do sudeste asiático. Em todos os casos, foram países que se tornaram um tipo híbrido de Estados nacionais que não se transformaram em colônias norte-americanas, mas foram “desarmados” de forma permanente, sendo transmutados em elos de um cinturão de segurança constituído em torno da União Soviética e onde foram instaladas as principais bases militares norte-americanas fora do território dos Estados Unidos. Em outras palavras, viraram “protetorados militares” e “convidados econômicos” dos Estados Unidos, e no caso da Alemanha e do Japão, foram transformados em pivôs regionais de uma máquina global de acumulação de capital e riqueza que funcionou de forma absolutamente “virtuosa” entre as Grandes Potências e em algumas economias periféricas até a crise da década de 1970. Foi esta combinação de protetorado militar dos derrotados com a integração e coordenação global de suas economias, que se transformou na base material e dinâmica da hegemonia mundial exercida pelos Estados Unidos.

Pode-se dizer, portanto, que os Estados Unidos expandiram seu poder político através da competição militar com a União Soviética, uma potência com quem não mantinham relações de complementaridade econômica, e que portanto poderia ser destruída em caso de necessidade, sem ônus para a economia dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos expandiram sua riqueza através das relações econômicas complementares e dinâmicas, com competidores desarmados e incapazes de enfrentar militarmente os Estados Unidos. Uma fórmula absolutamente original, com relação à experiência histórica passada do sistema mundial, que acabou se transformando na chave do sucesso da hegemonia mundial norte-americana.

Comprovada a hipótese referente à construção da hegemonia global norte-americana, a partir da consolidação da hegemonia regional, cabendo ao Brasil, neste último caso, um importante papel, passamos agora às considerações relativas à principal hipótese aqui aventada. A hipótese central subjacente a este trabalho é a de que a menor capacidade de ação autônoma inerente aos países periféricos no cenário internacional é, num momento de crise e de guerra total e mundial, diminuída muitas vezes. Os interesses e estratégias de guerra das Grandes Potências e a estrutura do sistema internacional imerso em conflito total, entidades mutuamente constitutivas, condicionam de modo quase coercitivo o envolvimento e o nível de participação destes países. Oportuno lembrar, todavia, que a capacidade destes países em angariar ganhos, através das vias diplomáticas, aumenta sobremodo neste quadro, ocasião em que as

Grandes Potências, para terem demandas estratégicas de ordem política e econômica atendidas, oferecem vantagens que seriam impensáveis em períodos de normalidade.

A II Guerra Mundial possui uma plêiade de casos que dão suporte à afirmação acima. A Grécia, por exemplo, em nenhum momento procurou, por iniciativa própria, envolver-se no conflito que se desenrolava na Europa naquele momento. O envio de tropas alemãs para a Romênia, em setembro/outubro de 1940, a fim de garantir a estabilidade do país, dando suporte ao recém instaurado regime do Marechal Antonescu, ao mesmo tempo em que já tinha por meta a preparação para a futura ofensiva contra a URSS no ano seguinte, levou Mussolini a ordenar a conquista da Grécia, objetivando restabelecer a paridade entre Itália e Alemanha, em área tida como de suma importância pela potência meridional<sup>439</sup>. Para a Grécia não sobrou outra opção que não a de resistir à invasão, iniciada em 28 de outubro de 1940, o que incluía aceitar todo e qualquer auxílio prestado do exterior, principalmente tropas e armas da Grã-Bretanha, que habilmente procurava retornar ao continente, consolidando uma frente balcânica.

A inépcia italiana em concretizar o seu intento teve, por outro lado, profundas conseqüências para todos os pequenos Estados existentes ao redor. A Alemanha precisava solucionar o problema balcânico antes de se voltar contra a Rússia. Para atacar a Grécia com força total, no entanto, os alemães necessitavam utilizar o território e o espaço aéreo da Hungria e da Romênia para atravessar suas tropas, a fim de, concentrando-se em território búlgaro, avançar e conquistar o país rapidamente. Este movimento infletindo em direção ao sul do continente tinha, como sub-produto, a extensão e consolidação da influência germânica sobre toda aquela região. Todos os governos ali localizados deviam subordinar-se à vontade do seu poderoso parceiro. O governo iugoslavo, pressionado a assinar o pacto tripartido, caiu dois dias depois de formalizar o tratado, devido, em grande medida, a pressões exercidas pelos britânicos, e até norte-americanos. O país foi, por isso, rapidamente elencado como alvo de invasão. Em abril de 1941, Grécia e Iugoslávia foram atacadas e ocupadas pelas *Wermacht* em menos de um mês<sup>440</sup>.

Houve ganhos concretos para os países que pacificamente concordaram com a hegemonia alemã, permitindo o trânsito de tropas por seus territórios. A Bulgária, por exemplo, depois de completada a campanha da Grécia, recebeu substanciais territórios

---

<sup>439</sup> John Lucaks. *A Última Guerra Européia: setembro 1939 – dezembro 1941*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 137.

<sup>440</sup> Idem, pp. 147-149.

daquele país. A adesão búlgara ao pacto tripartido, e sua anuência para que a invasão da Grécia pela Alemanha se fizesse a partir de seu território, deve ser vista, no entanto, muito mais como resultante dos interesses e pressões alemães na área, do que como real escolha política por parte do governo búlgaro. No dia em que os soldados alemães iniciaram a travessia do Danúbio, penetrando em território búlgaro, o primeiro-ministro do país escreveu profeticamente em seu diário: “se não permitirmos a passagem de tropas alemãs, seremos tratados como um país ocupado. Nada poderemos esperar de uma vitória inglesa porque, se o poderio alemão desaparecer, seremos bolchevizados”<sup>441</sup>.

A Romênia era peça fundamental na estratégia de guerra alemã. Além de desfrutar de posição geográfica privilegiada para uma possível invasão da União Soviética, isso graças a sua imensa fronteira com este país, possuía grandes estoques de petróleo, a maior e mais importante fonte alemã desse fundamental produto. O país foi incorporado à esfera de influência germânica no segundo semestre de 1940, e participou, desde o primeiro momento, da cruzada anti-bolchevique iniciada em junho de 1941. Um enorme território ucraniano era o “prêmio” por sua participação na guerra<sup>442</sup>, mas pode-se afirmar seguramente que, face ao poderio alemão naquela área e ao interesse estratégico do *Reich* em ter a Romênia inserida em seu bloco de poder, o envolvimento romeno na guerra foi ditado prioritariamente por condicionantes exógenos à sua política doméstica.

O fato das recompensas serem, nestes exemplos, eminentemente territoriais, diz muito da natureza beligerante do Eixo. Os territórios prometidos aos pequenos aliados eram sempre de terceiros, enquanto os “prêmios” ofertados pelas democracias anglo-saxônicas, particularmente os Estados Unidos, eram normalmente de natureza econômica (financiamentos e empréstimos). Material bélico, entretanto, era um “prêmio” que tanto as potências Aliadas como as do Eixo tinham que oferecer aos governantes de países periféricos, extremamente preocupados com a defesa de suas soberanias, tanto interna como externamente.

A neutralidade era uma condição que ficava dependente muito mais dos interesses e estratégias militares das Grandes Potências em luta (interesses e estratégias que se redefiniam a todo momento, a partir de alterações no quadro estratégico da guerra), do que do respeito ao direito legítimo de qualquer país em se manter apartado

---

<sup>441</sup> Idem, pp. 144-145.

<sup>442</sup> Gerhard Weinberg, *Op. Cit.*, pp. 274-275.

do conflito. Neutro era quem podia, e não quem queria. Ainda assim, a neutralidade não significava abstinência estrita com relação aos dois blocos em confronto, como normalmente está previsto nas normas de Direito Internacional.

Suécia e Espanha foram dois países que, malgrado manterem-se neutros ao longo de toda a guerra, tiveram envolvimento destacado no conflito. A Suécia forneceu à Alemanha, muitas vezes de forma facilitada, grandes carregamentos de minério de ferro e aço de alta qualidade<sup>443</sup>. Mais grave ainda, a Suécia permitiu o trânsito, por suas estradas de ferro, de soldados alemães não-uniformizados, que em várias ocasiões se dirigiram para a Noruega ocupada e para a aliada Finlândia. Isto não significava uma inclinação pró-germânica do governo sueco (talvez o oposto fosse verdadeiro). No entanto, a capacidade sueca de obstar as demandas alemãs ao país passou a existir a partir de fins de 1943, quando caiu, a olhos vistos, a capacidade alemã de implementar, de fato, qualquer ameaça militar à Suécia<sup>444</sup>.

No que se refere à Espanha, o seu envolvimento foi ainda maior e mais explícito. O governo Franco tinha uma dívida moral para com a Itália e a Alemanha, pelo apoio dado a ele por estes países durante a Guerra Civil espanhola (1936-1939) que o colocou no poder. A neutralidade espanhola era, portanto, claramente pró-Eixo, inclinação, em grande medida, ditada por aspectos ideológicos. Uma divisão militar, a Divisão Azul, formada por voluntários espanhóis foi organizada e enviada para lutar na frente russa, atuando nos arredores de Leningrado até 1944<sup>445</sup>. O auxílio espanhol à guerra submarina alemã também foi considerável. Por diversas vezes, submersíveis da *Kriegsmarine* foram abastecidos secretamente no litoral da Espanha e de suas dependências no norte da África. Espiões alemães atuaram livremente no país, observando e transmitindo informações sobre o movimento naval aliado que atravessava o Estreito de Gibraltar, entrando ou saindo do Mediterrâneo. Nada disso, contudo, implicava uma falta de realismo por parte do governo espanhol. A partir do outono de 1942, o auxílio espanhol aos submarinos alemães tornou-se menos explícito, em face das pressões Aliadas e de seu crescente poderio no Atlântico<sup>446</sup>. Bem antes, em fins de 1940, Franco conseguiu manter seu país fora do conflito, ainda que Hitler em pessoa o pressionasse para se unir ao Eixo, de modo a permitir a imediata realização da

---

<sup>443</sup> Idem, p. 395.

<sup>444</sup> Gerhard Weinberg, Op. Cit., pp. 404 e John Lukacs, Op. Cit., p. 174 e 195.

<sup>445</sup> Gerhard Weinberg, Op. Cit., pp. 277-278.

<sup>446</sup> Idem, pp. 76-77 e 372.

Operação Félix, cujo principal objetivo consistia na captura de Gibraltar por tropas alemãs a partir do território espanhol<sup>447</sup>.

Não devemos, no entanto, nos iludir. Os sucessivos adiamentos até a desistência de efetivar essa operação militar foram primordialmente resultantes da decisão alemã de atacar a URSS no ano seguinte. Tendo que se comprometer nos Bálcãs e no leste da Europa, seria demasiadamente perigoso e contraproducente criar um foco de resistência na Península Ibérica, fato que certamente ocorreria caso soldados alemães penetrassem o território espanhol sem a devida autorização do governo do país. Caso o compromisso estratégico primordial do *Reich* fosse, naquele momento, concentrar seu esforço de guerra contra as democracias anglo-saxônicas, com isso utilizando o grosso de seus efetivos para o controle dos territórios contíguos ao Atlântico e ao Mediterrâneo, dessa forma estrangulando a economia britânica dependente de suas relações com o seu império, dificilmente Franco conseguiria manter o seu país formalmente neutro, por mais que ele quisesse. Esta guinada alemã para o leste, ao mesmo tempo em que tornou possível a neutralidade de toda a Ibéria, foi também a principal causa para a completa imersão na guerra de todos os países periféricos existentes nos Bálcãs e no leste europeu.

Portugal também se manteve neutro durante todo o conflito, apesar de em outubro de 1943, após exaustivas negociações e pressões exercidas pelo governo britânico, Salazar ter concordado em ceder o arquipélago dos Açores para uso militar inglês. A partir destas ilhas, os aviões aliados ganhavam maior tempo de voo sobre o Atlântico central, facilitando a guerra anti-submarina na área. Subjacente aos discursos ingleses evocando a mais antiga aliança do mundo<sup>448</sup>, existia a fria constatação de que, após o domínio Aliado no norte da África e a reversão da sorte na Batalha do Atlântico, Portugal estava muito mais inclinado a ceder face às insistentes pressões britânicas pelo controle do estratégico arquipélago.

Os casos que relatamos acima, à guisa de exemplo, foram de países europeus. Mas isso não importa, porque numa guerra total, quando completamente formada, não se encontram limitações geográficas. Em um caso como o da II Guerra Mundial, podemos facilmente constatar que todas as regiões habitadas do planeta, bem como todos os Estados soberanos existentes, foram direta ou indiretamente atingidos, ainda

---

<sup>447</sup> Ver as pp. 127-128 deste trabalho.

<sup>448</sup> O primeiro tratado entre os dois países data de 1373. Hélio Silva reproduz as notas diplomáticas formais que levaram portugueses e ingleses, em 1943, à celebração do acordo para o uso militar das Açores. Hélio Silva. 1944, *O Brasil na Guerra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, pp. 78-86.

que com distintas gradações. A América Latina, apesar da distância dos principais *fronts* de batalha e da subsidiariedade econômica de então, foi profundamente afetada pelo conflito, especialmente os Estados que tinham reconhecida importância estratégica para a defesa dos Estados Unidos e para o empreendimento do seu esforço bélico. Esse foi o caso do Brasil.

Como vimos exaustivamente nos capítulos II, III e IV deste trabalho, a participação brasileira na guerra se deu nos quadros do envolvimento hegemônico dos Estados Unidos no conflito. Entendemos que cabe ressaltar agora os desdobramentos que esta ação política trouxe ao Brasil.

Os dirigentes brasileiros conduziram a política externa do país no pressuposto de que o Brasil ocupava a posição de aliado especial dos Estados Unidos no continente americano, devido à sua participação na guerra, e de que essa situação granjearia uma permanente preeminência política e militar do Brasil na América Latina. Fundamentalmente por esse motivo, estavam dispostos a aceitar os programas militares e econômicos norte-americanos para o país como a melhor via para sustentar aquela posição de aliado especial.

Com o fim da guerra, mais precisamente a partir de 1946, ocorreram, no plano militar, várias reformas, especialmente no Exército, cuja organização, treinamento e armamento foram ajustados aos padrões norte-americanos. Criou-se um Estado Maior das Forças Armadas, reorganizou-se o Ministério da Guerra e criou-se a Escola Superior de Guerra, tudo isso aos moldes norte-americanos. As noções de “defesa hemisférica” e “defesa nacional” foram paulatinamente cedendo lugar aos conceitos de “segurança hemisférica” e “segurança nacional”, nos quadros de referência ideológicos da Guerra Fria, e que teriam uma forte influência no futuro militar e político do Brasil<sup>449</sup>.

Os militares brasileiros imaginavam que a posição estratégica do Brasil no continente bastasse para justificar suas pretensões à hegemonia sul-americana, como também para limitar o acesso da Argentina aos benefícios da assistência militar dos Estados Unidos ao continente. Essa política evidentemente estava na contramão das idéias do Departamento de Guerra norte-americano, que detinha em suas mãos o processo de decisão acerca do potencial militar que cada nação do hemisfério deveria

---

<sup>449</sup> Estamos aqui referindo-nos às transformações pelas quais passaria a América Latina como um todo, e o Brasil especificamente, com a instalação de ditaduras militares patrocinadas pelos Estados Unidos que se efetivariam nas décadas de 1960/70, como no Brasil em 1964, ou no Chile, em 1973.

manter. Os acordos celebrados pelos Estados Unidos com o Brasil eram parte do contexto global de relações militares ou do interesse militar norte-americano.

A derradeira tentativa brasileira de ser visto por Washington como um aliado especial se deu em 1948/49. Sob a alegativa da necessidade de conseguir a aprovação do Congresso Nacional para efetuar gastos a fim de completar e manter as bases aéreas no Norte e Nordeste brasileiro (ocupadas durante a guerra por tropas norte-americanas, como vimos no Capítulo III deste trabalho), o governo Dutra encaminhou a Washington, por intermédio da Comissão Militar Brasil-Estados Unidos, um memorando solicitando um amplo re-equipamento econômico e militar do Brasil. Seu pedido era fundamentado nos compromissos assumidos pelos Estados Unidos com o Brasil no acordo secreto político-militar de 1942<sup>450</sup>.

Na opinião do Estado Maior Conjunto norte-americano, era evidente que em 1948 o acordo secreto de 1942 não mais estava em consonância com os interesses estratégicos dos Estados Unidos naquele momento. Estes interesses estratégicos estavam na Europa e na Ásia; o continente americano estava politicamente consolidado com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e com a Organização dos Estados Americanos (OEA). Não havia razão, portanto, para que um país recebesse de Washington um tratamento especial. A possibilidade de uma nova aliança privilegiada esta fora de questão naquele momento, e o Brasil somente teria atendida alguma pretensão no mesmo plano de outros países latino-americanos.

No âmbito econômico, a situação se mostrou análoga. Os líderes brasileiros confundiram os planos de emergência dos Estados Unidos durante a guerra e imaginaram que o modelo de assistência econômica representado por Volta Redonda teria continuidade. Logo foram trazidos à realidade, quando uma missão econômica brasileira tentou obter de Washington, em 1946, um empréstimo de governo a governo para re-equipar transportes marítimos e terrestres, e fracassou. No ano seguinte, a tentativa de obter um empréstimo junto ao EXIMBANK para a construção de uma refinaria de petróleo teve o mesmo destino, sob o argumento de que tal empréstimo fortaleceria aqueles que no Brasil desejavam o monopólio interno de todas as fases da produção do petróleo. Delineava-se, então, a oposição entre os “nacionalistas” e os

---

<sup>450</sup> Ver, neste trabalho, referências ao tratado secreto, constantes na p.181 e seguintes.

aliados do capital estrangeiro, conhecidos como “entreguistas”, tema que apresentava profundas imbricações com a política interna brasileira<sup>451</sup>.

Os ministros das Relações Exteriores do governo Dutra, João Neves da Fontoura e Raul Fernandes, apreenderam a “forma” da política de Vargas (alinhamento aos Estados Unidos), mas não foram capazes de reproduzir a sua “essência” mais notável – utilizá-la como instrumento de barganha em suas negociações internacionais. No primeiro governo Vargas, o alinhamento era um instrumento para a obtenção de benefícios econômicos, políticos e militares, mas de 1945 a 1950 ele constituiu-se praticamente em objetivo permanente da política exterior brasileira. Os ganhos substanciais passaram para o imponderável reino da esperança. A retórica do “Brasil potência”, do “prestígio internacional”, continuou a mesma, mas tinha ainda menos contato com a realidade do que ao tempo de Vargas.

Essas mudanças tinham, por certo, muito a ver com a alteração dos objetivos estratégicos dos Estados Unidos, que passaram a concentrar seus esforços, ao final da guerra, nas regiões mais fortemente atingidas pelas transformações produzidas pela guerra na Europa e na Ásia. Nesse contexto, o Brasil era parte de um continente onde era pacífica a hegemonia norte-americana e ao qual não era necessário empenhar esforços e recursos. A situação privilegiada do Brasil frente aos Estados Unidos perdurou enquanto o Brasil foi estrategicamente importante no contexto da guerra total. Essa foi a sua janela de oportunidade para barganhar vantagens. Finda a guerra, desfaz-se a situação que levava os Estados Unidos a atenderem as demandas brasileiras.

Finalizando, gostaríamos de lembrar que nesta história global do sistema mundial não se consegue identificar Estados que sejam portadores de algum projeto revolucionário de reorganização deste mesmo sistema. Todos se movem com os mesmos objetivos e suas diferenças internas, de regime político e organização social, não parecem ter maior impacto no seu comportamento internacional, pelo menos nos momentos decisivos da História e do seu envolvimento em conflitos de maior proporção, dos quais a Segunda Guerra Mundial é emblemática.

No mundo das Grandes Potências, e de todos os demais Estados e Economias nacionais, portanto, não existem bons e maus, nem melhores ou piores, em termos

---

<sup>451</sup> A respeito desta questão, foi emblemática a eleição para a presidência do Clube Militar, em 1952, quando se defrontaram, de um lado, a chapa dos Generais Estillac Leal e Horta Barbosa, defendendo o monopólio estatal do petróleo e que foram vencedores do pleito, e a chapa capitaneada pelo General Cordeiro de Farias, contra o monopólio do petróleo, e por isso mesmo chamado de “entreguista”. Sobre o assunto, ver Victor Tempone, *Esquerda Volver: Nelson Werneck Sodré, o General do Socialismo Brasileiro*, monografia de graduação apresentada no IFCH/UERJ em 2004, cópia reprográfica.

absolutos. O que existe são Estados que, em determinados momentos da história, assumem posições mais ou menos favoráveis à paz e à convergência das riquezas nacionais. Mas, mesmo nestes casos, há que se distinguir a retórica ideológica dos comportamentos concretos e, além disso, estar atento às mudanças de comportamento de um mesmo Estado, dependendo do momento e da posição que estiver ocupando dentro da hierarquia de poder e riqueza internacionais. Quase todas as Grandes Potências já foram colonialistas e anti-colonialistas, pacifistas e belicistas, liberais e mercantilistas, e quase todas elas, além disso, já mudaram de posição várias vezes ao longo da história. Neste contexto, todas as previsões, liberais ou marxistas, do fim dos Estados ou Economias nacionais, ou mesmo da formação de algum tipo de federação cosmopolita e pacífica, são utopias, com toda a dignidade das utopias que partem de argumentos éticos e expectativas generosas, mas são idéias ou projetos que não têm nenhum apoio objetivo na análise da lógica e da história passada do Sistema Mundial. Nesse ponto, como diz Hobsbawm, é bom “lembrar que a esperança e a previsão, embora inseparáveis, não são a mesma coisa (...) e toda previsão sobre o mundo real tem que repousar em algum tipo de inferência sobre o futuro a partir daquilo que aconteceu no passado, ou seja, a partir da História”<sup>452</sup>.

---

<sup>452</sup> Eric Hobsbawm. *Sobre a História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 67.

# **ANEXOS**

## ANEXO I

### **Transcrição da Carta do General Góes Monteiro endereçada ao Presidente Getúlio Vargas, datada de 7 de julho de 1939**

“Não terminei ainda a minha instrutiva excursão por este grande país, mas quero antes de terminá-la, mandar-lhe impressões que tenho colhido até agora e, após a minha chegada aí, dir-lhe-ei então em todas as minúcias o que vi e os grandes ensinamentos que me foram proporcionados.

Desde os meus primeiros contatos com o povo, com o Exército, e com os grandes homens dos Estados Unidos, tenho sido alvo das mais francas demonstrações de amizade e interesse pelo Brasil.

Tive ocasião de, a convite do Presidente Roosevelt, com ele almoçar na *White House*, no dia 22 de junho, num ambiente de franca cordialidade e muita simplicidade. Em conversa durante esse almoço, agradei em seu nome a recente visita feita ao Brasil pelo Gen. Marshall à qual atribuíamos, os brasileiros, uma alta significação do ponto de vista da cordialidade entre os dois países.

Declarou-me o Presidente Roosevelt que julgava fatal a guerra, já começada, aliás, no Extremo Oriente e que a mesma se alastraria, inevitavelmente, pela Europa, salvo se as nações daquele continente se entenderem em face dos altos problemas econômicos e sociais do globo, para uma nova repartição das zonas de influência e que a América, inclusive os Estados Unidos, seria afetada pela nova política que surgisse desse entendimento ou da própria guerra.

No decurso de sua conversação chamou-me particularmente a atenção a grande importância que ele empresta às ilhas de Fernando de Noronha e à região do cabo de São Roque e a afirmação de que os alemães pretendem bases navais e aéreas nas costas ocidentais da África (Canárias-Cabo Verde) com a cumplicidade da Espanha e dali darem um salto mais nas costas da Colômbia, Venezuela ou Brasil.

Acentuou com toda franqueza o propósito de cuidar com mais atenção das Forças Armadas do País, sobretudo da aviação para a qual foi agora votado um crédito para a aquisição de mil e duzentos aviões. Nesta ocasião, tocou na possibilidade de cooperação do Brasil, para o qual os Estados Unidos prontos a facilitar a aquisição do que necessitassem as suas Forças Armadas, ficando tudo, porém, no terreno do lirismo.

Falando-me do Gen. Estigarribia, manifestou a sua simpatia por ele, dizendo-me mesmo que teria uma grande significação o Brasil facilitar ao Paraguai a construção de algumas estradas de ferro de que muito necessitam.

Através de sua conversação pude perceber que está perfeitamente ao par do que se vai passando comigo aqui, inclusive as notícias tendenciosas da imprensa que pretendia insinuar fosse eu simpatizante do nazismo; neste particular chegou mesmo a me elogiar pelo modo como me saí das investidas capciosas dos repórteres.

Não sei se por deferência disse-me, ao despedir-se, que falaria ainda comigo antes de meu regresso.

Tive também a oportunidade de conversar longamente com o Secretário de Estado Sumner Welles, de quem colhi as melhores impressões e estou certo ser um dos poucos que tem a visão real dos fatos que poderão advir da atual situação do mundo.

Pelo que tenho visto e conversado, não posso esconder a minha grande admiração por esse povo e agora estou convencido que não conhecemos suficientemente os Estados Unidos, convindo, a meu ver, estreitar mais nossas relações comerciais e culturais com eles e, no que diz respeito particularmente ao exército, aconselho a vinda de um adido aeronáutico e de oficiais qualificados do Estado-Maior e das Armas, principalmente de aviação e artilharia.

Sem credenciais bem definidas e com instruções por demais lacônicas, confesso as aperturas que tenho passado para conversar sobre determinados assuntos que dizem respeito à possibilidade de melhorar o nosso potencial militar. Neste particular, estou certo, não teremos jamais outra oportunidade como a que se nos depara agora e perde-la seria absolutamente ridículo e impatriótico.

Digo-lhe com toda franqueza que se tal acontecer não caberão a mim pessoalmente, e nem ao Exército, tão graves responsabilidades, pois desde fevereiro, quando se iniciaram as *démarches* para esta visita, apontei, como Chefe do Estado-Maior, os resultados práticos dela decorrentes e o interesse mútuo do Brasil e dos Estados Unidos, numa aproximação mais estreita para enfrentar os dias sombrios e incertos do futuro. Busquei e insisti para que me fossem dadas instruções claras e concretas neste particular, mas infelizmente não as consegui.

Auscultando de perto pelas conversações que tenho entretido com pessoas de responsabilidade, civis e militares, sinto os justos receios dos Estados Unidos que a guerra futura possa atingir a América e daí o seu interesse atual pelo Brasil, com o qual contará, naquela eventualidade, para uma resistência no hemisfério sul. Vai nisso um

interesse pessoal, é certo, dos Estados Unidos, mas é forçoso confessar que neste entendimento repousa a paz no continente.

As deferências especiais que me têm sido proporcionadas e as facilidades com que me têm sido mostrados ou revelados assuntos de caráter sigiloso para a defesa deste país, não deixam dúvidas que é intenção prender a minha atenção para o problema capital da defesa do continente. É oportuno e imprescindível advertir que, como resultado das minhas conversas e informações, não terei a menor dúvida que os Estados Unidos procurarão na Argentina o apoio que ora buscam no Brasil, caso este falhe e se, infelizmente, tal acontecer é certo que a Argentina aceitará, pois já tive até informações que ela trabalha para uma próxima visita do Inspetor de seu Exército a este país. Devo ainda acrescentar pelo que me foi dado perceber, que enquanto me surpreendi com a grandeza e organização material do Exército americano, o Gen. Marshall teve uma verdadeira decepção na sua visita ao Brasil, não do ponto de vista da apresentação e tratamento que lhe foram dispensados, mas sim na fraqueza do nosso potencial militar que ele julgava superior. Esta é uma razão a mais para que reflitamos na possibilidade da mudança de rumo para a Argentina, onde já existe, aliás, uma Missão Americana de Aviação.

Finalizando, insisto na necessidade da minha ida à Europa, em razão do que, em telegrama cifrado, dei conhecimento ao Dutra que naturalmente lhe pôs ao par. É certo que agora, para essa viagem, torna-se mister uma explicação prévia, que facilmente se criará com a necessidade de colher ensinamentos, e eu mesmo poderei neste sentido me entender com o Gen. Marshall a quem, para satisfação, enviarei um relatório de viagem ao Velho Continente. Estou, mais uma vez, certo de que o senhor dará para esses casos, em benefício do Brasil, as soluções mais convenientes”<sup>453</sup>.

---

<sup>453</sup> Arquivo Getúlio Vargas, site do CPDOC/FGV.

## ANEXO II

### **Transcrição da Carta do General George C. Marshall endereçada ao General Góes Monteiro, datada de 5 de outubro de 1939**

“Aceite meus sinceros agradecimentos pela sua amável carta de 8 de setembro. Minha resposta foi retardada mais do que tencionava, mas eu esperava conhecer o resultado do inquérito feito pela Embaixada do seu país com relação ao provimento de material que podíamos fornecer ao Brasil, conforme lhe informei. Por conveniência e melhor entendimento, encarreguei o Cel. Miller deste assunto e pedi-lhe ainda que lhe escrevesse diretamente.

É lamentável que a guerra na Europa tenha interferido sobre sua projetada viagem, porque isto me proporcionaria o prazer de cumprimentá-lo aqui nos Estados Unidos e renovar nosso agradável convívio.

Em relação ao assunto do fornecimento de armamento e material pelo governo dos Estados Unidos ao Brasil, o coronel já lhe deu detalhada informação. Com o intuito de esclarecer a matéria, explanarei a presente situação das possibilidades.

Pela lei existente, temos autorização para vender a um país amigo qualquer material excedente e não mais necessário para fins militares. Lamento que este material seja limitado em quantidade e qualidade, devido às nossas deficiências em material de guerra. Entretanto, há armamento na lista, enviada pelo Cel. Miller, que pode ser de considerável valor para o Exército brasileiro. Os canhões móveis de 6” seriam de especial valor na defesa de costa, e muitos canhões de grosso calibre poderiam ser modernizados com a fabricação de convenientes reparos em estabelecimentos comerciais. A principal deficiência no armamento de defesa dos portos é a falta de munição, da qual possuímos pequena quantidade. Se esta não puder ser fabricada no Brasil, poderia ser solicitada a fábricas particulares nos Estados Unidos. O Secretário da Guerra aprovou a venda de material excedente ao Brasil pelo preço nominal e nós aguardamos sua decisão sobre o caso antes de solicitar a aprovação do Presidente. Mas, parece racionalmente certo que ele dará essa autorização.

A presente lei não nos permite vender armamentos novos fabricados nos arsenais do Governo. O projeto que autorizava isto foi vetado durante a última sessão do

Congresso. Ele será apresentado novamente e provavelmente terá encaminhamento favorável por ocasião da sessão regular do Congresso convocado para janeiro. Entretanto, não podemos exagerar a dependência dessa solução mesmo que o projeto se torne lei, visto que nossos arsenais oficiais têm capacidade insuficiente para atender nossas necessidades na presente emergência.

Nosso programa de aparelhamento material recentemente autorizado foi estabelecido para remediar as deficiências quanto às facilidades de fabricação dando prioridade de compra de tal armamento às firmas comerciais nos Estados Unidos. Penso que semelhante procedimento poderia ser desenvolvido no Brasil. À medida que nosso programa de aparelhamento progrida ficaremos habilitados a ter em disponibilidade mais material, como o 75 de campanha e o canhão antiaéreo. Tais peças, posto que não sejam eficientes quanto à dos mais recentes modelos, contudo serão de grande utilidade para atender a uma muito importante necessidade imediata do Brasil.

Esta, meu caro General, é em resumo a situação com relação ao aparelhamento material. Como o coronel sugeriu, seria vantajoso para o senhor mandar aos Estados Unidos um oficial habilitado que fosse autorizado a representá-lo nestas questões. Poderia escolher no local em que está, o material excedente desejado pelo Brasil; caso esse material venha a ser útil, entraria em entendimento com firmas comerciais depois de obter planos do nosso Departamento de Guerra. Pareceria que este proceder facilitaria a solução do assunto.

O plano geral das forças militares, como está delineado em sua carta de 8 de agosto, parece perfeito e estou satisfeito em verificar que o senhor encarou o estabelecimento de bases aéreas no Nordeste do Brasil. Nosso Estado-Maior está estudando novamente essa questão das bases aéreas e terei grande satisfação de transmitir-lhe as informações sobre as exigências de ordem técnica.

É muito grato saber que seu Governo aprovou certas medidas para a crescente eficiência de nossa cooperação militar, tais como o aumento da MMA, a vinda de oficiais brasileiros a este país e o emprego de técnicos para orientarem suas indústrias bélicas. O senhor pode estar certo que poremos à sua disposição o pessoal mais habilitado. Este assunto pode ser decidido em correspondência posterior.

Com referência à sua pergunta sobre a atitude do Congresso Americano, no concernente à Lei de Neutralidade, posso dizer que qualquer resolução é tomada visando a presente lei e não criará obstáculos para suas aquisições nos Estados Unidos, visto que ela visa diretamente as nações beligerantes.

Com referência à aquisição do manganês brasileiro pelos Estados Unidos e os processos de troca, farei isto assunto de correspondência posterior, depois de determinar definitivamente nossas necessidades e fundos disponíveis.

Nosso projeto atual estabelece a ida das “Fortalezas Voadoras” ao Brasil, de sorte que possam participar do 50º aniversário da Proclamação da República. Ainda não estou habilitado a informar se alguma personalidade do Governo americano acompanhará este vôo, mas posteriormente lhe informarei sobre o assunto. Seria conveniente que os aviões transportassem aos Estados Unidos alguns oficiais do Exército brasileiro, sendo o número função da capacidade das referidas aeronaves. Posteriormente, lhe darei dados mais exatos sobre isto.

Em conclusão, lhe desejo assegurar, meu bom amigo, meu desejo de cooperar com toda a extensão de minha autoridade em todas as medidas para o preparo de seu País em vista de sua defesa própria e a do continente americano. Nesta fase de sérias preocupações, nós ambos temos difíceis problemas a resolver, mas caso lhe possa ser útil, não hesite, por favor, em escrever-me diretamente ou ao Cel. Miller, se o desejar, o qual me informará” .<sup>454</sup>

---

<sup>454</sup> CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas.

## ANEXO III

### **Transcrição do Acordo de Empréstimo e Arrendamento celebrado entre Brasil e Estados Unidos a 1 de outubro de 1941**

Considerando: Que os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América concluíram, a 1º de outubro de 1941, um acordo relativo ao fornecimento recíproco de materiais de defesa e informações sobre defesa;

Que os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América estão empenhados em modificar, para vantagem mútua, o acordo concluído a 1º de outubro de 1941;

Que os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, de conformidade com os princípios assentados na Ata Final da Terceira Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, aprovada em 28 de janeiro de 1942 no Rio de Janeiro, declaram o propósito que têm de cooperar mutuamente para a proteção comum até desaparecerem os efeitos da presente agressão contra este Continente;

Que o Presidente dos Estados Unidos da América, consoante a Lei de 11 de março de 1941 do Congresso dos Estados Unidos da América, e o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil estabeleceram que a defesa de cada uma das Repúblicas Americanas é imprescindível à defesa de todas elas;

Os abaixo-assinados, para isso devidamente autorizados, convieram no seguinte:

Artigo I – O acordo concluído entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, a 1º de outubro de 1941, referente ao fornecimento recíproco de materiais de defesa e informações sobre defesa, será revogado pelo ato de assinatura do presente Acordo. Todas as entregas de materiais de defesa e informações sobre defesa, por parte de qualquer dos dois países ao outro, ou quaisquer pagamentos feitos, por parte de qualquer dos dois países ao outro, consoante os termos do acordo concluído entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, a 1º de outubro de 1941, serão considerados como entregas ou pagamentos feitos, dentro dos termos do presente Acordo.

Artigo II – Os Estados Unidos da América se propõem a transferir aos Estados Unidos do Brasil, nos termos deste Acordo, armamentos e munições de guerra até um valor total aproximado de 200.000.000 de dólares. De conformidade, porém, com a Lei de 11 de março de 1941 do Congresso dos Estados Unidos da América, os Estados Unidos da América se reservam o direito de, a qualquer tempo, suspender, protelar, ou cessar as entregas sempre que, na opinião do Presidente dos Estados Unidos da América, a continuação das entregas não atenda às necessidades de defesa dos Estados Unidos da América ou do Hemisfério Ocidental; e os Estados Unidos do Brasil, de igual modo, se reservam o direito de suspender, protelar, ou cessar o recebimento das entregas feitas segundo o presente Acordo, sempre que, na opinião do Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, a continuação dessas entregas não atenda às necessidades da defesa dos Estados Unidos do Brasil ou do Hemisfério Ocidental.

Artigo III – Manter-se-ão registros de todo o material de defesa transferido nos termos deste Acordo, e, em períodos nunca superiores a noventa dias, serão permutadas e revistas as relações desse material. O Governo dos Estados Unidos da América concorda em fazer ao Governo dos Estados Unidos do Brasil uma redução de 65 por cento do preço de tabela do material entregue em virtude das disposições do presente Acordo; e o Governo dos Estados Unidos do Brasil se compromete a pagar em dólares, ao Tesouro dos Estados Unidos da América, 35 por cento do preço de tabela pelo material entregue. Não se exigirá dos Estados Unidos do Brasil pagamento superior a um total de 11.666.666,66 dólares, antes de 1º de janeiro de 1943; a um total de 23.333.333,33 dólares, antes de 1º de janeiro de 1944; a um total de 35.000.000,00 dólares, antes de 1º de janeiro de 1945; a um total de 46.666.666,66 dólares, antes de 1º de janeiro de 1946, a um total de 58.333.333,33 dólares, antes de 1º de janeiro de 1947; ou a um total de 70.000.000,00, antes de 1º de janeiro de 1948.

Artigo IV – Os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, reconhecendo que as medidas aqui previstas para a sua comum defesa e resistência solidária à agressão são tomadas com o desígnio ulterior de assentar as bases de uma paz justa e duradoura, e considerando que essas medidas não podem ser eficazes nem a paz florescer sob o peso de uma dívida excessiva, concordam em que, uma vez efetuados os pagamentos acima especificados, ficarão os Estados Unidos do Brasil desobrigados de todos os compromissos decorrentes do presente Acordo; e, com o mesmo objetivo, consoante os princípios e o programa assentado na Resolução XXV, sobre Cooperação Econômica e Financeira da Segunda Reunião dos Ministros das

Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, celebrada em Havana em julho de 1940, concordam também em cooperar entre si e com as outras nações para a negociação de acordos econômicos justos e equitativos referentes aos produtos de qualquer dos dois países ou de qualquer outra nação onde existam problemas de mercado, e em cooperar entre si e com as outras nações a fim de aliviar o sofrimento e penúria causados pela guerra, onde quer que seja e desde que esse auxílio socorra aos oprimidos sem beneficiar o agressor.

Artigo V – Sobrevindo circunstâncias em que os Estados Unidos da América, para sua própria defesa ou para a defesa das Américas, venham a necessitar de material de defesa ou informações sobre a defesa que os Estados Unidos do Brasil estejam em condições de suprir, os Estados Unidos do Brasil fornecerão aos Estados Unidos da América esse material e essas informações, na medida do possível, sem prejuízo de sua própria economia e de acordo com termos a serem ajustados.

Artigo VI – Os Estados Unidos do Brasil se comprometem a não transferir, sem o consentimento do Presidente dos Estados Unidos da América, a propriedade ou a posse de qualquer artigo de defesa ou informação sobre defesa recebidos em virtude desse Acordo, nem permitir o seu uso, por qualquer pessoa que não seja funcionário, empregado, ou agente dos Estados Unidos do Brasil. De igual modo, os Estados Unidos da América se comprometem a não transferir a propriedade ou a posse de qualquer material de defesa ou informação sobre defesa recebidos em virtude do Artigo V deste Acordo, sem o consentimento do Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nem permitir o seu uso por qualquer pessoa que não seja funcionário, empregado, ou agente dos Estados Unidos da América.

Artigo VII – Se, como resultado da transferência aos Estados Unidos do Brasil de qualquer material de defesa ou informação sobre defesa, vier a ser necessário que os Estados Unidos do Brasil tomem qualquer medida ou façam qualquer pagamento a fim de salvaguardar integralmente quaisquer direitos de qualquer cidadão dos Estados Unidos da América, proprietário de patente sobre qualquer desses artigos de defesa ou informação sobre a defesa, os Estados Unidos do Brasil tomarão essa medida ou farão esse pagamento sempre que o solicitar o Presidente dos Estados Unidos da América. De igual modo se, como resultado da transferência aos Estados Unidos da América de qualquer material de defesa ou informação sobre a defesa vier a ser necessário que os Estados Unidos da América tomem qualquer medida ou façam qualquer pagamento a fim de salvaguardar integralmente quaisquer direitos de qualquer cidadão dos Estados

Unidos do Brasil, proprietário de patente sobre qualquer desses materiais de defesa ou informações sobre defesa, os Estados Unidos da América tomarão essa medida ou farão esse pagamento sempre que o solicitar o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Artigo VIII – O presente Acordo continuará em vigor a partir da data em que for firmado até uma data combinada entre os dois governos. Firmado e selado nos idiomas português e inglês, em duplicata, em Washington, em três de março de 1942.

Assina – pelos Estados Unidos do Brasil – Carlos Martins Pereira e Sousa – Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Estados Unidos do Brasil em Washington.

Assina – pelos Estados Unidos da América – Sumner Welles – Secretário em Funções dos Estados Unidos da América.<sup>455</sup>

---

<sup>455</sup>H. Silva, *1942 – Guerra no Continente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, pp. 419-427.

## ANEXO IV

### **Transcrição do discurso proferido pelo Presidente Getúlio Vargas na abertura da Conferência de Chanceleres no Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1942**

Senhores Ministros Delegados, meus senhores:

É honra insigne concedida ao Brasil e ao seu Governo a escolha desta Capital para a Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Ao convencionarem os países do Novo Mundo, na Conferência da Consolidação da Paz, celebrada em Buenos Aires, em 1936, a convite do grande estadista Presidente Franklin Roosevelt, o sistema de consultas e conversações – ou melhor, de conselhos de família – não julgávamos viesse a instituição, filha do nosso ardente anseio por harmonia, de trabalho conjugado e produtivo, ser posta à prova em futuro tão próximo e tão reiteradamente.

No entanto, num lustro, é a terceira vez que os superiores interesses dos nossos povos nos convocam.

Três anos decorridos da memorável assembléia da Capital platina, o conflito irrompido na Europa nos reunia no Panamá.

Já então, sem intuito de agravo a quem quer que fosse, nos havíamos vinculado todos pela Declaração de Lima, instrumento de excepcional expressão, porque não representa o fruto amargo de injunções difíceis, mas o honesto reconhecimento de condições perfeitas de solidariedade e colaboração, baseadas no respeito aos princípios do Direito Internacional, na unidade espiritual, na decidida vocação pacífica, nos sentimentos de humanidade e tolerância dos que o subscreveram. E os propósitos de concórdia que deram vida ao notável documento não nos abandonaram.

Nas deliberações da Primeira Assembléia de Chanceleres, fixamos as normas da nossa conduta em face da guerra, que se estendia aos caminhos marítimos do Continente e lhe afetava vitais interesses.

Sucessos posteriores, perigos próximos, acontecimentos novos de alcance mundial, determinaram outra reunião – a de Havana – assinalada por duas resoluções de alta importância: a de assistência recíproca e cooperação defensiva e a que prevê o destino e a administração provisória de territórios situados neste Hemisfério e sob domínio de países não americanos.

Em dezembro de 1941, por força de alianças ofensivas, tipo de coalizão felizmente desconhecido na América, o conflito – nascido das contradições européias e já alastrado à Ásia e à África – assumia o aspecto de conflagração geral e tornava-se uma ameaça às nossas soberanias.

A agressão aos Estados Unidos, no Oceano Pacífico, a que se seguiu a declaração de guerra da Alemanha e da Itália ao grande país amigo, tinha, necessariamente, de agrupar-nos ainda uma vez.

Aqui estamos, portanto, representantes soberanos da família americana de pátrias livres e amantes da Paz, para reafirmar à nação bruscamente atacada a nossa solidariedade unânime e resolver, com prudência e decisão, o que convier à segurança e à proteção dos nossos povos.

O programa desta Terceira Conferência, elaborada por uma comissão ilustre de homens públicos afeitos ao trato dos problemas comuns, dita a ordem das questões a regular, atribuindo às de defesa a primazia que não podem deixar de ter.

A esse respeito a firme atitude e a conduta do Brasil são conhecidas e claras.

Desde 7 de dezembro – data que constituirá um marco novo na vida das nossas comunidades, pois trouxe a guerra ao Continente Americano – assumimos posição decidida, coerente com a nossa tradicional política externa e fiel aos compromissos solenes, lembrados e reafirmados mais uma vez nos últimos tempos.

É propósito dos brasileiros defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões e não permitir possam as suas terras e águas servir de ponto de apoio para assalto às Nações irmãs. Não mediremos sacrifícios para a defesa coletiva, faremos o que as circunstâncias reclamarem e nenhuma medida deixará de ser tomada a fim de evitar que, portas adentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham a causar dano, ou por em perigo a segurança das Américas.

A segunda parte da agenda dos vossos trabalhos, Senhores, cogita de reforçar as bases e aperfeiçoar os métodos de colaboração econômica.

Ao ponderarmos as forças de produção do Continente, verificamos ser total a nossa auto-suficiência. Desde o mais moderno equipamento técnico industrial às

riquezas do sub-solo, de utilidade para a paz e a guerra, à cultura agrária científica de alto rendimento, nada nos falta. A distribuição eqüitativa das tarefas é o que nos incumbe estabelecer. E devemos fazê-lo em condições permanentes, visando não apenas o choque armado, mas o regresso de uma paz justa para todo o mundo.

Não nos bastará, a nós povos de tendências pacíficas, com enormes encargos construtivos a desempenhar, uma solidariedade passageira, em momento de perigo. Para alicerçar o engrandecimento futuro é preciso fortalecer os laços de amizade e criar, pela prática estreita da cooperação econômica e cultural, condições duradouras de prosperidade para as nossas populações, e, com isso, ajudar a se refazerem as nações flageladas pela guerra.

O Continente Americano – que não tem contradições irreduzíveis, entende-se em quatro idiomas facilmente acessíveis a todos os seus habitantes, conserva tradições cristãs comuns, idênticas raízes políticas e interesses que se ajustam – tudo pode fazer para organizar a mais sólida e poderosa aliança de nações livre e soberanas que jamais conheceu a história da humanidade.

Pelo nosso exemplo, pelo nosso fervor em realizar o que foi uma antecipação genial da política de Bolívar, poderemos contribuir para restabelecer o equilíbrio do mundo, e mostrar que erram todas as filosofias, todas as doutrinas, todas as ideologias do ódio e da separação, da luta e da violência.

Levar as Pátrias Americanas a criarem formas novas e estáveis de convivência, sem excluir ou matar peculiaridades e tradições, é um ideal que nos merece sacrifícios presentes e futuros.

Excelências:

Sede bem-vindos. O Brasil vos saúda, honrado de hospedar, em momento tão grave, os mensageiros de vinte Nações ligadas por um perfeito espírito de para preservar a civilização e tornar a existência humana mais segura, mais digna e feliz fraternidade, e deseja ardentemente ver coroada de êxito a missão que vos trouxe. Nenhum esforço pouparão o seu Governo e o seu povo para que as aspirações e propósitos comuns, convertidos em regras e conselhos, sejam respeitados e concorram.<sup>456</sup>”

---

<sup>456</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1942, Imprensa Nacional, pp. 111-113.

## ANEXO V

### **Transcrição do Convênio Político-Militar celebrado entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil em 23 de maio de 1942**

#### CONSIDERANDO:

Que os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América concluíram, em 1º de outubro de 1941, um acordo relativo ao fornecimento de informações e artigos de defesa por parte de qualquer dos dois países ao outro, no sentido da estreita cooperação para a segurança do continente;

Que no decurso da aplicação desse acordo surgiram situações indicadoras de necessidade de modificá-lo com vantagens para ambos;

E mais, que na Terceira Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas foi aprovada uma resolução estabelecendo que esta cooperação, para proteção de ambos os países e do Continente, deveria continuar até desaparecerem os efeitos do atual conflito;

ACORDAM estabelecer as seguintes normas e condições para regularem o concurso de suas forças militares e econômicas na defesa comum do continente americano.

Artigo I – Os dois países concordam em estreitar sua colaboração da defesa continental e, para isso:

a) Ficam criadas duas comissões técnico-militares mistas brasileiro-americanas: uma no Brasil e outra nos Estados Unidos da América. Estas comissões serão compostas do pessoal do Exército, da Marinha e das Forças Aéreas de ambos os países.

b) Estas comissões ficam encarregadas da elaboração de planos minuciosos e de estabelecer acordos entre os Estados Maiores, necessários à defesa mútua. Esses planos abrangerão, entre outros assuntos e medidas, os acordos sobre comando nas zonas de operações e, de um modo geral, as responsabilidades em quaisquer teatros de operações que possam ser previstos.

c) Em caso de mudança na situação estratégica, serão feitas recomendações aos Governos de ambos os países sobre as amplificações ou modificações desses planos e sobre as medidas a serem tomadas para sua execução eficiente.

Artigo II – O emprego das forças brasileiras será dentro de seu território; entretanto, em casos especiais, mediante decisão do Governo do Brasil, poderão ser destacadas para outros pontos do continente, de cuja segurança e defesa tenham de participar.

Artigo III – No caso de ataque ao território nacional por forças extracontinentais, os Estados Unidos da América darão auxílio imediato de suas forças para a defesa do Brasil. No caso de ameaça de ataque, os Governos deverão decidir sobre as medidas preventivas a serem adotadas, baseadas nos planos preparados pelas comissões mistas.

Em todos os outros casos, as Forças Armadas norte-americanas só poderão ficar estacionadas em território nacional do Brasil a pedido especial do Governo brasileiro.

Artigo IV – As bases navais e aéreas no território brasileiro poderão ser guarnecidas por forças dos Estados Unidos da América, a pedido do Governo brasileiro, ficando as condições de comando e responsabilidades nas zonas de operações, a serem reguladas pelas comissões mistas.

Artigo V – O Governo brasileiro, por solicitação do Governo norte-americano, poderá permitir o estacionamento de formações ou grupos de técnicos e especialistas norte-americanos, em pontos do território brasileiro, como auxiliares das forças militares dos Estados Unidos da América em trânsito ou em operações, e bem assim o uso de suas instalações navais e aeronáuticas.

Artigo VI – O Governo brasileiro facultará ao Governo norte-americano a construção e depósitos de instalações, inclusive para o pessoal, assim como a organização de que carecer, em território nacional, para o reaprovisionamento e auxílio de suas formações militares.

Artigo VII – No caso de agressão ao Brasil por outra república americana que, na opinião do governo dos Estados Unidos da América, seja simpática às potências do Eixo ou por elas instigadas, os Estados Unidos da América fornecerão ao Brasil a assistência necessária à sua segurança nacional e à manutenção no poder do presente Governo. Essa assistência far-se-á sob a forma de fornecimento de material bélico e, se houver pedido formal do Governo do Brasil, ela se converterá também em cooperação das suas Forças Armadas.

Artigo VIII – O Brasil se compromete a desenvolver o mais rapidamente possível, todos os elementos de cooperação de que é capaz, para assegurar sua defesa e a do continente na execução deste convênio, promovendo principalmente:

a) a organização imediata de bases aéreas e navais atuais e as que vierem a ser necessárias a operações de guerra;

b) a organização da defesa da costa e das ilhas não costeiras;

c) a mobilização das formações de guerra previstas para as forças armadas do país e, de primeira urgência, nas zonas estratégicas do Norte, Nordeste e do Rio de Janeiro;

d) a organização das vias de comunicações ferro-rodoviárias indispensáveis ao jogo das forças e das intercomunicações das bases navais e aéreas;

e) a mobilização e ampliação de sua indústria bélica, inclusive construções navais e aeronáuticas.

Artigo IX – O Brasil adotará medidas para manter inalterada a ordem interna, por maneira a facilitar a execução das obrigações decorrentes deste convênio, e também contra a sabotagem, propaganda e atividades subversivas contrárias à segurança continental.

Artigo X – O Brasil intensificará o serviço de saneamento nas prováveis zonas de operações, de acordo com as conclusões da comissão mista brasileiro-americana sobre a matéria, e fará ainda a profilaxia dos navios e aeronaves americanas e de seus aliados.

Artigo XI – O Brasil fomentará e ampliará as suas indústrias agrícolas, fabris e extrativas de modo a fornecer aos Estados Unidos da América, em grau de prioridade, as matérias primas e produtos julgados necessários.

Artigo XII – Em território brasileiro, as normas legais, civis e militares do Brasil, prevalecerão sempre que estiverem em jogo os interesses de uma ou outra parte.

Parágrafo Único – Nas relações internas das unidades ou formações, subsistirão as leis e regulamentos dos respectivos países.

Artigo XIII – Os Estados Unidos da América facilitarão imediatamente a aquisição para o Brasil de material já requisitado, do material bélico que for necessário para completar as suas formações de guerra e, ainda, os materiais indispensáveis para o desenvolvimento de suas indústrias militares e das suas redes ferro-rodoviárias nas zonas prováveis de operação.

Artigo XIV – Em qualquer caso e desde o primeiro momento, os Estados Unidos da América ficarão encarregados da manutenção das comunicações marítimas entre os países, com a colaboração do Brasil, sob as condições acima especificadas.

Artigo XV – No caso de instalações e obras sugeridas pela comissão mista do Nordeste e outras que se fizerem mister para os fins deste convênio, as despesas correrão por conta de cada país, quando forem de seu exclusivo interesse, e serão financiadas equitativamente por ambos os Governos quando se destinarem ao uso comum.

Artigo XVI – Os Estados Unidos da América prestarão o seu auxílio técnico e financeiro para o incremento da produção de matérias-primas e produtos brasileiros de que carecem os dois Governos para os fins deste convênio.

Artigo XVII – Os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América facilitarão aos militares de suas forças de terra, mar e ar, estágio e cursos em todas as suas atividades militares para os fins deste convênio.

Artigo XVIII – As Missões norte-americanas (naval, aérea e de artilharia de costa) junto às forças militares do Brasil, sem prejuízo de seus contratos, deverão ajustar-se às normas e fins deste convênio e poder ser utilizadas para auxiliarem a comissão mista reunida no Brasil.

Artigo XIX – O presente acordo se conservará secreto até decisão em contrário por ambos os governos.

Artigo XX – O presente convênio entrará em vigor após a troca de comunicação de aprovação das duas partes contratantes que, em concomitância com a sua aprovação, nomearão as comissões técnico-militares, de que trata o artigo primeiro.<sup>457</sup>

---

<sup>457</sup> CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas.

## ANEXO VI

### **Transcrição do Decreto nº 10.358 de 31 de agosto de 1942 declarando estado de guerra no Brasil**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Art. 74, letra K, e o Art. 171, da Constituição, decreta:

Art. 1º - É declarado o estado de guerra em todo o território nacional.

Art. 2º - Na vigência do estado de guerra deixam de vigorar já as seguintes partes da Constituição:

Art. 122 – nº 2, 6, 8, 9, 10, 11, 14 e 16;

Art. 122 – nº 13 – no que diz respeito à irretroatividade da lei penal;

Art. 122 – nº 15 – no que concerne ao direito de manifestação de pensamento;

Art. 136 – final da alínea;

Art. 137;

Art. 138;

Art. 156 – letras *c* e *h*;

Art. 175 – primeira parte, no que concerne ao curso do prazo.

Parágrafo Único. Ressalvados os atos decorrentes de delegação para a execução do estado de emergência declarado no Art. 166 da Constituição, só o Presidente da República tem o poder de, diretamente ou por delegação expressa, praticar atos fundados nesta lei.

Art. 3º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário<sup>458</sup>.

---

<sup>458</sup> Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos, Diário Oficial da União.

## ANEXO VII

### **Transcrição da carta do presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt ao presidente Getúlio Vargas, datada de 14 de setembro de 1942, na qual começa a se esboçar a participação brasileira diretamente nas operações de guerra**

“Meu Caro Senhor Presidente e Amigo:

Deu-me grande satisfação o conhecer vosso amigo e colaborador, o General Eurico Gaspar Dutra, o distinto Ministro da Guerra do Governo Brasileiro, e haver recebido de suas mãos vossa carta de 9 de agosto de 1943.

Tem sido um motivo de satisfação a visita do General Dutra e o poder discutir com ele os vários problemas ligados à cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos. Isso nos deu uma grande oportunidade para completarmos as conversações que tive com o Senhor no começo do ano, em território brasileiro, em Natal.

Pedi ao General George C. Marshall, Chefe do Estado Maior do Exército Americano e aos seus colegas, que examinassem cuidadosamente com o General Dutra as medidas que poderiam ser tomadas para facilitar o vosso generoso desejo de ter uma Força Expedicionária Brasileira, atuando além-mar em colaboração com as Forças dos Estados Unidos e das outras Nações Unidas, participando dos seus sacrifícios e das suas vitórias. Essas medidas têm sido discutidas pelos representantes do Brasil e dos Estados Unidos, em completa harmonia e em perfeito acordo. Como sabeis, já foram dados os passos iniciais, com assistência do Exército dos Estados Unidos, para a organização das primeiras unidades da Força Expedicionária Brasileira.

Todos nós antevemos o próximo dia em que os soldados brasileiros e americanos marcharão para a frente, ombro a ombro, nos campos de batalha. Eles aí renovarão a camaradagem feita em vosso hospitaleiro país, onde os membros das Forças Armadas das duas Nações têm servido juntos, por mais de um ano, na defesa desse estratégico litoral que tão bons serviços tem prestado a nós e aos nossos aliados. Tal coroamento do esforço de guerra do Brasil, sob a hábil direção do General Dutra e de

seus companheiros de arma, será um impressionante desdobramento da incalculável e ativa colaboração que o Brasil já deu neste hemisfério.

Com os meus cordiais cumprimentos, sinceramente seu,

a) Franklin Delano Roosevelt<sup>459</sup>”

---

<sup>459</sup> Site do CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas.

## ANEXO VIII

### **Transcrição do Convênio Político-Militar firmado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos em 21 de agosto de 1943 e que dispõe sobre a constituição da Força Expedicionária Brasileira**

O Governo dos Estados Unidos do Brasil, de um lado, e o Governo dos Estados Unidos da América do Norte, do outro, havendo resolvido ampliar e completar o convênio político-militar, assinado pelas mesmas partes em 23 de maio de 1942, acordam e convencionam, relativamente ao emprego de tropas brasileiras, em operações de guerra, fora do Continente, o seguinte:

Art. 1º - O Governo dos Estados Unidos do Brasil, além da sua cooperação aeronaval, aprestará uma força expedicionária para operar ao lado dos exércitos em campanha dos Estados Unidos da América do Norte, na presente guerra contra a Alemanha.

Art. 2º - Essa Força Expedicionária Brasileira compor-se-á, inicialmente, de um Corpo de Exército de três Divisões de Infantaria e dos elementos orgânicos, inclusive aviação.

Art. 3º - O Comandante em Chefe dessa Força, desde o ato de sua nomeação, ficará investido de plenos poderes para combinar e resolver com o Comando competente norte-americano, todas as questões concernentes ao seu transporte e emprego no teatro de guerra.

Art. 4º - A Força Expedicionária Brasileira atuará em campanha com uma grande unidade indivisível, subordinada ao Comando Geral do teatro de operações.

§ 1º - O emprego da Força Expedicionária Brasileira far-se-á nas mesmas condições que o das Forças norte-americanas correspondentes.

§ 2º - A cobertura de aviação, os apoios de carros de assalto, a artilharia pesada e outros elementos de que carecer, ser-lhe-ão fornecidos pelo Comando Superior ou pelo Comando do teatro de operações.

Art. 5º - As regras da hierarquia e precedência internacionalmente aceitas, serão respeitadas, reciprocamente em todas as circunstâncias, entre os membros da Força Expedicionária Brasileira e os membros das forças norte-americanas.

Art. 6º - A Força Expedicionária Brasileira ficará adstrita à jurisdição de seus respectivos chefes, na conformidade da legislação militar e penal brasileira.

Art. 7º - A Força Expedicionária Brasileira fará um estágio de aclimatação e de aperfeiçoamento antes de ser empenhada nas operações.

Art. 8º - O Governo dos Estados Unidos da América do Norte, fornecerá, nos termos dos acordos vigentes, equipamento, munição, capacetes, material de acampamento, viaturas, aviões, material de transmissões, material de engenharia, de saúde, e dos demais serviços, bem como proverá sobre transportes, instalações, hospitais, assistência sanitária, bases aéreas, e providenciará para que a correspondência se faça quanto possível dentro das normas estabelecidas para as Forças Americanas.

Art. 9º - O Governo dos Estados Unidos da América do Norte obriga-se a substituir o material que ficar inutilizado, ou for extraviado e a prover todas as reparações que se fizerem necessárias.

Art. 10º - O transporte e a proteção da Força Expedicionária Brasileira, desde os portos nacionais, bem como transportes exigidos pelas operações de guerra, inclusive os das evacuações e repatriamento, serão feitos pelo Governo dos Estados Unidos da América do Norte.

Parágrafo Único – A Marinha de Guerra e a Aeronáutica cooperarão como já vêm fazendo nessas operações, na medida de suas possibilidades.

Art. 11º - A remessa de novas forças para o teatro de operações far-se-á de preferência por unidades completas.

Art. 12º - Ficará a cargo do Governo dos Estados Unidos da América do Norte a alimentação e quaisquer suprimentos de que carecer a Força Expedicionária Brasileira desde o momento do seu embarque até ao seu regresso ao Brasil.

Art. 13º - Os vencimentos e vantagens da Força Expedicionária Brasileira correrão a cargo do Governo dos Estados Unidos do Brasil, obrigando-se o Governo dos Estados Unidos da América do Norte a conceder os necessários créditos, nas condições que forem estipuladas em acordo em separado.

Art. 14º - Os vencimentos e vantagens dos oficiais e praças da Força Expedicionária Brasileira serão equiparados aos dos oficiais e praças do Exército norte-americano.

Art. 15º - O presente Convênio não prejudicará a continuação do fornecimento do material bélico que o Governo dos Estados Unidos da América do Norte vem fazendo ao Brasil, na conformidade dos acordos anteriores.

Art. 16º - O Comandante em Chefe da Força Expedicionária Brasileira, de acordo com o Comando norte-americano, organizará uma base de operações para o depósito de pessoal destinado ao preenchimento de claros, substituições e reaprovisionamento de toda espécie.

Art. 17º - Os militares e assemelhados, doentes ou feridos, que não devam permanecer em tratamento os órgãos do Serviço de Saúde da Força Expedicionária Brasileira, serão evacuados para hospitais ou formações do Serviço do Exército norte-americano. Para esse fim, os hospitais que receberem elementos da Força Expedicionária Brasileira terão em seus quadros médicos e demais pessoal inerente ao Serviço de Saúde Brasileiro.

Parágrafo Único – O Governo dos Estados Unidos da América do Norte obriga-se a repatriar na primeira oportunidade, os doentes e feridos irrecuperáveis para o serviço.

Art. 18º - O Comandante em Chefe da Força Expedicionária Brasileira regulará com o Comando em Chefe do Exército norte-americano, no teatro de operações correspondente, a situação e o destino a dar aos prisioneiros e às presas de guerra feitos pelas tropas brasileiras.

Art. 19º - No caso do Brasil vir a ser agredido por qualquer outra nação, o Governo dos Estados Unidos da América do Norte fica obrigado, na forma do Art. VII do Convênio anterior, a prestar-lhe toda a assistência política e militar.

Art. 20º - O Governo dos Estados Unidos da América do Norte fornecerá também, ao Governo dos Estados Unidos do Brasil o material necessário aos Centros de Instrução organizados ou a serem organizados, para o adestramento de novas unidades, e formação de especialistas, exigidos pela situação de guerra.

Art. 21º - O presente Convênio será mantido secreto e valerá para toda a duração da atual guerra contra a Alemanha.<sup>460</sup>

---

<sup>460</sup> CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas.

## ANEXO IX

### Principais Conferências Durante a II Guerra Mundial

- 1) **I Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores** – Cidade do Panamá, de 23 de setembro a 3 de outubro de 1939, com participação de todas as repúblicas americanas. Declaração do Panamá: definição da zona marítima continental de segurança; ratificação da posição de neutralidade do continente em face da guerra.
- 2) **II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores** – Havana, de 21 a 30 de julho de 1940, com participação de todas as repúblicas americanas. Ata de Havana: administração provisória das colônias européias na América; defesa do hemisfério.
- 3) **Carta do Atlântico** – A bordo de cruzador da marinha norte-americana fundeado na Baía de Argentinia, ao largo de Newfoundland na costa do Canadá, em encontro entre o Presidente Franklin Roosevelt, dos Estados Unidos, e do Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, Winston Churchill.
- 4) **I Conferência de Washington** – Washington, de 22 de dezembro de 1941 a 1 de janeiro de 1942, em encontro entre o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt e o Primeiro Ministro da Grã-Bretanha Winston Churchill. O Conselho anglo-americano dá prioridade ao teatro de guerra do Atlântico; Declaração das Nações Unidas;
- 5) **III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores** – Rio de Janeiro, de 15 a 28 de janeiro de 1942, com participação de todas as repúblicas americanas. Recomendação às nações americanas para que rompam relações diplomáticas com o Eixo, em virtude do ataque japonês a Pearl Harbor.
- 6) **II Conferência de Washington** – Washington, de 25 a 27 de junho de 1942, em encontro entre o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e o Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, Winston Churchill. Produção de guerra; ajuda à China; invasão do norte da África.
- 7) **Conferência de Casablanca** – Casablanca, de 14 a 23 de janeiro de 1943, em encontro entre o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e o

- Primeiro Ministro britânico, Winston Churchill. Planos para a invasão da Sicília; decisão sobre a invasão da Normandia; rendição incondicional do Eixo.
- 8) **Conferência de Natal** – Natal, em 28 de janeiro de 1943, em encontro entre o Presidente do Brasil, Getúlio Dornelles Vargas, e o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt. Organização das Nações Unidas; a possível ocupação dos Açores por tropas brasileiras; ajuda brasileira na invasão da Europa; a situação das colônias francesas na África e na América.
  - 9) **III Conferência de Washington** – Washington, de 11 a 27 de maio de 1943, em encontro entre o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e o Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, Winston Churchill. A guerra na Itália; intensificação dos bombardeios aéreos à Alemanha; a guerra no Pacífico; invasão da França.
  - 10) **I Conferência de Quebec** – Quebec, de 17 a 24 de agosto de 1943, em encontro entre o Presidente os Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e o Primeiro Ministro inglês, Winston Churchill. Decisões finais sobre a invasão da França; reorganização do Comando no sudeste asiático.
  - 11) **Conferência de Moscou** – Moscou, de 18 de outubro a 1 de novembro de 1943, em encontro entre os Ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos, Cordell Hull, da Grã-Bretanha, Anthony Eden, e da União Soviética, Vyacheslav Molotov. Estabelecimento de um Conselho Consultivo na Europa; punição para os criminosos de guerra.
  - 12) **Conferência do Cairo** – Cairo, de 22 a 26 de novembro de 1943, em encontro entre o Presidente dos estados Unidos, Franklin Roosevelt, o Primeiro Ministro britânico, Winston Churchill, e representando a China o Generalíssimo Chiang Kai-shek. Operações militares contra os japoneses na China; liberdade para a Coréia.
  - 13) **Conferência de Teerã** – Teerã, de 28 de novembro a 12 de dezembro de 1943, em encontro entre o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, o Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, Winston Churchill, e o Presidente do Comitê Central do PCUS e Primeiro Ministro da União Soviética, Joseph Stalin. A data da invasão da Europa ocidental; ajuda a Josip Broz Tito e guerrilheiros iugoslavos.
  - 14) **Conferência de Bretton Woods** – Bretton Woods, de 1 a 15 de julho de 1944, com um encontro entre representantes de 44 países. Fundo Monetário

- Internacional; Banco Internacional de reconstrução e Desenvolvimento; criação do padrão monetário dólar-ouro.
- 15) **Conferência de Dumbarton Oaks** – Dumbarton Oaks, de 21 de agosto a 29 de setembro de 1944, com representantes dos governos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética. Acordo para a criação de uma organização internacional.
  - 16) **II Conferência de Quebec** – Quebec, em 10 de setembro de 1944, em encontro entre o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e o Primeiro Ministro britânico, Winston Churchill. Planos para a guerra na Europa e no Pacífico.
  - 17) **Conferência de Yalta** – Yalta/Criméia, de 4 a 12 de fevereiro de 1945, em encontro entre Roosevelt, Churchill e Stalin. Planos para a Alemanha derrotada; política para os países europeus libertados dos nazistas; os novos governos para a Polônia e Iugoslávia; decisão da convocação da Conferência de São Francisco para preparar a Carta das Nações Unidas.
  - 18) **Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz** – Cidade do México, de 21 de fevereiro a 9 de março de 1945, com a participação da maioria dos países americanos. Aprovação da Ata de Chapultepec: problemas das relações da Argentina com o Eixo durante a guerra, e o seu governo atual; reorganização da União Pan-Americana; aprovação dos projetos da Conferência de Dumbarton Oaks; abolição da discriminação por questão de gênero.
  - 19) **Conferência de São Francisco** – São Francisco, com a participação de representantes de 50 países. Assinatura da Carta de Segurança Mundial: aprovação do Estatuto da Corte Internacional de Justiça; estabelecimento da Comissão Preparatória para a Organização das Nações Unidas.
  - 20) **Conferência de Potsdam** – de 17 de julho a 2 de agosto de 1945, em encontro entre o Presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, o Primeiro Ministro da Inglaterra, Winston Churchill (depois substituído por Clement Attlee), e pelo Primeiro Ministro da União Soviética, Joseph Stalin. Declaração de Potsdam: acordo sobre os princípios políticos e econômicos referentes ao controle da Alemanha; acordo sobre reparações de guerra; declaração de paz em relação aos países satélites da Alemanha.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

## FONTES

### **Centro de Pesquisa e Documentação/ Fundação Getúlio Vargas:**

Arquivo Getúlio Vargas, digitalizado em <http://www.cpdoc/fgv.br> ;

Arquivo Oswaldo Aranha, sigla AO ;

Arquivo Souza Costa, sigla SC .

### **Arquivo do Itamaraty:**

Relatórios do Ministério das Relações Exteriores, Imprensa Nacional, no período compreendido entre 1935 e 1946 .

O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – Imprensa Nacional, 1944.

### **Arquivo do Exército:**

Documentos referentes ao *Brazilian Liaison Department* .

### **Arquivo do Tribunal Marítimo:**

Processos sobre os afundamentos de navios brasileiros por submarinos alemães .

### **Deutschland Bundesrepublik Diplomatie Archives:**

Dossiê *Politische Abteilung*;

Dossiê Rolf Hoffmann.

### **Arquivo da Casa Branca:**

Site <http://www.whitehouse.usa>

### **Arquivo do Departamento de Estado :**

Site <http://www.usinfo.state.gov>

### **National Archives – Washington :**

Site <http://www.archives.gov/.../get-service-records.html>

**Site do periódico New York Times:**

<http://www.newyorktimes.usa.com>

**Biblioteca Nacional – Setor de Periódicos:**

Microfilmes dos Seguintes Periódicos:

Correio da Manhã

O Globo

Diário Oficial da União

**Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

Anuário Estatístico:

Ano V – 1939-1940;

Ano VI – 1941-1945.

**Documentários Filmados:**

*O Triunfo da Vontade*, dirigido por Leni Riefensthal, produção de 1934;

*Minha Luta*, dirigido por Leonard Maltin, produção de 1961;

*Reportando a 2ª Guerra Mundial*, dirigido por Steven Spielberg, produção de 2005.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros

ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999;

\_\_\_\_\_ *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana – 1889-1989*. Rio de Janeiro, Campus, 1990;

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de (organizador) *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990, Vol. I, Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo, Edusp, 1996;

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983;

BAGEHOT, W. *The English Constitution*. Londres, Penguin Books, 1963;

BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo, Ensaio, 1993;

BARNETT, Correlli (organizador). *Os Generais de Hitler*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990;

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 até nossos dias*. São Paulo, Brasiliense, 1976;

BEEVOR, Antony. *Stalingrado: O Cerco Fatal*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005;

BELOT, R.D. de. *A Guerra Aeronaval no Atlântico (1939-1945)*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1949;

\_\_\_\_\_ *A Guerra Aeronaval no Mediterrâneo (1939-1945)*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1949;

BETHEL, Leslie. *História da América Latina*. Volume IV, São Paulo, Edusp, 1998;

BETTELHEIM, Charles. *La Economía Alemana Bajo el Nazismo*. Madrid, Editorial Fundamentos;

BRAGA, Rubem. *Crônicas de Guerra na Itália*. Rio de Janeiro, Record, 1985;

BRANCO, Manoel Thomas de Castelo. *O Brasil na 2ª Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1960;

BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1987;

\_\_\_\_\_ *O Tempo do Mundo*. São Paulo, Martins Fontes, 1996;

BRAYNER, Floriano de Lima. *A Verdade sobre a FEB*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968;

\_\_\_\_\_ *Luzes Sobre a Memória*, Rio de Janeiro, São José, 1973;

\_\_\_\_\_ *Recordando os Bravos: eu convivi com eles*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977;

BUESCU, Mircea. *Guerra e Desenvolvimento: análise da economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, APEC, 1976;

\_\_\_\_\_ *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1977;

CALDAS, Mirandolino. *O Posto Avançado de Neuro-psiquiatria da FEB*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1950;

CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder de. *Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981;

CANSAÇÃO, Elza. *E Foi Assim que a Cobra Fumou*. Rio de Janeiro, Imago, 1987;

CARELL, Paul. *Afrika Korps*. São Paulo, Editora Flamboyant, 1964;

\_\_\_\_\_ *Monte Cassino*. São Paulo, Editora Flamboyant, 1964;

CARONE, Edgard. *O Pensamento Industrial no Brasil*. São Paulo, Difel, 1977;

\_\_\_\_\_ *A República Velha I – instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1978;

CARR, Edward H. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998;

CARVALHO, Estevão Leitão de. *A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952;

CERVO, Amado Luis e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo, Editora Ática, 1992;

CHURCHILL, Winston S. *Jamais Ceder*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005;

CIANO, Galeazzo. *Diário*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1963;

CLAUSEWITZ, Karl von. *Da Guerra*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979;

CLINE, Howard F. *The United States and Mexico*. New York, Atheneum, 1969;

CORSI, F.L. *Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional*. São Paulo, UNESP, 2000;

COSTA, Sérgio Corrêa da. *Crônica de uma Guerra Secreta – Nazismo na América: A conexão argentina*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005;

- COUTINHO, Lourival. *O General Góes Depõe...* Rio de Janeiro, Livraria Editora Coelho Branco, 1955;
- COX, Robert. *Production, Power and World Order*. Nova York, Columbia University Press, 1987;
- \_\_\_\_\_ “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”, In: *Neorealism and its Critics*. R. O. Keohane (org.). New York, Columbia University Press, 1986;
- CRITTENBERGER, Willis. *Campanha ao Nordeste da Itália*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1952;
- DALLEK, Robert. *Franklin D. Roosevelt and American Foreign Policy, 1932-1945*. New York, Oxford University Press, 1981;
- DE GAULLE, Charles. *Memórias de Guerra, Volume I – O Apelo*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1977;
- DESCH, Michael C. *When the Third World Matters: Latin America and United States Grand Strategy*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1993;
- DIVINE, Robert A. *The Reluctant Belligerent: American Entry into World War II*. New York, John Wiley&Sons, 1979;
- DROZ, Bernard e ROWLEY, Anthony, *História do Século XX*, Lisboa, Editorial Cervantes, 1990;
- DUARTE, Paulo de Queiróz. *Dias de Guerra no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1968;
- \_\_\_\_\_ *O Nordeste na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1971;
- DULLES, John Foster. *Castello Branco: o caminho para a presidência*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979;
- EARLE, Edward Mead. *Makers of Modern Strategy – military thought from Machiavelli to Hitler*. New York, Atheneum, 1966
- ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997;
- \_\_\_\_\_ *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993;
- FEST, Joachim. *Hitler*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1973;
- FICHTE, Johann Gottliebe. *Introdução à Teoria do Estado*. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1980;
- FIORI, J.L. (organizador) *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999;

- \_\_\_\_\_ *O Poder Americano*. Petrópolis, Vozes, 2005;
- FIORI, J.L. e MEDEIROS, Carlos (organizadores), *Polarização Mundial e Crescimento*, Petrópolis, Editora Vozes, 2001;
- FRIEDLANDER, Saul. *Hitler et les États-Unis 1939-1941*. Paris, Seuil, 1966;
- FRYE, Alton. *Nazi Germany and the American Hemisphere, 1933-1941*. New Haven e Londres, Yale University Press, 1967;
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1991;
- GABAGLIA, A. C. Raja. *Poder Marítimo nas Duas Guerras Mundiais (1914-1918 – 1939-1945)*. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1953;
- GALLAND, Adolf. *Os Primeiros e Últimos Ases dos Messerschmitt*. São Paulo, Editora Flamboyant, 1964;
- GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo, Editora Símbolo, 1977;
- GAY, Peter. *A Cultura de Weimar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978;
- GILL, S. *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993;
- GONÇALVES, José. *Irmãos de Armas: um pelotão da FEB na II Guerra Mundial*. São Paulo, Códex, 2005;
- GREENFELD, Liah. *Nacionalismo: cinco caminhos para a modernidade*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1998;
- GUDERIAN, Heinz. *Panzer Líder*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1966;
- HART, Basil Liddell. *The Other Side of the Hill*, Londres, Oxford University Press;
- HIBBERT, Christopher. *Mussolini*. Rio de Janeiro, Editora Renes, 1974;
- HILTON, Stanley E. *O Brasil e as Grandes Potências (1930-1939): os aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977;
- \_\_\_\_\_ *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1983;
- HIRST, Mônica. *O Processo de Alinhamento nas Relações Brasil-Estados Unidos: 1942-1945*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro, 1982, cópia reprográfica;
- HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo, Centauro Editora, 2005;
- HOBBS, J. P. *Dear General*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1971;
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995;

\_\_\_\_\_ *Sobre a História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998;

HORKHEIMER, Max. *Critical Theory: Selected Essays*. New York, Continuum, 1995;

HUMBLE, Richard. *A Marinha Alemã – A Esquadra de Alto-Mar*. Rio de Janeiro, Editora Renes, 1974;

HUMPHREYS, R.A. *Latin America and the Second World War, Volumes I and II*. London, Athone, 1981 e 1982;

JOHNSON, Charles. *The Sorrows of Empire*. New York, Metropolitan Books, 2004;

JUKES, Geoffrey. *Stalingrado – O Princípio do Fim*. Rio de Janeiro, Editora Renes, 1974;

KEEGAN, John. *Barbarossa – A Invasão da Rússia*, Rio de Janeiro, Editora Renes, 1974;

\_\_\_\_\_ *The Battle for History: Re-Fighting the World War II*. New York, Vintage Books, 1996;

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro, Campus, 1989;

KEOHANE, Robert O. *Neorealism and its Critics*. Nova York, Columbia University Press, 1986;

KERSHAW, Ian. *Hitler – Um Perfil do Poder*. Mem Martins, Editorial Inquérito, 1998;

KEYLOR, William R. *The Twentieth-Century World: An International History*. New York, Oxford University Press, 1996;

KINDLEBERGER, Charles. *A Financial History of Western Europe*, Oxford, Oxford University Press, 1993;

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Brasília, Editora da UNB, 2002;

LENIN, Vladimir Ilich. *Obras Escogidas*. Moscou, Editorial Progresso, 1977, Tomo VII:

LINKLATER, Andrew. *Beyond Realism and Marxism: Critical Theory and International Relations*. Londres, MacMillan, 1990.

LINS, Maria de Lourdes Ferreira. *A Força Expedicionária Brasileira: uma tentativa de interpretação*. São Paulo, Unidas, 1975;

LIPPMANN, Walter. *Isolation and Alliances*. Boston, Harvard University Press, 1952;

LUARD, Evan. *War in International Society: A Study in International Sociology*. Londres, New Haven, 1987;

LUKACS, John. *A Última Guerra Européia: setembro de 1939 - dezembro de 1941*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980;

- \_\_\_\_\_ *O Duelo: Churchill x Hitler – 80 dias cruciais para a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002;
- LUNA, Felix. *Breve Historia de los Argentinos*. Buenos Aires, Planeta, 1993;
- MANDEL, E. *O Significado da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Ática, 1991;
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo, Editora Abril, 1979;
- MARCUSE, Herbert. *One-Dimensional Man*. Boston, Bacon Press, 1964;
- \_\_\_\_\_ “Philosophy and Critical Theory”. In: *Critical Theory and Society: a Reader*. S. Bronner; D. Kellner (org.). New York, Routledge, 1989;
- MARMORA, Leopoldo. *El Concepto Socialista de Nación*. México, Pasado y Presente, 1986;
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, Vol. I;
- McCANN Jr., Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-45*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1995;
- MEINECKE, Friedrich. *Cosmopolitismo e Estado Nacional: estudo sobre a gênese do Estado nacional alemão*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1975;
- MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro, Renovar, 1992;
- MELO FILHO, Murilo. *Testemunho Político*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1998;
- MICHEL, Henry. *La Seconde Guerre Mondiale*. Paris, Presses Universitaires de France, 1969 ;
- MILWARD, Alan S. *War, Economy and Society 1939-1945*. Berkeley, University of California Press, 1979;
- MONTGOMERY, Bernard Law. *As Memórias do Marechal Montgomery*. São Paulo, Record, 1969;
- MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *Memórias*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1984;
- \_\_\_\_\_ *A FEB pelo seu Comandante*. São Paulo, Progresso, 1947;
- MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: struggle for power and peace*. New York, Alfred A. Knopf, 1973;
- MOSSE, George L. *Interview about Nazism*. New York, Columbia University Press, 1992;
- MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1980;

- \_\_\_\_\_ *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo, Contexto, 1990;
- \_\_\_\_\_ *Sucessos e Ilusões – Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991;
- OLIVEIRA, Sérgio. *Getúlio Vargas Depõe: o Brasil na segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre, Revisão Editora, 1996;
- PATTON Jr., George S. *A Guerra que Eu Vi*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1979;
- PERNAU, José. *História Mundial desde 1939*. Barcelona, Salvat, 1973;
- PLEKHANOV, Georg. *Problemas Fundamentales del Marxismo*. Moscou, Editorial Progreso, 1969;
- PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1977;
- PRAGUER, R. (org.). *Le Congrès de la Quatrième Internationale*. Paris, La Brèche, 1978;
- PUCHIDA, Masayuki. *Midway, The Battle that Doomed Japan*. New York, Bantam Books, 1955;
- RAEDER, Erich. *My Life*. Londres, Penguin Books, 1957;
- REYNOLDS, Clark W. *La Economía Mexicana: Su Estructura y Crecimiento en el Siglo XX*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1973;
- RÖHLIN, H. *Kaiser Willem II. New Interpretations*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983;
- ROMMEL, Erwin. *Memórias de Rommel*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1966;
- RUSSET, Bruce M. *No Clear and Present Danger: a skeptical view of the United States entry into World War II*. Boulder, Colorado, Westview Press, 1997;
- SANTOS, Francisco Ruas. *Fontes para a História da FEB*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1958;
- SCHIRER, William L. *Ascensão e Queda do III Reich*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1962;
- SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. *O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo: o processo de envolvimento na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Edusp, 1990;
- SHERWOOD, Robert E. *Roosevelt e Hopkins: uma história da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1998;
- SILVA, Hélio. *1942, Guerra no Continente – O Ciclo Vargas – Vol. XII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972;

- \_\_\_\_\_ 1944, *O Brasil na Guerra – O Ciclo Vargas – Vol. XIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974;
- SILVEIRA, Joel e MITKE, Thassilo. *A Luta dos Pracinhas*. Rio de Janeiro, Record, 1983;
- SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um Soldado*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989;
- SKORZENY, Otto. *Autobiografia – As Audaciosas Ações de Otto Skorzeny*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1976;
- SMITH, Peter. *Talons of the Eagle: Dynamics of U.S.-Latin American Relations*. New York, Oxford University Press, 1996;
- STACKELBERG, Roderick. *A Alemanha de Hitler – Origens, Interpretações, Legados*. Rio de Janeiro, IMAGO, 2002;
- STALIN, Josef. *Los Problemas del Leninismo*. Moscou, Editorial Progreso, 1947;
- TAVARES, Maria Conceição e FIORI, José Luis (organizadores), *Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997;
- TAYLOR, A.J.P. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979;
- TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo, Edusp, 1996;
- TOLAND, John. *Hitler*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1978;
- \_\_\_\_\_ *Os Últimos Cem Dias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1970;
- TROTSKY, Leon. *Adonde va Inglaterra, Europa y América*. Buenos Aires, El Yunque, 1975;
- TUCHMAN, Barbara. *Canhões de Agosto*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 1994;
- TULCHIN, Joseph S. *Argentina and the United States: a Conflicted Relationship*. Boston, Twayne Publishers, 1990;
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil, Vol. VII*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1940;
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1985;
- WAACK, William. *As Duas Faces da Glória*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985;
- WALTZ, Kenneth. *Teoria de la Política Internacional*. Buenos Aires, GEL, 1988;
- WEBER, Max. *Ensaio Políticos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979;
- \_\_\_\_\_ *Ensaio Sociológicos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979;
- WEINBERG, Gerhard L. *A World at Arms: A Global History of World War II*. New York, Cambridge University Press, 1994;

\_\_\_\_\_ *Germany, Hitler & World War II*. New York, Cambridge University Press, 1995;

WELLES, Benjamín. *Sumner Welles: FDR's Global Strategist*. New York, St. Martin's Press, 1997;

WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985;

WITCHEN, Martin. *Um Mundo em Chamas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993;

ZHUKOV, Georgi. *Memórias*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1971;

*Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB*. Rio de Janeiro, Cobraci, 3ª ed., s/d.

### **Revistas Especializadas**

#### Cadernos do IPRI :

MESPLÉ, Antonio de Moraes. *A Política Externa Brasileira numa Era de Conflito pela Hegemonia Mundial (1935-1942)*, nº 2, 1989;

#### Dimensões:

AVELAR, Alexandre. *Retomando um Debate: a política externa do primeiro governo Vargas e a construção de um Projeto Nacional*, nº 14, Vitória, CCHN Publicações, 2002;

#### Estudos IUPERJ:

MEYER, Lorenzo. *México-Estados Unidos: Lo Especial de una relación*, n. 34, 1984;

#### Foreign Affairs:

BIDWELL, Percy N. *Latin America and the Hull Program*, v. 17, nº 2, 1939;

HALPERIN, Maurice. *México shifts her Foreign Policy*, v. 19, n. 1, 1940;

KENNAN, George. *The Sources of the Soviet Conduct*, V. 25, nº 4, julho de 1947;

SCROGGS, William D. *Mexican Anxieties*, v. 18, n. 2, 1940;

WARNER, Edward P. *Atlantic Airways*, v. 16, nº 16, 1938;

#### Política Internazionale:

BESUSSI, Antonella. *Primeira Criteri Constitutivi del Concetto di Nazione*, 4/5, 1981 ;

#### World Politics:

HERZ, John. *Idealist Internationalism and the Security Dilemma!*, nº 2, Janeiro de 1950;

KRASNER, Stephen. *State Power and the Structure of International Trade*, v. 28, nº 3, abril de 1976;

### **Monografias, Dissertações e Teses**

ABREU, Marcelo de Paiva. *Brazil and the World Economy, 1930-1945: Aspects of Foreign Economic Policies and International Economic Relations under Vargas*. Tese de Doutorado, Cambridge, 1977;

AMADO, João; BRITO, Leonardo Leônidas de; e TEMPONE, Victor. *A Formação do Estado Nacional Mexicano*. Rio de Janeiro, texto monográfico apresentado na UFRJ, cópia reprográfica, 2005;

MARTINS, Luciano. *Politique et Développement Économique : Structures de Pouvoir et Système de Décisions au Brésil (1930-64)*. Tese de Doutorado, Paris, 1973, cópia reprográfica;

NEVES, Luis Felipe da Silva. *A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado defendida no IFCS/UFRJ, 1992;

TEMPONE, Victor. *Esquerda Volver: Nelson Werneck Sodré, o General do Socialismo Brasileiro*. Rio de Janeiro, monografia de graduação apresentada no IFCH/UERJ, 2004.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)